

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... IX



2014 | 2015

IMPrensa Nacional – Casa da Moeda

Aníbal Cavaco Silva

ROTEIROS

..... IX

INTERVENÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO ANO DE 2014 | 2015

Índice

11 Prefácio

39 I. Portugal Inteiro

- 43 **Comunicação ao País a Propósito das Eleições para o Parlamento Europeu**
Palácio de Belém, 19 de março de 2014
- 47 **Sessão Solene Comemorativa do 40º Aniversário do 25 de Abril**
Assembleia da República, 25 de abril de 2014
- 55 **Sessão de Abertura da Conferência “Portugal – Rotas de Abril: Democracia, Compromisso e Desenvolvimento”**
Lisboa, 9 de maio de 2014
- 61 **Sessão de Encerramento da Conferência “Portugal – Rotas de Abril: Democracia, Compromisso e Desenvolvimento”**
Lisboa, 10 de maio de 2014
- 63 **Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal**
Guarda, 9 de junho de 2014
- 65 **Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho**
Guarda, 10 de junho de 2014
- 69 **Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas**
Guarda, 10 de junho de 2014
- 75 **Cerimónia Comemorativa dos 104 Anos da Proclamação da República**
Lisboa, 5 de outubro de 2014
- 83 **Mensagem Evocativa do Centenário da Primeira Grande Guerra**
Lisboa, 18 de outubro de 2014
- 85 **Mensagem de Ano Novo**
Palácio de Belém, 1 de janeiro de 2015

89 II. Economia e Crescimento Sustentável

- 93 Cerimónia Comemorativa do 90º Aniversário da Nestlé
Avanca, 10 de março de 2014
- 95 Sessão de Abertura da Conferência “Portugal – Rumo ao Crescimento e Emprego, Fundos e Programas Europeus: solidariedade ao serviço da economia portuguesa”
Lisboa, 11 de abril de 2014
- 101 Sessão de Encerramento do Encontro
“FAZ – Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa”
Lisboa, 6 de junho de 2014
- 105 Sessão de Encerramento da Conferência
dos 60 Anos da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã
Lisboa, 24 de junho de 2014
- 109 Cerimónia de Homenagem à Indústria Portuguesa de Calçado
Guimarães, 14 de novembro de 2014
- 113 Sessão de Abertura do 24º Congresso das Comunicações da APDC
Lisboa, 19 de novembro de 2014
- 117 Cerimónia Comemorativa do 30º Aniversário da Transinsular
Lisboa, 30 de janeiro de 2015
- 121 Sessão de Abertura do X Congresso Nacional do Milho
Lisboa, 11 de fevereiro de 2015
- 125 Sessão de Encerramento do 11º Encontro Nacional de Inovação COTEC
Lisboa, 26 de fevereiro de 2015

129 III. Desenvolvimento e Coesão Social

- 133 Cerimónia de Inauguração do Complexo Porto Salus
Brejos de Azeitão, 17 de abril de 2014
- 137 Cerimónia de Agradecimento de Instituições Ligadas ao Combate à Exclusão Social
Palácio de Belém, 4 de junho de 2014
- 139 Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal da Guarda
Guarda, 9 de junho de 2014
- 143 Cerimónia Comemorativa dos 900 Anos do Foral de Arganil
Arganil, 7 de setembro de 2014
- 147 Visita ao Concelho de Borba
Borba, 10 de novembro de 2014
- 151 Visita ao Concelho de Estremoz
Estremoz, 10 de novembro de 2014
- 155 Visita a Castelo de Vide
Castelo de Vide, 29 de novembro de 2014
- 159 Cerimónia de Entrega das Medalhas de Ouro do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular
Corunha, 19 de fevereiro de 2015
- 161 Cerimónia de Inauguração da Requalificação da Frente Marítima de S. Bartolomeu do Mar
Esposende, 7 de março de 2015

165 IV. Saúde, Educação, Ciência e Cultura

- 169 Cerimónia de Reabertura da Charola do Convento de Cristo
Tomar, 16 de abril de 2014
- 171 Sessão de Encerramento do Colóquio “O Valor das Línguas”
Xangai, 14 de maio de 2014
- 175 Visita à Escola Portuguesa de Macau
Macau, 18 de maio de 2014
- 177 Visita ao Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto
Porto, 20 de junho de 2014
- 181 Cerimónia de Concessão de Honras de Panteão Nacional
a Sophia de Mello Breyner Andresen
Lisboa, 2 de julho de 2014
- 183 Cerimónia de Atribuição do Prémio Champalimaud de Visão 2014
Lisboa, 10 de setembro de 2014
- 185 Cerimónia de Inauguração do Museu Diocesano de Santarém
Santarém, 12 de setembro de 2014
- 189 Sessão de Abertura da Conferência “O Futuro da Europa é a Ciência”
Lisboa, 6 de outubro de 2014
- 195 Visita à Fundação de Serralves
Porto, 3 de dezembro de 2014
- 199 Cerimónia de Agradecimento de Personalidades do Fado
Lisboa, 27 de janeiro de 2015
- 203 Sessão de Encerramento da Conferência
“José Medeiros Ferreira - o cidadão, o político, o historiador”
Lisboa, 20 de fevereiro de 2015

207 V. Portugal na Europa e no Mundo

- 211 Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Singapura
Palácio Nacional da Ajuda, 5 de maio de 2014
- 213 Almoço Oferecido pelo Presidente do Município de Xangai
Xangai, 13 de maio de 2014
- 215 Sessão de Abertura do Seminário Empresarial China-Portugal
Xangai, 14 de maio de 2014
- 219 Sessão Solene na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim
Pequim, 16 de maio de 2014
- 225 Sessão de Encerramento do Seminário Económico China-Portugal
Pequim, 16 de maio de 2014
- 229 Inauguração da Exposição “Onde é a China?”
Pequim, 16 de maio de 2014
- 231 Banquete Oferecido pelo Chefe do Executivo
da Região Administrativa Especial de Macau
Macau, 17 de maio de 2014

- 235 **Encontro com as Comunidades Portuguesas de Macau e Hong Kong**
Macau, 18 de maio de 2014
- 239 **Almoço Organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa**
Macau, 18 de maio de 2014
- 241 **Visita ao Instituto Politécnico de Macau**
Macau, 18 de maio de 2014
- 243 **Banquete Oficial em Honra do Presidente dos Estados Unidos do México**
Palácio Nacional da Ajuda, 5 de junho de 2014
- 247 **Sessão de Encerramento do Seminário Económico Portugal-México**
Lisboa, 6 de junho de 2014
- 251 **Cerimónia de Atribuição dos Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa**
Lisboa, 12 de junho de 2014
- 255 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República Federal da Alemanha**
Palácio Nacional da Ajuda, 24 de junho de 2014
- 259 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Moçambique**
Palácio Nacional da Ajuda, 1 de julho de 2014
- 263 **Almoço de Retribuição Oferecido pelo Presidente da República de Moçambique**
Palácio da Cidadela, 2 de julho de 2014
- 265 **Almoço Oficial em Honra dos Reis de Espanha**
Palácio Nacional de Queluz, 7 de julho de 2014
- 269 **Sessão de Abertura do Seminário Económico Coreia-Portugal**
Seul, 21 de julho de 2014
- 273 **Almoço Oferecido pela Presidente da República da Coreia**
Seul, 21 de julho de 2014
- 275 **Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Indonésia**
Palácio Nacional da Ajuda, 19 de setembro de 2014
- 279 **Primeira Sessão Plenária da XXIV Cimeira Ibero-Americana**
Veracruz, 8 de dezembro de 2014
- 283 **Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático**
Palácio Nacional de Queluz, 21 de janeiro de 2015
-
- 291 **Anexos**
- 293 **Comunicado da Presidência da República sobre a não promulgação do diploma do Governo que altera o valor dos descontos para a ADSE, SAD e ADM**
13 de março de 2014
- 295 **Mensagem a propósito das eleições para o Parlamento Europeu**
Palácio de Belém, 24 de maio de 2014
- 297 **Mensagem por ocasião da apresentação do Relatório da Comissão Global dos Oceanos**
27 de junho de 2014

- 299 Mensagem à Assembleia da República a propósito do diploma relativo ao Regime do Segredo de Estado
28 de julho de 2014
- 301 Mensagem dirigida ao X Congresso dos Juizes Portugueses
1 de outubro de 2014
- 303 Entrevista concedida ao semanário EXPRESSO
8 de novembro de 2014
- 313 Mensagem à Assembleia da República a propósito do diploma relativo ao Regime Jurídico do Referendo Regional na Região Autónoma dos Açores
20 de janeiro de 2015
- 317 Comunicado da Presidência da República a propósito da dissolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira
28 de janeiro de 2015
- 319 Homenagem a Personalidades da Vitivinicultura
Porto, 18 de fevereiro de 2015
-
- 321 Passos da Agenda



Prefácio

Diplomacia Presidencial

Os constitucionalistas Gomes Canotilho e Vital Moreira publicaram, em 1991, um pequeno livro sobre *Os poderes do Presidente da República, especialmente em matéria de defesa e política externa*, o qual reproduz o parecer elaborado a pedido do então Presidente da República.

Os autores confirmam que compete ao Governo a condução da política externa, mas concluem que, na área das relações internacionais – tal como na da defesa –, “não é possível conduzir nenhuma política governamental eficazmente sem o Presidente da República e muito menos contra ele”.

O estatuto do Presidente da República no domínio das relações externas resulta das suas competências constitucionais específicas e das suas implicações implícitas. Representa a República, garante a independência nacional, nomeia os embaixadores, acredita os representantes diplomáticos estrangeiros, ratifica os tratados internacionais, declara a guerra e a paz.

Segundo aqueles constitucionalistas, “assumem especial profundidade os deveres governamentais de informação e consulta, bem como de consideração pelas opiniões do Presidente da República, pois nada do que interessa às relações externas – e à defesa – lhe pode ser alheio”. O Presidente da República é porta-voz “das posições do País, aquelas que estão acima das divergências de opinião acerca da política externa”, e está-lhe reservada “a formulação de convite a chefes de Estado para visitar o País”.

Mais do que em qualquer outra área, afirmam, as relações entre o Presidente da República e o Governo em matéria de política externa devem pautar-se por “um estrito respeito do princípio da lealdade institucional e um espírito de cooperação e concertação institucional”.

As revisões constitucionais que ocorreram depois da publicação do livro de Gomes Canotilho e Vital Moreira mantiveram inalteradas as compe-

tências explicitamente atribuídas ao Presidente da República. No entanto, assistiu-se, neste início do século XXI, a um reforço do papel do Presidente no domínio da política externa, de tal forma que esta é hoje uma das suas principais funções.

Por um lado, em resultado da globalização dos mercados e da intensificação da diplomacia económica. As empresas portuguesas, para assegurarem a sua sobrevivência, sentiram a necessidade de aumentar a sua presença em novos mercados, nomeadamente fora do espaço da União Europeia. O Programa de Assistência Económica e Financeira, subscrito com as instituições internacionais, em maio de 2011, tornou mais óbvia a importância estratégica do investimento privado e das exportações para o crescimento da economia portuguesa e o combate ao desemprego. Houve que estender a presença de Portugal a todos os países onde existissem potencialidades de aumento das nossas exportações e de captação de investimento.

Alargou-se assim a área geográfica a exigir contactos políticos ao mais alto nível, visando a valorização da imagem de Portugal no estrangeiro, o apoio à internacionalização da economia portuguesa e à difusão dos nossos produtos e o conhecimento das potencialidades do País na localização de investimentos produtivos. O Presidente da República reforçou o seu papel no desempenho dessa tarefa, em coordenação com o Governo, nomeadamente durante as suas deslocações a países estrangeiros e por ocasião das visitas a Portugal de outros Chefes de Estado.

A diplomacia económica, contudo, por mais importante que seja, é apenas uma das múltiplas vertentes da política externa que o Presidente da República promove durante as suas visitas ou quando recebe em Portugal altos dignitários de países estrangeiros.

A crise da dívida soberana da Zona Euro, o aprofundamento da União Económica e Monetária e o programa de ajustamento acordado pelo governo português com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional foram igualmente razões de reforço da ação presidencial no plano externo.

Antes de assumir as funções de Presidente da República, participei ativamente na construção da União Monetária Europeia e debruicei-me, em pro-

fundidade, sobre a sua dinâmica, tendo proferido múltiplas conferências no País e no estrangeiro e até mesmo publicado dois livros.

Estava em condições para, nos contactos internacionais, me pronunciar sobre as questões de política europeia e a crise do euro, defendendo as orientações que mais se adequavam aos interesses nacionais. Foi assim, por exemplo, que defendi o aprofundamento da União Económica e Financeira, um papel mais ativo do BCE na estabilização da Zona Euro e na preservação da integridade da política monetária europeia, a criação de instrumentos de apoio aos países enfrentando dificuldades de financiamento e de uma efetiva União Bancária Europeia, assim como a adoção de uma agenda europeia de crescimento económico e criação de emprego.

Face à situação de emergência económica e financeira a que Portugal tinha chegado, houve que mobilizar toda a nossa capacidade diplomática, incluindo a ação do Presidente da República, para explicar, junto das mais variadas geografias, instituições internacionais e líderes políticos, a execução do Programa de Assistência Financeira, no sentido de suscitar a confiança dos nossos parceiros e investidores, ganhar credibilidade no plano externo e conseguir apoios para as posições portuguesas. Fi-lo em dezenas de encontros. Por outro lado, o aumento da importância das Forças Armadas como instrumento da política externa do Estado português, principalmente através da participação de contingentes em operações militares no exterior do território nacional, constituiu uma terceira razão do crescimento do papel do Presidente da República no domínio da política externa.

Nos termos da Lei de Defesa Nacional, o emprego de forças militares em operações no estrangeiro requer a concertação entre o Presidente da República, como Comandante Supremo das Forças Armadas e Presidente do Conselho Superior de Defesa Nacional, e o Governo.

O Presidente da República deve, assim, estar preparado para analisar a conformidade das propostas que lhe sejam apresentadas pelo Governo e pelo Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas com o interesse nacional e para defender as posições portuguesas nos seus contactos com entidades externas. Durante os meus mandatos como Presidente da República, as Forças Armadas participaram em operações de manutenção da paz da ONU, da União

Europeia e da NATO no Afeganistão, no Kosovo, na Bósnia-Herzegovina, no Líbano, na Somália, no Mali, na República Centro-Africana, nos países bálticos, na Islândia e em Timor-Leste.

A atuação do Presidente da República no plano externo requer uma adequada coordenação e concertação com o Governo, de forma a assegurar a sintonia de posições entre os dois órgãos de soberania na defesa dos interesses nacionais. Nas suas linhas essenciais, a voz de Portugal em matéria de política externa deve ser a mesma, seja ela expressa pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro ou por outros membros do Governo.

A convergência de posições em matéria de política externa é realizada através de um processo que envolve vários intervenientes. São particularmente relevantes as reuniões do Presidente da República com o Primeiro-Ministro e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, os contactos regulares da Assessoria para as Relações Internacionais da Presidência da República com a Assessoria Diplomática do Primeiro-Ministro e com o Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, e as informações preparadas pelos serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Face às mudanças verificadas nas duas últimas décadas, o exercício da diplomacia presidencial coloca hoje exigências acrescidas ao Presidente da República. Na era da globalização, o conhecimento dos dossiês, a capacidade de apresentação e de argumentação sobre os temas em agenda e a confiança suscitada junto dos interlocutores assumem tal importância na defesa dos interesses nacionais que as relações pessoais entre líderes políticos, embora importantes, deixaram de ser, por si só, suficientes.

Para além do conhecimento das regras básicas e especificidades que enformam o relacionamento entre Estados e da situação portuguesa nas suas múltiplas vertentes, o Presidente da República tem de ser capaz de dominar em toda a sua complexidade as relações bilaterais com os países com quem interage. Tem de ser capaz de abordar, com conhecimento de causa, os assuntos políticos, económicos, sociais, militares, científicos, culturais e ambientais, assim como as questões de política europeia, que correspondam aos interesses do País, e identificar as mensagens relevantes que devem ser transmitidas.

Por outro lado, o Presidente da República não pode deixar de ter um bom conhecimento dos aspetos essenciais da situação dos países com quem Portugal mantém relações históricas e culturais privilegiadas e tem de ser capaz de abordar as grandes questões de política internacional da atualidade e sobre elas estar informado do posicionamento dos seus interlocutores. É por tudo isto que, nos tempos que correm, os interesses de Portugal no plano externo só podem ser eficazmente defendidos por um Presidente da República que tenha alguma experiência no domínio da política externa e formação, capacidade e disponibilidade para analisar e acompanhar os dossiês relevantes para o País.

As visitas do Presidente da República ao estrangeiro e as dos Chefes de Estado estrangeiros a Portugal constituem momentos privilegiados do exercício da diplomacia presidencial. Nesses encontros, o Presidente da República promove e faz-se acompanhar não só por empresários e parceiros sociais, mas também por agentes da vida cultural e académica, procurando sempre contactar e dar visibilidade às comunidades portuguesas.

Neste ano do meu mandato, visitaram oficialmente Portugal os Chefes de Estado de Singapura, México, Alemanha, Moçambique, Espanha e Indonésia. Em Braga, teve lugar o X Encontro do Grupo de Arraiolos, com a presença de Chefes de Estado europeus.

Pela minha parte, visitei oficialmente a China, a Coreia e os Emirados Árabes Unidos e participei na X Cimeira da CPLP, em Timor, e na XXIV Cimeira Ibero-Americana, no México.

Singapura

Em maio de 2014, recebi em Visita de Estado a Portugal o Presidente de Singapura, Dr. Tony Tan, retribuindo a visita que tinha efetuado a Singapura, em maio de 2012. Foram as primeiras visitas entre os dois países ao nível de Chefes de Estado.

O objetivo principal consistiu no aprofundamento das relações comerciais e de investimento entre os dois países e em dar a conhecer aos empresários

singapurenses as potencialidades de Portugal como membro da União Europeia e país que mantém relações especiais com África e a América Latina. Durante a visita, os empresários portugueses tiveram oportunidade de estabelecer contactos frutuosos com os membros da delegação empresarial que acompanhava o Presidente de Singapura.

Singapura, que detém um elevado poder de compra, é o principal mercado das exportações portuguesas no conjunto dos países da ASEAN e uma importante plataforma para a penetração nos mercados asiáticos. Singapura é a segunda maior praça financeira mundial no que respeita a transações em moeda chinesa.

No domínio do investimento, a visita do Presidente Tony Tan tinha um propósito específico: contribuir para acelerar as negociações entre a PSA International – um dos cinco maiores operadores portuários do mundo – e a Administração do Porto de Sines e as autoridades portuguesas para a extensão do Terminal XXI de contentores do Porto de Sines.

Pretendia-se reforçar a importância estratégica do Porto de Sines como via de entrada na Europa, tendo presente o alargamento do Canal do Panamá e a perspectiva de ligação ferroviária rápida entre Sines e Espanha. Esta era uma questão que, durante a minha visita a Singapura, em 2012, já tinha sido abordada no encontro com o Presidente Tony Tan e fora objeto de compromisso da parte do Presidente da PSA, que reconhecera o potencial do porto de águas profundas de Sines.

Na véspera da visita do Presidente de Singapura a Portugal, alcançou-se o acordo que permitiu a assinatura de um Memorando de Entendimento para a extensão do terminal de contentores de Sines.

No que se refere à agenda política da visita, de destacar o apoio manifestado por Portugal à adesão de Timor-Leste à ASEAN, conhecidos que eram os obstáculos colocados por Singapura, tendo sido sublinhados os esforços desenvolvidos por Timor-Leste para exercer a presidência da CPLP a partir do mês de julho seguinte.

Ao mesmo tempo, foi manifestado o apoio de Portugal às negociações entre a União Europeia e Singapura para o estabelecimento de um Acordo de Parceria e Cooperação e de um Acordo de Comércio Livre.

China

A Visita de Estado à República Popular da China, em maio de 2014, a convite do Presidente Xi Jinping, foi uma das mais importantes dos meus mandatos como Presidente da República.

Em 2014, celebraram-se 35 anos de sucesso nas relações diplomáticas entre os dois países e quinze anos sobre a transferência para a China da administração de Macau.

A visita foi cuidadosamente preparada no sentido de contribuir para o aprofundamento, nos planos político, económico, científico e cultural, da parceria estratégica entre Portugal e a China, estabelecida em 2005.

Acompanharam-me o Vice-Primeiro-Ministro e os Ministros dos Negócios Estrangeiros, da Economia e da Educação e Ciência, cinco deputados dos partidos representados na Assembleia da República, dirigentes de oito Universidades e Institutos Politécnicos e uma importante delegação empresarial.

O ponto alto da visita foi a reunião de trabalho com o Presidente Xi Jinping, no Grande Palácio do Povo, no dia 16 de maio, depois das coloridas cerimónias de boas-vindas na Praça Tiananmen. A reunião decorreu num clima de grande abertura e simpatia, para o que contribuiu o facto de, como Primeiro-Ministro, em 1987, em Pequim, ter sido o signatário do acordo sobre a transferência da administração de Macau para a China, cujo processo sempre foi visto como muito positivo e fonte de confiança política entre os dois países. Acrescia o facto de eu ser o único político europeu em exercício que se tinha encontrado com Deng Xiaoping. “Um velho amigo da China”, para utilizar as palavras dos meus interlocutores políticos.

Passámos em revista as relações bilaterais nos domínios político, comercial e de investimento, científico e cultural, sendo reconhecido o espírito de amizade, confiança e respeito mútuo que as tem marcado.

Discutimos a possibilidade de desenvolvimento de novas áreas de cooperação, como a economia do mar, a proteção ambiental, as energias renováveis, o turismo, a ciência e o ensino do português.

A cooperação triangular, principalmente com países com os quais Portugal mantém fortes relações históricas e culturais, foi igualmente objeto de análise.

O Presidente da China manifestou forte empenho em aprofundar e fortalecer as relações entre os dois países.

As conversações incidiram igualmente sobre a Agenda 2020 para a parceria estratégica entre a União Europeia e a China, estabelecida em 2013, assim como sobre a situação económica europeia e as mudanças na Zona Euro visando assegurar a estabilidade financeira, incluindo a criação da União Bancária.

Houve também uma interessante troca de impressões sobre as reformas económicas levadas a cabo na China, as perspetivas futuras da economia chinesa, nomeadamente sobre o denominado “sonho chinês” do Presidente Xi, e as questões políticas da agenda internacional.

O Presidente Xi Jinping felicitou Portugal pelo esforço desenvolvido para corrigir os desequilíbrios económicos e financeiros e pela conclusão bem-sucedida do programa de assistência financeira negociado em 2011 com as instituições internacionais.

O mesmo espírito positivo e amistoso esteve presente nas reuniões que mantive com o Primeiro-Ministro Li Keqiang, com o Presidente do Congresso do Povo, Zhang Dejiang, e com o Presidente da Câmara de Xangai.

A troca de pontos de vista sobre assuntos de interesse comum com o Presidente Xi Jinping continuou, de modo mais informal, durante o banquete que ofereceu à comitiva portuguesa.

Testemunhámos a assinatura de três acordos entre governos e cinco acordos entre empresas, a que se seguiu uma conferência de imprensa conjunta, em que o Presidente Xi teve palavras de elogio a Portugal e preferiu declarações que, segundo o nosso embaixador em Pequim, configuram “orientações políticas de líder” para as relações entre a China e Portugal.

A visita foi programada de forma a que o desenvolvimento das relações comerciais e de investimento entre Portugal e a China tivesse um lugar de particular relevo.

A China apresenta-se, de facto, como um país com um grande potencial de expansão para novas exportações e para a captação de fluxos turísticos. Dada a dimensão do mercado chinês, um pequeno ganho de quota de mercado traduz-se num grande impulso às exportações portuguesas.

Daí a integração do Ministro da Economia na comitiva e a presença de destacados empresários portugueses com vocação exportadora e interessados em encontrar interlocutores chineses.

Nesse sentido, proferi intervenções em dois Seminários Económicos, um em Xangai e outro em Pequim, e estive presente em três pequenos-almoços de trabalho – em Xangai, Pequim e Macau – com grandes empresários chineses com propensão para investir na Europa.

Em Macau, associei-me aos esforços desenvolvidos pela Câmara de Comércio Luso-Chinesa na promoção dos contactos entre empresários portugueses e macaenses. Foram ocasiões para evidenciar as potencialidades de Portugal como localização competitiva para o investimento internacional e as vantagens que resultariam de uma ligação aérea direta entre os dois países.

Os empresários portugueses tiveram oportunidade de realizar múltiplos contactos com empresários chineses, que consideraram muito proveitosos. Foram assinados dez memorandos de entendimento entre empresas portuguesas e chinesas.

A visita, que foi considerada o maior esforço alguma vez feito para impulsionar as relações comerciais, de turismo e de investimento com a China, teve também uma importante componente científica e cultural.

Em Xangai, na Universidade de Estudos Internacionais, participei no colóquio sobre “O valor económico das línguas”, que contou com a participação de especialistas portugueses e chineses, e visitei o Instituto de Matéria Médica, onde testemunhei a assinatura de um memorando de entendimento com uma empresa de biotecnologia portuguesa.

Em Pequim, na Universidade de Estudos Estrangeiros, proferi uma conferência sobre Portugal para estudantes de língua portuguesa (a quem, anteriormente, a minha mulher tinha dado uma aula sobre a poesia de Sophia de Mello Breyner e de Luís Vaz de Camões). Em Macau visitei a Universidade, o Instituto Politécnico e a Escola Portuguesa.

Foram intensos os contactos entre os representantes das universidades portuguesas e os seus congéneres chineses, tendo sido assinados quinze memorandos de entendimento entre universidades e instituições de inves-

tigação dos dois países, a maior parte sobre cooperação no ensino da língua portuguesa.

Foi com emoção que presenciei, em Pequim e em Xangai, o entusiasmo com que um elevado número de estudantes se dedicava ao estudo da nossa língua e da nossa cultura. Em Macau, encontrei um empenho na preservação e divulgação da língua portuguesa que ultrapassou as minhas expectativas. O interesse crescente pelo estudo da nossa língua, que testemunhei durante a minha visita à China, é um claro sinal do seu valor económico e internacional e da sua capacidade de afirmação como língua de cultura, de ciência e de empreendedorismo.

Em Xangai, encontrei-me com a comunidade portuguesa – mulheres e homens entusiasmados com a experiência que estavam a viver, empenhados em atuar como embaixadores de Portugal na divulgação dos nossos produtos e da nossa riqueza turística.

A visita terminou em Macau, num clima de calorosa hospitalidade. Tive a oportunidade de constatar que a secular presença cultural portuguesa continua a ser valorizada e que são especiais os laços que nos ligam àquele território. A transição da administração de Macau para a China, a que me encontro profundamente ligado, marcou o início de uma nova fase do relacionamento entre os dois países, baseada na confiança, no respeito mútuo e na cooperação.

No final da Visita de Estado à República Popular da China, a delegação portuguesa tinha o sentimento de que os objetivos tinham sido plenamente conseguidos e que a parceria estratégica luso-chinesa havia sido elevada a um novo patamar.

México

Em junho de 2014, recebi, em Visita de Estado a Portugal, o Presidente do México, Enrique Peña Nieto, que se fez acompanhar por vários ministros e por uma expressiva delegação empresarial. Foi uma visita que se revelou bastante frutuosa, consolidando aquele país como um parceiro de futuro para Portugal.

O objetivo da visita era dar um impulso político às relações económicas entre Portugal e o México, por ocasião da celebração dos 150 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países.

O México, com 122 milhões de habitantes, é o segundo país mais populoso da América Latina, membro do G20 e da Aliança do Pacífico – em que Portugal tem o estatuto de observador –, parceiro de Portugal na Conferência Ibero-Americana, e está ligado à União Europeia por um Acordo de Comércio Livre. A sua economia é a 15ª a nível mundial.

O governo do Presidente Peña Nieto tinha lançado um ambicioso programa de reformas estruturais, incluindo a liberalização dos setores da energia e das telecomunicações.

As exportações portuguesas para o México registaram, nos últimos anos, um apreciável dinamismo e os empresários portugueses veem no mercado mexicano um grande potencial de expansão, com oportunidades que tinham o maior interesse em aproveitar.

As questões económicas dominaram as conversações que mantive com o Presidente Peña Nieto e com ele participei num Seminário Económico que reuniu um número muito elevado de empresários dos dois países e em que foi visível um ambiente e uma vontade muito favoráveis à identificação e desenvolvimento de oportunidades de negócio e parcerias mutuamente vantajosas. O Seminário foi, como se pretendia, um dos pontos altos da visita.

Alemanha

O meu primeiro encontro com o Presidente Joachim Gauck da República Federal da Alemanha teve lugar na Polónia, em Cracóvia, durante a realização do IX Encontro do Grupo de Arraiolos, em outubro de 2013.

Falei-lhe então da execução do programa de ajustamento subscrito por Portugal em 2011, das suas consequências económicas e sociais e das relações bilaterais entre os nossos dois países. Convidei o Presidente Gauck a visitar Portugal.

A Visita de Estado do Presidente Gauck teve lugar em junho de 2014. Correspondendo ao interesse manifestado por Portugal, o Presidente da

Alemanha fez-se acompanhar por uma importante delegação empresarial. Queríamos aproveitar a ocasião para dar a conhecer aos empresários alemães as potencialidades de Portugal, as oportunidades de investimento, a qualidade da nossa mão-de-obra e das infraestruturas físicas e tecnológicas e as relações especiais que mantemos com países africanos.

A Alemanha, a maior economia da União Europeia, é o nosso segundo maior parceiro comercial e um dos mais importantes investidores externos. Era de todo o interesse que o tecido económico alemão conhecesse melhor o sucesso das empresas alemãs instaladas há anos em Portugal, como a Autoeuropa, a Bosch, a Siemens, a Leica, a Continental, entre outras.

Foram intensos os contactos entre empresários portugueses e alemães propiciados pela visita do Presidente Gauck. Participámos ambos no encerramento dos trabalhos da Conferência Comemorativa dos 60 anos da Câmara de Comércio Luso-Alemã e visitámos a fábrica da Autoeuropa, em Palmela.

Na intervenção que proferiu, o administrador da Volkswagen que nos recebeu confirmou o investimento numa nova linha de montagem para produzir, na fábrica de Palmela, um novo modelo de automóvel.

Nas conversações que mantive com o Presidente Gauck, tivemos ocasião de abordar, além das relações comerciais e de investimento entre os dois países, a cooperação com a Alemanha no domínio da formação profissional e o apoio da instituição bancária alemã KfW à criação da Instituição Financeira de Desenvolvimento.

No que se refere à agenda europeia, procurei sensibilizar o Presidente alemão para a necessidade de se avançar mais decisivamente na promoção do crescimento económico e do emprego, em paralelo com o processo de disciplina e supervisão orçamental, assim como na operacionalização da União Bancária, de modo a combater a fragmentação dos mercados de crédito, e na melhoria das interligações energéticas entre a Península Ibérica e o resto da Europa.

Estou convencido de que esta visita teve grande relevância para a afirmação da imagem positiva de Portugal na Alemanha.

Moçambique

O Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza, visitou Portugal em julho de 2014, quatro meses depois da realização, em Maputo, da II Cimeira entre Portugal e Moçambique.

Para além da cooperação bilateral nas áreas da economia, da educação, da cultura, da comunicação social e da circulação de pessoas, três pontos devem ser sublinhados nas conversações que mantive com o Presidente Guebuza: as negociações entre o Governo moçambicano e a Renamo, a situação da Guiné-Bissau e a CPLP.

Apoiei e estimulei as negociações de paz entre o Governo e a Renamo, visando pôr fim aos confrontos, com perda de vidas, que se verificavam havia cerca de um ano, e a criação de condições para que Afonso Dhlakama abandonasse a reserva da Gorongosa e regressasse a Maputo e para que a realização das eleições presidenciais e legislativas, marcadas para 15 de outubro, se processasse num clima de tranquilidade e pluralismo.

Manifestei ao Presidente Guebuza a disponibilidade de Portugal para participar no processo de consolidação dos acordos que viessem a ser estabelecidos, se fosse essa a vontade das partes.

No princípio de setembro, respondi positivamente ao pedido do Presidente Guebuza para a inclusão de dois oficiais portugueses na equipa de observadores internacionais do processo de cessar-fogo negociado entre o Governo moçambicano e a Renamo.

No que se refere à Guiné-Bissau, defendi a necessidade de um forte apoio da comunidade internacional às novas autoridades escolhidas nas eleições presidenciais e legislativas que marcaram o fim da violação da ordem constitucional provocada pelo golpe militar de abril de 2012. O caminho da estabilização e do desenvolvimento económico e social da Guiné-Bissau exige a concretização das reformas das forças armadas e de segurança, da administração pública e do sistema de justiça, sendo necessário apoio financeiro e também garantias de proteção das instituições legítimas do país. Nesse sentido, Portugal defendia a colocação no terreno de uma força internacional de estabilização, com mandato das Nações Unidas.

Tive ainda ocasião de abordar com o Presidente Guebuza algumas das questões que estavam na ordem do dia da CPLP, cuja presidência era exercida por Moçambique, como a aposta na língua portuguesa e a sua internacionalização e a agenda da Cimeira a ter lugar em Díli, em julho de 2014.

Em janeiro de 2015, desloquei-me a Maputo para representar o Estado português nas cerimónias de investidura do novo Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, tendo sido acompanhado pelo Vice-Primeiro-Ministro e pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

A presença nacional ao mais alto nível, num momento de particular importância da vida de Moçambique, foi, acima de tudo, o testemunho da importância que Portugal atribui às relações políticas e à cooperação económica, empresarial e cultural com aquele país de língua oficial portuguesa e à consolidação das suas instituições democráticas.

As reuniões de trabalho que mantive com o Presidente Guebuza e, seguidamente, com o Presidente Nyusi confirmaram a vontade política e o ambiente favorável ao aprofundamento das relações entre Portugal e Moçambique, assim como o empenho no diálogo com os partidos da oposição, de modo a consolidar a paz e a estabilidade política.

Aproveitei a ocasião para promover um encontro com um grupo de empresários portugueses que exercem atividades em Moçambique e para visitar uma fábrica de têxteis em Marracuene, produto de uma parceria entre empresários portugueses e moçambicanos. De todos, recolhi perspetivas positivas quanto ao desenvolvimento futuro das relações comerciais e de investimento entre os dois países.

Em Maputo, encontrei-me com a comunidade portuguesa e visitei o Instituto do Coração, um bom exemplo da nossa cooperação na área da saúde, levado a cabo, acima de tudo, pela ONG Cadeia da Esperança e que irá contar com o apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua para a formação de pessoal médico especializado na área da cardiologia.

Participei ainda num almoço informal com destacados elementos da vida política moçambicana que conheci no exercício das minhas funções públicas.

Espanha

Foi com inegável satisfação que recebi a chamada telefónica do Príncipe Filipe de Espanha dizendo-me que gostaria que fosse Portugal o destino da sua primeira visita a um país da União Europeia e da Ibero-América, após a sua proclamação como Rei de Espanha.

A visita do Rei Filipe VI de Espanha e da Rainha Letícia, que se fizeram acompanhar pelo Ministro das Relações Exteriores, e que revestiu a forma de Visita de Apresentação, teve lugar no dia 7 de julho de 2014 e assumiu um significado muito particular.

Tratou-se da confirmação, ao mais alto nível do Estado, da solidez e profundidade das relações entre dois países vizinhos e amigos nos mais variados domínios. O novo monarca deu plena continuidade ao legado deixado por seu pai, D. Juan Carlos, no que se refere ao contributo para que portugueses e espanhóis se conhecessem melhor e se empenhassem em trabalhar em conjunto na defesa de interesses comuns.

Coreia do Sul

Fui o primeiro Chefe de Estado português a visitar oficialmente a República da Coreia. A visita teve lugar em julho de 2014 e foi articulada com a minha deslocação a Timor-Leste para participar na X Cimeira da CPLP. Acompanharam-me os Secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Adjunto e da Economia e do Ensino Superior, uma delegação empresarial e vários Reitores de universidades portuguesas.

Em maio de 2011, tinha recebido em Lisboa, no quadro da celebração dos 50 anos de relações diplomáticas entre os dois países, a atual Presidente da República da Coreia, Park Geun-hye, como Enviada Especial do então Presidente Lee Myung-bak.

As relações políticas, económicas e culturais entre Portugal e a Coreia do Sul eram muito esparsas, assim como o conhecimento recíproco entre os dois povos. O objetivo prioritário da visita consistia em reforçar as relações

políticas, dar a conhecer as potencialidades económicas de Portugal e abrir portas para o incremento das exportações portuguesas.

A minha reunião com a Presidente da República da Coreia decorreu num ambiente de grande cordialidade e manifesto empenho no reforço das relações entre os dois países.

Naturalmente, comecei por expressar a solidariedade do povo português face à tragédia do naufrágio do *ferry* “Sewol”, em que perderam a vida mais de 300 pessoas, muitas delas jovens estudantes.

No domínio económico, foram avaliadas as possibilidades de os empresários dos dois países tirarem melhor partido do acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Coreia e de estabelecerem parcerias visando terceiros mercados, assim como as perspetivas de evolução das economias europeia e asiática.

A Presidente Park expôs-me a sua visão das relações com a Coreia do Norte e as perspetivas para a reunificação da Península da Coreia, na linha do discurso que havia proferido, em março, na Universidade de Dresden. Reafirmei a posição portuguesa relativamente às ameaças à paz e à segurança internacionais providas da Coreia do Norte.

No final da reunião, foram assinados entre os dois governos um memorando de entendimento sobre cooperação na área do turismo e um outro sobre cooperação em matéria de energias renováveis e eficiência energética.

A Coreia do Sul é um país de 50 milhões de habitantes, membro do G20, a 14^a maior economia do mundo, tecnologicamente muito avançada, competitiva e com um forte dinamismo empresarial. Sendo as relações comerciais e de investimento entre Portugal e a Coreia pouco significativas, justificava-se um esforço visando alterar esta situação.

Nesse sentido, participei num encontro de trabalho com líderes de grandes empresas sul-coreanas, com o objetivo de apresentar Portugal como uma localização atrativa para as empresas interessadas em investir na Europa.

Por outro lado, participei na abertura de um Seminário Económico destinado a potenciar as parcerias entre empresas portuguesas e coreanas. Verificaram-se manifestações de interesse em investimentos da parte de

empresas sul-coreanas e os empresários portugueses realizaram contactos que consideraram frutuoso.

A visita incluiu também uma componente académica. Particpei num encontro entre Reitores das universidades portuguesas e coreanas, tendo sido assinados cinco protocolos de cooperação nas áreas científica e de ensino da língua portuguesa.

Pode dizer-se que foram criadas as condições para, com um adequado seguimento por parte da diplomacia económica e dos dois governos, passar para um patamar mais elevado de relacionamento entre Portugal e a República da Coreia.

X Cimeira da CPLP

Em julho de 2014, depois da visita oficial à Coreia, desloquei-me a Dili para chefiar a delegação portuguesa à X Cimeira da CPLP. A comitiva incluía o Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Embora o tema da Cimeira fosse “A CPLP e a Globalização”, toda a atenção estava concentrada no ponto da agenda relativo ao pedido de adesão da Guiné Equatorial.

Desde há meses que este era o assunto dominante na comunicação social portuguesa, suscitando forte hostilidade. Eram muitos aqueles que reclamavam que Portugal vetasse a adesão da Guiné Equatorial à CPLP.

Tratava-se de um dossiê que conhecia bem.

Tinha estado presente na Cimeira da CPLP de Bissau, em 2006, em que a Guiné Equatorial tinha sido aceite como Observador Associado. Tinha estado também presente nas cimeiras de Luanda, em 2010, e de Maputo, em 2012, em que tinha sido debatido o pedido de adesão apresentado pela Guiné Equatorial, tendo então Portugal manifestado a sua oposição. Apesar de algumas divisões entre os membros da CPLP, foi possível, tanto em Luanda como em Maputo, alcançar o compromisso de que a Guiné Equatorial não preenchia os requisitos necessários para a adesão.

Em março de 2011, fora estabelecido um roteiro, incluindo cinco planos de ação, que a Guiné Equatorial deveria cumprir tendo em vista a sua adesão

à CPLP. Em fevereiro de 2014, o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros da CPLP, reunido em Maputo, perante os avanços na implementação do roteiro, reportados por missões da CPLP a Malabo, recomendou à cimeira de Chefes de Estado e de Governo, a realizar em Timor-Leste, a adesão da Guiné Equatorial como membro de pleno direito.

Fruto das pressões que Portugal vinha a exercer, o Ministro das Relações Exteriores e da Cooperação da Guiné Equatorial anunciou, no Conselho de Ministros de Maputo, a aprovação de uma moratória sobre a pena de morte que vigorava naquele país. Já antes a língua portuguesa tinha sido adotada como língua oficial.

Foi este o quadro que antecedeu a cimeira de Díli, em que todos os Estados-membros, com exceção de Portugal, apoiavam fortemente a adesão da Guiné Equatorial à CPLP.

Portugal apresentou-se em Díli, como se impõe em política externa, com uma posição concertada entre o Presidente da República e o Governo, na sequência de uma análise aprofundada sobre a questão da adesão da Guiné Equatorial.

Sendo a adesão fortemente apoiada pelos países africanos de língua oficial portuguesa, pertencentes ao mesmo espaço regional que a Guiné Equatorial, a que se juntava o Brasil e Timor-Leste, um veto de Portugal poderia, no limite, pôr em causa a própria sobrevivência da CPLP.

Ora, a CPLP é um ativo estratégico para Portugal, tal como a *Commonwealth* o é para o Reino Unido e a Organização da Francofonia para a França.

Porque tem na sua base a língua portuguesa, a CPLP assume para Portugal, mais do que para qualquer outro país, um superior interesse estratégico. Posso testemunhar, pelos contactos com Presidentes da República e governantes de outros países, como a existência de uma Comunidade de 250 milhões de cidadãos, que se distingue e identifica pela língua portuguesa, fortalece a posição de Portugal no plano internacional.

Isolando-se face à vontade conjugada de todos os outros Estados-membros, numa comunidade em que o multilateralismo deve prevalecer sobre o unilateralismo, Portugal veria ainda a sua posição dificultada pelo facto de ser o antigo poder colonial europeu.

Por outro lado, Portugal não podia deixar de ter presente que a Cimeira de Díli marcava o início da Presidência timorense da CPLP, a primeira vez que Timor-Leste era chamado a desempenhar uma tarefa de tal dimensão internacional.

Tendo existido um grande empenho das autoridades timorenses na adesão da Guiné Equatorial, um veto português significaria o fracasso da Cimeira, com elevados danos reputacionais para Timor-Leste. A Cimeira de Díli era vista, aliás, como um teste à capacidade de Timor-Leste para satisfazer as exigências da participação na ASEAN, a que era candidato.

As autoridades timorenses tinham convidado, para estarem presentes nas cerimónias de abertura e encerramento da Cimeira de Díli e tomarem a palavra, representantes da ASEAN e de seus Estados-membros, como a Indonésia e Singapura. O insucesso da Cimeira seria um golpe nos esforços de Timor-Leste para reforçar a sua credibilidade internacional.

Neste quadro, uma questão não podia deixar de ser colocada: como reagiria Timor-Leste em relação a Portugal, encarado como o responsável pelo fracasso da Cimeira?

Qual o efeito que isso teria sobre a difusão da língua portuguesa em Timor? Surpreende que muitos dos que defenderam ativamente o veto de Portugal à adesão da Guiné Equatorial tivessem ignorado os danos para Timor-Leste de uma tal decisão.

A estratégia de Portugal para a Cimeira de Díli não podia ser a de isolamento em relação a todos os outros Estados-membros. A contestação organizada por alguns setores da sociedade portuguesa contra a adesão da Guiné Equatorial devia ser relativizada, porque contrária aos superiores interesses do País e pelos danos que provocaria a Timor-Leste, país a que nos ligam profundos laços de amizade e que temos o dever de apoiar nos seus esforços de promoção do desenvolvimento económico e social.

Foi por tudo isto que, em Díli, insisti, tal como o Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, na defesa dos princípios fundadores da CPLP: a língua portuguesa, o primado da paz, do Estado de direito, da democracia, do respeito pelos direitos humanos e da justiça social.

Devia ficar muito claro que a adesão da Guiné Equatorial não significava a

descaracterização dos princípios fundamentais em que assenta a CPLP. Foi nesse sentido que, por insistência de Portugal, ficou expresso nas conclusões da Cimeira que a Guiné Equatorial devia dar novos passos na implementação do programa de adesão e no cumprimento das obrigações estatutárias da CPLP, incluindo a passagem da moratória para a abolição da pena de morte. Estes compromissos foram assumidos pelo Presidente da República da Guiné Equatorial na intervenção que proferiu perante os representantes dos Estados-membros.

O Presidente Taur Matan Ruak comunicou-me a sua intenção de nomear o antigo Presidente timorense, José Ramos Horta, para monitorizar e apoiar a adoção, por parte da Guiné Equatorial, das disposições estatutárias da CPLP. Na Cimeira de Díli, foi ainda adotado o Plano de Ação de Lisboa para a internacionalização da língua portuguesa e foram eleitos, como novos Observadores Associados da CPLP, a Namíbia, a Turquia, o Japão e a Geórgia. Por outro lado, a Cimeira ficou marcada pelo lançamento da Nova Visão Estratégica da CPLP, procurando identificar respostas aos desafios que se colocam à Comunidade no início da sua terceira década de existência, num momento em que o seu potencial no domínio económico vai despertando um interesse crescente junto de outros Estados.

A Cimeira da CPLP de Díli distinguiu-se ainda pelo regresso pleno da Guiné-Bissau à organização, de que tinha sido suspensa na sequência do golpe militar de abril de 2012.

Indonésia

Em setembro de 2014, o Presidente da República da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, realizou uma Visita de Estado a Portugal, acompanhado por vários ministros e uma delegação empresarial. Tinham passado 54 anos sobre a primeira visita de um Chefe de Estado indonésio, o Presidente Sukarno, a Portugal.

Encontrara o Presidente Yudhoyono em maio de 2012, durante as cerimónias do 10º aniversário da independência de Timor-Leste. Daí parti para Jacarta, para a realização da primeira visita de um Chefe de Estado portu-

guês à Indonésia. Fui acompanhado pelo Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e por um grupo de empresários.

O objetivo principal destas duas Visitas de Estado – a minha à Indonésia, em 2012, e a do Presidente Yudhoyono a Portugal, em 2014 – foi a completa normalização das relações entre os dois países, construindo um quadro favorável ao desenvolvimento das relações económicas e culturais orientado para o futuro.

Portugal tinha rompido relações diplomáticas com a Indonésia em 1975, aquando da invasão de Timor-Leste. As relações diplomáticas estiveram suspensas durante 24 anos e só foram restabelecidas em dezembro de 1999, na sequência do referendo timorense favorável à independência do território.

O objetivo político das duas Visitas de Estado foi plenamente atingido. Processaram-se num clima particularmente amistoso e construtivo. Foi um verdadeiro virar de página nas relações entre Portugal e a Indonésia.

Foram sublinhados os laços históricos e culturais multisseculares entre os dois povos, patentes, de resto, no elevado número de palavras de origem portuguesa que integram a língua indonésia.

As divergências do passado sobre Timor-Leste foram, por assim dizer, enterradas e substituídas pelo interesse comum em desenvolver uma cooperação para o desenvolvimento económico e social daquele jovem país de língua oficial portuguesa e em apoiar a sua adesão à ASEAN. No mesmo sentido, foi perspectivada a aproximação da Indonésia à CPLP.

A agenda económica ocupou também lugar de relevo nas conversações com o Presidente Yudhoyono. A Indonésia é o 4^o país mais populoso do mundo – trata-se da maior democracia muçulmana, do maior mercado do Sudeste Asiático, do país com o segundo maior crescimento económico entre os membros do G20 e que exerce uma posição de liderança no quadro da ASEAN.

Era, por isso, indiscutível o interesse português em intensificar as relações comerciais com a Indonésia, tendo sido identificadas áreas para o desenvolvimento de parcerias mutuamente benéficas e promovidos contactos entre empresários portugueses e indonésios.

X Encontro do Grupo de Arraiolos

Nos últimos dias de setembro de 2014, acolhi, em Braga, no Mosteiro de Tibães, o X Encontro dos Chefes de Estado do Grupo de Arraiolos, criado pelo Presidente Jorge Sampaio, em 2003.

Estiveram presentes os Presidentes da República da Alemanha, Áustria, Polónia, Finlândia, Hungria, Letónia, Estónia e Bulgária.

O objetivo dos encontros anuais do Grupo de Arraiolos é debater, de modo informal, assuntos relevantes da agenda europeia. Escolhi três temas de grande atualidade europeia para este X Encontro do Grupo de Arraiolos: a energia, a imigração e o papel da investigação e inovação na promoção do crescimento e da competitividade e emprego.

Face às oportunidades de intervenção sobre as questões europeias de que hoje dispõem os Chefes de Estado, os debates e trocas de pontos de vista que tiveram lugar em Braga revelaram-se extremamente proveitosos.

À margem do Encontro, tive ainda reuniões bilaterais com os Presidentes da Finlândia, da Bulgária e da Estónia.

A apresentação do tema da energia, que tinha ganho forte relevância geopolítica no seguimento da crise da Ucrânia, coube ao Presidente da Polónia, Borislav Komorowski.

Apenas quatro países da União Europeia não dependem do gás da Rússia – Portugal, Espanha, Irlanda e Reino Unido – e, em seis deles, a dependência atinge 100 por cento. A energia apresenta-se assim como uma vulnerabilidade da União Europeia e a diversificação das fontes de abastecimento e a criação do mercado interno europeu de energia são questões vitais.

A melhoria das interconexões energéticas entre a Península Ibérica e as redes europeias é uma questão da maior importância para Portugal, tendo mesmo dado lugar a uma declaração conjunta com a Espanha e a Polónia apresentada ao Conselho Europeu.

Nesse sentido, o Encontro do Grupo de Arraiolos foi aproveitado para demonstrar como a Península Ibérica poderia contribuir para reduzir em 40 por cento as importações de gás da Rússia, tendo mesmo sido distribuído às diferentes delegações um documento sobre o assunto prepa-

rado pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Coube-me fazer a apresentação do tema da imigração, igualmente um tópico central do debate europeu.

Todos tinham presente a pressão dos fluxos migratórios vindos dos países do Mediterrâneo Sul que a União Europeia tem vindo a enfrentar e as imagens dramáticas dos naufrágios dos barcos de imigrantes da Líbia, da Síria, do Sudão e da Faixa de Gaza, tentando alcançar as costas da Europa. Por outro lado, era sabido que, além do fenómeno da imigração, se colocam graves questões, como o tráfico de seres humanos e de droga, o contrabando de armas, o crime organizado e o terrorismo.

Ficou claro do debate que o tema das migrações, sendo complexo, exige da União Europeia uma abordagem multidisciplinar em torno de três eixos prioritários: a gestão da migração legal, o combate à imigração ilegal e o diálogo com os países terceiros de origem e trânsito dos migrantes.

A apresentação do tema da Investigação e Inovação coube ao Presidente da República da Finlândia, Sauli Niinistö. A relevância do tema é óbvia, ainda mais numa Europa em que, após anos de estagnação económica e de aumento do desemprego, os sinais de recuperação se vislumbram ainda ténues e frágeis. Apesar dos progressos realizados, a União Europeia, em matéria de inovação, continua atrás dos EUA, da Coreia do Sul e do Japão, e a China recupera terreno rapidamente.

Para a generalidade dos países europeus, os avanços tecnológicos e a inovação, a transformação dos resultados científicos em novos produtos, serviços e processos são vistos como decisivos para o aumento da produtividade e a melhoria da competitividade e, conseqüentemente, para o crescimento económico e a criação de emprego.

Foi reconhecido o potencial que o aumento significativo do Orçamento do Programa Horizonte 2020 representava para a promoção da investigação e inovação a nível europeu.

O Encontro de Braga constituiu uma oportunidade para dar a conhecer aos oito presidentes e às suas delegações o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, onde trabalham cientistas de dezoito países, e a sua ligação ao empreendedorismo empresarial.

Emirados Árabes Unidos

Com a minha deslocação aos Emirados Árabes Unidos, em novembro de 2014, realizou-se a primeira visita oficial de um Chefe de Estado português àquele país, a que nos liga um passado histórico de cinco séculos.

Fui acompanhado pelo Vice-Primeiro-Ministro, pelo Secretário de Estado das Comunidades e por um significativo grupo de empresários.

A anteceder a visita, teve lugar a primeira comissão mista entre Portugal e os Emirados, sendo a delegação portuguesa presidida pelo Vice-Primeiro-Ministro. Na programação da visita tinham sido identificadas duas vertentes principais, a política e a económica, que, em boa parte, se interligavam. A minha reunião com o Príncipe Herdeiro do Abu Dhabi e Presidente em exercício dos Emirados Árabes Unidos, Xequé Mohammed bin Zayed al Nahyan, decorreu num ambiente de grande cordialidade e abertura à intensificação das relações entre os dois países nos mais variados domínios.

Foi abordada a cooperação bilateral em áreas como a saúde, a cultura, a educação e a ciência, as energias renováveis, a economia, as tecnologias de informação e comunicação e o turismo, assim como a possibilidade de desenvolvimento de parcerias empresariais, tendo em vista os mercados africanos e da América Latina.

O diálogo político versou em especial sobre a insegurança na região do Médio Oriente e no Norte de África, tendo presente a importância dos países do Golfo Pérsico no equilíbrio geoestratégico daquela parte do mundo.

A situação na Líbia, Egito, Síria e Iraque, o impasse no processo de paz israelo-palestiniano e a ameaça do grupo extremista autodenominado “Estado Islâmico do Iraque e do Levante” são matéria de grande preocupação nos países do Golfo, tal como nos países da União Europeia.

Havia, assim, todo o interesse em auscultar a opinião e conhecer a análise das ameaças terroristas por parte das autoridades dos Emirados, país que integra o Conselho de Cooperação do Golfo e participa ativamente na coligação internacional de combate ao chamado “Estado Islâmico”.

O Ministro da Defesa Nacional juntou-se à comitiva no Dubai, tendo participado na reunião com o Emir, Xequé Mohammed bin Rashid al Maktoum,

Vice-Presidente e Primeiro-Ministro dos Emirados Árabes Unidos e Ministro da Defesa do Dubai, e assinado uma carta de intenções sobre cooperação entre os dois países na área da defesa.

Sendo os Emirados um país produtor de petróleo e de gás, com elevado poder de compra, forte crescimento do produto e abundantes recursos financeiros, a visita não podia deixar de ter um pendor vincadamente económico. Portugal deve estar presente em todos os países onde existem potencialidades de aumento das nossas exportações e de captação de investimento.

Nesse sentido, para além da reunião com o Príncipe Herdeiro, foi muito útil o encontro que mantive com o Presidente executivo de um dos maiores fundos soberanos de Abu Dhabi e Presidente da companhia de aviação Etihad. Foram igualmente frutuosaos os encontros de trabalho, em Abu Dhabi e no Dubai, que reuniram empresários portugueses e empresários e representantes dos fundos soberanos dos Emirados.

Foram oportunidades que aproveitei para dar a conhecer melhor Portugal: a situação económica e financeira e as potencialidades do País, as reformas estruturais levadas a cabo, a qualidade dos recursos humanos e das infraestruturas físicas e tecnológicas, a aposta na inovação, o ambiente empresarial, a hospitalidade do povo, as qualidades turísticas, as relações privilegiadas com a África e a América Latina.

Os empresários portugueses e dos Emirados foram convidados a intervir e a apresentar os seus projetos de negócios, o que contribuiu para criar um ambiente favorável a contactos posteriores.

As relações comerciais e de investimento entre os dois países estavam aquém do seu potencial e uma das razões residia no conhecimento insuficiente de Portugal por parte das autoridades e empresários dos Emirados. E há países, como é o caso dos Emirados Árabes Unidos, em que a correção rápida desta situação aconselhava uma intervenção ao mais alto nível político.

No Dubai, no 154º andar de Burj Khalifa, a torre mais alta do mundo, foram-me apresentados projetos imobiliários e de obras públicas de grande dimensão a realizar nos próximos anos, a que se juntam as obras da Exposição Mundial 2020. São oportunidades que se apresentam aos empresários portugueses do setor.

A visita teve um programa intenso, e parti dos Emirados Árabes Unidos com a convicção de que ficara aberto um bom caminho para o fortalecimento das relações políticas, económicas e empresariais entre os dois países.

XXIV Cimeira Ibero-Americana

Acompanhado pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, participei, em dezembro de 2014, na XXIV Cimeira Ibero-Americana, que teve lugar no México, na cidade de Vera Cruz.

Dos presentes, era o único Chefe de Estado que tinha participado, em 1991, então como Primeiro-Ministro, na Cimeira fundadora da Comunidade Ibero-Americana, também no México, em Guadalajara. O Presidente Enrique Peña Nieto fez questão de recordá-lo no início dos trabalhos.

A presidência mexicana escolhera para tema da Cimeira “Educação, Cultura e Inovação”, vetores de cooperação ibero-americana da maior importância não só para os dezanove países latino-americanos que integram a Comunidade, mas também para Portugal e Espanha.

Decidi centrar a minha intervenção na economia do conhecimento e sublinhar o impacto decisivo da educação no progresso económico, através do desenvolvimento de competências que estimulam a produtividade, a inovação e a competitividade; sublinhei ainda o papel crucial da educação no combate à pobreza e às desigualdades sociais e na promoção da coesão social.

No debate informal que teve lugar sobre inclusão e desenvolvimento dos jovens, abordei a questão da transição dos jovens do sistema de ensino para o mercado de trabalho e da importância das políticas ativas de combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar, dando como exemplo o trabalho realizado nestas áreas em Portugal pela Associação Empresários pela Inclusão Social.

A Cimeira de Veracruz foi marcada pela aprovação de alguns pontos considerados particularmente importantes por Portugal, como foi o caso da implementação do processo de renovação da Conferência Ibero-Americana iniciado em Cádiz, em 2012, (incluindo uma repartição mais equitativa de

quotas entre a Península Ibérica e a América Latina), da criação de mecanismos facilitadores do reconhecimento recíproco de diplomas, de títulos e graus académicos, e de um programa de mobilidade de estudantes, professores e investigadores entre instituições de ensino.

Portugal não pode deixar de participar na Cimeira Ibero-Americana ao mais alto nível político, dada a estratégia nacional de fortalecimento das relações com a América Latina – e, em particular, o relacionamento especial que temos com o Brasil –, região à qual nos ligam afinidades culturais e linguísticas e interesses económicos.

Para além da participação no debate dos temas da Cimeira, a presença portuguesa sinaliza a prioridade que a nossa política externa atribui ao reforço das relações com os países da América Latina e permite extensos contactos com os respetivos líderes políticos, tendo em vista o aprofundamento da cooperação bilateral.

Nos últimos anos, temos apostado na abertura de mercados e oportunidades de investimento, principalmente nos países da Aliança do Pacífico – Chile, Peru, Colômbia e México –, cujas economias revelam apreciável dinamismo e grandes potencialidades.

Portugal é visto com grande simpatia pelos países da América Latina e é reconhecido como um parceiro importante não só para o desenvolvimento das relações bilaterais, mas também para o relacionamento com outras regiões, designadamente a Europa e a África.

Como tenho feito na generalidade das minhas visitas ao estrangeiro, encontrei-me com a comunidade portuguesa na Cidade do México. Foi também o caso nas visitas a Pequim, Xangai, Macau, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos e Moçambique, a que atrás me referi. Em todos os encontros constatei a mudança na composição das comunidades da Diáspora, no sentido de maior qualificação e acrescida influência nos países de acolhimento, assim como a sua abertura para contribuir para o desenvolvimento económico e social de Portugal.

Aníbal Cavaco Silva

Março, 2015

Portugal Inteiro I



PORTUGAL ROTAS do ABRIL

DEMOCRACIA, COMPROMISSO
E DESENVOLVIMENTO



Comunicação ao País a Propósito das Eleições para o Parlamento Europeu

Palácio de Belém, 19 de março de 2014

Boa noite.

Nos termos da Constituição e da lei, e após ouvir os partidos políticos, decidi marcar a eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu para o próximo dia 25 de maio. Nesse dia, os Portugueses irão ser chamados a escolher os seus representantes no Parlamento Europeu, um órgão que desempenha funções essenciais no âmbito da União Europeia. Não está em causa a escolha de deputados ao parlamento nacional ou de representantes autárquicos.

Os acontecimentos dos últimos anos, com destaque para a recente crise económica e financeira, demonstraram, de forma evidente e inequívoca, até que ponto o futuro de Portugal e o futuro da Europa estão interligados.

Quem se alhear do futuro da União Europeia estará a alhear-se do futuro de Portugal. Portugal é membro de pleno direito da União Europeia e participou desde a primeira hora no projeto do Euro. As decisões tomadas nas instâncias europeias condicionam e influenciam profundamente a vida dos Portugueses, o nosso destino como país, o futuro das novas gerações.

É fundamental, por isso, que os Portugueses participem de forma ativa nas eleições para o Parlamento Europeu.

Em primeiro lugar, devem informar-se sobre o que está em causa neste ato eleitoral, sobre os desafios que a Europa irá enfrentar nos próximos anos e que papel terá o Parlamento Europeu neste momento histórico de enorme importância para todos nós.

Em segundo lugar, é essencial que os Portugueses participem nestas eleições através do voto, que exerçam o seu direito democrático na escolha dos Deputados ao Parlamento Europeu.

Enquanto cidadãos europeus, os Portugueses têm o direito – e o dever – de fazer ouvir a sua voz nas instituições que desempenham um papel decisivo para o nosso País.

Os Deputados portugueses ao Parlamento Europeu serão chamados a contribuir ativamente para que, no desenho das políticas europeias, sejam contemplados os interesses específicos do nosso País.

Nos próximos anos, importa que a União Europeia continue a afirmar-se como um espaço de liberdade e de democracia, promovendo a paz, a segurança e a estabilidade política no Mundo e, em particular, nos países que nos são mais próximos.

No quadro da política externa da União, está a ser negociada uma nova parceria transatlântica com os Estados Unidos da América, espaço fundamental de cooperação num mundo em que a concorrência entre as nações se processa à escala global.

Estarão também na agenda dos próximos anos o reforço da União Económica e Monetária, em particular a operacionalização da União Bancária, o aprofundamento da coordenação das políticas económicas, o aumento da competitividade dos Estados-membros e a criação de instrumentos de dívida comum.

A par disso, irão ser tomadas decisões de extrema importância quanto ao aprofundamento do mercado interno, nomeadamente no setor da energia, e quanto à inovação tecnológica e à reindustrialização das economias europeias.

Neste contexto, a Europa deve assumir como prioridades o crescimento económico, o combate ao desemprego e a coesão social.

Nos próximos anos, tornar-se-á ainda mais premente o debate sobre o aprofundamento da livre circulação de pessoas, a definição de uma nova política europeia de imigração e o combate às alterações climáticas.

O Parlamento Europeu irá ter também um papel fundamental na próxima escolha do Presidente da Comissão Europeia e na composição deste órgão.

É sobre temas como estes, cruciais para o futuro da Europa e do nosso País, que deve incidir o esclarecimento dos Portugueses e o debate entre as forças partidárias.

A campanha eleitoral e o sufrágio do dia 25 de maio irão decorrer num momento muito complexo da vida nacional. Em breve, Portugal terá de definir com clareza que linha de rumo irá seguir após a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira.

A campanha eleitoral deve, pois, decorrer de uma forma esclarecedora, serena e elevada.

Em vez de enveredarem pelo caminho da crispação e da conflitualidade, as diferentes forças partidárias devem apresentar soluções e debater entre si as suas propostas, de forma livre e responsável.

Para que exista um verdadeiro debate de ideias, em vez de uma mera troca de acusações e de ataques, é essencial que os Portugueses conheçam com clareza as políticas da União que cada partido irá defender no Parlamento Europeu.

Os cidadãos têm o direito a ser esclarecidos e informados sobre as diversas alternativas que cada candidato propõe. As querelas artificiais e as controvérsias estéreis impedem o esclarecimento dos Portugueses e o debate democrático. Há questões europeias demasiado sérias e importantes que devem ser discutidas.

Um agravamento da crispação partidária poderá prejudicar entendimentos que venham a revelar-se indispensáveis no futuro.

Apelo aos Portugueses para que participem ativamente nesta campanha e no próximo ato eleitoral. Acima de tudo, apelo aos Portugueses para que se informem sobre o que está em causa nas eleições para o Parlamento Europeu do dia 25 de maio.

A essa atitude de civismo responsável, os partidos políticos devem saber corresponder com sentido de responsabilidade. É fundamental debater de forma séria e informada a Europa e o seu futuro. Porque o futuro da Europa é o futuro de Portugal. Muito obrigado.

Sessão Solene Comemorativa do 40º Aniversário do 25 de Abril

Assembleia da República, 25 de abril de 2014

Celebramos hoje um dos dias mais marcantes das nossas vidas. No percurso pessoal de cada um, existirão certamente outros dias que são lembrados com especial emoção. Mas nenhum outro evoca a nossa memória coletiva como o dia 25 de abril de 1974.

Encontramo-nos hoje aqui, perante uma assembleia eleita de representantes do povo, porque o 25 de Abril nos trouxe a democracia.

Em todo o país, os Portugueses festejam esta data porque o 25 de Abril nos trouxe a liberdade.

Podemos dizer publicamente o que pensamos, podemos reunir-nos e manifestar-nos, porque o 25 de Abril nos trouxe os direitos fundamentais.

Ao comemorarmos os 40 anos do 25 de Abril, devemos recordar o que foi viver sob um regime em que não existia liberdade, em que os governantes não eram democraticamente eleitos pelo povo, em que o povo não tinha voz para dizer o que pensava. Perante as novas gerações, temos o dever cívico de realizar a pedagogia democrática da memória da ditadura. Os jovens do nosso tempo, aqueles que têm menos de quarenta anos de idade, não viveram o 25 de Abril. Desconhecem o que é a experiência de viver sob um regime autoritário, a que o 25 de Abril pôs fim graças à ação decidida de um punhado de militares corajosos.

Neste dia, devemos dirigir uma saudação especial às Forças Armadas, que, nas alturas decisivas da nossa História, sempre souberam estar ao serviço de Portugal e dos Portugueses.

Com o passar dos anos, será cada vez maior o número daqueles que sempre viveram em liberdade. É bom que assim seja, trata-se de um sinal de que a democracia perdura e se encontra enraizada no quotidiano das novas gerações, para as quais a vida em ditadura é algo tão distante como inconcebível.

É legítimo contestar opções que se fizeram ao longo destes quarenta anos. Contudo, temos de ter presente uma realidade muito simples: só podemos contestar

e criticar tais opções porque vivemos em liberdade e em democracia. A democracia não é apenas o melhor dos regimes. A democracia é o único regime que salvaguarda os direitos fundamentais da pessoa humana. E, num regime democrático, só há um critério para definir a legitimidade dos governantes: o voto expresso nas urnas. É isso que distingue a democracia de uma ditadura. Foi isso que Portugal conquistou há quarenta anos.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Para que os jovens dos nossos dias compreendam o significado do 25 de Abril, é necessário terem presente o caminho que fizemos nestas quatro décadas.

Instaurámos a democracia e aprovámos uma Lei Fundamental, a Constituição da República Portuguesa. Num contexto muito difícil, com o país na iminência de graves confrontos entre a população civil, as forças democráticas venceram a batalha da liberdade e da democracia constitucional.

Integrámos com sucesso os muitos milhares de Portugueses vindos dos territórios africanos que se tornaram independentes. Sem traumas nem complexos, construímos com os novos países uma aliança fraterna, que afirma o valor da lusofonia no mundo inteiro.

Nas últimas décadas, verificaram-se avanços extraordinários no plano social, que devemos preservar para as gerações futuras.

Portugal conseguiu, de forma ímpar, reduzir a taxa de mortalidade infantil, que é hoje uma das mais baixas da Europa Ocidental. A esperança de vida dos Portugueses aumentou significativamente. Hoje, contamos viver, em média, mais 15 anos do que em 1960.

Criámos um Serviço Nacional de Saúde que, através de um esforço de investimento público muito significativo, garante a todos os Portugueses o acesso generalizado aos cuidados de saúde.

Também no domínio da Educação os progressos são notáveis: no pré-escolar, crescemos de cerca de 41 mil crianças matriculadas em 1974 para mais de 270 mil, em 2012. No ensino superior o número de alunos quintuplicou entre aquelas datas. Em 1970, a população com ensino superior completo representava pouco mais de meio por cento da população residente, enquanto que, de acordo com os

dados dos últimos Censos, essa proporção está acima dos 12 por cento. Em 1970, um quarto da população era analfabeta, estigma que afetava particularmente as mulheres. Quarenta anos depois, a taxa de analfabetismo é pouco superior a 5 por cento.

As mulheres alcançaram direitos de igualdade e ocupam hoje lugar preponderante na frequência dos níveis superiores de ensino e no mercado de trabalho. No início da década de 80, não existia sequer uma autoestrada que ligasse Lisboa ao Porto. Atualmente, podemos percorrer todo o país de autoestrada, desde o Algarve até à fronteira com a Galiza. Portugal é um país dotado de uma vasta rede de infraestruturas físicas, culturais e desportivas, muitas vezes construídas por outra das grandes conquistas de Abril: o poder autárquico.

Fizemos um longo caminho para chegarmos ao dia de hoje, a um Portugal livre e democrático, a um país mais desenvolvido, em que as expectativas de bem-estar são semelhantes às dos restantes Estados da União Europeia.

No entanto, se os níveis de bem-estar são muitíssimo superiores aos que existiam em 1974, se os Portugueses vivem hoje incomparavelmente melhor do que há quarenta anos, a verdade é que temos ainda um longo caminho a percorrer para nos aproximarmos da média dos indicadores sociais dos países mais desenvolvidos da Europa.

Apesar do percurso que fizemos, continuamos insatisfeitos. É saudável que assim seja. É sinal de que não nos resignamos, que ambicionamos viver num país melhor, onde os nossos filhos e netos possam usufruir de maiores níveis de bem-estar.

Senhoras e Senhores Deputados

Portugal enfrenta hoje grandes desafios quanto ao seu futuro, desafios que não se esgotam na dimensão orçamental.

A diminuição da natalidade e o progressivo envelhecimento da população colocam problemas de ordem diversa e indiscutível gravidade, desde a potencial insustentabilidade dos sistemas de proteção social até ao agudizar de situações dramáticas de exclusão e de solidão.

Cabe ainda, neste quadro, dedicar uma especial atenção aos efeitos do desemprego no tecido social português. Existe o sério risco de o desemprego de longa

duração, sobretudo quando afeta portugueses com idades superiores a 45 anos e ameaça o seu retorno ao mercado de trabalho, pôr em causa alguns dos pilares fundamentais da nossa sociedade. Entre esses fundamentos, destacam-se a família, incluindo a rede informal de proteção que proporciona, e as chamadas classes médias, o sustentáculo das estruturas sociais modernas.

O combate ao desemprego tem de ser uma prioridade da ação política.

Por outro lado, diversos sinais apontam para um aumento de assimetrias que podem pôr em causa a coesão do país, como as desigualdades na distribuição do rendimento, as situações de pobreza, a desertificação de vastas parcelas do território ou as acentuadas disparidades entre o litoral e o interior.

Devemos ainda ter presente, de modo muito particular, a situação dos reformados, daqueles que, ao fim de uma vida de trabalho, se viram subitamente confrontados com situações que ameaçam o seu legítimo direito a uma existência com dignidade.

Cabe aos agentes políticos estar conscientes destes desafios e apontar um caminho de esperança aos Portugueses.

Dispomos de potencialidades que ainda não explorámos como devemos, seja no domínio da economia do mar, seja no aproveitamento racional da floresta, seja, enfim, na valorização do património histórico e cultural.

Acima de tudo, Portugal tem um ativo que não pode desperdiçar: os seus jovens. As novas gerações dispõem de talento e de conhecimento como nenhuma outra geração teve no passado. Temos jovens investigadores e cientistas de mérito internacionalmente reconhecido. Foi feito um investimento público muito significativo na qualificação dos nossos jovens. A política científica de um país e a inovação e competitividade que resultam dessa aposta são decisivas para o futuro. A valorização do nosso capital humano implica também um novo olhar sobre a Diáspora, enquanto ativo estratégico de Portugal no Mundo. Através de atos concretos, temos de criar redes e fortalecer os laços com as comunidades portuguesas e de lusodescendentes. Essas comunidades têm-me transmitido, em múltiplos encontros, o seu interesse em contribuir para o desenvolvimento do País. Devemos valorizar o capital humano, igualmente, no que diz respeito ao próprio Estado. É legítimo, e porventura urgente, proceder a uma reforma da Administração Pública. Todavia, reformar a Administração não significa

fragilizá-la num dos seus aspetos essenciais: a qualidade dos seus recursos humanos. Pelo contrário, só através de um reforço da qualificação dos trabalhadores do Estado e da justa recompensa do mérito conseguiremos prestigiar o exercício de funções públicas e garantir que a Administração atue de forma eficiente, imparcial e independente, livre da pressão de interesses privados ou do clientelismo político.

Importa, aliás, que o combate à corrupção seja assumido como uma prioridade, e que o interesse público seja sempre colocado acima dos interesses privados. No entanto, o combate à corrupção não pode fazer-se através de intervenções populistas, de acusações que desrespeitam princípios fundamentais da nossa ordem jurídica, como a presunção de inocência, o segredo de justiça ou o direito ao bom nome. Os que trilham o caminho da demagogia podem ter uma popularidade efémera, mas nunca conseguirão combater eficazmente a corrupção. Pelo contrário, contribuem para descredibilizar as iniciativas sérias para a prevenir e as investigações em curso para a combater.

Na vida pública portuguesa, vê-se com preocupante frequência serem postos em causa valores essenciais, como o rigor e a seriedade, e até a urbanidade que deve pautar o convívio democrático entre os que têm ideias e opiniões divergentes. Em detrimento de uma análise dos problemas reais dos Portugueses e de um estudo aprofundado de assuntos essenciais para o nosso futuro, privilegia-se o insulto e a difamação, o imediatismo e a superficialidade. Caso persista, esta tendência levará a um progressivo afastamento dos cidadãos, sobretudo dos mais jovens, relativamente à atividade política. E, desse modo, o necessário e saudável escrutínio cívico das instituições e da ação dos titulares de cargos políticos será substancial e perigosamente reduzido.

Os meios de comunicação social têm um papel decisivo a desempenhar e devem estar conscientes da responsabilidade que advém da influência que exercem sobre a opinião pública.

A comunicação social deve informar e esclarecer os cidadãos com objetividade e com rigor, dando espaço ao confronto de opiniões livres, mas fundamentadas. No dia em que a verdade e o rigor da informação forem totalmente sacrificados a favor do impacto sensacionalista, estaremos, afinal, a criar novas formas de ditadura.

Ao celebrar os 40 anos do 25 de Abril, podemos dizer que Portugal é hoje uma democracia consolidada, um Estado de direito em que as liberdades cívicas são respeitadas.

No entanto, e como é comprovado por diversos estudos de opinião, existe uma insatisfação crescente com o funcionamento do nosso sistema político. Os partidos devem fazer uma reflexão serena, mas urgente, sobre as causas dessa insatisfação.

Como já referi, tem-se agravado, entre outras, a tendência para privilegiar o acessório e o efémero em detrimento do essencial. Os partidos têm de perceber, de forma inequívoca, que, mais cedo ou mais tarde, a insatisfação com o sistema político e o desinteresse dos cidadãos acabarão por afetar a própria atividade partidária.

A democracia não corre perigo, mas, 40 anos depois do 25 de Abril, é tempo de os partidos repensarem o sentido da sua ação e assumirem a responsabilidade que lhes cabe na construção do futuro de Portugal.

Senhoras e Senhores Deputados

O 25 de Abril fez-se há quarenta anos, mas os seus ideais continuam vivos. A luta por um Portugal livre e democrático, por um país mais desenvolvido, é um traço de união entre os Portugueses.

O dia 25 de Abril não tem proprietários nem deve servir de arma de arremesso na luta política. Os ideais de abertura ao diálogo democrático que inspiraram o regime que instituímos há quarenta anos mantêm plena validade no Portugal de hoje. O 25 de Abril não foi feito para dividir os Portugueses, mas sim para uni-los em torno de um desígnio comum.

Sem prejuízo da natural diversidade de opiniões e do confronto de ideias que é próprio de uma democracia, os desafios que Portugal enfrenta atualmente são de uma tal dimensão que não se compadecem com uma prática política que faz prevalecer a crispação e o conflito.

Perante a dimensão desses desafios, que não se colocam a um partido ou a um governo em concreto, mas a Portugal inteiro, temos de tomar uma opção decisiva: ou persistimos numa visão de curto prazo, olhando para aquilo que nos divide, ou pensamos Portugal numa perspetiva de futuro, partindo daquilo que nos une.

O nosso combate não é menor do que o daqueles que fizeram o 25 de Abril. Conquistada a liberdade, consolidada a democracia, este é o tempo de lutarmos por um país mais desenvolvido e mais justo.

Portugal só será um país mais justo se for mais desenvolvido. E Portugal só será um país mais desenvolvido se existir um esforço coletivo para alcançarmos um compromisso de futuro quanto aos grandes desígnios nacionais.

É tempo de abandonarmos a política de vistas curtas, ditada pelo taticismo e pelos interesses de ocasião. Precisamos de um discurso de esperança que mobilize os Portugueses para os desafios que temos à nossa frente. Precisamos de professores motivados, investigadores empenhados, servidores do Estado valorizados, agentes culturais criativos, jovens empreendedores, uma comunidade de empresários e trabalhadores com espírito vencedor.

Ao fazer uma retrospectiva destas quatro décadas, facilmente concluiremos que só nos aproximámos dos ideais de Abril quando soubemos unir-nos nas opções essenciais.

Unimo-nos contra a ameaça de novos totalitarismos, em tempos difíceis em que este Parlamento chegou a ser cercado e os seus Deputados foram sequestrados. Unimo-nos quando conseguimos aprovar uma Constituição que é a matriz fundadora do nosso regime democrático e do Estado social de direito.

Unimo-nos quando aderimos às Comunidades Europeias e nos tornámos num Estado-membro que mereceu o respeito dos seus congéneres pela forma dinâmica como, por mais de uma vez, soube assumir a presidência da União.

Sempre que estivemos unidos, estivemos mais próximos dos ideais de Abril.

Não é por acaso que o espírito de compromisso e de entendimento entre as diferentes forças políticas está na base das regras do sistema democrático consagradas na nossa Constituição.

Não se trata de confundir a abertura ao compromisso com uma unanimidade de pontos de vista, nem com uma neutralização da dinâmica de alternância que é própria das democracias.

Por isso mesmo, é difícil compreender que, numa democracia consolidada, agentes políticos responsáveis não consigam alcançar entendimentos sobre questões essenciais para o nosso futuro coletivo. Temos de acreditar que os obstáculos acabarão por ser ultrapassados.

Senhora Presidente da Assembleia da República

Senhoras e Senhores Deputados

Vivemos hoje um dia histórico, em que Portugal celebra os 40 anos do 25 de Abril.

Devemos celebrar o passado com sentido de futuro. Só assim estaremos à altura do presente em que vivemos. O presente exige de todos nós a mesma coragem com que, há quarenta anos, construímos juntos um Portugal livre e democrático. Muito obrigado.

Sessão de Abertura da Conferência “Portugal – Rotas de Abril: Democracia, Compromisso e Desenvolvimento”

Lisboa, 9 de maio de 2014

Como anunciei na Mensagem de Ano Novo que dirigi aos Portugueses no passado mês de janeiro, a Presidência da República decidiu assinalar os 40 anos do 25 de Abril promovendo uma Conferência Internacional sobre a democracia portuguesa, a cultura de compromisso e os desafios do desenvolvimento.

Considerarei ser oportuno que, ao celebrarmos quatro décadas de regime democrático, fosse realizado um encontro de reflexão e de debate entre personalidades nacionais e estrangeiras. Nesta Conferência, que simbolicamente se inicia no Dia da Europa, reúnem-se académicos de excelência e outras individualidades que, pelas funções que exerceram ou exercem, aliam à profundidade do conhecimento o seu saber de experiência feito.

Agradeço a presença de todos, na certeza de que nesta Conferência ouviremos intervenções informadas e esclarecidas e, acima de tudo, opiniões livres e independentes sobre algumas das questões fundamentais com que Portugal se confronta nos nossos dias.

Entre essas questões, destaco o aprofundamento da cidadania democrática, a cultura de compromisso e, bem assim, a importância do conhecimento, da inovação e da competitividade para o desenvolvimento sustentável do nosso País. Agradeço ao Professor João Lobo Antunes, comissário das conferências “Roteiros do Futuro”, o empenho que tem colocado na realização destes encontros.

Agradeço igualmente ao Professor David Justino o intenso trabalho levado a cabo na preparação destas conferências.

Quero agradecer também, de forma muito calorosa, à Dr.^a Leonor Beleza que, na qualidade de Presidente da Fundação Champalimaud, é, hoje, e uma vez mais, a anfitriã destes encontros.

Saúdo todos os palestrantes, que acederam ao convite para participar nesta conferência “Portugal – Rotas de Abril”.

Ao Senhor General António Ramalho Eanes dirijo uma saudação muito especial pela sua presença e pelo testemunho que conosco irá partilhar. Os Portugueses e a História têm uma enorme dívida de gratidão para com o General Ramalho Eanes: à lucidez da sua coragem e ao seu espírito de liderança ficámos a dever o 25 de Novembro de 1975, o momento decisivo da consolidação do processo democrático. Primeiro Presidente eleito da história da democracia portuguesa, exerceu os seus mandatos de uma forma exemplar, reconhecida pela sua isenção, pelo seu rigor ético e pela sua fidelidade à Constituição da República.

Senhoras e Senhores

Os três temas deste encontro – democracia, compromisso e desenvolvimento – remetem-nos para uma única realidade e convocam as aspirações e os ideais mais profundos do 25 de Abril.

A democracia, na verdade, pressupõe uma cultura de compromisso. Através de um contrato social e político, os cidadãos rejeitam a violência e o autoritarismo como forma de ação e de governo. Em nome da paz e da liberdade, adotam a democracia como princípio de convivência e como modo de escolha dos governantes através da realização de eleições livres. Esse compromisso não põe termo ao pluralismo ou à liberdade nem afeta a alternância política. Pelo contrário, a alternância e a expressão da diversidade de opiniões só são possíveis num regime democrático. A democracia é produto de um compromisso e também, ao mesmo tempo, o elemento que permite que os consensos fundamentais não apaguem as diferenças entre as várias forças políticas, as diversas ideologias ou correntes de opinião. No entanto, a democracia não possui apenas um carácter instrumental, sendo muito mais do que um método de seleção pacífica de representantes do povo. A democracia deve afirmar-se substantivamente como cultura cívica e projetar-se em todas as esferas da sociedade. Para que tal aconteça, é necessário que existam regras que definam e salvaguardem a substância do pluralismo e da liberdade. Essas regras têm um nome: Constituição. Aqui emerge, uma vez mais, a importância da cultura de compromisso. A Constituição não implica que todos se revejam nas suas soluções políticas e normativas, mas exige um compromisso sempre renovado em torno das opções fundamentais de uma República de cidadãos livres.

O terceiro tema desta Conferência é o desenvolvimento. Também ele se funda numa cultura de compromisso democrático. Será possível que, em situações transitórias e localizadas no tempo, regimes ditatoriais consigam alcançar taxas elevadas de crescimento económico. No entanto, o crescimento económico não se confunde com o desenvolvimento humano. A economia está ao serviço das pessoas, não as pessoas ao serviço da economia. Assim, o desenvolvimento integral dos seres humanos como pessoas pressupõe e exige uma qualidade essencial, a qualidade de cidadão. Ora, só somos cidadãos num regime livre e democrático.

Não por acaso, as instituições internacionais têm adotado como critério o índice de desenvolvimento humano, que não se circunscreve aos níveis de rendimento, mas abrange um conjunto de outras variáveis, situadas não só no plano material mas também no imaterial, como a qualidade de vida e o bem-estar em sentido amplo.

Assim, mesmo que seja possível associar o crescimento económico a alguns regimes não-democráticos, trata-se de uma situação transitória e ilusória. A prazo, no tempo longo, o crescimento cria legítimas aspirações de liberdade e de bem-estar social. Só a democracia pode assegurar o desenvolvimento autêntico e sustentado, porque apoiado num amplo compromisso social e político.

Senhoras e Senhores

A História da Europa e de Portugal confirma a importância da cultura de compromisso na sedimentação da democracia e do desenvolvimento.

A História lida com o tempo e, neste contexto, devemos ter a perceção de que existe uma diferença substancial entre o tempo curto e o tempo longo. O tempo curto situa-se no quadro dos ciclos económicos, políticos e eleitorais. O tempo longo remete para opções estratégicas que ultrapassam o prazo limitado de uma legislatura ou dos mandatos dos governantes.

Observada sob a perspetiva do tempo curto, a História da Europa caracterizou-se pela sucessão de diversos governos e pela natural alternância de programas e de ideologias. Mas, olhada sob o prisma do tempo longo, vemos que a Europa só conseguiu alcançar um período de paz e de bem-estar sem precedentes na sua

História porque existiu um compromisso firme em torno de uma constelação de valores políticos – a liberdade, a democracia, a justiça social – e em torno de um projeto de redistribuição da riqueza sujeito à salvaguarda da dignidade da pessoa humana.

O Estado Social europeu é um património de que não podemos abdicar e que só pôde nascer devido à existência de um compromisso entre forças políticas de quadrantes diversos, de entendimentos entre governos e oposições, entre agentes sociais e económicos que souberam compreender a essência e a exigência do tempo longo.

Também em Portugal, a democracia só pôde afirmar-se, na sequência do 25 de Abril, porque existiu um compromisso histórico entre o poder militar e o poder civil. Mantendo a sua diversidade ideológica e as suas diferentes estratégias políticas, as forças partidárias alcançaram um entendimento com o Movimento das Forças Armadas que permitiu a realização de eleições livres e democráticas. Os militares, por um lado, e os partidos políticos, por outro, demonstraram uma exemplar capacidade de olharem para o tempo longo do superior interesse nacional. A lógica do conflito poderia ter chegado ao extremo de uma guerra civil, mas prevaleceu o espírito de compromisso nacional que permitiu a aprovação da Constituição da República Portuguesa.

A longevidade da Constituição, por sua vez, só foi possível, de novo, porque os agentes políticos souberam ter a perceção do tempo longo – e compreenderam a necessidade de adaptar o texto da Lei Fundamental às exigências próprias de diversos ciclos históricos: em 1982, o poder civil afirmou a plenitude da sua legitimidade democrática; em 1989, adotámos o modelo económico do espaço em que nos havíamos integrado, as Comunidades Europeias.

A adesão às Comunidades Europeias e, mais tarde, a fundação da União Europeia e a criação da moeda única não foram um processo fácil e, uma vez mais, exigiram a compreensão do tempo longo que é própria da cultura de compromisso. Na altura, as principais forças políticas e as suas lideranças foram capazes de colocar de lado as divergências do tempo curto e compreenderam o alcance deste desígnio estratégico. A pertença à União Europeia trouxe benefícios indiscutíveis para os Portugueses, mas também exigências de responsabilidade e rigor que só podem ser satisfeitas através de entendimentos de amplo alcance.

Nos dias que vivemos, é natural que os cidadãos, confrontados pelas adversidades do quotidiano, sejam absorvidos pelas exigências imediatas do tempo curto. No entanto, temos de compreender, em definitivo, que existem na sociedade portuguesa desafios que só poderão ser vencidos numa perspetiva temporal alargada e no quadro de uma cultura de compromisso.

Todos os Portugueses, a começar pelos agentes políticos, devem perceber que a cultura de compromisso, típica dos países mais desenvolvidos da Europa, é essencial para a sustentabilidade do modelo social que permitiu progressos extraordinários em domínios como a educação e a saúde, a qualidade de vida das populações e a proteção social dos cidadãos que, devido a várias circunstâncias, como a velhice, o desemprego ou a doença, se encontram particularmente vulneráveis.

Se estes desafios se colocam a todas as democracias da Europa, eles adquirem mais acuidade em países como Portugal.

Enfrentamos um sério problema demográfico, que põe em risco a sustentabilidade do pacto geracional em que assenta a nossa democracia, a nossa coesão e o nosso modelo de justiça social.

Por outro lado, o sistema eleitoral proporcional, tendo a grande virtude de dar voz mais ativa à diversidade de correntes e ao pluralismo de opiniões, dificulta que a estabilidade e a governabilidade sejam conseguidas apenas através do sufrágio. Por outras palavras, torna mais imperiosa a necessidade de uma cultura cívica de compromisso.

Enfrentamos, de igual modo, necessidades particulares no que respeita à sustentabilidade da dívida pública e à criação de emprego. Assim, é imprescindível assegurar um crescimento económico estável, com um forte investimento no setor da produção de bens e serviços que concorrem com a produção externa. Para o efeito, há um conjunto de reformas no Estado e de orientações políticas estratégicas que devem ser objeto de um entendimento de médio prazo entre as forças partidárias. Sem esse compromisso, mantendo-se a prevalência das oscilações erráticas do tempo curto sobre a perspetiva nacional do tempo longo, Portugal muito dificilmente será capaz de assegurar uma trajetória sustentável de desenvolvimento.

Senhoras e Senhores

Foram estas, no essencial, as razões que me motivaram a promover esta Conferência. Estou certo de que, no final do Encontro, estaremos mais esclarecidos sobre as necessidades, mas também sobre as dificuldades, de uma cultura de compromisso que assegure a estabilidade da democracia e a sustentabilidade do desenvolvimento.

Agradeço a vossa presença, com a firme convicção de que hoje, nesta sala, estamos a ir ao encontro das aspirações e das esperanças daqueles que, há quarenta anos, fizeram e festejaram a alegria do 25 de Abril.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento da Conferência “Portugal – Rotas de Abril: Democracia, Compromisso e Desenvolvimento”

Lisboa, 10 de maio de 2014

No encerramento desta Conferência, permitam-me umas breves palavras para, desde logo, agradecer a presença de todos e as intervenções dos oradores convidados. Agradeço a todo o público que, durante dois dias, acompanhou esta iniciativa com interesse e atenção. Estou certo de que, ao fim destas duas jornadas, todos os que assistiram às sessões se encontram hoje mais conscientes da interação que existe entre a democracia, a cultura de compromisso e o desenvolvimento. Aos intervenientes, agradeço, mais uma vez, a disponibilidade para participar nesta Conferência e as magníficas contribuições que nos trouxeram.

Recordo que a presente Conferência, intitulada “Portugal: Rotas de Abril”, se inscreve no âmbito dos Roteiros do Futuro, uma iniciativa da Presidência da República que pretende abordar, em várias sessões temáticas, alguns dos grandes desafios que se colocam à sociedade portuguesa, situando a análise e a discussão de problemas de fundo numa perspetiva nacional e num horizonte temporal alargado.

Os Portugueses reveem-se na democracia como forma ideal de governo, mas existem sinais de um progressivo distanciamento dos cidadãos relativamente à atividade política.

Os Portugueses aspiram a viver num País mais desenvolvido, o que implica, por um lado, crescimento económico e combate ao desemprego e, por outro, uma defesa intransigente da transparência na vida pública e salvaguarda da justiça social.

Os Portugueses, enfim, estão conscientes dos desafios que Portugal irá enfrentar neste momento crucial da sua História. Reconhecem e valorizam o compromisso como pressuposto essencial de governabilidade e desenvolvimento numa perspetiva nacional de médio prazo.

A cultura do compromisso, que predomina na maioria dos países da União Europeia, tem tido dificuldade em instalar-se na nossa democracia. É preciso insistir. Da minha parte, não deixarei de fazê-lo.

Por tudo isto, as intervenções que escutámos nestes dois dias revestiram-se de enorme interesse. Vozes autorizadas e independentes, reconhecidas pela sua lucidez, pelo seu saber e pela sua experiência, vieram confirmar as nossas intuições e as nossas convicções: o Portugal que nasceu há quarenta anos é um projeto de justiça e de bem-estar que tem de ser constantemente alimentado pela qualidade da democracia e a esperança de um futuro melhor. As intervenções abrangeram temas tão diversos como a cidadania e o compromisso, os desafios da sociedade do conhecimento e a importância da inovação e da competitividade para um crescimento sustentável.

A Conferência contou com oradores nacionais e estrangeiros, com intervenções de personalidades dos mais diversos quadrantes. Em conjunto, procederam a uma reflexão serena e profunda, extremamente enriquecedora para todos nós. Começámos por ouvir o General Ramalho Eanes, testemunho de sabedoria e de experiência. Uma personalidade que, em tempos decisivos da nossa História, se destacou pelo valor da coragem e pela firmeza inabalável das suas convicções. À minha gratidão pessoal a todos os que estiveram presentes, aos oradores e aos que organizaram e acolheram esta iniciativa, quero, como Presidente da República, associar a gratidão dos Portugueses.

Como em muitas outras realizações que têm lugar este ano, aqui celebrámos Abril com elevação e com dignidade, com sentido patriótico e de uma forma profunda e informada. As novas gerações, os que nasceram já depois de 1974, têm dificuldade em perceber que, numa ditadura, seria impossível termo-nos reunido nesta Conferência. Para os jovens, a liberdade é um valor adquirido. Em contrapartida, a segurança no emprego, a possibilidade de afirmar o seu talento ou a capacidade de constituir família e assegurar a sua autonomia são ambições – ambições legítimas – que os jovens de hoje não têm por adquiridas ou garantidas.

Foi para ajudar a cumprir essas ambições que esta Conferência se realizou. Cumprimos a liberdade há quarenta anos atrás. Falta cumprir o desenvolvimento, para que a nossa democracia corresponda aos sonhos nascidos numa madrugada de abril.

Muito obrigado.

Mensagem Dirigida às Comunidades Portuguesas por Ocasão do Dia de Portugal

Guarda, 9 de junho de 2014

Portugueses e Lusodescendentes

Este ano, as Comemorações do dia 10 de Junho têm lugar na cidade da Guarda. Cidade-fortaleza e bastião da fronteira portuguesa, a Guarda desempenhou, desde os alvares da nacionalidade, um papel fundamental na consolidação da nossa independência e na preservação da integridade do território nacional. A cidade da Guarda é, por isso, símbolo maior da vontade indomável dos Portugueses de permanecerem um povo livre e independente.

O 10 de Junho é o dia em que celebramos Portugal, Camões e as Comunidades Portuguesas. É também neste dia que, com a grande família dos Portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro, refletimos em conjunto sobre o nosso passado comum e os desafios que o futuro nos reserva.

Dirijo-me, pois, muito calorosamente, à Diáspora Portuguesa e aos Lusodescendentes, àqueles que são nossos embaixadores por excelência nos países onde vivem e trabalham. O vosso exemplo, a vossa determinação e a forma como representam o nosso País são motivo de orgulho e de esperança para Portugal.

Este ano, celebramos os 40 anos do 25 de Abril. Aproveitei a data para promover uma reflexão sobre o aprofundamento da cidadania democrática, a cultura do compromisso e a importância do conhecimento e da inovação para o desenvolvimento económico e social do nosso país. Estes são temas que convocam as aspirações e os ideais mais profundos do 25 de Abril.

Os portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro têm, também eles, o dever cívico de projetar no futuro as ambições desse Abril de 1974 e de manter vivo este legado da nossa história coletiva.

Percorreremos juntos um longo caminho para construir um Portugal livre e democrático, um país mais desenvolvido, com padrões e expectativas semelhantes às dos restantes Estados da União Europeia.

Apesar do caminho que fizemos, continuamos insatisfeitos. É saudável que assim seja. É sinal de que não nos resignamos, que ambicionamos viver num país melhor. Num país que atraia o regresso dos que partiram e onde os nossos filhos e netos possam usufruir de maiores níveis de bem-estar.

Nas minhas visitas ao estrangeiro, tenho encontrado portugueses notáveis: empreendedores, artistas, empresários, gestores e cientistas altamente qualificados.

Visitei Comunidades de portugueses e lusodescendentes com uma extraordinária vitalidade, que gozam de grande prestígio junto dos países de acolhimento. Milhares de portugueses, apesar de viverem longe, querem cultivar e reforçar os laços com a sua terra de origem. Com elevado espírito de patriotismo, as Comunidades Portuguesas no estrangeiro têm-me transmitido, em múltiplas ocasiões, o seu interesse em contribuir para o desenvolvimento do País.

É esse, precisamente, o apelo que vos dirijo.

Neste dia, que é também vosso, para todos e para as vossas famílias, os meus votos de sucessos profissionais e pessoais.

Bem hajam pelo muito que fazem pelo nosso e vosso País. Portugal agradece.

Cerimónias Militares das Comemorações do Dia 10 de Junho

Guarda, 10 de junho de 2014

Nesta cidade que fez do granito o corpo e a alma, que viu atribuída a nobre função de defesa da Nação que se formava, comemoramos hoje o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

A toponímia da Guarda, de origem visigoda, significa vigia e sentinela. Foi essa a grande missão que desempenhou durante séculos, desde os alvares da nacionalidade.

A sua importância, rapidamente reconhecida, desencadeou um conjunto de decisões de povoamento e fortificação que revelam, à época, uma visão estratégica notável, mobilizando a vontade de uma gente determinada em manter a sua terra sob a tutela do reino. Uma vontade e uma determinação sempre confirmadas ao longo da nossa História.

Militares

Este ano, evocamos o centenário do início da Primeira Grande Guerra. Importa recordar todos aqueles que sucumbiram e se sacrificaram ao serviço da Nação nos campos de Batalha da Flandres, de Angola e de Moçambique, mas cabe também refletir sobre as circunstâncias que rodearam a nossa participação no conflito.

Recordar para entender as gerações que nos precederam, as razões das suas lutas, os caminhos que trilharam e as opções que fizeram. Recordar para aprender com os nossos feitos e os nossos erros, porque o país que ignora a História, que não recorda e não aprende com o seu passado, tende a repetir os mesmos erros no futuro.

A Grande Guerra foi antecedida, na Europa, por um período marcado pelo progresso tecnológico e pela inovação artística e cultural. Alguns chamaram-lhe a “idade dourada da segurança”. Em pouco tempo, esta situação alterou-se, com o desencadear de um conflito mundial que surpreendeu pela sua brutalidade e destruição, dilacerando povos e países.

A eclosão deste conflito encontrou Portugal extremamente fragilizado. Internamente, via-se a braços com uma profunda crise política, económica e social e, externamente, defrontava-se com ameaças aos seus territórios ultramarinos e com a necessidade de reconhecimento e legitimação internacional do novo regime republicano.

A decisão de participar na Guerra foi tomada sem os indispensáveis consensos e sem ter em conta a débil capacidade militar existente.

Um combatente de então retrata bem a realidade da época: “lançado, inesperadamente, numa guerra que estava longe de prever, o país viu-se em dificuldades, com um exército desprovido de organização apropriada, sem uniformes, sem armamento, sem munições, sem transportes e sem dinheiro”.

A falta de preparação do País para assumir tão importante compromisso refletiu-se, por um lado, no apertamento apressado do Corpo Expedicionário Português, que ficou conhecido, sugestivamente, como o “Milagre de Tancos”, e, por outro lado, na incapacidade de projetar e apoiar as tropas portuguesas em França e em África, remetendo-as ao total abandono.

Houve incúria na preparação, alheamento na execução e esquecimento no regresso. As decisões tomadas nos corredores de Lisboa não se revelaram ajustadas, ignoraram os avisados pareceres militares, interferindo abusivamente na ação de comando.

Pode dizer-se que os militares que foram para a Flandres e para África nada tinham senão a coragem.

E foi somente a coragem, a valentia demonstrada pelos soldados no Campo de Batalha, que permitiu honrar Portugal com o desfile do seu contingente, ao lado dos aliados, na parada da Vitória sob o Arco do Triunfo e que permitiu a salvaguarda das possessões ultramarinas.

Portugueses

A memória da Grande Guerra deve constituir-se num tributo ao sacrifício, ao valor e ao caráter do combatente português que, em França, em África e nas “trincheiras do tempo”, à Pátria tudo deu.

Portugal e os Portugueses têm uma dívida de gratidão e não podem, não devem esquecer aqueles que, ao longo de quase nove séculos, em seu nome combateram e em seu nome morreram.

Combater é um ato supremo de cidadania. Nunca é demais recordá-lo. É por isso que, mais uma vez, nas celebrações do Dia de Portugal, rendemos homenagem aos antigos combatentes aqui presentes, dando público testemunho da consideração e do respeito que nos merecem.

Portugueses

Este Centenário deve, também, constituir-se para a Europa e para o Mundo como um momento de reflexão sobre os rumos e as opções que diariamente se assumem.

Assiste-se hoje a uma perigosa indiferença perante importantes questões de segurança, negligenciando-se as causas geradoras de conflitos, nomeadamente o recrudescimento dos nacionalismos e a irrupção das tendências separatistas.

Os recentes acontecimentos no Mundo, e, em particular, na Europa, aí estão para o comprovar.

A reflexão que nos merece esta página da nossa História é que a segurança e a paz não são dados adquiridos. Dependem da vontade e das decisões de terceiros e da confluência de circunstâncias várias.

Em termos nacionais, é essencial a existência de Forças Armadas prontas e preparadas para servir o País, com uma capacidade de resposta adequada e assente na eficácia da organização, na qualidade dos equipamentos e na motivação dos seus quadros e tropas.

A complexidade do processo obriga a uma preparação rigorosa e demorada. Os Exércitos não se improvisam – preparam-se.

Militares

O Portugal de hoje continua a bater-se pelos valores da Paz, da Liberdade e da Democracia e a transportar, além-fronteiras, o código moral, a competência e o profissionalismo dos seus militares, qualidades amplamente reconhecidas e elogiadas pelos nossos parceiros e aliados, o que constitui fator de credibilidade e de prestígio para o País.

Mantendo-se embora a missão primária da defesa de Portugal e dos Portugueses, a segurança e os interesses do Estado afirmam-se, atualmente,

longe das fronteiras tradicionais, nas alianças e organizações internacionais de segurança coletiva, realidade que nos traz responsabilidades acrescidas. Sob pena de nos tornarmos um parceiro dispensável e irrelevante na cena internacional onde se joga o nosso futuro e o nosso desenvolvimento, a nossa participação requer a existência de meios e recursos que evitem a degradação das capacidades existentes e que permitam assegurar os necessários níveis de operacionalidade.

Neste quadro, e como afirmei recentemente, identificam-se duas importantes áreas de atuação.

Uma, a salvaguarda da capacidade operacional. Portugal precisa de umas Forças Armadas credíveis, coesas e treinadas, capazes de assegurar o cumprimento das suas missões dentro e fora do território nacional.

A outra, as pessoas. Porque é nelas que reside a força, a determinação e o culto dos valores nacionais das Forças Armadas. É sobre elas que recai a responsabilidade do exercício da função e que se fazem sentir as maiores dificuldades. É por isso que a ação de comando deve ser centrada nas pessoas, dando especial atenção aos problemas concretos dos militares.

Pela sua importância e pelos reflexos na coesão, no moral e na disciplina, é legítima a expectativa dos militares quanto ao processo de instalação do Hospital das Forças Armadas e, também, quanto ao resultado do trabalho conjunto, entre os Chefes Militares e a tutela, em relação à proposta de revisão do seu Estatuto.

Militares

O alto sentido do dever, o espírito de serviço e a total disponibilidade das Forças Armadas no cumprimento das suas missões honram o seu passado e as suas tradições, creditando-as como uma das instituições nacionais mais prestigiadas e em que os Portugueses mais confiam.

Como Comandante Supremo das Forças Armadas, reafirmo, perante os Portugueses, a minha confiança nos homens e nas mulheres que servem na Instituição Militar. Incentivo-vos a partilhar a vossa força, o vosso vigor e entusiasmo, em nome de um futuro de esperança.

Portugal precisa de todos. Portugal precisa das suas Forças Armadas.

Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Guarda, 10 de junho de 2014

Hoje, na cidade da Guarda, celebramos o Dia de Portugal. Esta é a festa de todos os Portugueses.

Neste dia, comemoramos um País, festejamos uma Pátria, mas, antes de mais, celebramos um Povo, o nosso – o povo português.

O Dia de Portugal é também o Dia das Comunidades Portuguesas, a ocasião festiva em que saudamos a nossa Diáspora.

Um país é muito mais do que um território. Portugal é, acima de tudo, as pessoas que o integram, os portugueses que vivem no nosso país ou no estrangeiro, os cidadãos de outros países que decidiram residir e trabalhar entre nós. Esta é a nossa riqueza maior: somos um país uno mas também plural, uma comunidade coesa mas simultaneamente diversa, uma cultura feita de várias culturas.

Portugueses

Neste ano de 2014, conquistámos o direito a ter esperança.

Portugal cumpriu as obrigações que assumiu em maio de 2011 perante as entidades internacionais que nos concederam os empréstimos necessários ao financiamento do Estado e da economia. O programa de assistência financeira foi concluído no passado mês de maio.

Vivemos uma situação de emergência nacional, que exigiu dos Portugueses um extraordinário sentido de responsabilidade. Foi um caminho duro. Vivemos tempos muito difíceis, mas não perdemos a coragem da esperança e a vontade de triunfar. Como sempre sucedeu ao longo da História, e em particular nestas quatro décadas de democracia, o povo português deu mostras de uma maturidade cívica exemplar.

Entrámos numa nova fase da vida nacional, que designei de pós-troika, chamando a atenção para a necessidade de estarmos preparados para os novos desafios que temos diante de nós.

Agora, com os sacrifícios que todos tivemos de fazer, será possível olhar o futuro com mais esperança e com renovada confiança.

Devemos, no entanto, ter uma noção muito clara de duas realidades que não podem ser iludidas.

Em primeiro lugar, sabemos bem que a fase crítica por que passámos deixou marcas e sequelas profundas. Devemos, pois, permanecer atentos e vigilantes, designadamente em matéria de disciplina das contas públicas e de controlo do endividamento externo, para não cairmos de novo numa “situação explosiva”, risco para o qual alguns alertaram os Portugueses em devido tempo.

Os Portugueses desejam que o seu País nunca mais venha a encontrar-se numa situação semelhante àquela a que chegou em maio de 2011. Há que ter muita prudência. Exige-se, pois, uma conduta esclarecida e responsável de todos os agentes políticos, que vá ao encontro das legítimas aspirações de progresso e de bem-estar do nosso povo.

Em segundo lugar, devemos estar conscientes de que podemos agora olhar o futuro com mais confiança, mas sem triunfalismos ou ilusões. Cumprimos as obrigações que assumimos e evitámos a bancarrota. O cenário de emergência foi afastado do nosso horizonte. Mostrámos ao Mundo que Portugal é um país credível, que os Portugueses são um povo que cumpre a palavra dada.

As incertezas que pairaram sobre a nossa economia estão agora mais atenuadas. Há razões para ter esperança na recuperação do investimento. O relançamento económico da União Europeia, de longe o primeiro mercado das nossas exportações, encontra-se em curso de uma forma sustentada.

Mas não podemos esquecer que Portugal é uma economia aberta, que depende muito do exterior.

Não podemos desperdiçar o capital de credibilidade que conquistámos à custa de tantos sacrifícios, mas temos também o direito de esperar das instituições europeias a solidariedade e o apoio que soubemos merecer graças ao nosso sentido de responsabilidade. De igual modo, conquistámos o direito de exigir que seja atribuída maior prioridade a uma agenda europeia orientada para o crescimento económico e para a criação de emprego.

O futuro reserva-nos, certamente, algumas decisões difíceis, porque não podemos esquecer as regras de disciplina orçamental a que todos os Estados-membros

da Zona Euro estão sujeitos. Mas se as forças políticas revelarem o mesmo espírito patriótico demonstrado pelo nosso povo, tais decisões poderão ser tomadas num ambiente de maior serenidade e confiança.

Portugueses

Em tempos de grandes dificuldades, que atravessámos e continuamos a atravessar, não nos resignámos, não baixámos os braços.

Porque tivemos a coragem da esperança, temos agora de dar razões de esperança aos Portugueses. É uma esperança legítima, porque merecida ao fim de muitos sacrifícios.

Se todos têm direito à esperança, devemos atender em especial àqueles que sentem mais dificuldades em fazer ouvir a sua voz.

Desde logo, os idosos, os reformados e pensionistas, aqueles que chegaram ao fim de uma vida de trabalho e têm o direito a uma existência digna. Portugueses que descontaram para os sistemas de proteção social cumprindo as leis da República e que não têm possibilidade de regressar à vida ativa e encontrar fontes alternativas de rendimento.

Temos também de trazer esperança àqueles que perderam os seus postos de trabalho, especialmente aos desempregados de longa duração, aos portugueses que, pela sua idade ou pelo nível das suas qualificações, enfrentam maiores dificuldades de retorno ao mercado de trabalho. Portugal não pode desperdiçar a experiência de uma geração inteira. O combate ao desemprego através da criação de novos postos de trabalho deve ser assumido como uma prioridade nacional pelos agentes políticos e económicos. A política e a economia existem em função das pessoas, da sua dignidade e da melhoria das suas condições de vida. Devemos pensar também nos nossos jovens, que têm a audácia da esperança. Investiram na sua formação e qualificação e têm uma enorme vontade de trabalhar e de vencer. Possuem um conhecimento do Mundo como nenhuma geração anterior possuiu. Muitos destacam-se como cientistas de exceção, outros têm talento empreendedor e aspiram pôr em prática as suas ideias inovadoras, contribuindo para a modernização e para o dinamismo da economia portuguesa. Ambicionam colocar as suas capacidades ao serviço do seu próprio país e não querem ter de partir rumo ao estrangeiro.

Nesta nova fase da vida nacional, os reformados, os pensionistas e os jovens têm direito à esperança.

A coragem da esperança estende-se, no entanto, a muitos outros grupos da nossa sociedade.

Aos empresários, para quem o reforço do clima de confiança é decisivo nas suas decisões de investimento e de criação de emprego.

Aos trabalhadores, que esperam uma melhoria das suas condições de vida e de bem-estar.

Às populações que vivem no interior do país, que têm a esperança de que o próximo programa de financiamento europeu implique um novo olhar às assimetrias de desenvolvimento e ao problema do despovoamento.

Portugueses

Portugal enfrentou, nos últimos três anos, a maior crise da sua História recente. Porque tivemos a coragem da esperança, soubemos vencer as adversidades de um tempo difícil.

É fundamental evitarmos os erros do passado. Não podemos voltar a uma situação como aquela que vivemos quando fomos obrigados a recorrer ao auxílio externo. Repito: devemos estar atentos.

Da mesma forma que estiveram conscientes das exigências da crise, os Portugueses sabem bem que só através de um crescimento económico sustentado conseguiremos resolver os nossos problemas de forma estável e consistente, numa perspetiva de médio prazo.

Importa igualmente lutar para que os valores da justiça social sejam concretizados através de uma distribuição mais equitativa dos rendimentos e de políticas públicas orientadas para o combate à pobreza e à exclusão e para a promoção da mobilidade social.

Assistimos hoje em todo o Mundo, mas também em Portugal, ao nascimento de novas formas de desigualdade. A escola e a excelência do ensino, aliadas à dignificação da atividade docente, constituem elementos fundamentais para a construção de um Portugal mais justo.

Na promoção da justiça social e do bem-estar, a prestação de cuidados de saúde de qualidade afigura-se igualmente como uma prioridade. Os Portugueses

reveem-se e têm apreço pelo seu Serviço Nacional de Saúde e desejam que este modelo seja preservado e melhorado.

Os Portugueses têm direito a esperar que as principais forças políticas e as suas lideranças adotem uma atitude e uma cultura em que o superior interesse nacional seja colocado acima dos interesses partidários. Que sejam capazes de ultrapassar as divergências do tempo curto dos ciclos políticos e eleitorais e compreendam que Portugal enfrenta desafios que nos remetem para um tempo longo, para um horizonte alargado que ultrapassa os mandatos dos governantes.

Os desafios que temos diante de nós, de todos nós, só podem ser vencidos através de uma cultura de compromisso. Adiar por mais tempo um entendimento partidário de médio prazo sobre uma trajetória de sustentabilidade da dívida pública e sobre as reformas indispensáveis ao reforço da competitividade da economia é um risco pelo qual os Portugueses poderão vir a pagar um preço muito elevado.

O tempo de diálogo que se estende agora até à discussão do próximo Orçamento do Estado será o mais indicado para que as forças políticas caminhem no sentido da concretização do direito à esperança dos Portugueses, numa perspetiva temporal mais ampla, situada para além de vicissitudes partidárias ou de calendários eleitorais. É essa a responsabilidade das forças partidárias.

Portugueses

Este ano de 2014 abre um caminho de esperança. Mas, para ter esperança no futuro, devemos continuar a trabalhar no presente. Não podemos ficar à espera, passivamente, que a situação se altere por si mesma. Ambicionamos viver num país melhor e para isso temos que juntar esforços e unir vontades. Cada um tem de contribuir para que a esperança de todos se realize.

Ao longo destes anos difíceis, os Portugueses deram prova de um notável sentido patriótico de responsabilidade. Têm agora o direito a exigir que os agentes políticos atuem de modo idêntico. Sabemos que ainda há um longo caminho a percorrer para alcançarmos a sociedade mais justa e desenvolvida com que sonhámos há quarenta anos.

O povo português tem a coragem do sonho e a força da esperança. A História mostra-nos que não somos melhores nem piores do que os outros. Somos diferentes, somos Portugueses. É essa singularidade que nos distingue dos outros povos do Mundo. É essa singularidade, esse modo único de ser português, que celebramos no dia de hoje, o Dia de Portugal.

Viva Portugal!

Cerimónia Comemorativa dos 104 Anos da Proclamação da República

Lisboa, 5 de outubro de 2014

Comemoramos hoje o 5 de Outubro, a data fundadora da nossa República, o regime em que nos orgulhamos de viver.

Numa República, não existem privilégios de nascimento ou de classe social. Todos são iguais em dignidade e direitos.

Numa República, ninguém está acima da lei. As leis são aprovadas pelos legítimos representantes dos cidadãos e aplicadas por tribunais que administram a justiça em nome do povo.

Numa República, todos somos cidadãos. Ninguém está isento de contribuir ativamente para melhorar o futuro do seu país.

Foram estes os ideais que, há mais de cem anos, levaram à instauração do regime republicano.

A República trouxe também consigo a aspiração de uma nova ética, norteadada por valores e princípios, como o serviço à causa pública, a transparência da ação política e uma maior justiça social entre todos os Portugueses.

Celebrar a República é também fazer o balanço dos sonhos que não foram cumpridos e refletir sobre o que aconteceu depois do 5 de Outubro de 1910.

O regime republicano, como é reconhecido pela História, caracterizou-se por uma extrema instabilidade política, em que os governos se sucederam a um ritmo vertiginoso. Em dezasseis anos, entre 1910 e o golpe militar de 1926, existiram 45 governos. Cada governo durou, em média, quatro meses. Existiu mesmo um executivo que exerceu funções apenas durante um dia. Dos oito presidentes da República, só um concluiu o mandato para que fora designado.

Devido a esta instabilidade crónica, o regime da Primeira República foi incapaz de cumprir muitos dos ideais e dos sonhos que estiveram na génese da revolução de 5 de outubro de 1910 e tudo terminaria com um golpe militar autoritário que instaurou uma ditadura.

Há quarenta anos, o 25 de Abril de 1974 devolver-nos-ia a esperança de um tempo novo, com mais liberdade e democracia, com mais desenvolvimento económico e mais justiça social.

Aqui chegámos hoje, ao 5 de outubro de 2014. Celebramos este 5 de Outubro num momento crucial e decisivo para a nossa República. Portugal ainda sente os efeitos de uma das mais graves crises que teve de enfrentar nas últimas décadas e, embora existam sinais de esperança, são múltiplos os desafios que temos pela frente para alcançarmos níveis sustentáveis de crescimento económico e de criação de emprego.

Por isso, é urgente procedermos a uma reflexão séria sobre o regime político português e encontrarmos em conjunto soluções para os problemas que afetam a governabilidade da nossa República.

Como o demonstram sucessivos estudos e inquéritos levados a cabo por entidades credíveis e independentes, os Portugueses são dos povos da União Europeia que demonstram maiores níveis de insatisfação com o regime em que vivem.

De acordo com os dados do último inquérito do Eurobarómetro, 89 por cento dos inquiridos tendem a não confiar nos partidos políticos e 73 por cento dizem estar insatisfeitos sobre o modo como a democracia funciona no nosso país. Só em cinco dos 28 Estados-membros da União Europeia existe um grau mais elevado de insatisfação com o funcionamento das instituições democráticas.

As condições em que vivemos hoje são muito diferentes daquelas que levaram à queda da Primeira República. Não corremos o risco de regresso a uma ditadura nem de um golpe militar como aquele que eclodiu em 1926.

A pertença a um espaço como a União Europeia dá-nos a garantia de partilharmos uma comunidade de valores democráticos e princípios de liberdade.

Mais decisivamente ainda, os Portugueses são um povo que preza a vida democrática, e demonstraram-no várias vezes ao longo das últimas décadas.

Lutámos pela democracia antes e depois do 25 de Abril.

Lutámos pela liberdade quando participámos nas eleições para a Assembleia Constituinte, naquele que foi o ato eleitoral mais concorrido da nossa História.

Estivemos ao lado da democracia quando aderimos com entusiasmo ao projeto europeu, uma opção histórica de benefícios inquestionáveis.

Mais recentemente, perante uma crise económica e social de enormes proporções, o povo português demonstrou, uma vez ainda, o seu exemplar sentido de civismo e de responsabilidade.

Tudo isto nos dá razões de esperança e representa um motivo para lutarmos pela qualidade da nossa democracia.

Minhas Senhoras e meu Senhores

Os Portugueses não estão insatisfeitos com a democracia ou com a República. Estão insatisfeitos, isso sim, com a forma como as instituições democráticas têm funcionado no nosso país.

Vários inquéritos de opinião evidenciam que a falta de confiança nas instituições tem vindo a crescer e a aprofundar-se.

A insatisfação dos cidadãos e a sua falta de confiança nas instituições – sobretudo nos partidos – têm tido reflexo em sucessivos atos eleitorais, marcados por níveis preocupantes de abstenção.

De igual modo, é cada vez maior a repulsa dos cidadãos mais qualificados pelo exercício de funções públicas. Não apenas no que toca ao desempenho de cargos políticos, mas também ao exercício de funções nas diversas áreas da Administração Pública. A situação tem vindo a agravar-se e os custos que daí resultam são, certamente, muito significativos.

Já se pensou nos prejuízos para o País se não tivermos as pessoas com as competências certas em determinados altos cargos da Administração Pública?

Para esta situação contribui, sem dúvida, uma maior atratividade do setor privado, em regra mais bem remunerado e, sobretudo, sem a exposição mediática e o desgaste pessoal e até familiar que, muitas vezes, estão associados ao desempenho de cargos públicos.

O problema, no entanto, é mais vasto, decorrendo da falta de incentivos para o exercício de cargos públicos e até da existência de fatores que adensam a repulsa por essa opção. O exercício de cargos na esfera política ou administrativa deixou de estar associado a uma noção patriótica de serviço à causa pública, de dedicação à comunidade, de reconhecimento do mérito, para passar a ser visto como um sinal de carreirismo e de oportunismo, associado, com frequência, a um percurso de vida inteiramente situado no seio dos partidos.

Na atividade partidária, têm vindo a agravar-se as barreiras à entrada de novos protagonistas e as limitações à concorrência na escolha dos dirigentes, aos mais diversos níveis, favorecendo inevitavelmente aqueles que já estão instalados nos aparelhos partidários.

Ora, se a profissionalização da atividade política, em si mesma, nada tem de censurável ou negativo, ela surge como um fenómeno preocupante quando traz associada uma marca de desprestígio e de ausência de méritos e qualificações. Por outro lado, a tendência para a demagogia e o populismo contribui para acentuar o afastamento dos quadros profissionais mais qualificados do exercício de funções públicas.

Também noutros domínios fundamentais para o aprofundamento da qualidade da democracia – como é o caso do sistema eleitoral –, em torno dos quais, desde há décadas, se fazem estudos e debates, pouco se avançou em concreto para combater o afastamento dos cidadãos relativamente à vida cívica.

É essencial, como aliás tem sido unanimemente reconhecido, promover uma maior aproximação entre eleitos e eleitores. De igual modo, é essencial que exista uma maior transparência no financiamento político-partidário. Em nome da ética republicana, para reconciliarmos os cidadãos com a política, não podemos ceder à tentação fácil do populismo de ocasião, nem adotar um registo de crítica sistemática e inconsequente. Mas devemos ter consciência de que existem reformas no sistema político que são discutidas desde há muito, sem que desses debates surjam mudanças efetivas – e necessárias.

Minhas Senhoras e meu Senhores

A República foi concebida como uma democracia de compromisso e diálogo. Aqueles que, em 1976, elaboraram e aprovaram a nossa Constituição desenharam um modelo democrático assente numa distribuição equilibrada entre os vários órgãos de soberania, mas muito exigente para o sentido de responsabilidade dos agentes políticos.

O sistema eleitoral proporcional, como aquele que possuímos, favorece a representatividade de diversas correntes de opinião no Parlamento, mas traz consigo uma exigência de que os Portugueses devem estar conscientes. Para alcançar a governabilidade e a estabilidade políticas no quadro de um sistema eleitoral

proporcional, os diversos interlocutores têm de adotar e cultivar uma cultura de compromisso.

O sistema eleitoral proporcional só permite uma governabilidade estável e duradoura se for acompanhado de entendimentos partidários de curto e médio prazo. É isso que sucede, há muito, em diversas democracias europeias consolidadas, pelo que é de estranhar que subsistam algumas resistências à instauração de uma cultura de compromisso em Portugal.

Mantendo-se a tendência das forças partidárias para rejeitarem uma cultura de compromisso, não é de excluir, sem qualquer dose de alarmismo, um aumento dos níveis de abstenção para limiares inoportáveis ou a implosão do sistema partidário português tal como o conhecemos.

A persistência do taticismo e do imediatismo, a teimosia de uma política de vistas curtas, exclusivamente centrada nos interesses partidários, trará custos a médio prazo para a democracia portuguesa no seu todo.

Os partidos políticos e as suas lideranças não podem viver na ilusão de que tudo isso lhes passará ao lado e de que sairão incólumes de uma eventual transformação profunda do nosso sistema político-partidário.

Como tenho referido em várias ocasiões, só através de uma cultura de compromisso poderemos alcançar a indispensável estabilidade governativa. Devemos recordar-nos disto no dia em que celebramos uma data de festa e esperança – o 5 de Outubro de 1910 –, em que não podemos esquecer que foi a crónica instabilidade política que levou à queda da Primeira República, com as nefastas consequências que os Portugueses sofreram durante quase meio século de ditadura.

Se a existência de uma cultura de compromisso entre os agentes políticos e económicos, entre os decisores públicos e os parceiros sociais, sempre foi importante para a consolidação e a qualidade da nossa democracia, ela configura-se como indispensável nos tempos adversos que vivemos.

A Europa encontra-se perante sérios desafios. Emergiram novas ameaças, designadamente de origem externa, que irão pôr à prova a solidez e a consistência do projeto da União Europeia.

A par disso, as exigências decorrentes do processo de integração, nomeadamente as que decorrem do Pacto de Estabilidade e Crescimento e do Tratado Orçamental, implicam, da parte dos diversos governos nacionais, a manutenção

do esforço de contenção dos défices das contas públicas e de controlo rigoroso da despesa.

O modelo do Estado social não está, de modo algum, posto em causa. Pelo contrário, é justamente para conseguir preservar esse modelo, numa Europa cada vez mais afetada pela quebra da natalidade e pelo envelhecimento das populações, que somos obrigados a proceder a uma utilização muito criteriosa dos escassos recursos públicos disponíveis.

É neste contexto que os agentes políticos devem assumir, de uma vez por todas, uma cultura de responsabilidade e uma cultura de verdade.

Na vida política portuguesa, tem sido prática constante, sobretudo nas últimas décadas, fazerem-se promessas e anunciarem-se medidas irrealistas com vista a conquistar o apoio dos cidadãos e o voto do eleitorado. O incumprimento das promessas feitas constitui um dos principais fatores de aumento da descrença dos Portugueses na sua classe política e de desconfiança nas instituições.

É tempo de instituir uma cultura de maior responsabilidade e realismo, pois a conjuntura que atravessamos não se compadece com promessas de facilidades nem com soluções utópicas.

Se as dificuldades são inegáveis, existem, contudo, fundados motivos para termos esperança no futuro. Mas a esperança constrói-se, não se promete. A esperança constrói-se com trabalho e com responsabilidade, com sentido de interesse nacional.

Quem não for capaz de alcançar os compromissos necessários a uma governação estável, poderá alcançar o poder, mas dificilmente terá a garantia de o exercer por muito tempo.

O desafio da responsabilidade cívica não interpela apenas a classe política. Dirige-se a todos, a empresários, trabalhadores e sindicalistas, aos profissionais liberais, aos dirigentes do Estado e aos funcionários da Administração Pública, aos professores de todos os escalões de ensino, aos profissionais da comunicação social.

O desafio da responsabilidade cívica dirige-se, também, aos jovens. Implica que sejam mais exigentes em relação aos que nos governam, mas que sejam igualmente exigentes relativamente a si próprios e à qualidade do ensino que lhes é ministrado.

Os jovens portugueses não devem enveredar pelo pessimismo e pela maledicência, não devem desperdiçar energias e o imenso talento que têm a criticar tudo e todos, quando tanto podem dar à vossa terra, Portugal, um dos melhores países do Mundo para viver.

Numa República, o trabalho e o esforço de cada um são património de todos. Aquilo que fizerem por Portugal será feito para vós.

Muito obrigado.

Mensagem Evocativa do Centenário da Primeira Grande Guerra

Lisboa, 18 de outubro de 2014

Prestamos hoje, por todo o País, uma justa e sentida homenagem aos mortos da Primeira Grande Guerra. Cumprimos o compromisso de honra de manter viva a memória do seu exemplo de dedicação à Pátria.

Fazemo-lo frente aos monumentos evocativos da Guerra, memoriais que testemunham o esforço e o sacrifício de milhares de portugueses que se dispuseram a dar a vida por Portugal, nos campos de batalha da Flandres, de Angola e de Moçambique, sem esquecer os que pereceram no flagelo do cativo, num quadro de extrema miséria e completo esquecimento.

A Grande Guerra marcou decisivamente o percurso da história contemporânea europeia e mundial. Foi uma rutura de dimensões múltiplas, que determinou o fim dos grandes Impérios, redesenhou o mapa político da Europa e alterou as relações de poder entre os Estados.

Foi o termo de um longo período de paz e da ilusão de que a interdependência económica e financeira das potências tornaria improvável qualquer ato de agressão. Os primeiros sinais de conflito foram ignorados. A eclosão da Guerra acabou por surpreender pela brutalidade e extensão.

O início do conflito ocorreu num período de forte instabilidade em Portugal, com uma profunda crise política e económica que levava a descurar, de forma comprometedora, a capacidade militar do País.

Esta realidade não impediu que se assumissem compromissos sem que estivessem reunidas as condições necessárias à preparação e ao apoio das Forças Militares, decisão que veio a revelar-se dramática para o País e para milhares de Portugueses. Da História da Guerra fica o exemplo extraordinário da coragem e do amor à Pátria do Soldado Português. Fica o testemunho sublime de uma vontade inquebrantável, de uma capacidade de sofrimento e de um espírito de sacrifício sem limites de um punhado de portugueses que honraram Portugal nos campos de batalha de África e da Flandres.

Para sempre ficaram, também, as histórias e proezas vividas por homens simples. Os laços de camaradagem forjados na dureza da campanha, as amizades e as cumplicidades na partilha das horas amargas e dos momentos fugazes de alegria, a recordação dos que tombaram a seu lado no cumprimento do dever, das famílias que compartilharam no silêncio a dor da perda, dos lares feridos pelos vazios jamais preenchidos e pelos projetos nunca concretizados. Serviram Portugal com total desprendimento e a humildade dos grandes.

O seu esforço não foi em vão.

É vital que olhemos e aprendamos com o passado, nunca deixando de valorizar a Paz e a Liberdade e nunca subestimando o esforço daqueles que as conquistaram e as mantêm.

Portugueses

As armas deste cruel conflito calaram-se há muito tempo, assim como as vozes dos soldados caídos que encontraram o fim do sofrimento no descanso final. Ficou o seu exemplo e o legado que deixaram para as gerações futuras.

Mas também ficou a dura lição da incapacidade do País para assumir tão exigente compromisso, de que resultou a impreparação e o abandono dos nossos militares, com trágicas consequências e custos humanos elevados.

A memória da Grande Guerra deve constituir-se num tributo ao sacrifício, ao valor e ao caráter do Soldado Português.

Nas palavras da última mensagem de um jovem Tenente aos seus Soldados, recordando os companheiros que os deixaram:

“Todos poderão esquecerê-los menos nós (...) temos de nos curvar ao respeito que infundem os que ficaram nessa cruzada do novo século. Que descansem – os heróis mortos”.

Portugal não os esquecerá.

Mensagem de Ano Novo

Palácio de Belém, 1 de janeiro de 2015

Boa noite.

Desejo a todos um Feliz Ano de 2015.

Os meus votos dirigem-se a todos os Portugueses, quer aos que residem no nosso país, quer aos que se fixaram no estrangeiro.

Saúdo também os cidadãos de outros países que escolheram Portugal como lugar de residência ou de trabalho. Orgulhamo-nos que tenham decidido viver em Portugal, uma terra aberta e plural, onde todos são recebidos com hospitalidade e sem quaisquer discriminações.

A todos, desejo um Bom Ano Novo.

Portugueses

Em 2014, celebrámos os quarenta anos do 25 de Abril, a revolução que nos trouxe a liberdade e a democracia.

Uma democracia consolidada exige o pluralismo e a diversidade de opiniões. Os regimes democráticos pressupõem também a capacidade de as diversas forças políticas encontrarem as soluções que melhor sirvam o interesse nacional.

Atualmente, é consensual que só através de uma estratégia orientada para a competitividade das exportações, para a atração de investimento e para a criação de emprego será possível vencermos os desafios do futuro.

Uma estratégia acompanhada do controlo das contas públicas e do endividamento externo.

Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer. Esse caminho deve ser feito em conjunto, com abertura e diálogo entre as diversas forças partidárias, contando com o contributo dos agentes económicos e dos parceiros sociais e unindo os Portugueses, como foi possível fazer em momentos decisivos da nossa democracia.

O ano de 2015 será um ano de escolhas decisivas para o futuro do País. Os Portugueses irão ser chamados a pronunciar-se através do exercício do direito de voto.

É essencial participar ativamente nas eleições. Só assim podemos esperar – e até exigir – que os agentes políticos atuem com responsabilidade, elevação e sentido cívico, colocando o interesse nacional acima dos interesses partidários. É fundamental evitar crispações e conflitos artificiais que têm afetado a confiança dos cidadãos nas nossas instituições e, em particular, na classe política.

Ao fim de quarenta anos de democracia, devemos desenvolver uma cultura política mais esclarecida e mais esclarecedora.

As forças partidárias devem ser claras nas suas propostas, de forma a que os cidadãos possam avaliar as suas implicações.

Rejeito em absoluto uma ideia demagógica e populista, que alguns pretendem incutir na opinião pública, segundo a qual os partidos e os seus dirigentes se alheiam dos interesses do país e das aspirações dos cidadãos.

Devemos recusar o populismo e fazer um esforço de pedagogia democrática, tendo presente que os partidos políticos são essenciais para a qualidade da democracia e para a expressão do pluralismo de opiniões.

Mas esse esforço de pedagogia democrática só pode ser feito através da força do exemplo.

Os partidos e os agentes políticos têm de demonstrar, pela sua conduta, que são um exemplo de transparência, de responsabilidade e de civismo para os Portugueses. Há que ser cuidadoso nas promessas eleitorais que se fazem e que, não podendo depois ser cumpridas, acentuam perigosamente a desconfiança dos cidadãos em relação à classe política e às instituições.

Há que evitar promessas demagógicas e sem realismo.

Devo ser claro: é errado pensar que os problemas que o País enfrenta podem ser resolvidos num clima de facilidades.

Tal como os outros países da zona euro, Portugal está sujeito às exigências de disciplina orçamental e de sustentabilidade da dívida pública. Nem os países de maior dimensão conseguem eximir-se ao seu cumprimento, como se viu recentemente.

Portugal não pode regredir para uma situação semelhante àquela a que chegou em princípios de 2011, em que foi obrigado a recorrer a auxílio externo de emergência.

Só o rigor e a transparência na condução da política nacional permitirão a melhoria continuada das condições de vida das pessoas.

O combate à corrupção é uma obrigação de todos.

No ano que terminou, foram ainda muitos os Portugueses que viveram momentos particularmente difíceis, mas surgiram sinais de esperança.

Não nos podemos deixar abater pelo desânimo nem cultivar o pessimismo. Devemos olhar o futuro com confiança renovada.

Portugal concluiu a execução do programa de ajustamento subscrito em 2011 com as instituições internacionais sem necessidade de solicitar assistência financeira adicional. A economia está a crescer, a competitividade melhorou, o investimento iniciou uma trajetória de recuperação e o desemprego diminuiu. É preciso criar condições políticas para que esta tendência se reforce no ano que agora começa.

Os fundos europeus colocados à disposição do País são um trunfo que não podemos desperdiçar. A utilização destes fundos será eficaz se reforçar o crescimento da produção, a criação de emprego e a coesão social e territorial.

A situação das famílias atingidas pelo desemprego e pela pobreza e a correção das desigualdades sociais devem merecer particular atenção da parte de todos os agentes políticos.

Seja qual for o resultado eleitoral, o tempo subsequente à realização de eleições será marcado por exigências de compromisso e de diálogo. Este espírito de abertura não poderá ser prejudicado por excessos cometidos na luta política que antecede o sufrágio.

Em devido tempo, chamei a atenção do País para prepararmos o período pós-troika. Agora, interpelo os Portugueses – e, em especial, os agentes políticos – a prepararem o período pós-eleitoral.

Não é só no dia a seguir às eleições que se constroem soluções governativas estáveis, sólidas e consistentes, capazes de assegurar o crescimento económico e dar esperança aos Portugueses.

O período pós-eleições deve corresponder à consolidação de um tempo de confiança no nosso país, quer no plano interno, quer no plano internacional.

Existem razões de esperança no futuro. Mas a esperança não se proclama com meras palavras.

A esperança constrói-se com sentido de interesse nacional, com atitudes e gestos concretos que contribuam efetivamente para resolver os problemas reais do País. Para se construir um país melhor no futuro, a esperança tem de ser semeada no presente.

A todos os Portugueses, e às suas famílias, renovo os votos de um Bom Ano de 2015, feito de paz e de esperança.

Economia e Crescimento Sustentável **II**





Cerimónia Comemorativa do 90º Aniversário da Nestlé

Avanca, 10 de março de 2014

Foi com muito gosto que aceitei o convite para estar presente em Avanca, neste dia de encerramento da comemoração do nonagésimo aniversário da Nestlé Portugal.

A Nestlé é uma empresa bem conhecida dos portugueses. Quer pela excelência, quer pela variedade dos seus produtos, tornou-se desde há muito uma referência do setor agroalimentar, em Portugal e em todo o Mundo.

Pela forma ativa como tem expandido os seus produtos e atividades, é evidente que o tem feito com competência e com muito sucesso.

E o sucesso, tal como a antiguidade, merecem ser festejados. Merecem ser festejados porque são sempre fruto de muito trabalho, de muita dedicação e de muito investimento. Neste caso também de muita investigação e inovação.

O sucesso e o retorno são a consequência lógica de todos esses elementos que a Nestlé tem conseguido conjugar, em Portugal e em muitas outras partes do Mundo.

As farinhas lácteas Nestlé, que julgo terem sido os primeiros produtos conhecidos em Portugal, tiveram um tal sucesso junto dos consumidores portugueses, que se ouvia muito frequentemente dizer que este ou aquele bebé mais bonito tinha cara de “bebé Nestlé”.

Atualmente, depois de um percurso de 90 anos, é de facto impressionante a variedade de produtos que esta empresa produz e comercializa no nosso mercado alimentar.

Com os produtos lácteos, os cereais, os chocolates, águas e bebidas, cafés, gelados, sobremesas, iogurtes, uma enorme variedade de produtos culinários e até alimentos para animais, a Nestlé tem-se mantido no topo do setor alimentar em Portugal.

A história e a evolução da Nestlé em Portugal, tem sido, de facto, notável.

Notável, desde logo pela circunstância de, em 1923, o seu embrião ter nascido aqui, em Avanca, através da Sociedade de Produtos Lácteos, a primeira fábrica portuguesa

de leite em pó, que teve como principal empreendedor o Prof. Egas Moniz, o notável português, médico, investigador, político, embaixador e escritor que, em 1949, honrou Portugal ao receber o Prémio Nobel da Medicina.

Desde 1923 até hoje, o desenvolvimento da Nestlé em Portugal tem sido permanente, tendo alguns dos seus produtos constituído autênticas referências nas nossas vidas, nas vidas e na memória de várias gerações de portugueses.

Mesmo os mais velhos entre nós se recordarão das sopas *Maggi*, dos chocolates *Rajá*, do café *Sical*, do *Nesquik*, do *Mokambo*, do *Milo*, da *Cerelac*, do *Nestum* e de tantos outros produtos, muitos dos quais ainda estão nas prateleiras dos nossos mercados.

Por outro lado, é de sublinhar o facto muito positivo de a Nestlé procurar abastecer-se essencialmente em Portugal, o que já acontece em mais de 80 por cento das suas aquisições de matérias-primas.

Por muitas razões, não apenas pela excelência dos seus produtos, mas também pelas numerosas instalações que a Nestlé tem repartidas por todo o país, pela maneira como a empresa tem exercido a sua responsabilidade social e ambiental, a sua imagem é reconhecida e apreciada pelos consumidores portugueses e das mais reputadas no setor alimentar.

Finalmente, registo ainda com satisfação a contribuição da Nestlé em termos de emprego, com os seus atuais 1850 trabalhadores. E registo ainda com maior satisfação o seu compromisso de criar até 2016 mais 500 empregos para jovens com menos de 30 anos.

É de facto muito importante, sobretudo no atual momento que Portugal atravessa, que empresas como a Nestlé contribuam de forma significativa para criar emprego e que apostem a partir de Portugal, não só no mercado interno mas também nas exportações, contribuindo assim duplamente para a economia nacional. Por tudo o que acabei de referir, não posso deixar de vos saudar a todos, quer os responsáveis, quer o conjunto dos colaboradores da Nestlé, e de vos dar os parabéns por mais este aniversário da vossa empresa.

Parabéns a todos vós.

Sessão de Abertura da Conferência “Portugal – Rumo ao Crescimento e Emprego. Fundos e Programas Europeus: solidariedade ao serviço da economia portuguesa”

Lisboa, 11 de abril de 2014

Foi com muito agrado que aceitei o convite para participar na sessão de abertura desta Conferência organizada pela Comissão Europeia. Fi-lo, desde logo, pela importância crucial dos temas abordados, sob o mote “Portugal: Rumo ao Crescimento e Emprego. Fundos e Programas Europeus: solidariedade ao serviço da economia portuguesa”. Num momento em que está em negociação, entre o Governo e a Comissão Europeia, o Acordo de Parceria 2014-2020, não é demais sublinhar a oportunidade desta iniciativa.

Registo igualmente, com o maior apreço, a participação significativa e de tão alto nível por parte da Comissão Europeia – diria que estamos praticamente perante o Colégio de Comissários... –, bem como a natureza alargada e diversificada da audiência.

Nos últimos anos, grandes desafios se têm colocado a toda a Europa. A crise financeira na zona euro veio expor fragilidades e desequilíbrios estruturais nas economias de vários Estados-membros, demonstrando, igualmente, a dificuldade das instituições da União em responder adequada e atempadamente a uma situação sem precedentes.

A boa execução do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020 é uma oportunidade para que os cidadãos europeus ganhem a perceção de que as regras de disciplina orçamental e de supervisão das políticas económicas – que vinculam todos os Estados-membros – visam, acima de tudo, garantir que o crescimento económico, o emprego e as condições de vida das populações sejam melhores e mais sustentáveis do que seriam na ausência dessas regras.

A disciplina orçamental não é, em si mesma, um objetivo da política económica. Pertence ao domínio dos instrumentos e importa evitar que se transforme, aos olhos dos cidadãos, em restrição que tudo absorve e condiciona. A disciplina

orçamental é um meio, não um fim. A sua exigência a nível europeu é uma consequência lógica da interdependência entre as economias.

O Quadro Financeiro Plurianual pode, nalguns Estados-membros, servir também para corrigir ou atenuar uma perceção errónea do papel das regras europeias de disciplina orçamental e de supervisão das políticas económicas, um erro que, nos dias de hoje, alimenta e favorece o euroceticismo.

Foi neste contexto que escrevi, recentemente, que a disciplina orçamental e a supervisão da política económica por parte das instituições europeias que, nos termos das normas jurídicas em vigor, será uma constante no período pós-troika, não significa – antes pelo contrário – que a economia portuguesa não possa crescer e não melhorem as condições de vida dos cidadãos. O mesmo poderia dizer em relação aos outros países da Zona Euro.

Senhoras e Senhores

Nos últimos três anos, Portugal tem vindo a realizar um esforço muito expressivo de ajustamento macroeconómico e financeiro e de concretização de importantes reformas estruturais, no quadro do Programa acordado com as instituições internacionais, o qual, como sabem, será concluído no próximo mês.

Ao longo deste tempo, tenho defendido a importância de, em paralelo com o processo de consolidação orçamental, se avançar mais decididamente na prossecução de uma agenda europeia orientada para o crescimento e para o emprego. Fui muito claro em relação a esta matéria na intervenção que proferi no ano passado, no Parlamento Europeu, por ocasião da visita que efetuei às Instituições Europeias.

Os temas tratados nesta Conferência, e o seu contexto, assumem uma relevância fulcral para o nosso país. Importa escolher caminhos para os próximos anos que nos permitam maximizar – em termos de crescimento económico, de criação de emprego e de coesão social – o impacto do novo quadro de financiamento comunitário para o período 2014-2020.

Ao iniciarmos esta nova fase, impõe-se uma reflexão aprofundada e uma análise rigorosa das escolhas. Mas exige-se, também, uma renovada ambição.

Necessitamos de uma visão estratégica e global do futuro do País e de um rumo que proporcione um desenvolvimento económica e financeiramente sustentável,

sem perder de vista a dimensão social do modelo democrático europeu. Importa ter bem presente o papel decisivo que as PME assumem em Portugal.

O Acordo de Parceria apresentado pelo Governo em janeiro passado estabelece as prioridades de financiamento com fundos europeus para o período 2014-2020. Estes fundos são instrumentos essenciais para reforçar a competitividade da economia, estimular o crescimento e corrigir as assimetrias regionais, e Portugal tem de ser capaz de os aproveitar com a máxima eficiência. Provando que eles são também a materialização de uma Europa mais forte, mais coesa e mais solidária. Se há um ano enalteci a Comissão e o Parlamento Europeu por terem uma visão mais ambiciosa do que o Conselho para o Quadro Financeiro Plurianual, cabe agora a Portugal demonstrar as suas capacidades de implementação e de gestão destes fundos, de modo a que eles constituam uma oportunidade efetiva e um investimento de futuro. Os Portugueses exigem-no.

A utilização correta e eficaz dos fundos europeus será decisiva para que os próximos anos fiquem marcados pelo reencontro de uma trajetória de convergência para o nível médio de desenvolvimento da União Europeia. Para o efeito, tem de existir uma aposta clara e muito firme no investimento no setor dos bens e serviços que concorrem com a produção estrangeira.

O incremento da produção de bens e serviços transacionáveis, a internacionalização das empresas, a melhoria da competitividade e a conquista de novos mercados representam linhas de orientação estratégica que é fundamental prosseguir e consolidar.

Mencionaria, neste contexto, dois outros pontos, igualmente da maior importância, que se inscrevem no quadro europeu mais geral. Por um lado, há que garantir às nossas empresas, principalmente às pequenas e médias, condições de financiamento comparáveis às das suas congéneres europeias. Por outro lado, é fundamental avançar rapidamente na operacionalização de uma verdadeira União Bancária.

Os fundos europeus têm, seguramente, um papel fundamental a desempenhar. Além dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP), a União conta hoje com um conjunto de programas de grande relevo, quer a nível financeiro, quer do ponto de vista das áreas que abrangem.

É o caso do Horizonte 2020, o programa-quadro de investigação e inovação da União Europeia, que procura contribuir para estimular uma economia europeia baseada na produção de conhecimento através da sua incorporação mais eficiente em novos produtos e serviços.

Ainda recentemente, teve lugar em Lisboa o IX Encontro da COTEC Europa, dedicado ao tema da reindustrialização. Nesse Encontro, foram sublinhados diversos factos pertinentes, como a constatação de que as empresas com maior sucesso são, visivelmente, as que mais investem em investigação, em desenvolvimento tecnológico e na formação do seu capital humano. Tornam-se, assim, particularmente relevantes os domínios das tecnologias de informação e comunicação, das nanotecnologias, das tecnologias avançadas de fabrico, da robótica e das biotecnologias, áreas definidas, justamente, como prioritárias no Programa Horizonte 2020. Em termos mais genéricos, importa proceder à coordenação entre os vários fundos e programas e garantir que a sua utilização seja feita seguindo uma arquitetura simplificada, de acordo com procedimentos céleres, reduzindo, tanto quanto possível, entraves burocráticos e realizando uma divulgação adequada junto dos potenciais interessados.

Importa, por outro lado, um acompanhamento permanente e rigoroso do modo como os fundos são aplicados e uma responsabilização igualmente rigorosa dos vários agentes envolvidos neste processo. É essencial que da aplicação destes fundos resulte um impulso significativo ao desenvolvimento económico e social do País, numa perspetiva de médio e longo prazo.

Antes de terminar, gostaria de dirigir algumas palavras ao Presidente da Comissão Europeia, Dr. José Manuel Durão Barroso. Quero agradecer-lhe o empenho que colocou na realização desta Conferência. Mas, sobretudo, quero sublinhar que, ao longo destes 10 anos à frente dos destinos da Comissão, foi gratificante para Portugal ter uma figura com o seu prestígio e conhecimento da realidade do nosso país e do Mundo no exercício de tão altas funções. Foi decisivo o seu contributo para que a Europa ultrapassasse a crise do euro.

Posso testemunhar, como poucos, a atenção que o Dr. Durão Barroso sempre prestou aos problemas do País e a valiosa contribuição que deu para encontrar soluções, minorar custos, facilitar apoios e abrir oportunidades de desenvolvimento. Portugal e os Portugueses, tal como os outros Estados-membros, muito lhe devem.

Senhoras e Senhores

Desejo a todos uma reflexão frutuosa. Esta Conferência representa um contributo oportuno e de grande relevo para o debate em torno do projeto europeu, naquilo que este tem de mais essencial: o aprofundamento de um espaço de cooperação entre milhões de seres humanos que aspiram a viver em liberdade e em segurança, usufruindo da coesão e dos direitos sociais de cidadania que só o desenvolvimento é capaz de assegurar.

Espero que esta iniciativa possa contribuir para o esclarecimento da temática dos fundos comunitários, um assunto que não apenas interpela os que hoje aqui estão presentes, mas que interessa a todos os Portugueses, pelo impacto nas suas vidas e no futuro do País.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento do Encontro “FAZ – Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa”

Lisboa, 6 de junho de 2014

Saúdo todos os participantes neste Encontro FAZ, ao qual me associo, de novo este ano, com a maior satisfação.

Agradeço a vossa presença, vinda de todos os cantos do Mundo. Interpreto-a como um sinal claro do profundo afeto que mantêm com Portugal. O meu reconhecimento a todos vós, e, em particular, àqueles que atravessaram outros continentes para estarem hoje connosco.

Nas pessoas da Senhora Dr.^a Isabel Mota e do Senhor Engenheiro Sérvulo Rodrigues, quero igualmente felicitar a Fundação Calouste Gulbenkian e a COTEC pela organização conjunta dos prémios FAZ. O prestígio desta iniciativa tem aumentado de ano para ano, como o demonstram o crescente número e a diversidade das inscrições e a própria abrangência geográfica dos participantes.

Uma especial palavra de apreço ao presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Senhor Dr. Artur Santos Silva, pela forma como esta Fundação tem abraçado o tema da relação com a Diáspora. Felicito igualmente o Professor João Bento pelo empenho com que a COTEC tem desenvolvido esta iniciativa.

O Prémio Empreendedorismo Inovador, na sua sétima edição, e o concurso Ideias de Origem Portuguesa têm dado a conhecer mais fielmente a realidade da nossa Diáspora, nas suas diferentes manifestações e, também, nas suas várias gerações, como é demonstrado pelas idades dos participantes, que vão dos 20 aos 83 anos. No espírito da sua instituição, e numa homenagem ao espírito empreendedor dos Portugueses, de todos os Portugueses, com o Prémio Empreendedorismo Inovador queremos distinguir em especial os que desenvolveram as suas carreiras com sucesso por esse Mundo fora.

Esta iniciativa conquistou um espaço próprio e é hoje uma singular expressão dos laços que aproximam distâncias e se constroem na partilha de afetos e interesses comuns.

O grupo de portugueses da Diáspora que aqui se encontra, a que se juntam todos os outros que, ao longo das anteriores edições, marcaram presença, demonstra bem a extensão e o enorme potencial de uma realidade que, através deste Prémio, passou a ser mais bem conhecida e valorizada.

As histórias de vida que hoje aqui conhecemos, pela sua riqueza pessoal, pela confiança nas capacidades de cada um, pela autonomia e pelo empenho que demonstram, são testemunho de que os Portugueses, onde quer que estejam, são um povo com extraordinárias capacidades de se superar a si próprio.

Senhoras e Senhores

Portugal atravessa uma fase histórica de grandes desafios. Nos últimos anos, os Portugueses, no seu país, tiveram uma experiência de dificuldades que é também um percurso de aprendizagem, de adaptação a uma realidade com novas exigências.

Perante o risco e a incerteza, aprendemos uma lição essencial: temos de ser capazes de ultrapassar da melhor forma as barreiras que nos limitam, de encontrar soluções originais, de explorar novos recursos.

A propensão para manter o estado das coisas, a procura sistemática da desculpabilização para evitar qualquer mudança e a reserva com que muitas vezes se encaram as novas ideias representam, elas próprias, o maior risco que corremos. Por isso, o conhecimento dos vossos exemplos e o contributo dos portugueses na Diáspora assumem um papel da maior importância enquanto referência mobilizadora para todos nós.

Ao longo das diversas visitas às comunidades da Diáspora, tenho contactado de forma muito próxima com a experiência de ser português no Mundo.

Tenho verificado que, para os portugueses que partem, sair de Portugal não significa deixar de fazer parte da vida do País. Pelo contrário, os laços reforçam-se e a distância geográfica confere uma nova perspectiva, mais objetiva, sobre o país que somos e que pretendemos ser.

Paradoxalmente, constata-se que os recursos humanos que produzimos são mais valorizados no exterior do que em Portugal.

Impõe-se, por isso, que aprendamos com a nossa Diáspora, instaurando uma nova cultura de valorização do mérito e do talento. Em cada português existe um enorme potencial de realização. A concretização desse potencial exige maior

confiança nas nossas capacidades para superar desafios e vencer dificuldades. Tal como sucede com o destino dos nossos compatriotas que triunfam no exterior, o nosso destino está nas nossas mãos. Se a incerteza e o risco são características inescapáveis do mundo global, as oportunidades existem em toda a parte. Cabe-nos a nós saber aproveitá-las.

Senhoras e Senhores

O século XXI é, para muitos, a era da mobilidade. À escala mundial, dois terços dos países são simultaneamente cais de partida e ponto de chegada de uma população migrante.

As migrações são manifestações bem visíveis da interdependência do mundo global. O fluxo de profissionais é determinado por causas que extravasam as motivações meramente económicas, decorrendo também de fatores como a realização profissional, o progresso na carreira, o reconhecimento do mérito e o acesso a novos meios culturais. A internacionalização da cooperação científica, a globalização das cadeias de produção das empresas e a abertura do comércio são forças poderosas que estimulam, como nunca, a mobilidade dos profissionais, em especial dos mais qualificados. A intensidade destes fenómenos irá crescer com a progressiva abertura económica e o aprofundamento da integração das economias.

Independentemente da condição económica do País, os Portugueses continuarão a sair de Portugal, umas vezes por necessidade, outras por opção profissional, outras, ainda, por vontade de partir à aventura e à descoberta. Muitos dos que saem hoje fazem parte da geração de Portugueses mais qualificada de sempre. Devemos assumir uma visão serena e realista desta nova realidade do mundo global, recusando a ideia de que a emigração representa necessariamente uma perda irreversível para o País. Temos, isso sim, de criar condições de atratividade para todos, para os que desejam ficar e para os que, estando no estrangeiro, aspiram a regressar e a viver em Portugal.

Por isso, peço-vos que mantenham o contacto com o vosso país. Incentivem os vossos filhos a aprender o português, uma língua global, a língua mais falada no hemisfério sul. Visitem Portugal com as vossas famílias. Mostrem-lhes as nossas paisagens e a nossa História. Deem-lhes a conhecer os nossos escritores, pintores e arquitetos, todos os traços culturais que projetam o nome

de Portugal no Mundo. Mostrem-lhes a qualidade das nossas universidades. Orgulhem-se da nossa herança cultural e do nosso património histórico.

Senhoras e Senhores

O Mundo está hoje bem presente nesta sala. São 37 os países dos cinco continentes onde vivem e trabalham os nossos compatriotas que nos deram o gosto de corresponder ao convite para aqui se deslocarem.

Como já tive ocasião de sublinhar, o êxito desta iniciativa tem um segredo: o encontro de vontades.

Desde o início do meu primeiro mandato como Presidente da República, assumi o compromisso de contribuir ativamente para a aproximação entre Portugal e as comunidades de Portugueses e Lusodescendentes no exterior.

Portugal quer fortalecer a rede dos portugueses que, ao longo de gerações, se dispersaram pelas sete partidas do Mundo. A vossa presença e o vosso interesse por esta iniciativa são a prova viva de que continuam ligados por fortes laços de afeto ao país onde nasceram ou no qual têm as vossas raízes.

Hoje, o Prémio Empreendedorismo Inovador já não diz respeito apenas à economia; contempla igualmente o ensino e a investigação, o associativismo e o terceiro setor, as indústrias criativas. A ilustrar essas novas valências, realçam-se os prémios atribuídos este ano, em *exæquo*, a Jorge da Costa e a Ricardo Ribeiro. Felicito a “Sumos Portugal”, equipa vencedora do Prémio Ideias de Origem Portuguesa, bem como todos os restantes finalistas.

Considero esta homenagem ao espírito empreendedor e universalista dos Portugueses, separados que estejam por circunstâncias diversas e geografias longínquas, como motivo de reencontro, de inspiração e de pertença. Conto, por isso, que sirva igualmente o propósito, essencial e hoje inadiável, de a todos mobilizar para o desenvolvimento de Portugal.

Agradeço, muito calorosamente, a vossa participação e a vossa presença. Estou certo de que ela constitui um sinal do vosso empenho e da vossa confiança no futuro de Portugal.

Desejo a todos os maiores sucessos, profissionais e pessoais.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento da Conferência dos 60 Anos da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã

Lisboa, 24 de junho de 2014

É com muito gosto que, na companhia de Sua Excelência o Presidente Joachim Gauck, encerro os trabalhos desta Conferência. Aproveito para felicitar a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã pelo seu sexagésimo aniversário e pela ação que desenvolveu, durante estes anos, em benefício do aprofundamento das relações económicas entre os dois países.

O excelente relacionamento bilateral entre Portugal e a Alemanha, que tem por base uma cooperação estreita e de confiança mútua, extravasa em muito a dimensão política, estando fortemente consolidado e desenvolvido noutras vertentes, nomeadamente na económica e comercial.

Nos últimos três anos, que foram difíceis e exigentes, Portugal realizou um importante esforço de ajustamento macroeconómico e financeiro. Cumprido o Programa de Assistência Económica e Financeira, temos hoje perspetivas mais favoráveis de crescimento económico e a taxa de desemprego, apesar de ainda muito elevada, reduziu-se, no último ano, de forma significativa. Mas o mais relevante é o aumento das exportações, que subiram de 30 por cento do PIB, em 2010, para 40 por cento, em 2013.

Este é o caminho que vamos continuar a trilhar.

Desde meados de 2013 que as taxas de juro da dívida pública portuguesa têm vindo a descer significativamente. O País tem vindo a retomar a emissão de dívida de médio e longo prazo nos mercados internacionais, valendo a pena sublinhar que as taxas de juro da dívida a 10 anos se situam, atualmente, abaixo dos 3,5 por cento.

Sabemos que é crucial continuar as reformas estruturais em curso e que o crescimento económico terá de assentar, fundamentalmente, no investimento privado, nacional e estrangeiro, e nas exportações.

Senhor Presidente

Minhas Senhoras e meus Senhores

A crise dos últimos anos colocou em evidência o elevado grau de interdependência económica e financeira entre os Estados-membros da União Europeia, em geral, e da zona euro, em particular. O processo de consolidação orçamental português avançou, apesar de um contexto económico externo muito mais desfavorável do que inicialmente previsto e do choque assimétrico a que fomos sujeitos.

Ao longo destes anos, tenho vindo a chamar a atenção para a necessidade de se avançar mais decididamente, a nível europeu, com uma agenda de promoção do crescimento e criação de emprego. Por outro lado, e no seguimento dos passos dados nos últimos meses, há agora que prosseguir rapidamente na operacionalização de uma verdadeira União Bancária, condição necessária para combater a atual fragmentação dos mercados de crédito. Importa garantir às nossas empresas, principalmente às pequenas e médias, condições de financiamento comparáveis às das suas congéneres europeias.

A execução do programa de ajustamento envolveu a realização de um conjunto de reformas estruturais, como foi o caso da reforma do mercado laboral, cuja flexibilidade foi substancialmente acrescida. A experiência alemã dos últimos anos mostra-nos, a propósito, como um mercado de trabalho competitivo é crucial para o desempenho positivo da economia. Estão igualmente em curso reformas essenciais na área da justiça, do licenciamento e da tributação das empresas.

Senhor Presidente

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal apresenta hoje, em diversos setores, empresas competitivas, inovadoras e capazes de produzir com elevada qualidade. Ao nível do que de melhor se faz no Mundo. Tal acontece em áreas de tecnologia de ponta, como eletrónica, *software* e tecnologias de informação, energias renováveis, farmacêutica, automóvel ou aeronáutica. Mas também ocorre em setores ditos tradicionais, caso dos têxteis, do calçado, das madeiras e da própria agricultura, com destaque para o azeite, o vinho e a hortifruticultura.

O relacionamento económico e comercial entre os nossos dois países foi sempre muito relevante. A Alemanha é o segundo maior parceiro comercial de Portugal

e é, também, um dos mais importantes investidores externos. A amostra das empresas alemãs presentes em Portugal, algumas há longos anos, é bem reveladora do grau de confiança que depositam em nós, e tem-se traduzido num importante contributo para o desenvolvimento da nossa economia, a nível de capital, tecnologia e *know-how*.

Portugal é um país atrativo para o investimento estrangeiro, oferecendo excelentes condições aos investidores. Para além das reformas estruturais que atrás referi, Portugal beneficiará também de um novo e interessante programa europeu de apoio ao investimento, especialmente dirigido às PME e à inovação e competitividade. A reforma da tributação das empresas, em particular, garante aos investidores estabilidade e um quadro fiscal competitivo e condições muito favoráveis para o investimento, a criação de sociedades e o registo de patentes. Portugal, estou convencido, representa uma excelente oportunidade para as empresas alemãs que queiram produzir para vender no mercado global, oferecendo estabilidade, recursos humanos qualificados e boas infraestruturas físicas e tecnológicas. Adicionalmente, Portugal tem relações privilegiadas com outras regiões do Mundo, sobretudo em África e na América do Sul.

Muitas são, igualmente, as empresas portuguesas que investem hoje no mercado alemão. Espero que esta tendência se amplie no futuro.

Partimos, sem dúvida, de uma base de relacionamento económico e comercial importante, mas há que desenvolvê-la. Há ainda muito para fazer.

É com este apelo que reitero as minhas felicitações à Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã pelo aniversário que hoje se cumpre. Espero que mantenham o vosso empenho, promovendo oportunidades de negócio e tirando o melhor partido das vantagens competitivas dos nossos países.

Muito obrigado.

Cerimónia de Homenagem à Indústria Portuguesa de Calçado

Guimarães, 14 de novembro de 2014

Em nome de Portugal, presto hoje homenagem aos empresários da indústria do calçado pelo seu contributo para a economia portuguesa e para a projeção internacional do País.

No âmbito dos Roteiros para uma Economia Dinâmica que tenho realizado, dedico todo o dia de hoje à Indústria do Calçado.

Trata-se de um setor que se destaca no nosso panorama industrial pela visão dos seus empresários e pela capacidade de construção e afirmação de um espaço próprio no mercado global. Em tempos difíceis, o setor do calçado soube substituir as lamentações por iniciativas proativas e estratégias adequadas de crescimento, apostando na investigação e na inovação. O individualismo deu lugar à partilha e à cooperação competitiva, e, em lugar da rotina comercial passiva, enveredou por uma presença concertada e afirmativa nos mercados internacionais.

Estamos, pois, perante uma indústria que soube pôr em marcha um modelo dinâmico, sustentado e pragmático de desenvolvimento integrado, um modelo que merece ser reconhecido e estudado como exemplo a seguir por outras áreas da indústria e do empreendedorismo nacional.

A indústria portuguesa de calçado viveu, nos últimos trinta anos, uma profunda mudança. De setor tradicional de mão-de-obra intensiva e baixo valor acrescentado, transformou-se numa das indústrias mais dinâmicas, modernas e expansivas da economia portuguesa, exportando cerca de 95 por cento da sua produção.

Em meados da década de noventa, com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, o mundo do calçado alterou-se radicalmente. O peso relativo da Ásia na produção de calçado passou, em pouco mais de vinte anos, de 45 por cento para 87 por cento do total. Só a China passou a representar 61 por cento da produção mundial de calçado, contra 17 por cento duas décadas antes.

A Europa, que assegurava, no final da década de oitenta, 34 por cento da produção mundial, passou a representar apenas 3 por cento do total produzido à escala internacional.

Os fabricantes e as grandes marcas multinacionais transferiram as suas produções de série e de maior dimensão para países asiáticos, atraídos pelos baixos custos de produção e pelo acréscimo competitivo que as margens assim obtidas criariam nos mercados.

Os empresários do setor do calçado em Portugal encararam com coragem e serenidade a ameaça que se lhes colocava e ultrapassaram-na com inteligência e determinação.

Apostaram em produtos de maior valor acrescentado como forma de escapar à concorrência pelo preço. O desenvolvimento de novas tecnologias permitiu aumentar a produtividade e a competitividade através da melhoria da flexibilidade e da capacidade de resposta das empresas. A nossa indústria de calçado tornou-se a mais moderna do mundo no fabrico de artigos de moda de gama média/alta. Conquistou reputação à escala mundial através de uma campanha de imagem criativa, sofisticada e diferenciadora.

A rede de inovação do *cluster* do calçado foi responsável pelo lançamento de muitos novos materiais únicos no mundo. A incorporação destes materiais avançados possibilitou o fabrico de calçado de elevado desempenho, satisfazendo critérios rigorosos de qualidade, conforto, segurança e proteção ambiental.

Hoje, o setor do calçado conta com cerca de 1.700 empresas, responsáveis por mais de 41 mil postos de trabalho, e exporta 95 por cento da produção para 150 países. Em 2013, as exportações ultrapassaram, pela primeira vez, a barreira dos 1.700 milhões de euros, tendo crescido 8 por cento e dando um contributo de cerca de 1.300 milhões de euros para o saldo da balança comercial. O calçado português detém o segundo maior preço médio comparado do mundo, como resultado da reputação de qualidade, sofisticação e criatividade conquistada à escala internacional.

As exportações estão a crescer em praticamente todos os mercados. As exportações para os países fora da União Europeia mais do que duplicaram nos últimos quatro anos. Verificaram-se significativos crescimentos em mercados como a China, os EUA, o Japão ou a Rússia.

O sucesso da indústria do calçado é um fator de confiança no futuro do País, a que se juntam outros indicadores positivos recentemente divulgados.

Desde logo o significativo aumento do emprego verificado no 3º trimestre e o crescimento da produção em 1 por cento, hoje revelado pelo INE, a que se junta a divulgação, por um *think tank* inglês, do índice de prosperidade que coloca a Noruega em 1º lugar, a Suíça em 2º lugar e Portugal na 27ª posição entre 142 países, que representam 96 por cento da população mundial. Face ao negativismo que diariamente se difunde na comunicação social e nos discursos, não deixa de nos trazer algum conforto sabermos que apenas 26 países são mais prósperos do que Portugal, num Mundo que tem mais de 190 países.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Quero deixar aqui, bem sublinhada, uma palavra de reconhecimento aos empresários do setor do calçado, à sua Associação Setorial, a APICCAPS, e ao Centro Tecnológico do Calçado, pelo trabalho conjunto que têm vindo a realizar, responsável pelo sucesso conseguido e pelos benefícios que tem trazido ao País.

Em julho de 2013, foi-me apresentado pela direção da APICCAPS o novo plano estratégico / 2020, resultado de meses de reflexão conjunta de uma vasta equipa de técnicos e empresários em aprofundado diálogo com entidades do sistema científico e tecnológico e das universidades.

Tomei boa nota de que o setor não pretende descansar sobre o sucesso alcançado e que continua a explorar com ambição novas trajetórias de modernização, sustentadas, como até aqui, na coesão do setor, na partilha do conhecimento e da inovação, em parcerias empresariais inteligentes, na competência, no profissionalismo, na aposta em novos talentos e na internacionalização.

E foi-me há pouco dado conhecimento que a APICCAPS e a Federação de Sindicatos que representa os trabalhadores da indústria do calçado chegaram a acordo para a revisão do respetivo Contrato de Trabalho.

A APICCAPS considera que este é o momento de a indústria partilhar os bons resultados que tem atingido com os trabalhadores. O acordo, que me dizem será assinado na próxima semana, prevê uma atualização da massa salarial da ordem dos 3,5 por cento. Numa área da economia que tanto tem contribuído para a redução do desemprego, só posso felicitar empresários e trabalhadores pelo acordo alcançado.

Foi por tudo isto que decidi dedicar todo o dia de hoje ao setor do calçado e prestar-lhe, em nome de Portugal, o reconhecimento, o elogio e a homenagem de que é justamente merecedor.

O presidente da APICCAPS, o Senhor Fortunato Frederico, a quem a indústria do calçado muito deve, foi condecorado em 2005 e a própria APICCAPS em 2009. Tomei a decisão de hoje distinguir outras personalidades que se destacaram, por mérito próprio, e que, além disso, corporizam a dinâmica e o espírito de unidade que impera na Indústria do Calçado Nacional. Através delas, presto tributo a todos os industriais do calçado.

Agradeço a vossa presença e, a todos, desejo os maiores sucessos pessoais e profissionais.

Obrigado.

Sessão de Abertura do 24º Congresso das Comunicações da APDC

Lisboa, 19 de novembro de 2014

É com muito gosto que, mais uma vez, me associo à abertura do Congresso das Comunicações, organizado pela Associação Portuguesa de Comunicações.

Este Encontro representa uma oportunidade privilegiada para discutir o papel das tecnologias de informação e comunicação na atividade económica, na organização da sociedade e na vida dos cidadãos. Envolvendo uma multiplicidade de protagonistas, provenientes de setores-chave para a economia, como os transportes, a Administração Pública, a distribuição e o ordenamento do território, este Congresso será certamente o espaço adequado para identificar desafios de futuro e procurar soluções concretas para os enfrentar.

A difusão de redes de comunicações eletrónicas de alta velocidade tem impulsionado o desenvolvimento da economia digital, um fator essencial de inovação e competitividade, de crescimento económico e de promoção de emprego qualificado. A economia digital estende-se rapidamente a todos os setores, sem exceção. O maior impacto das redes digitais verifica-se na modernização das atividades existentes. Estima-se que 75 por cento do impacto da Internet ocorra em setores ditos tradicionais e que a produtividade de uma PME possa crescer 10 por cento em virtude da utilização de tecnologias digitais. O setor das tecnologias de informação e comunicação poderá acrescentar, em 2020, pelo menos 4 por cento ao produto europeu.

Trata-se, por outro lado, de um setor com forte potencial de criação de emprego especializado, a crescer 4 por cento ao ano desde 2000, sete vezes mais do que o crescimento médio do emprego total no mesmo período.

Apesar desta evolução muito positiva, o potencial de criação de emprego no setor corre o risco de ser subaproveitado. De facto, prevê-se que, nos próximos anos, exista uma lacuna no mercado de cerca de 1 milhão de profissionais à escala europeia. Esta é uma oportunidade a que as instituições portuguesas de ensino superior devem estar atentas.

De salientar, igualmente, que os consumidores europeus fazem do acesso à Internet um hábito cada vez mais regular, mesmo entre os grupos menos favorecidos da população. A utilização regular da rede aumentou 11 por cento em apenas quatro anos, prevendo-se que atinja 75 por cento da população europeia já no próximo ano. Portugal é dos países onde se tem registado maior progresso neste domínio, o que aponta para que a Internet venha a fazer parte, num futuro próximo, da vida quotidiana da maioria esmagadora dos nossos concidadãos. O comércio e os serviços prestados através de canais digitais abrem, além do mais, uma clara oportunidade para ganhos de competitividade e constituem um veículo importante de internacionalização, especialmente para as PME, que, através desse meio, veem muito facilitada a extensão das suas atividades para lá do mercado doméstico.

A par deste potencial, os canais digitais irão colocar novos desafios, pelo que não podem ser ignorados nem pelas empresas portuguesas nem pelos decisores dos programas de reforço da competitividade no âmbito do Portugal 2020.

O nosso país encontra-se numa posição excelente para explorar as oportunidades oferecidas pela economia digital, sendo que, para isso, muito tem contribuído o desenvolvimento do setor das tecnologias de informação.

Fruto de uma forte aposta dos operadores nacionais, as redes de nova geração fixa alcançam já 85 por cento dos lares portugueses, nível que se situa bem acima da média europeia. Por seu lado, a cobertura de redes móveis 4G tem avançado igualmente de uma forma muito positiva, encontrando-se o nosso país no segundo lugar da Europa, logo a seguir à Suécia. O peso dos acessos suportados por tecnologias de nova geração situa-se em mais de metade do total de subscrições de banda larga, o que representa um dos maiores valores na Europa.

A existência de uma infraestrutura fiável e de elevado desempenho abre grandes possibilidades de futuro. Mas há que combater as barreiras à sua utilização, tais como a menor perceção da utilidade, a falta de competências digitais e os custos, barreiras essas que afetam especialmente os setores mais desfavorecidos da sociedade.

Há que lembrar que, apesar das estatísticas animadoras que atrás citei, o nosso país apresenta ainda uma das maiores taxas da Europa de não utilização da

Internet – que se estima em mais de 35 por cento da população, ou seja, muito acima da média europeia –, bem como um dos maiores níveis de trabalhadores sem qualquer competência digital.

Estas fragilidades terão que ser reduzidas ou mesmo eliminadas. A manutenção de um “fosso digital” entre os utilizadores regulares da Internet e os chamados “infoexcluídos” é, desde logo, um elemento de desigualdade que abre uma clivagem social, económica e cultural que não podemos admitir num país desenvolvido e justo.

Importa, no entanto, sublinhar que, na última década, se registou um forte progresso na modernização dos nossos serviços públicos, fruto de investimento na aplicação das TIC. Esta aposta traduz-se em visíveis benefícios para a qualidade e disponibilidade dos serviços e em reduções significativas dos seus custos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Atravessamos um período de mudanças sem precedentes no setor das tecnologias de informação, que terão profundo impacto nos operadores e nos investidores, tal como em trabalhadores e consumidores.

Não devemos esperar facilidades, mas podemos encarar o futuro da economia digital, entre nós, com otimismo e esperança.

Tenho plena confiança nas empresas e nas capacidades dos gestores e técnicos para sustentarem os ciclos de inovação e reinventarem modelos de negócio, tornando assim o setor mais forte, mais competitivo e mais preparado para apoiar o desenvolvimento económico e social do País.

Estou certo de que este Congresso dará, uma vez mais, respostas concretas às necessidades e aos desafios do setor das tecnologias de informação.

Desejo-vos, desde já, um trabalho profícuo e os maiores sucessos para este Encontro.

Muito obrigado.

Cerimónia Comemorativa do 30º Aniversário da Transinsular

Lisboa, 30 de janeiro de 2015

Gostaria de começar por felicitar a empresa Transinsular pelo seu 30º aniversário. Esta longevidade no setor da marinha de comércio portuguesa deve ser assinalada e saudada.

A Transinsular, operando com oito navios, é uma empresa líder no transporte naval e nos serviços de linha, e o grupo E.T.E., seu proprietário, é um exemplo da ligação de Portugal ao mar, bem como da resiliência necessária para manter uma empresa num setor de capital intensivo e margens reduzidas como é o dos transportes marítimos.

Felicito, por isso, os administradores, os acionistas e os trabalhadores da empresa, que, com a sua determinação e o seu esforço, mantêm viva a chama imemorial da armação de comércio portuguesa.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O mar e a sua exploração sustentável para gerar crescimento e emprego na economia nacional são dos temas que mais tenho promovido na agenda pública nacional.

Falei do mar no meu discurso de posse, no primeiro mandato que exerci como Presidente da República. Homenageei a ligação de Portugal ao mar no dia inaugural do meu segundo mandato, com a visita ao navio hidrográfico Gago Coutinho e ao navio-escola Sagres.

Tenho acompanhado de perto a atividade de portos, de laboratórios de ciências do mar, de empresas de reparação naval e visitei, já este ano, o Instituto Hidrográfico. Recebi líderes internacionais dos assuntos do mar, promovi os novos usos dos oceanos e as indústrias da biotecnologia marinha, visitei os *clusters* marítimos de outros países e fui às Ilhas Selvagens, baluarte da imensidão do Atlântico português.

Hoje tenho a oportunidade de falar deste setor silencioso, no sentido em que dele pouco ou nada se diz, que é o setor dos transportes marítimos.

Tenho seguido o evoluir da agenda do mar em Portugal e constato, com regozijo, a atenção que o tema tem vindo a captar. No entanto, muito pouco se diz e se faz pela nossa marinha de comércio. Este silêncio é tanto mais estranho quanto, à escala europeia, os transportes marítimos se afirmam como uma das principais fileiras na economia do mar, gerando mais de 350 mil milhões de euros de volume de negócios.

A presente dimensão da nossa marinha de comércio é um pálido vestígio do que foi outrora, nos idos anos 70, em que, em tonelagem, figurávamos na lista das 15 maiores marinhas de comércio do Mundo. Tal decadência parece incomodar poucos em Portugal, com exceção, talvez, dos agentes do setor.

Porque é importante a marinha de comércio para Portugal?

Porque dela depende toda uma série de indústrias que são determinantes para a vitalidade de um *cluster* do mar: a construção e reparação naval, as indústrias de material e equipamento náutico, a engenharia e o *design* industrial, as tecnologias e sistemas *offshore*, os serviços marítimos financeiros, jurídicos, de seguros e de classificação de navios.

Ora, sem esta massa crítica de empresas, de *know-how*, de serviços e produtos, que depende do setor dos transportes marítimos, não pode haver um verdadeiro cluster do mar e não pode um país considerar-se um país marítimo.

Não nos podemos resignar nem acomodar ao declínio da marinha de comércio nacional, tratando-o, além do mais, como um “não assunto” da sociedade e da economia nacional. Após tempos de declínio, é possível voltar a emergir e a crescer.

A transformação da Lisnave numa das maiores indústrias de reparação naval do Mundo foi algo que pude testemunhar quando a visitei em 2011, e deve servir de exemplo quando falamos de marinha de comércio.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Temos que reinventar o setor dos transportes marítimos. Desde logo, porque é cada vez mais um setor de futuro na Europa em que vivemos.

Três razões ponderosas concorrem para isso.

Em primeiro lugar, o avanço inexorável da globalização e da internacionalização das economias, que significa mais trocas comerciais, ou seja, o crescimento

do comércio mundial, que, em 90 por cento do seu volume, viaja por mar. Serão necessários mais e maiores navios para enfrentar este desafio.

Em segundo lugar, a segurança energética europeia, que requer mais terminais de gás natural liquefeito, mais metaneiros para o transportar e mais navios tanques para o transporte de petróleo.

E, por último, o próprio paradigma europeu da sustentabilidade e da redução das emissões de efeito de estufa, que quase impõe a utilização do navio, muito mais eficiente energeticamente do que o avião, o camião ou mesmo o comboio. Na Europa, o transporte marítimo de curta distância em navios, novos e mais amigos do ambiente, está a ganhar apoios e será, cada vez mais, uma realidade. Para Portugal, um país que está longe das grandes áreas industrializadas da Europa, bem como dos seus centros de consumo, é a fachada atlântica que nos permite ligar a outros mercados e a outras regiões mundiais. Esta realidade é hoje tanto mais importante quanto queremos reorganizar a economia portuguesa e orientá-la para o crescimento das exportações e para a diversificação de mercados, nomeadamente para regiões não europeias.

Os transportes marítimos permitem-nos também depender menos dos países que temos de cruzar para chegar ao centro da Europa. Para Portugal, o único país europeu de média dimensão que tem fronteiras apenas com um Estado vizinho, a importância geoestratégica do mar deveria ser ainda mais evidente. De referir, ainda, que a utilização mais intensa do transporte marítimo nos resguarda, de algum modo, do impacto das políticas ambientais europeias que, cada vez com mais exigência, condicionam o transporte rodoviário, sobre o qual tendem a incidir custos acrescidos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Dizem os especialistas que, para mudar a realidade do transporte marítimo nacional, é importante a adoção por Portugal da taxa de tonelagem que a União Europeia concede ao setor dos transportes marítimos. Sem isso, dificilmente reuniremos as condições necessárias para apoiar o crescimento de empresas do setor, que requerem uma estabilidade e previsão de longo prazo da política fiscal para realizar os seus investimentos na renovação da frota. É uma questão que merece ser ponderada.

Por outro lado, penso que seria útil promover um debate que envolvesse as empresas nacionais exportadoras e importadoras de matérias-primas, para que compreendam a importância de apoiar a marinha de comércio nacional. Sem o apoio da indústria, dificilmente haverá transportes marítimos portugueses. Neste dia em que celebramos o 30º aniversário da empresa Transinsular, quero sublinhar que uma marinha de comércio portuguesa, em livre concorrência com as frotas internacionais, é um ativo estratégico fundamental para um país que se quer afirmar como uma economia exportadora vocacionada para o mar. Muito obrigado.

Sessão de Abertura do X Congresso Nacional do Milho

Lisboa, 11 de fevereiro de 2015

Saúdo calorosamente os participantes no Congresso Nacional do Milho, testemunho do empenho num setor tão importante para a agricultura portuguesa. O milho apresenta-se hoje, mais do que nunca, como um setor agrícola estratégico da economia portuguesa, num momento em que o desenvolvimento da nossa agricultura e o equilíbrio da balança externa são objetivos nacionais claramente assumidos.

O milho é a cultura arvensse que mais explorações agrícolas envolve, representando cerca de 80 por cento da produção de cereais em Portugal. É, por outro lado, uma cultura com particular impacto transversal na economia do País. O milho, como componente fundamental das rações animais, integra as fileiras da produção de leite e de carne, condicionando os respetivos custos de produção, o que acaba por ser decisivo para a competitividade e sustentabilidade daqueles setores. A importância do setor do milho surge ainda reforçada pelo facto de Portugal ser tradicionalmente deficitário nesta cultura. Necessitamos de mais do que produzimos e produzimos menos do que importamos. Impõe-se, portanto, um olhar mais atento sobre o investimento ao nível da produção.

O aumento da produção é, efetivamente, o maior desafio que o setor do milho enfrenta. É verdade que há fatores relevantes que não podem ser subestimados. É o caso, por exemplo, da forte volatilidade do preço dos cereais, agravada quer pela especulação que suscita como *commodity*, quer pela oscilação da produção nos grandes fornecedores mundiais, devido sobretudo às condições climáticas. Se, em relação a estes problemas, não podemos exercer qualquer ação direta, podemos de algum modo fazê-lo no que se refere ao incremento da produção nacional. Os resultados obtidos nos últimos anos dão-nos bons motivos para prosseguir e reforçar o trabalho que tem vindo a ser feito.

Portugal tem conseguido aproveitar bem as condições edafoclimáticas favoráveis de que dispõe para aumentar a sua produção de milho. Foram já alcançados valores na produção por hectare que nos colocam entre os países com mais

elevados índices de produtividade. Importa aumentar a área de cultivo tirando partido do regadio, como é o caso da área do Alqueva, o que aliás tem vindo a acontecer. O milho é a segunda maior cultura nesta região e a zona de produção de milho no Alqueva é já a terceira maior do país. Uma boa gestão da água, em termos ambientais e económicos, potencializará certamente o crescimento da produção.

Importa, também aqui, promover um bom aproveitamento dos fundos comunitários, adequando a nova condicionalidade de 30 por cento das ajudas diretas a medidas ambientais aos diferentes setores agrícolas, e implementando um Programa de Desenvolvimento Rural adaptado às potencialidades de cada um. Temos vindo a assistir a um crescimento da agricultura portuguesa: em produção, em valor e em volume de exportações. O equilíbrio da nossa balança comercial de produtos alimentares em 2020 é uma meta ambiciosa, mas não impossível.

Tem-se registado, com efeito, uma notável modernização das unidades do setor agroalimentar, ao longo de todo o processo produtivo, bem como do segmento transformador que lhe está associado. É importante que esta tendência seja mantida e reforçada.

Temos vindo a assistir, em paralelo, à valorização social e à dignificação profissional dos trabalhadores do setor agroalimentar. A formação especializada e a cativação de jovens com conhecimentos técnicos avançados e espírito empreendedor têm contribuído para a apresentação de produtos inovadores e para a conquista de novos mercados.

O revigoramento e o rejuvenescimento da agricultura nacional representam uma valorização da ruralidade, visível na ocupação da terra, na preservação da paisagem rural, no desenvolvimento da multifuncionalidade da agricultura e na dinamização social e económica do interior, contribuindo para a coesão territorial do País.

Os nossos agricultores, como agentes ativos da recuperação da economia nacional, são credores do respeito e apreço dos portugueses.

A consolidação de uma nova fase de progresso da agricultura portuguesa exige que se assegure a sua sustentabilidade ambiental, económica e social: social, nas políticas de apoio à fixação das populações no espaço rural; económica, nas

políticas de enquadramento e suporte à produção agrícola; e ambiental, nas políticas de incentivo à boa gestão dos recursos naturais.

Os produtores já mostraram que sabem produzir e produzir bem. A fileira já mostrou que sabe inovar tecnologicamente e delinear e implementar as estratégias corretas para alcançar os seus objetivos.

O setor do milho, que nos traz hoje aqui, tem sabido investir no conhecimento e na inovação através da implementação de campos de ensaio, mas também do aperfeiçoamento dos sistemas de informação geográfica e de gestão de rega, da utilização de alfaias autorreguladas e do controlo da evolução da cultura com recurso a vídeo, entre muitos outros avanços científico-tecnológicos.

As organizações de produtores desempenham também um papel importante para uma gestão profissional e empreendedora dos respetivos setores. Elas são determinantes para a redução dos custos de produção, para a adequação da oferta à procura, para a formação do preço, para a conquista de novos mercados. A ANPROMIS é, certamente, um bom exemplo.

Dificuldades e constrangimentos existirão sempre. O sucesso está em converter as dificuldades em desafios, os desafios em metas, e as metas em conquistas. É isso, justamente, que o setor do milho tem vindo a realizar. Este Congresso deverá trazer um ímpeto acrescido à capacidade de auto-aprovisionamento nacional da produção do milho.

Desejo, a todos vós, um bom trabalho e as maiores felicidades.

Obrigado.

Sessão de Encerramento do 11º Encontro Nacional de Inovação COTEC

Lisboa, 26 de fevereiro de 2015

É com muita satisfação que participo neste 11º Encontro Nacional de Inovação COTEC, onde se debateu o tema do Talento e se apresentou o estudo *Transforma Talento Portugal*, levado a cabo por iniciativa conjunta da COTEC-Portugal e da Fundação Calouste Gulbenkian, a quem saúdo nas pessoas do Professor João Bento e do Dr. Artur Santos Silva.

A criação de riqueza e a prosperidade de uma economia avançada resultam em muito da capacidade de, através do conhecimento e da tecnologia, projetar o futuro e materializar inovações que sirvam a comunidade.

Ao longo dos anos, a COTEC tem identificado os grandes inovadores na economia nacional, dos quais as empresas da Rede PME Inovação são um excelente exemplo, e tem também distinguido as empresas mais inovadoras através dos Prémios PME Inovação e Produto Inovação.

A este propósito, a COTEC voltou a responder de uma forma muito positiva ao meu desafio e logrou transformar esta Rede – que foi criada, recorde, em 2005, com 24 empresas –, num caso notável de cooperação empresarial que conta já com 252 empresas. Saúdo pois as empresas recém-chegadas, selecionadas a partir da aplicação de critérios rigorosos, pela ambição de aceitarem o desafio e a responsabilidade de fazerem parte de um grupo de excelência.

Aproveito, igualmente, para endereçar os meus parabéns aos vencedores dos Prémios PME Inovação e Produto Inovação que hoje aqui celebramos.

Numa perspetiva analítica do processo de inovação, a COTEC-Portugal e a Fundação Calouste Gulbenkian quiseram ir mais longe, procurando identificar a “matéria-prima” crítica indispensável ao sucesso da inovação. O estudo *Transforma Talento Portugal*, ao qual me associei e dei o meu patrocínio, centra a atenção no problema de como identificar, desenvolver e concretizar o potencial do talento humano e elabora um diagnóstico aprofundado de como a inovação pode ser sustentada a partir de um processo de gestão de talento.

Este trabalho permite-nos compreender melhor quais são os fatores decisivos do processo de produção de talento nacional e como podemos melhorá-lo.

Temos que reconhecer que a globalização das cadeias de produção das empresas, a abertura do comércio e a internacionalização da cooperação científica são forças poderosas que estimulam, como nunca, a mobilidade dos profissionais, em especial dos mais qualificados. A intensidade destes fenómenos irá crescer muito significativamente com o aprofundamento da integração das economias.

Em Portugal, identificamos uma insuficiente valorização quer do talento e do potencial de desenvolvimento individual, quer do contributo que este potencial pode representar para as organizações.

Os jovens portugueses ambicionam, muito justamente, ter a possibilidade de afirmar, em Portugal ou no estrangeiro, as suas opções individuais e ser responsabilizados e reconhecidos por elas, alcançando, por mérito próprio, lugares de destaque e bem remunerados.

Temos agora uma maior consciência deste fenómeno, das suas consequências e do sentido de urgência na mudança deste estado de coisas. Devemos, pois, valorizar o potencial do talento produzido em Portugal e criar condições para trazer de volta aqueles que saíram a contragosto do País.

Há um problema ainda mais gravoso e que urge ser corrigido. Os nossos talentos parecem ser mais valorizados no País quando passam pelo crivo de uma avaliação no estrangeiro. Aparentemente, temos mais confiança nos outros para apreciar o talento do que nos nossos próprios critérios.

Esta é uma mentalidade que terá que ser ajustada à nova realidade de um mundo global, onde a competição acesa pelo talento se traduz num prejuízo efetivo para aqueles que não souberem motivar, cativar e reter os seus próprios valores.

Devemos assumir, em todo o caso, uma visão serena e realista desta nova realidade do mundo global, recusando a ideia de que a emigração representa necessariamente uma perda irreversível para o País. Temos, isso sim, de criar condições de atração para todos, para os que desejam ficar e para os que, estando no estrangeiro, aspiram a regressar ou a vir viver em Portugal. Para isso, insisto, é essencial que a sociedade portuguesa reconheça e valorize

aqueles que, pelas suas capacidades, pelas suas qualificações e, acima de tudo, pelo seu dinamismo, se destacam pela afirmação do talento que possuem.

A gestão do talento é um tema transversal à sociedade portuguesa e uma questão determinante para o nosso futuro coletivo.

No plano interno, importa identificar e estimular as potencialidades dos nossos jovens, sejam eles investigadores e cientistas, empresários ou trabalhadores, criadores e artistas, ou voluntários que dão o melhor de si ao serviço dos outros e do bem comum.

As qualificações e os méritos das novas gerações devem ser enquadrados e transformados em valor. Aqui reside o maior ativo estratégico de Portugal.

A divulgação de exemplos de sucesso e a formulação de propostas concretas para promover o talento são elementos mobilizadores de toda a sociedade, demonstrando que o mérito e a excelência se encontram ao alcance de todos, no quadro de um modelo político, social e económico norteado pelos princípios da justiça e da igualdade de oportunidades.

Trata-se de uma aspiração tão ambiciosa quanto imperativa. O talento nasce em qualquer família, independentemente dos seus recursos, pelo que ninguém deve ser prejudicado pelo contexto da sua situação específica. O País e a economia não podem continuar a dar-se ao luxo de desperdiçar potenciais talentos por falta de oportunidades ou de capacidade para os acarinhar e deixar florescer.

Estamos perante desafios que devem ser abordados, desde logo, nos primeiros anos da aprendizagem escolar. O desafio verdadeiramente central é permitir à escola que seja, ela própria, um meio onde se identificam talentos e, sobretudo, onde se cria um ambiente propício para fazer desabrochar e desenvolver as capacidades de cada um.

O estudo realizado pela COTEC-Portugal e pela Fundação Calouste Gulbenkian representa um contributo de grande importância para um levantamento rigoroso do presente e para uma transformação dinâmica e sustentada do futuro, porque estabelece uma hierarquia de prioridades na organização das soluções e nas medidas e porque identifica bem o papel que, nas respetivas esferas de participação, todos são chamados a desempenhar.

Realço duas das propostas apresentadas:

- Dinamizar a identificação de talentos dos jovens em idade escolar, capacitando os professores para um papel educativo chave na escola do futuro, valorizando a profissão docente na sociedade; e
- Criar práticas organizacionais de formação, avaliação e desenvolvimento dos talentos nas organizações.

São propostas que constituem bases particularmente importantes para uma agenda de mudança orientada para o futuro, uma mudança que é urgente e que é cada vez mais relevante para a realização pessoal dos Portugueses e para o nosso sucesso coletivo.

Estou convicto da oportunidade e do mérito do *Transforma Talento Portugal*, que hoje aqui foi apresentado, e por isso tenho a expectativa de que se converta numa ferramenta mobilizadora de pais, educadores, empresários, gestores, de todos aqueles a quem a força do talento toca. Pelo interesse que despertou, creio que esta iniciativa poderá constituir um contributo de grande importância para o desenvolvimento do País.

Manifesto o mais vivo apreço aos promotores desta iniciativa e saúdo calorosamente os intervenientes e todos os participantes neste Encontro.

Muito obrigado.

Desenvolvimento e Coesão Social III





Cerimónia de Inauguração do Complexo Porto Salus

Brejos de Azeitão, 17 de abril de 2014

É com muito gosto que me associo hoje à inauguração do Complexo Porto Salus, uma parceria entre a Misericórdia de Azeitão e o Grupo Visabeira.

Conheço desde há muito tempo o notável trabalho social que vem sendo desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Azeitão e, em particular, pelo seu Provedor, Senhor Dr. Jorge Maria Lopes de Carvalho. Um trabalho de assistência à população que faz jus aos seus quase 393 anos de história e em que avulta a prestação de cuidados de saúde.

A Santa Casa da Misericórdia de Azeitão tem sido galardoada pelo serviço prestado, em particular, na assistência paliativa a doentes terminais, onde foi, de resto, pioneira.

A ação que esta instituição coloca no centro da sua atividade diária é um legado do espírito de intervenção social que presidiu à fundação das Misericórdias e que mantém até hoje uma extraordinária atualidade.

Tive oportunidade de conhecer as modernas instalações do novo Hospital de Nossa Senhora da Arrábida.

Agora com acesso a esta nova estrutura hospitalar, a população do concelho, em particular a mais carenciada, idosa e doente, vai continuar a beneficiar diretamente da ação da Santa Casa da Misericórdia de Azeitão, dos seus profissionais e dos seus voluntários. É de assinalar que todas as prestações de saúde revestem forma gratuita para os doentes identificados pela Misericórdia.

Num tempo em que tantas famílias passam por dificuldades, a garantia da dignidade na doença, através da prestação de cuidados de saúde de qualidade e do apoio à reinserção social e familiar dos que vivem uma situação de dependência, deve estar no centro das preocupações políticas.

Responder às situações de emergência social e apoiar os mais carenciados, assim como acolher e cuidar dos mais idosos, é uma prioridade que não pode ser posta em causa por metas de natureza orçamental.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Estamos exatamente a um mês do fim do programa de assistência económica e financeira a que Portugal recorreu em maio de 2011.

Desde há muito tempo que tenho vindo a chamar a atenção para a necessidade de Portugal preparar adequadamente o pós-troika. Fi-lo por considerar que é imprescindível preparar o futuro do nosso país com tempo, construindo os necessários compromissos e tendo bem presentes as obrigações a que estaremos vinculados. Impõe-se, também por isso, proceder a um balanço daquilo que foi feito e do que está ainda por fazer no que toca ao processo de ajustamento financeiro e de transformação e adaptação da nossa economia. Tal como se impõe uma avaliação das medidas que foram tomadas e do impacto que tiveram na vida dos Portugueses.

Algumas das medidas adotadas impuseram sacrifícios extremos a muitos portugueses, que vivem hoje com grandes dificuldades e em situações intoleráveis de pobreza. Criaram-se situações de injustiça, que devem ser corrigidas, nesta nova fase da vida do País.

Os indicadores que vamos conhecendo e que evidenciam uma clara recuperação da economia, uma redução do desemprego e um aumento do clima de confiança são uma janela de esperança para os portugueses mais atingidos.

O dividendo orçamental do crescimento económico, proporcionado pelo aumento das receitas dos impostos e pela redução dos subsídios de desemprego, é uma oportunidade que deve ser aproveitada para alcançar uma melhor conciliação entre as regras europeias de disciplina das contas públicas e a correção das injustiças acumuladas nos últimos anos. A coesão social e os desafios do futuro assim o impõem.

Na distribuição do dividendo orçamental do crescimento económico, os grupos a quem foram exigidos sacrifícios que, nalguns casos, podem ter sido desproporcionados e que são conhecidos de todos, devem estar na linha da frente.

Os Portugueses demonstraram, ao longo do tempo em que vigorou este difícil Programa de Ajustamento, um admirável sentido de comunidade.

Agora, é importante que os sinais de esperança que vemos no horizonte se possam concretizar, incluindo na perceção de mais equidade e justiça por parte dos cidadãos, valores essenciais para a preservação da coesão nacional.

Minhas Senhoras e meus Senhores

As instituições sociais, de que é exemplo a Santa Casa da Misericórdia de Azeitão, têm tido um papel crucial neste momento difícil da nossa vida coletiva.

O papel do Setor Social na economia portuguesa é fundamental e, podemos dizê-lo, estruturante, não apenas pelas carências que se têm vindo a manifestar, mas também pela evolução demográfica que se tem verificado, marcada por um crescente envelhecimento da população.

A procura de novas fórmulas de cooperação entre as instituições particulares de solidariedade social e as empresas, de que é feliz exemplo este Complexo Porto Salus, deve, por isso, ser saudada.

O modelo de parceria encontrado para a concretização deste projeto, conjugando Hospital e Residências Assistidas, afigura-se, além do mais, particularmente apropriado à complementaridade dos objetivos prosseguidos.

Quero por isso deixar à Santa Casa da Misericórdia de Azeitão e à Visabeira, bem como a todos os trabalhadores deste novo Complexo Porto Salus, uma palavra de felicitações e de incentivo para o importante trabalho que aqui vão desenvolver.

Cerimónia de Agraciamento de Instituições Ligadas ao Combate à Exclusão Social

Palácio de Belém, 4 de junho de 2014

Os tempos difíceis que muitos portugueses atravessam puseram em maior evidência o trabalho notável, quase sempre discreto e silencioso, de um grande número de instituições sociais. Contam com o apoio e o empenho de muitos cidadãos anónimos e com o precioso auxílio de milhares de voluntários, num esforço de grande generosidade.

Ao longo dos meus mandatos, tenho contactado com largas centenas de organizações e de personalidades que, diariamente, se dedicam ao apoio aos mais frágeis da nossa sociedade sem qualquer busca de reconhecimento, apenas com o intuito de fazer o bem.

Sublinho, aliás, o papel de instituições que tive já oportunidade de distinguir, como o Banco Alimentar contra a Fome e a União das Misericórdias Portuguesas, reconhecendo nesta última as centenas de Misericórdias que temos pelo país fora e cujo papel deve ser enaltecido.

Quero, nesta cerimónia, sublinhar o contributo imprescindível destas seis instituições no trabalho contra a exclusão social nas suas respetivas áreas de atuação. A Comunidade Vida e Paz comemora este ano os seus 25 anos. Com centenas de voluntários, vai ao encontro de pessoas sem abrigo, ou em situação de vulnerabilidade social, acolhe-as e ajuda-as a recuperar a sua dignidade e a reconstruir o seu projeto de vida.

A Associação CAIS, com uma presença muito visível na Revista que é vendida nas ruas, tem procurado promover a capacitação de pessoas sem abrigo ou de pessoas em risco de carência económica, através de um conjunto de projetos de intervenção social inovadores e adequados às necessidades.

A Associação Portuguesa de Deficientes, com implantação nacional, tem defendido os interesses das pessoas com deficiência em Portugal, tentando eliminar as barreiras físicas e psicológicas que são causa de um sentimento de exclusão para os deficientes.

A Casa dos Rapazes acolhe, cuida e educa rapazes retirados das famílias, com o objetivo de os ajudar em diferentes vertentes da sua vida e de, um dia, lhes permitir regressar ao seu lar e à sua família.

A Liga Portuguesa contra a Sida, a mais antiga instituição nesta área, apoia as pessoas infetadas e afetadas pelo VIH/SIDA, desenvolvendo ações de apoio social, psicológico, jurídico, nutricional e hospitalar.

A SAOM - Serviços de Assistência Organizações de Maria tem vários serviços no âmbito da reinserção social e também de apoio social a idosos e jovens. Desenvolve um projeto de formação profissional que visa inserir socialmente pessoas sem abrigo ou em grave risco de exclusão social.

Todas estas instituições têm procurado – de forma inovadora, com novos projetos e novas ideias – ser um referencial de esperança para milhares de pessoas, que são tocadas pela generosidade e o altruísmo de todos os que com elas colaboram.

Tendo em conta a marca que deixam na sociedade portuguesa em prol da dignificação da Pessoa Humana e a abnegação que os seus colaboradores revelam em favor da coletividade, decidi atribuir a estas instituições o título de Membro Honorário das duas Ordens Honoríficas Portuguesas que visam reconhecer esse labor e essa generosidade.

Sessão Solene de Boas-Vindas na Câmara Municipal da Guarda

Guarda, 9 de junho de 2014

Iniciámos há pouco, na Praça Luís de Camões, as comemorações de mais um Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, o segundo que se celebra nesta Cidade da Guarda.

Diante da imponente Sé Catedral, monumento emblemático da urbe que nos acolhe, evocamos o nosso país: passado, presente e futuro.

Estamos em região de montanhas, de onde se contempla um extraordinário panorama. Estamos nesta terra da fronteira, onde os homens se confrontavam e hoje se encontram.

Hoje, Portugal encontra-se de novo na Beira.

Há 37 anos, esta cidade que se ergue na serra, vestida de granito e envolta na rudeza altiva da paisagem, recebeu as primeiras comemorações do 10 de Junho fora de Lisboa.

A Guarda é hoje uma cidade muito diferente. Portugal é também um país muito diferente.

Outrora cingida pelas muralhas, a cidade desceu as encostas, suavizando o relevo. As montanhas, antes obstáculo, são agora sulcadas pelas novas vias de comunicação. Essas vias quebraram o nosso enclausuramento secular, próprio de quem era europeu à distância. Tornámo-nos inteiramente europeus e também aqui, na Guarda, dispomos de melhor acesso ao resto da Europa.

A Guarda sempre foi uma zona de passagem que facilitava a circulação entre o litoral e o interior, entre o Norte e o Sul, uma porta de entrada em Portugal. Só que a Guarda, que noutros tempos parecia tão distante, é hoje protagonista de um projeto estratégico dinamizado pelos responsáveis autárquicos e empresariais.

A sua localização, afinal privilegiada, pode representar um ativo económico e permite-lhe aspirar a ser mais que um local de passagem. A implantação de novas empresas no concelho e no distrito da Guarda, com forte aposta

na inovação e desenvolvimento, é a prova de que a interioridade pode ser vencida e de que à fatalidade da geografia não corresponde a fatalidade da desertificação.

Cabe às autarquias, com o apoio do Governo central, um papel fundamental como entidades catalisadoras do desenvolvimento dos seus Municípios.

Mais do que esperar que o investimento chegue, devem procurá-lo ativamente, explorando as potencialidades endógenas, apostando na divulgação do património histórico e das tradições, atraindo turistas.

O ar que aqui se respira, o Ar da Guarda, valeu a esta cidade há alguns anos a designação de “Cidade Bioclimática Ibérica”. O ar puro que lhe ganhou esta nomeação é, ele próprio, uma mais-valia que deve ser explorada.

A Guarda, centro histórico e cultural, transporta-nos também a outros tempos, entre pedras trabalhadas e erigidas pelo homem, que assim modelou a natureza e assentou a sua vida, enfrentando os rigores do clima. A conservação, divulgação e valorização do património e das tradições da Guarda não devem deixar de ser prioridades da ação política local.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

37 anos depois, e apesar de tudo o que a torna hoje uma cidade europeia, é no essencial a mesma Guarda que recebe as Comemorações do Dia de Portugal: formosa e farta, fria, forte e fiel.

Formosa, pelo encanto das paisagens que a envolvem e pela imponência dos seus monumentos.

Farta, pela riqueza das suas terras, a diversidade dos seus recursos naturais e pelas potencialidades que comporta.

Sempre Fria, pelos ventos gélidos das serras que a rodeiam, mas não no acolhimento com que brinda os que a visitam.

Forte, porque de fortaleza inexpugnável passou a cidade de referência no interior do nosso país.

E sempre Fiel, como Álvaro Gil Cabral, Alcaide-Mor da Guarda, que se manteve sempre leal ao seu povo, opondo-se aos castelhanos no momento determinante em que se forjava a nossa nacionalidade.

Quero agradecer, Senhor Presidente da Câmara, as palavras que me dirigiu e a receção que nos foi proporcionada no início destes dias de comemorações, tempo de reflexão sobre o que fomos, o que somos e o que queremos ser.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A Praça onde solenemente se ergueu esta manhã a Bandeira Nacional ostenta o nome do grande poeta que nesta data comemoramos. Luís de Camões é símbolo maior da Língua Portuguesa, património que nos coloca no centro nevrálgico de uma comunidade de milhões de pessoas, com as quais temos relações únicas de proximidade.

No seu *Labirinto da Saudade*, Eduardo Lourenço, que Portugal reconhece como um dos seus grandes pensadores, diz-nos que Camões é “expressão exemplar de um momento da nossa existência histórica e da aventura mais vasta da expansão do Ocidente”.

Contudo, alerta-nos precisamente para a necessidade de não nos deixarmos enredar no labirinto saudosista que a epopeia camoniana pode sugerir.

Os Guardenses conhecem por Jardim do Medo um labirinto desta cidade, justamente pelo sentimento que pode evocar o desconhecimento do caminho a seguir. No labirinto que, enquanto povo, a História nos reservou, experimentamos momentos de dificuldades.

Questionámo-nos sobre onde começámos a trilhar esta vereda, compreendemos como e porque chegámos aqui. É fundamental que evitemos erros passados, para que no futuro as novas gerações não tenham de voltar a fazer os mesmos sacrifícios.

Finalmente, vemos para onde nos devemos dirigir. Com os olhos postos no horizonte que é o nosso futuro, temos de, em conjunto, no tempo presente, reencontrar o rumo certo para o nosso país.

É tempo de o medo dar lugar à esperança.

Muito obrigado.

Cerimónia Comemorativa dos 900 Anos do Foral de Arganil

Arganil, 7 de setembro de 2014

Foi com muito gosto que aceitei o convite para participar na celebração do Dia do Município, associada também, neste ano de 2014, às comemorações dos 900 anos da outorga do primeiro Foral a Arganil e dos 500 Anos do Foral Manuelino. Agradeço as palavras que os Senhores Presidentes da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal me dirigiram e a entrega da Medalha de Ouro do Município, que muito me honra.

Este é um ano pleno de efemérides para esta terra milenar, onde as preocupações com a organização social, económica, fiscal e judicial são mais antigas do que a nossa nacionalidade, pergaminhos que atestam a importância histórica da vila de Arganil.

Ao longo dos séculos, as populações procuraram locais para se estabelecer onde tivessem segurança e bem-estar. Sabemos que os encontraram aqui, em Arganil, e em tantos povoados do interior.

Desse passado mais longínquo faz parte uma interessante coleção de pesos de bronze – que tive oportunidade de ver há pouco – doada a Arganil em 1499 pelo Rei D. Manuel I, o mesmo que, poucos anos depois, lhe concederia o foral novo. A padronização dos pesos e medidas foi um avanço muito importante na luta pela segurança e justiça no país e um passo essencial para o desenvolvimento da economia. Já então havia a preocupação de que todos os portugueses fossem tratados de forma igual e justa. Esta é uma exigência que se mantém e que ultrapassa em muito os pesos e medidas.

Sabemos que, com o correr dos séculos, daqui partiram muitos na busca legítima de um futuro melhor. Ainda assim, alguns regressaram e outros chegaram e estabeleceram-se nestas terras de Arganil.

Até há poucas décadas, o isolamento de muitas das nossas vilas e aldeias parecia inultrapassável. As vias de comunicação e as novas tecnologias quebraram esse isolamento.

Arganil está hoje mais perto dos centros urbanos. A ação concertada da Administração Central e Local permitiu também dar melhores condições de vida aos seus habitantes. Esta é uma realidade incontestável.

Não faz grande sentido, por isso, que se cultive um saudosismo nostálgico do que foram os tempos passados destas terras do interior.

A interioridade, mais do que um estigma, tem de ser um estímulo. Para que, com engenho e arte, se encontrem novos caminhos de crescimento e de afirmação identitária. A alteração que se tem vindo a verificar na base económica do concelho de Arganil é disso um bom exemplo.

A interioridade não nos pode desanimar, nem pode servir apenas para reivindicar compensações por desvantagens que a combinação da Geografia e da História possam representar.

Temos de saber olhar para os recursos endógenos de cada região, para o que de único e especial existe nestas terras. Temos de assumir o desafio de melhorar a vida destes concelhos a partir daquilo que é a sua realidade.

É nesse espírito, justamente, que vejo a realização, aqui em Arganil, da centenária Feira de Mont´Alto e da inovadora FICABEIRA. O facto de as duas feiras se realizarem em simultâneo revela que se compreende e valoriza o contributo distinto de cada uma delas para a atração de turistas e para o desenvolvimento local.

A Feira de Mont´Alto seduz pela exposição dos produtos e das atividades artesanais e pela divulgação da gastronomia tradicional. A FICABEIRA – Feira das Atividades Industriais, Comerciais e Agrícolas da Beira Serra contribui, desde 1980, para o desenvolvimento económico desta região.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

Há que promover o aproveitamento sagaz e consciente das paisagens de grande beleza natural que por aqui se abrem à nossa passagem, com águas cristalinas, praias fluviais e percursos inspiradores. Nesse sentido tem vindo a trabalhar a Câmara Municipal.

Há que aperfeiçoar redes turísticas que convocam toda a região, como são os casos das Aldeias Históricas e das Aldeias de Xisto, pelas particularidades que guardam para os seus visitantes.

É importante que este seja um trabalho continuado e com maior divulgação nacional e internacional. É, sobretudo, fundamental que haja uma interação de todos, que vá para além das fronteiras de cada município.

O que podemos ganhar do trabalho em conjunto, devidamente coordenado e com um objetivo comum, é seguramente mais do que a soma dos esforços individuais com objetivos dispersos.

No nosso país, cabe às autarquias um papel insubstituível, que alia o conhecimento da realidade local com a capacidade de intervenção junto de entidades regionais e governamentais. Aos autarcas cabe uma ação positiva e criativa que possibilite a preservação e a rentabilização dos recursos. Cabe-lhes hoje, também e cada vez mais, apoiar e mobilizar a iniciativa privada, sinalizando os recursos do seu concelho, procurando investimento e criação de emprego.

Cumpram aos autarcas, como a todas as entidades públicas, levar a cabo uma gestão equilibrada, rigorosa e consciente dos orçamentos que lhes estão atribuídos. As populações já perceberam que os desperdícios e as extravagâncias orçamentais a nível municipal, tal como a nível nacional, prejudicam as suas condições de vida. Importa também destacar o papel desempenhado pelos autarcas no apoio social aos cidadãos mais atingidos pela crise que o País viveu nos anos recentes e de que se encontra agora em condições de sair, fruto da perseverança, espírito de combate e sentido de responsabilidade dos Portugueses.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Portugal vai começar a utilizar, muito em breve, os fundos de um novo Quadro Comunitário de Apoio. Os fundos europeus são um instrumento essencial para incentivar o crescimento da nossa economia e a criação de emprego qualificado. Neste novo quadro comunitário, a aposta deixará de incidir nas infraestruturas para passar a centrar-se no apoio às empresas, para o fomento da inovação e da competitividade. Haverá, além disso, um reforço de verbas para as regiões menos desenvolvidas do país. Pretende-se que estes fundos não constituam um benefício efémero, mas antes que sejam utilizados para gerar riqueza e emprego de forma duradoura.

O bom aproveitamento de mais esta oportunidade que a integração europeia nos dá é um imperativo para o nosso país.

Apesar do caminho já percorrido, das reformas realizadas e dos resultados positivos alcançados, é evidente que há ainda muito por fazer e que os tempos adversos não acabaram. Devemos desconfiar das promessas ilusórias de um futuro de facilidades e pouco exigente.

Portugal não pode voltar a regredir na sua competitividade face ao exterior. Não podemos permitir que um novo desequilíbrio das contas externas e das finanças públicas ponha em causa o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos. Temos a responsabilidade de lhes dar um horizonte de esperança.

Os portugueses do interior e os do litoral, os do Sul e os do Norte, os mais novos e mais velhos, independentemente das suas convicções, todos ambicionam um país mais justo e mais próspero.

Mais do que uma aspiração legítima, trata-se de um desígnio nacional, um desígnio que requer a mobilização de todos. Mais do que nunca, Portugal precisa da coesão dos Portugueses.

Neste Dia do Município, em que Arganil celebra datas marcantes da sua história, a todos dirijo as minhas saudações e os meus votos de um futuro auspicioso para esta região.

Muito obrigado.

Visita ao Concelho de Borba

Borba, 10 de novembro de 2014

Foi com muito gosto que aceitei o convite para visitar o concelho de Borba, associando-me também à inauguração deste novo equipamento da Santa Casa da Misericórdia.

Borba, cidade do interior profundo do nosso país, tem o seu nome ligado a uma das mais emblemáticas adegas da região alentejana, cujo mais recente investimento tive há pouco oportunidade de conhecer.

Trata-se de uma infraestrutura assinalável, visando a modernização e o reforço da posição internacional de uma empresa que, reunindo 300 viticultores associados, é uma instituição incontornável nesta região e essencial para o desenvolvimento económico e social do concelho.

A experiência de décadas da Adega Cooperativa de Borba, referência na qualidade dos Vinhos do Alentejo e a caminhar para o seu sexagésimo aniversário, alia-se hoje, com este mais recente investimento, à tecnologia avançada e à inovação.

Felicito vivamente a Adega de Borba e a sua Administração por terem abraçado o desafio de afirmação e crescimento da empresa.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A celebração dos 490 anos da Santa Casa da Misericórdia de Borba é uma oportunidade para refletirmos sobre o papel que estas instituições de solidariedade podem e devem assumir na economia social das regiões em risco de desertificação humana.

O concelho de Borba, nos últimos 50 anos, terá reduzido em 70 por cento o número de crianças. Em compensação, multiplicou por quatro o número de idosos. Compreende-se, assim, que a Santa Casa da Misericórdia de Borba tenha dirigido uma grande parte do seu esforço para o apoio aos seus idosos.

É bom que as comunidades locais não esqueçam os segmentos mais frágeis da população e lhes proporcionem, depois de uma vida de trabalho e, quantas

vezes, de muito sacrifício, as condições para que tenham um envelhecimento com dignidade e bem-estar. Mas é necessário olhar atentamente para a sustentabilidade demográfica destas comunidades, para as condições de segurança e estabilidade que permitam às famílias assegurar a renovação das gerações. O conceito de Aldeia Social vai nesse sentido, integrando no mesmo espaço de convivência as sucessivas gerações de Borbenses, de forma a criar o indispensável espírito de comunidade, onde os mais velhos podem transmitir aos mais novos os valores e as bases da identidade local, que lhes permitam ganhar o apego à terra onde crescem e onde é importante que continuem a viver. Saúdo e dou os parabéns à Mesa da Misericórdia de Borba pela determinação e pelo empenho que evidencia, indo ao encontro das necessidades de bem-estar e de envelhecimento ativo da população do concelho, assim como pela ideia de criar este espaço onde o presente e o futuro se encontram.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

O concelho de Borba mantém o seu dinamismo naquilo que é o traço de identidade da sua atividade económica: a produção vinícola, os azeites e os mármore. O esforço de internacionalização que os empresários deste concelho têm vindo a desenvolver merece reconhecimento público, pelo potencial que pode representar para a regeneração demográfica das regiões do interior.

Sem a projeção internacional dos produtos da região, não será possível consolidar a base produtiva local e, sem esta, dificilmente se conseguirá manter o dinamismo económico e social e assegurar a renovação das gerações.

O novo Quadro Comunitário de Apoio será, nesse aspeto, uma oportunidade a não desperdiçar.

Como tenho vindo a sublinhar, prevê-se, neste quadro plurianual 2014-2020, um reforço de verbas para as regiões menos desenvolvidas do País, centrado no objetivo da competitividade das empresas e seu desenvolvimento e crescimento e na criação de emprego.

Trata-se de uma prioridade nacional.

Trata-se de um esforço que visa, afinal, a concretização de um desígnio que a todos nos convoca: a coesão territorial.

E, neste esforço, cabe naturalmente às autarquias um papel insubstituível. Cabe aos autarcas do nosso país aliar o conhecimento profundo e direto das necessidades das populações e das virtualidades do concelho a uma visão de futuro e a uma criatividade mobilizadora. É aquilo que tem sido feito pela Câmara Municipal de Borba.

O trabalho com os empresários e com os jovens, o apelo ao empreendedorismo e ao investimento são essenciais para que não se desperdice mais esta oportunidade que a integração europeia nos proporciona.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Reitero os meus agradecimentos pelo convite para estar hoje convosco aqui em Borba e renovo as minhas felicitações à Misericórdia por este novo equipamento que fica ao serviço dos Borbenses.

Faço votos para que a cidade e o concelho possam desenvolver-se, criando riqueza sustentável e emprego, de modo a que estas crianças, que hoje nos receberam, aqui cresçam e aqui tenham condições para vir a permanecer.

É um apelo e um incentivo que vos deixo, à criatividade, à inovação, ao empreendedorismo, ao aproveitamento do muito de bom que esta terra tem para nos dar.

É uma tarefa que a todos diz respeito.

Obrigado.

Visita ao Concelho de Estremoz

Estremoz, 10 de novembro de 2014

É com muito gosto que visito hoje a cidade de Estremoz, baluarte de defesa do país ao longo dos séculos, “notável vila” onde não se fez apenas guerra, mas onde também se garantiu paz.

Comecei a minha visita, precisamente, no Convento de São Francisco, casa do Regimento de Cavalaria n.º 3 – os Dragões de Olivença –, a mais antiga unidade do Exército Português. Quis, desse modo, manifestar o reconhecimento do Comandante Supremo das Forças Armadas e da Pátria a esta unidade, que esteve sempre na linha da frente na defesa do nosso país.

Deste regimento partiram militares em momentos decisivos da nossa História. Desde a Guerra Peninsular à Grande Guerra e à Guerra do Ultramar, e também no dia 25 de abril de 1974, com uma coluna que foi essencial ao sucesso da revolução que nos devolveu a liberdade.

A instituição militar, tantas vezes alvo de crítica injusta e precipitada, tem estado, está e estará sempre pronta a defender a soberania nacional e a representar as cores nacionais quando os compromissos internacionais o requeiram.

O Regimento de Cavalaria n.º 3 identifica-se de forma muito especial com Estremoz e tive oportunidade de verificar hoje como, para além de cumprir a sua missão militar, se torna útil à comunidade.

Felicito-o, Senhor Presidente da Câmara, pelo seu empenho no aprofundamento da relação entre a Cidade e o Regimento.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Estive há pouco na belíssima Adega do jovem Tiago Cabaço, empreendedor cuja visão e criatividade associa, de forma notável, a inovação, o *design* e o *marketing* à criação e promoção dos seus vinhos. Estamos perante um representante de uma nova geração de produtores alentejanos, que tem sabido proporcionar novas experiências e criar novos sabores e que, em poucos anos, já foi premiado em diversas ocasiões.

Tiago Cabaço sabe, em particular, fazer uma coisa essencial: promover o seu produto. Na verdade, é necessário que o produto tenha a maior qualidade. Mas não basta: num mercado fortemente concorrencial, é indispensável que o vinho seja muito bem promovido.

Os principais produtores estão hoje bem cientes de que o vinho é uma componente de um negócio que dá emprego a cada vez mais portugueses e que se revela um poderoso fator de desenvolvimento.

O enoturismo é hoje uma realidade em crescimento e as grandes adegas atraem cada vez mais pessoas com propostas que incluem visitas, passeios, provas de vinhos e de gastronomia local, além de outras atividades.

E as autarquias locais sabem que a sua colaboração ajuda a transformar o que era uma atividade tradicional num polo de desenvolvimento local que não pode ser descurado nem deixado em segundo plano.

Felicito Tiago Cabaço pela sua iniciativa, pela sua visão e pelos méritos que já demonstrou, fazendo votos para que outros sigam o seu exemplo, não apenas na área do vinho mas também noutras áreas de negócio, aproveitando da melhor forma os fundos comunitários que, neste novo quadro plurianual, estão vocacionados para o apoio às empresas e para a criação de emprego.

Senhor Presidente da Câmara Municipal

O convite que me endereçou para visitar Estremoz mencionava este Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte.

Felicito-o pela feliz recuperação deste Património da Cidade, devolvido à população como espaço cultural, e faço votos para que possa ser novamente um espaço privilegiado de reunião dos Estremocenses.

Defender Estremoz é também defender os valores mais característicos do nosso País. Diria, por isso, que além do mármore que tão importante valia económica representa para o concelho e para a região, também os Bonecos de Estremoz devem ser salvaguardados e potenciados como símbolo da Cidade.

Tive oportunidade de contactar com artesãos e de ver as diferentes fases de elaboração dos Bonecos de Estremoz, legado dos nossos antepassados que é marca desta terra. Recordo que, no início do século passado, os Bonecos estiveram quase a perder-se para sempre. É uma responsabilidade de todos

os estremocenses tudo fazer para que não se volte a correr o risco de perder esta tradição e para que os Bonecos possam perdurar como singular expressão artística e simbólica.

O barro informe, retirado do chão, modelado pela mão de homens e mulheres talentosos, é transformado em qualquer coisa de útil ou de belo. No final desta minha visita ao concelho de Estremoz, levo bem nítida a convicção de que as tradições valiosas devem ser preservadas, mas também de que depende de nós a capacidade para melhorar, para inovar, para criar e para ultrapassar as dificuldades.

Visita a Castelo de Vide

Castelo de Vide, 29 de novembro de 2014

É com enorme satisfação que hoje me encontro aqui convosco, nesta vila de Castelo de Vide.

Na reabertura do tão bem renovado Cineteatro Mouzinho da Silveira, este concerto que o grupo Os Almocreves nos ofereceu foi uma comovente forma de assinalar mais um feito para a cultura e para a identidade portuguesas: a inclusão do Cante Alentejano no Património Imaterial da Humanidade, onde agora se juntou ao Fado.

O reconhecimento internacional desta forma de expressão tão genuína e singular enche-nos a todos de orgulho e deve servir de estímulo para que as novas gerações saibam ver na riqueza do passado um motivo de esperança num futuro melhor.

A consagração do Cante Alentejano convoca-nos a olhar para o nosso património, o edificado e o imaterial, como um ativo estratégico para o nosso país, algo que nos foi legado, que devemos valorizar e preservar, mas que devemos também saber potenciar como fator de atração turística e de promoção da qualidade de vida das populações.

Nas vozes destes homens, na autenticidade do seu canto, sentimos o pulsar de Portugal e do Alentejo. É a alma do nosso povo, a força dos Portugueses que ali ouvimos. A beleza da sua cadência polifónica é de tal modo característica do Alentejo que, onde quer que o ouçamos, nos sentimos transportados para esta extraordinária região do nosso país.

A inclusão do Cante Alentejano no Património Imaterial da Humanidade projeta e valoriza, para além das nossas fronteiras, a imagem do Alentejo, da cultura portuguesa e de Portugal inteiro.

Quero felicitar todos os que se empenharam no sucesso da candidatura. Agradeço, muito especialmente, aos que, com a força da sua voz, se dedicam à salvaguarda desta arte única no Mundo.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Castelo de Vide é herdeira de uma história riquíssima, feita da confluência de diferentes tradições culturais e espirituais.

O Rei D. Pedro V terá chamado a esta terra a “Sintra do Alentejo”, pela beleza de cada recanto e pela frescura da Serra que a envolve. A esta beleza surge aliada a hospitalidade das gentes do Alentejo, que saúdo de forma muito fraterna e calorosa.

Visitei há pouco as instalações de uma empresa que recolhe em terras de Castelo de Vide, nas fontes desta Serra, a água que está presente na mesa de tantos portugueses. Essa água, aliás, é também apreciada em paragens bem mais longínquas. Basta referir que, em 2013, foram exportados sete milhões de litros recolhidos nas captações da Serra de São Mamede.

Nestas terras do interior profundo do nosso país, onde são sempre mais os que partem do que os que permanecem, o bom aproveitamento dos recursos naturais e do património cultural e paisagístico representa oportunidades que não podemos desperdiçar.

Como tenho vindo a sublinhar em diversas ocasiões, atualmente é aos autarcas que, em larga medida, cabe dinamizar o interior, aproveitando as suas potencialidades económicas e valorizando, ao mesmo tempo, a criatividade e a audácia das populações.

É essencial atrair pessoas, investimento, turistas, eventos, empresas e instituições. Sabemos todos como isso é importante.

Mas, no caso particular de Castelo de Vide, é necessário olhar também para a sua identidade histórica. É isso que tem feito a Câmara Municipal de Castelo de Vide, que saúdo na pessoa do seu Presidente.

Encontramos aqui um dos exemplos mais importantes e bem preservados da presença judaica em Portugal. Foram cometidos, em diversas fases da nossa História, erros graves contra os judeus, atos de perseguição que muito lamentamos e repudiamos. Ultrapassámos há muito esses erros. Aprendemos a lição da tolerância. Sabemos conviver com a diversidade das nossas origens e com a pluralidade das nossas ideias.

A Rede de Judiarias de Portugal, da qual Castelo de Vide faz parte, e que inclui também a comunidade judaica em Portugal, é um excelente exemplo de como,

no mesmo país, pode existir uma relação de amizade e de respeito mútuo entre diferentes tradições religiosas e espirituais.

Portugal é uma pátria de tolerância, um país coeso e plural. Enquanto, pelo mundo, vemos sinais preocupantes de recrudescimento do racismo, da xenofobia, da intolerância religiosa, o nosso país afirma-se como uma terra onde todos podem conviver, no respeito pelas diferenças de cada um.

Senhor Presidente da Câmara

Agradeço-lhe, uma vez mais, o convite para visitar Castelo de Vide e esta experiência do Alentejo que nos proporcionou.

Faço votos para que esta vila continue a preservar a sua beleza e a riqueza do seu legado multicultural. Estou certo de que, com o contributo de todos, serão abertas novas vias de desenvolvimento e de atração de investimento que irão tornar cada vez mais expressivo o número dos que aqui vivem e dos que aqui chegam. Muito obrigado.

Cerimónia de Entrega das Medalhas de Ouro do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular

Corunha, 19 de fevereiro de 2015

Permitam-me que comece por saudar Vossas Majestades e agradecer a hospitalidade com que nos acolheram nesta bela cidade da Corunha.

Esta deslocação à Galiza tem, para mim, um significado particular, uma vez que esta é a minha primeira visita a Espanha desde a proclamação de Vossa Majestade. Não poderia deixar de assinalá-lo e de manifestar a imensa satisfação que minha Mulher e eu temos em aqui estar hoje.

Foi, pois, com o maior agrado que aceitei o convite para participar nesta cerimónia de entrega das Medalhas de Ouro do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular. Para mim, é-me sempre grato regressar à Galiza, onde, além do mais, tive a honra de receber o Doutoramento *Honoris Causa* pela Universidade da Corunha. Gostaria de felicitar os agraciados pela sua ação e pela distinção que hoje receberam.

É com enorme gosto que me encontro entre esta plateia tão representativa das relações que temos hoje entre a Região da Galiza e o Norte de Portugal, mas também representativa do relacionamento entre portugueses e espanhóis e do projeto europeu que partilhamos.

O Eixo Atlântico, associação transfronteiriça de municípios, integra 38 cidades, tendo como objetivo o desenvolvimento económico, social, cultural, científico e tecnológico desta eurorregião e dos municípios urbanos e regiões aderentes. Através desta cooperação, pretende-se também uma aproximação mais tangível e consistente à União Europeia, otimizando os apoios comunitários a projetos que contribuam para o progresso e crescimento deste espaço regional.

As infraestruturas, os transportes, as telecomunicações, a proteção do ambiente, o turismo, os mercados de trabalho, tal como as atividades sociais, culturais, académicas e desportivas, são setores de interesse e intervenção do Eixo Atlântico. Estes domínios de atuação constituem uma rede de cooperação assinalável, cuja ação tem repercussões concretas e visíveis na vida das populações, melhorando o dia-a-dia dos cidadãos.

Do ponto de vista das relações bilaterais de Portugal com Espanha, o Norte de Portugal e a Galiza são das regiões mais ativas no domínio da proximidade e cooperação transfronteiriça.

No que se refere às relações económicas, a sua vitalidade é bem evidente, desde logo a nível das trocas comerciais e do investimento.

Também do ponto de vista cultural, o relacionamento que tem unido as regiões ao longo do tempo está bem presente e as iniciativas culturais conjuntas são frequentes.

Testemunhei hoje, com o Presidente da Junta da Galiza, a assinatura de um Memorando sobre a adoção do Português como Língua Estrangeira de Opção e Avaliação Curricular no Sistema Educativo Não Universitário, mais um exemplo em que a fronteira é traço de união e fator de proximidade.

A Galiza e o Norte de Portugal são regiões que apresentam, graças ao seu crescente desenvolvimento, um elevado potencial económico e que constituem, cada vez mais, um espaço privilegiado de interação e cooperação, evidenciando bem a presença e o relevo de interesses comuns no quadro global em que ambos os nossos países se movimentam.

Majestades

Minhas Senhoras e meus Senhores

Estes últimos anos têm sido um tempo de desafios para o Mundo e, em particular, para a Europa. Os nossos países sabem-no bem. Num momento em que tanto necessitamos de uma dinâmica de crescimento económico, de criação de emprego e de coesão social, acredito que o Eixo Atlântico poderá ter um contributo importante a dar.

Desde 1992 que este projeto tem apostado na cooperação entre os dois lados da fronteira, com efeitos relevantes na vida das pessoas e das empresas. Na base deste tipo de iniciativas está, desde logo, a mudança operada, a diversos níveis, no relacionamento entre as duas regiões. Diria que o Eixo Atlântico deve sentir-se encorajado a prosseguir a sua missão, aproveitando o enorme potencial ainda por explorar.

Felicitando uma vez mais os galardoados de hoje, agradeço a todos a vossa presença e a vossa atenção.

Cerimónia de Inauguração da Requalificação da Frente Marítima de S. Bartolomeu do Mar

Esposende, 7 de março de 2015

Foi com muito gosto que aceitei o convite do Senhor Presidente da Câmara Municipal para vir até Esposende e presidir à inauguração da obra de requalificação da frente marítima de S. Bartolomeu do Mar.

Esta é uma oportunidade de dar a conhecer um feliz exemplo de intervenção urbanística no nosso litoral e um testemunho de como, com diálogo e bom senso, se conseguem ultrapassar as situações que parecem mais complicadas.

Foi possível aqui, num investimento global de quase 3 milhões de euros, financiado em 70 por cento pelo Programa Operacional de Valorização do Território do QREN e cofinanciado, nos restantes 30 por cento, pelo Estado Português e pelo Município de Esposende, levar a cabo, de forma ordenada e pacífica, a demolição de 27 edificações.

Não há dúvida de que esta obra teve um custo sentimental para os que aqui tinham as suas habitações, mesmo que não ocupadas há algum tempo. Importa por isso sublinhar o elevado sentido de responsabilidade demonstrado pelos proprietários nas negociações com o Município.

Devemos todos ter consciência do impacto dos eventos meteorológicos extremos e da subida do nível do mar na nossa costa. Este impacto não é uma hipótese de baixa probabilidade. É uma realidade, mensurável em dezenas de metros de falésias consumidas pelo mar ao longo das últimas décadas, aqui em S. Bartolomeu do Mar, tal como no Algarve e em tantos pontos sensíveis da nossa costa. Apesar da grande diversidade da composição geológica do nosso país, encontramos, de Viana do Castelo a Vila Real de Santo António, passando por Aveiro ou Peniche, pela Figueira da Foz ou pela Costa Alentejana, dezenas de locais vulneráveis, falésias sujeitas a rápida erosão, dunas em perigo e localidades expostas ao avanço do mar.

Eventos como as tempestades que, nos últimos invernos, assolaram com grande violência a nossa costa, causando estragos em equipamentos e infraestruturas públicos e privados, têm vindo a tornar-se mais frequentes e a assumir maior intensidade.

A erosão tem modificado de forma notória muitas paisagens que conhecíamos de toda a vida. Mas põe também em perigo habitações e vias de comunicação, levando à necessidade de medidas que, não raras vezes, são muito difíceis de tomar.

É fundamental que o apelo à adoção de medidas preventivas e defensivas deixe de ser visto como uma excentricidade de ambientalistas e de investigadores do fenómeno.

É uma tarefa que cabe a todos, desde o Governo às autarquias do extenso litoral português, passando pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e pelas entidades responsáveis pelo Ambiente.

E é também uma tarefa urgente, na medida em que demorará a surtir efeito. Impõe-se a elaboração de mapas de risco a nível local e a sua incorporação nos Planos Diretores Municipais dos Municípios do litoral. Este procedimento deverá, aliás, acautelar não tanto a realidade expectável na próxima década, mas a realidade do século ou, pelo menos, dos próximos cinquenta anos. É uma obrigação que temos para com as gerações vindouras.

Trata-se de um planeamento que implicará a adoção de medidas que, apesar de inevitáveis, podem ser impopulares, pelo que deverão ser acompanhadas por uma pedagogia paciente, clara e objetiva.

Os autarcas devem ter em devida conta a elegibilidade, no quadro do Portugal 2020, destas medidas de adaptação da costa portuguesa aos fenómenos meteorológicos extremos e às alterações climáticas.

As ações de proteção da nossa costa terão seguramente de passar por demolições, como foi o caso aqui em S. Bartolomeu do Mar, e por mudanças de hábitos das populações, para que se consiga atingir um reordenamento territorial capaz de evitar pressão sobre as zonas sensíveis e de prevenir consequências indesejáveis.

Senhor Ministro

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

A dispersão da construção no nosso país e o reduzido peso que, até agora, tem assumido a reabilitação urbana, resultam hoje na existência não apenas de um

número de fogos habitacionais muito superior ao necessário para a nossa população, mas, sobretudo, de centros históricos vazios, abandonados e, não raras vezes, descaracterizados.

Um melhor ordenamento do nosso território, com centros das localidades reabilitados e onde volte a haver vida, deve ser uma prioridade dos decisores públicos. A investigação universitária de elevada qualidade que hoje existe em Portugal, quer em termos de evolução geomorfológica, quer em termos de urbanismo, deve ser posta ao serviço das entidades a quem cabe decidir em matéria de ordenamento.

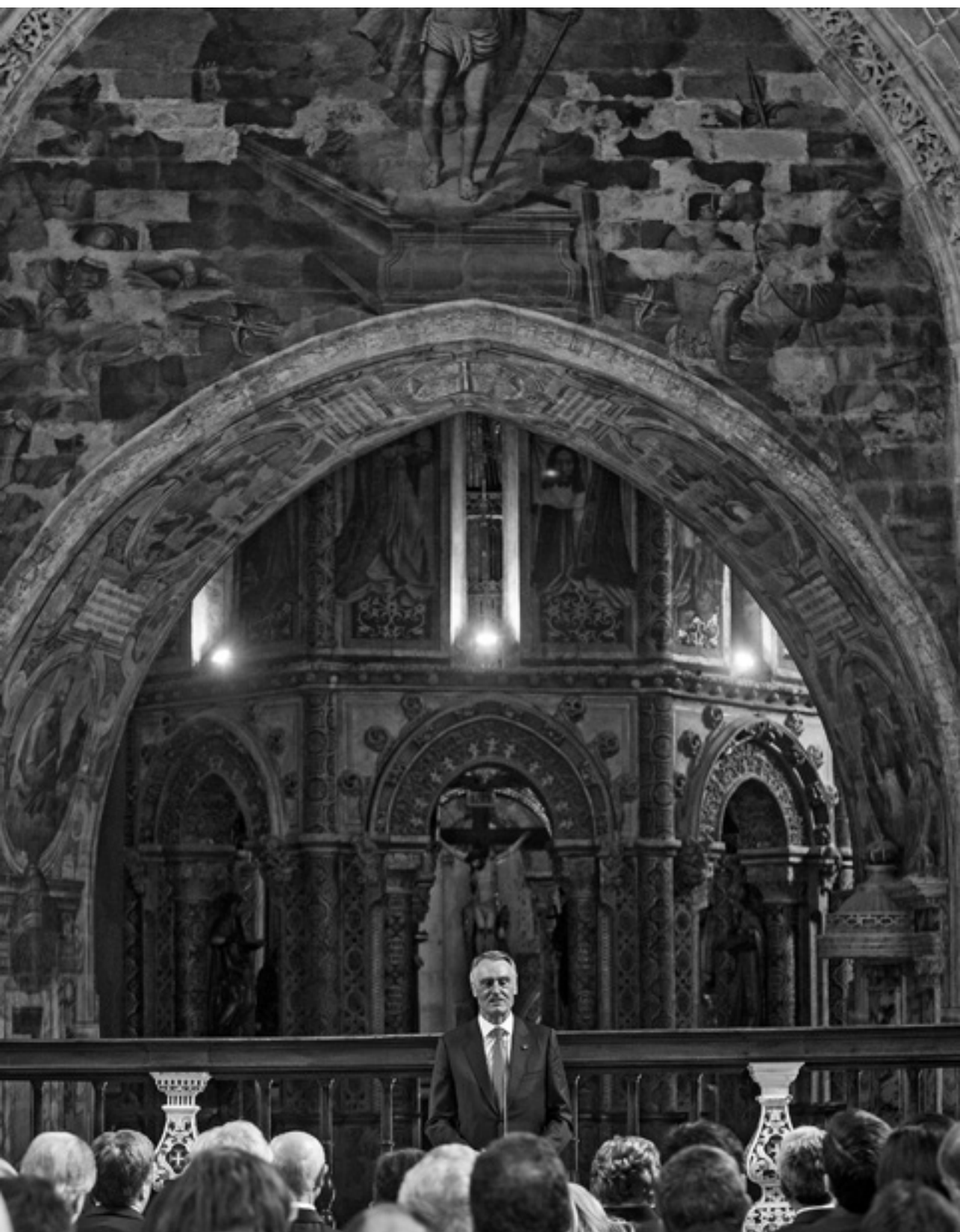
Termino felicitando o Município de Esposende pela intervenção que aqui foi realizada, pelo exemplo que representa para os autarcas do nosso país, e espero que, no próximo dia 24 de agosto, aqui se volte a cumprir a tradição da romaria e dos famosos banhos-santos de S. Bartolomeu do Mar.

Muito obrigado.



Saúde, Educação, Ciência e Cultura **IV**





Cerimónia de Reabertura da Charola do Convento de Cristo

Tomar, 16 de abril de 2014

O restauro da Charola do Convento de Cristo é um dos trabalhos mais marcantes de reabilitação do património histórico-cultural português das últimas décadas. Não podia, por isso, deixar de me associar, com muito gosto, a este momento especial.

O Convento de Cristo, Património da Humanidade, assume uma particular importância histórica e artística, pela sua ligação, primeiro, com a reconquista do território nacional, e, depois, com a epopeia da expansão marítima. Foi também sede da Ordem dos Templários em Portugal e, mais tarde, sede da Ordem Militar de Cristo. Testemunho magnífico da evolução da arquitetura monástico-religiosa, o Convento é, simultaneamente, um dos melhores exemplos de arquitetura templária do Mundo.

Ao longo dos meus mandatos, tenho prestado atenção particular à valorização do nosso património material e imaterial.

A preservação do património cultural, enquanto marca de civilização e de reconhecimento da memória histórica, é o principal fator de identidade de um povo. Mas constitui, igualmente, um ativo de grande peso na resposta aos desafios do presente e do futuro.

Importa sensibilizar as instituições, as autarquias, as empresas, os cidadãos, para que não se perca o imenso e valioso património monumental que nos foi legado. A sua conservação a todos interpela e deve ser obra de todos. Portugal tem, além do mais, património classificado pela UNESCO que representa um enorme potencial de atração turística e que não podemos deixar de preservar e de divulgar.

O Convento de Cristo desempenha, nessa perspetiva, um papel insubstituível para a Cidade de Tomar e para toda a região do Centro de Portugal. Muito justamente, a Charola do Convento de Cristo, com a singular riqueza iconográfica que carrega, é considerada uma das joias arquitetónicas e artísticas do nosso país.

Felicito a CIMPOR por ter assumido como seu o mecenato para a recuperação da Charola. No quadro da dimensão social e cultural da empresa, soube identificar um objetivo preciso, cumprir o calendário definido e assegurar o processo complexo e delicado de restauro e preservação desta obra-prima.

Trata-se de um exemplo que merece ser divulgado.

Convido outras empresas a fazerem como a CIMPOR e a tomarem a seu cargo algum dos muitos monumentos que, por todo o país, continuam à espera de obras de conservação.

Infelizmente, não faltam oportunidades de atuação para quem queira ajudar na preservação do nosso património e, desse modo, cumprir as suas responsabilidades para com a sociedade.

Deixo, por isso, além de uma viva palavra de felicitações à CIMPOR, uma palavra de incentivo para que o mecenato empresarial venha, cada vez mais, a contribuir para o enriquecimento cultural e económico do nosso país.

Sessão de Encerramento do Colóquio “O Valor das Línguas”

Xangai, 14 de maio de 2014

É para mim uma grande honra ser recebido na Universidade de Estudos Internacionais de Xangai. Quero, por isso, agradecer o convite que me dirigiram para encerrar este Colóquio, uma iniciativa conjunta da Universidade de Estudos Internacionais de Xangai e do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua. Quero agradecer ainda a calorosa hospitalidade com que esta comunidade académica recebeu a delegação portuguesa que me acompanha na Visita de Estado à China.

A excelência dos intervenientes neste fórum vem enriquecer, de uma forma muito particular, a reflexão sobre um tema de grande atualidade. Desde há muito que tenho manifestado especial interesse pela questão central deste Colóquio, *o valor das línguas*. Nos diversos contactos que tenho mantido, em Portugal e no estrangeiro, tenho procurado sublinhar o valor da aprendizagem das línguas e, em especial, a importância e o potencial da língua portuguesa.

A lusofonia, enquanto ativo de Portugal no Mundo, é uma valia estratégica do nosso país. Neste contexto, a língua e a cultura devem ser encaradas como dois eixos que se reforçam mutuamente. A língua é o veículo de uma cultura; a cultura, na sua riqueza e diversidade, reflete a densidade da linguagem.

Pelo facto de ser uma língua partilhada por diferentes países e culturas, em continentes diversos, a língua portuguesa reveste-se, atualmente, de um acrescido valor cultural, económico e geopolítico. Contudo, o potencial da língua portuguesa não constitui uma realidade inteiramente nova.

A verdade é que, durante séculos, o português foi a língua de negócios em África e na Ásia. Era, de igual modo, um importante veículo de conhecimento. Nesta primeira globalização, a língua portuguesa revelou também a capacidade de se assumir como um instrumento de comunicação entre povos com visões do mundo muito diferentes. Há 500 anos, o português tornou-se uma língua global. A língua portuguesa retém esta pluralidade, enriquecida diariamente nas ruas

de Lisboa, Brasília, Maputo ou Díli. Língua oficial de cerca de 250 milhões de pessoas, o português é um dos idiomas em maior expansão no Mundo, dos mais utilizados na Internet. O português, importa sublinhá-lo, é a língua mais falada no hemisfério sul do planeta. Em simultâneo, é língua oficial de várias organizações internacionais, incluindo a União Europeia, a União Africana e a Comunidade Ibero-Americana. A escala global do português é ainda reforçada pelas diásporas dos diversos países de língua portuguesa.

Aquando da Presidência portuguesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a escolha do tema “A Língua Portuguesa: Património Comum, Futuro Global” para a Cimeira que teve lugar em Lisboa, em 2008, procurou lançar a reflexão sobre a importância da conjugação de esforços na prossecução de políticas que projetassem a Língua Portuguesa internacionalmente. Aqui se preparou o caminho para a adoção do Plano de Ação de Brasília e, mais recentemente, do Plano de Ação de Lisboa, que estabeleceram um conjunto de estratégias conjuntas para a promoção e a difusão da língua portuguesa. O Plano de Ação de Lisboa definiu duas grandes áreas de incidência: a língua portuguesa no reforço do empreendedorismo e da economia criativa; e a língua portuguesa no desenvolvimento científico e na inovação.

Com efeito, no contexto da globalização contemporânea, a língua deve ser valorizada, também ela, enquanto vantagem competitiva. Assim se compreende, por exemplo, o interesse que a aprendizagem do português suscita na China, dado o elevadíssimo nível de empregabilidade que o conhecimento da língua portuguesa aqui garante.

As universidades, cada vez mais, têm-se revelado agentes privilegiados na projeção internacional da língua e da cultura portuguesa. Neste contexto, cabe naturalmente realçar a importância da cooperação entre as academias portuguesas e chinesas, nas mais diversas áreas do saber.

A prestigiada Universidade de Estudos Internacionais de Xangai tem-se distinguido pelo seu dinamismo na cooperação com diversas universidades portuguesas de excelência, criando extensas e muito profícuas redes de conhecimento. A aposta num Centro de Estudos de Portugal e a promoção de iniciativas como o colóquio que agora se encerra comprovam o papel que a língua portuguesa aqui detém e o potencial que lhe é reconhecido.

Saúdo vivamente estas iniciativas e, em particular, a organização deste Colóquio, pelo sucesso alcançado. Faço votos para que este seminário, de elevadíssimo nível académico, reforce o crescente interesse pelas questões relacionadas com o valor das línguas e, em especial, permitam-me que o sublinhe, pelo valor estratégico da língua portuguesa.

Visita à Escola Portuguesa de Macau

Macau, 18 de maio de 2014

Muito obrigado pelo maravilhoso sarau de boas-vindas que prepararam para receber a comitiva portuguesa que vos visita. Quero ainda agradecer o gesto especial, e que muito nos emocionou, da exposição alusiva a Portugal, com trabalhos que pudemos apreciar no caminho pelos corredores da escola até aqui; Visitei várias outras Escolas Portuguesas pelo Mundo. Nelas encontrei, sempre, pessoas e vontades que muito fazem pela promoção da língua e da cultura portuguesas.

A Escola Portuguesa de Macau é, porém, especial. Estes alunos e professores são especiais. Com uma formação orientada para o diálogo intercultural entre o Oriente e o Ocidente, esta Escola traduz e honra a especificidade cultural de Macau, marcada pelos seculares laços com Portugal. Simultaneamente, fomenta a própria diversidade e a riqueza de Macau. Trata-se de um contexto privilegiado para a promoção da Língua Portuguesa, projetando-a ainda mais na Ásia Oriental. A Escola Portuguesa de Macau representa um projeto ambicioso. Para além de dar formação desde o primeiro ciclo até ao ensino secundário ou cursos profissionais, inclui também a possibilidade de frequência de um ano preparatório destinado aos alunos não falantes da língua portuguesa, oriundos de outros sistemas de ensino e que pretendam entrar no sistema português.

Os alunos sairão daqui preparados seja para competir no mercado de trabalho, seja para prosseguirem estudos superiores em várias partes do Mundo, incluindo Portugal. E Portugal, pela sua história e pela sua geografia, é também uma porta privilegiada de acesso à Europa.

Os vossos estudos são uma importante aposta no futuro. O português é língua oficial de cerca de 250 milhões de pessoas, em quatro continentes. É língua oficial de várias organizações internacionais, na Europa, na Ásia, em África e na América. Atualmente, a língua portuguesa é um dos idiomas em maior expansão no Mundo e um dos mais utilizados na Internet. É, cada vez mais, uma língua presente no mundo dos negócios, da cultura e da ciência.

Ter conhecimentos de língua portuguesa é, pois, um valor e um ativo excepcional nos dias de hoje. Tudo começa nos primeiros bancos de escola. E nesta Escola, onde o ensino do Português, de modo assinalável, já se faz de forma integrada e em paralelo com a língua chinesa, o futuro é auspicioso.

Desejo-vos, por isso, um bom trabalho, um grande sucesso e agradeço-vos, uma vez mais, a generosidade e a calorosa simpatia com que nos receberam.

Muito obrigado.

Visita ao Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto

Porto, 20 de junho de 2014

O Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto, abreviadamente conhecido como UPTEC, é um espaço comum de trabalho de cientistas e investigadores. Mas é também – e acima de tudo – um exemplo notável da cultura que emerge do relacionamento profícuo entre a universidade e as empresas.

A ligação à comunidade científica, as condições de apoio aos investigadores para transformarem os seus resultados em projetos empresariais, e o ambiente de cooperação entre cientistas são fatores que contribuem para o reconhecido êxito deste projeto. Mas é, igualmente, a existência de uma visão de longo prazo que fez a Universidade do Porto assumir-se, através deste Polo de Ciência e Tecnologia, como um protagonista ativo no domínio da iniciativa empresarial e na transferência de conhecimento para a economia.

Na essência da Universidade está sempre um espaço de liberdade, de procura da verdade, de independência, de criatividade. Mas, enquanto instituição social, a Academia não pode alhear-se da sua envolvente, não pode deixar de questionar-se sobre qual o seu contributo para a sociedade.

Portugal é um caso único na Europa de progresso, num curto período de tempo, em matéria de ciência e tecnologia.

As universidades portuguesas e os nossos investigadores ombreiam com os seus pares internacionais em muitas áreas do conhecimento. Para alcançar este sucesso, o apoio do financiamento público foi decisivo. Sem ele, nunca poderiam ter-se atingido os resultados que hoje celebramos.

Acontece, contudo, que esta evolução não teve reflexo no perfil de especialização da economia nacional, que continua maioritariamente assente em setores de baixa e média intensidade tecnológica.

A atividade e a produção de conhecimento da comunidade científica têm ainda pouca influência na vida da maioria das empresas nacionais.

Temos de olhar para a infraestrutura científica e tecnológica como um investimento, relativamente ao qual é justo esperar, no entanto, um dado retorno. Sabemos que o maior incentivo para os investigadores é a publicação em revistas internacionalmente prestigiadas, sendo a aplicação prática do conhecimento algo secundarizada. Deste modo, a transferência de conhecimento pode subalternizar-se nas prioridades de muitos investigadores universitários.

Para que a universidade tenha maior influência na economia, será necessário estimular os seus agentes através de um sistema de incentivos que leve a Academia a tornar-se um protagonista mais ativo na criação de riqueza nacional. É certo que a Universidade deve buscar o saber, não pode converter-se num agente dos interesses das empresas. Contudo, há que encontrar um equilíbrio virtuoso entre o conhecimento teórico e o contributo académico para a comunidade.

Precisamos, pois, de valorizar de forma significativa a investigação aplicada, quer na progressão da carreira académica, nas áreas consideradas relevantes, quer, inclusivamente, como critério no financiamento público das universidades. Com isto, repito, não se trata de diminuir o papel das universidades no sistema de inovação, mas sim de o reforçar no contexto empresarial.

A ligação fortalecida da Universidade às empresas pode gerar novas unidades produtivas de base tecnológica, nas quais o investigador deve, também ele, assumir o papel de empreendedor. É este o caso de muitas das *start-ups* com que tenho contactado, desenvolvidas num contexto universitário e criadas por cientistas e investigadores.

Por outro lado, a relação entre as universidades e as empresas no domínio da inovação poderá ser reforçada pela disponibilidade das empresas para acolherem investigadores nos seus quadros.

A elevação do valor acrescentado da produção nacional, essencial ao nosso futuro coletivo, terá que acontecer por via da maior intensificação tecnológica nos setores onde o país é competitivo.

A forma como a Universidade se relaciona com o tecido empresarial assume, por isso, particular relevância. É importante que o conhecimento produzido nos centros universitários chegue às nossas empresas, gerando riqueza e criando postos de trabalho.

Senhoras e Senhores

A UPTEC é um bom exemplo de valorização do conhecimento produzido em ambiente universitário em áreas de grande potencial económico. Entre essas áreas, destacam-se as novas tecnologias, a economia do mar, as indústrias criativas e a biotecnologia.

A UPTEC foi também reconhecida, de resto, como uma das melhores incubadoras de empresas da Europa, onde a investigação aplicada faz o seu caminho, dos laboratórios até aos mercados.

Os projetos empresariais que aqui visitei resultam de uma saudável proximidade entre a academia e a economia e ilustram bem como é possível valorizar o conhecimento e criar emprego em setores com grande intensidade tecnológica e elevado valor acrescentado.

Quero, por isso, felicitar a equipa dirigente da UPTEC, na pessoa do seu Presidente, o Professor Novais Barbosa.

Quero igualmente deixar uma palavra de apreço pelo trabalho da equipa Reitoral da Universidade do Porto, que brevemente irá cessar funções. O sucesso da UPTEC é também o resultado de uma visão estratégica quanto ao contributo da Universidade para o desenvolvimento do país.

A todos vós, cientistas, investigadores, estudantes, docentes e empresários, o meu muito obrigado. Bem hajam pelo vosso talento e pelo vosso trabalho.

O Professor José Carlos Marques dos Santos completa, em breve, o seu mandato como Reitor da Universidade do Porto, função que desempenhou com reconhecida competência durante 8 anos. Já antes, havia servido o País com grande distinção como diretor da Faculdade de Engenharia. Como Reitor, foi decisivo o seu contributo para a projeção internacional da Universidade do Porto. O Parque de Ciência e Tecnologia é um resultado bem evidente do seu trabalho, assim como a ligação ao mundo empresarial e a criação e desenvolvimento da UPTEC. Como reconhecimento público pelos relevantes serviços prestados à Universidade e ao País, decidi agraciá-lo com a Grã-Cruz da Ordem da Instrução Pública e é com muita honra que lhe irei impor as respetivas insígnias.

Cerimónia de Concessão de Honras de Panteão Nacional a Sophia de Mello Breyner Andresen

Lisboa, 2 de julho de 2014

Há precisamente dez anos, Portugal perdeu Sophia de Mello Breyner Andresen. Com ela, desapareceu uma das personalidades mais carismáticas da nossa literatura contemporânea. Mas desapareceu também uma cidadã exemplar, um modelo de retidão moral e uma referência ética da sociedade portuguesa.

No momento em que se realiza a transladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional, onde a partir de hoje repousará, por direito próprio, ao lado de grandes vultos da cultura e da história portuguesas, é justo homenagear também, a par do seu génio literário, a grandeza cívica e humana por que sempre se distinguiu. Sophia de Mello Breyner foi grande pela harmonia e a aura dos seus versos, mas foi igualmente grande pela inteireza do seu carácter. Ambas as dimensões – a literatura e a vida – constituem na sua biografia dois ramos da mesma árvore, firme e inabalável. Era como escrevia e escrevia como era: autêntica, inteira na escrita e na coragem da defesa da justiça e da liberdade.

A obra de Sophia – nome pelo qual ficará para sempre conhecida na nossa memória – impõe-se hoje em dia como um verdadeiro marco na língua portuguesa. Em qualquer dos países onde se fala ou se ensina a nossa língua, os seus poemas são conhecidos e os seus contos são exemplares: no título, na exatidão das palavras e na sobriedade do estilo.

Sophia é unanimemente considerada um clássico. Enquanto modelo de bem escrever, ombreia com os maiores poetas e prosadores que ao longo dos séculos fizeram do português uma língua de cultura.

A sua voz foi ao mesmo tempo moderna e antiga na ligação às raízes portuguesas, gregas, cristãs.

Camões é o Poeta maior, em quem Sophia de Mello Breyner se revê. Mas Camões é também, para Sophia, o testemunho de um país onde o poeta foi vítima de invejas e calúnias. Um país “que tu chamaste e não responde / País que tu nomeias e não nasce”.

É contra esse país do silêncio e da injustiça que Sophia vai erguer a sua voz, serena mas nem por isso menos veemente, ansiosa por ver raiar no horizonte “o dia inicial inteiro e limpo”, que tanto a empolgou no momento em que a liberdade foi restaurada.

Toda a obra de Sophia é atravessada por um ideal de verdade, coerência e rigor, que se inspira na Antiguidade Grega, e se exprime na justeza das palavras e no equilíbrio da arte e da vida.

Conforme ela própria escreveu: “Aquele que vê o espantoso esplendor do mundo é logicamente levado a ver o espantoso sofrimento do mundo. (...) E é por isso que a poesia é uma moral. E é por isso que o poeta é levado a buscar a justiça pela própria natureza da sua poesia”.

Dotada de uma intuição e de uma sensibilidade raras, Sophia de Mello Breyner, além de poeta, foi também uma excepcional prosadora, em particular nos contos infantis, como *A Menina do Mar*, ou *O Cavaleiro da Dinamarca*, textos admiráveis com que milhares de crianças tiveram o primeiro contacto com a literatura portuguesa.

Homenagear Sophia de Mello Breyner Andresen é um gesto a que se associam as várias gerações de Portugueses, irmanados na língua comum, que hoje partilhamos com mais sete povos independentes.

Hoje, como no futuro, temos de ser dignos da Pátria que ela sonhou e pela qual tanto se bateu, com coragem e com palavras que ficarão para sempre na nossa memória coletiva.

Cerimónia de Atribuição do Prémio Champalimaud de Visão 2014

Lisboa, 10 de setembro de 2014

Foi com o maior gosto que acedi ao convite para presidir novamente à cerimónia de entrega do Prémio Champalimaud de Visão, celebrando, ao mesmo tempo, o contributo ímpar de um português cuja memória evoco em sinal de reconhecimento de todos os nossos cidadãos.

Além da Fundação que instituiu, e que tem sido superiormente dirigida pela Senhora Dr.^a Leonor Beleza, o valioso legado de António Champalimaud está bem presente neste Prémio de reconhecida relevância no domínio da visão e igualmente ao serviço de novos padrões de conhecimento que promovam a saúde e o bem-estar da Humanidade.

A Fundação Champalimaud é atualmente uma referência, a nível mundial, na investigação em biomedicina, e uma instituição de cuidados clínicos e tecnológicos de excelência, nas áreas das patologias oncológica e neuropsiquiátrica. Saúdo os cientistas e investigadores e todos os clínicos pela projeção internacional que imprimiram à Fundação Champalimaud, através da obra e do trabalho que aqui, diariamente, realizam.

Portugal tem alcançado indicadores de saúde que lhe conferem uma posição de relevo no contexto internacional e esse tem sido, em larga medida, o resultado de um trabalho notável, desenvolvido, ao longo de 35 anos, pelo nosso Serviço Nacional de Saúde. Num tempo de tantas incertezas, importa reconhecer e sublinhar a nossa capacidade de vencer, realçando os múltiplos exemplos mobilizadores, internacionalmente reconhecidos, que existem em Portugal, nas universidades, no sistema de saúde, nos centros de investigação ou nas empresas.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A prevenção e a erradicação das doenças oculares no mundo, através da investigação básica ou clínica na área da visão e do trabalho de campo no combate à cegueira, são o propósito do Prémio Champalimaud de Visão.

O reconhecimento de que, do número total de casos de cegueira no mundo, três quartos têm como causa condições oculares que podem ser prevenidas ou tratadas, levou a Organização Mundial da Saúde e a Agência Internacional para a Prevenção da Cegueira a colaborarem na criação da iniciativa global “VISÃO 2020 – O Direito à Visão”, lançada em Genebra em fevereiro de 1999.

O Prémio Champalimaud de Visão tem o apoio desta iniciativa e o seu contributo, como maior galardão mundial na área da oftalmologia, é inestimável para alcançarmos um objetivo tão ambicioso quanto generoso: eliminar as principais causas de cegueira evitável até 2020.

Neste ano de 2014, o júri decidiu atribuir o Prémio a um grupo de sete investigadores que se distinguiram pelos seus trabalhos no desenvolvimento de terapêuticas anti-angiogénicas, em situações de retinopatia diabética e de degenerescência macular da retina relacionada com a idade. Estamos perante duas patologias que representam a mais significativa causa de cegueira nos países industrializados.

O trabalho dos investigadores hoje premiados representa um excecional contributo para a fisiopatologia da perda de visão e para o progresso acelerado da aplicação de novas terapêuticas na área oftalmológica.

O alcance e o impacto desta investigação em biologia vascular serão vastíssimos, na medida em que a prevalência daquelas doenças se relaciona quer com o envelhecimento da população, quer com maus hábitos alimentares indutores da diabetes e da obesidade.

Saúdo calorosamente os sete investigadores premiados, pelo exemplo de metodologia de trabalho em equipa que, durante anos, os conduziu ao sucesso na sua pesquisa. Os resultados do vosso trabalho, agora aplicados ao tratamento dos doentes, abrem esperança, em todo o Mundo, a milhões de pessoas afetadas por doenças da retina.

Felicito igualmente o júri pela escolha que fez e faço votos para que, ano após ano, este Prémio continue a ser um fator de estímulo para todos os que aplicam o seu saber e orientam o seu trabalho em prol dos seus semelhantes.

Muito obrigado.

Cerimónia de Inauguração do Museu Diocesano de Santarém

Santarém, 12 de setembro de 2014

É com imensa satisfação que me associo à inauguração do Museu Diocesano de Santarém.

Agradeço ao Senhor Bispo D. Manuel Pelino o convite que me dirigiu para estar hoje nesta belíssima e também renovada Igreja Catedral e assinalar este importante momento para a Diocese, para a cidade de Santarém e para o nosso País. Este é o momento culminante de um amplo projeto de recuperação desta Catedral e de um vastíssimo património de pintura, escultura e ourivesaria, pertencentes não apenas a esta Sé, nem sequer apenas a esta cidade. Tratou-se de um grande e louvável esforço que mobilizou todas as paróquias da Diocese de Santarém.

Felicito por isso o Senhor Bispo de Santarém pela decisão que tomou ao avançar para esta empreitada ambiciosa mas absolutamente necessária para a preservação do riquíssimo património que nos deixaram as gerações que nos precederam. É uma decisão que mostra coragem, visão e espírito empreendedor e que contribui para o enriquecimento cultural da cidade de Santarém.

Um dos aspetos mais importantes do projeto que hoje se inaugura foi justamente a vontade e a capacidade demonstradas de salvar obras de arte de incalculável valor e de as devolver à população nesta nova casa.

A este trabalho de inventariação e de conservação do património junta-se a concentração dos arquivos paroquiais, com um inestimável valor para o estudo da História das gentes da diocese escalabitana.

Felicito também o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Santarém pelo impulso decisivo do Município para a construção deste equipamento, que é também o primeiro museu da cidade, ao proporcionar o enquadramento indispensável ao cofinanciamento comunitário do projeto.

Esta obra enquadra-se num vasto e notável esforço de recuperação e restauro dos principais monumentos desta capital do Gótico. Este objetivo, que

o Município abraçou, convoca aliás todos os habitantes da cidade, em nome da dinamização do centro histórico e do desenvolvimento local e regional.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Este é o primeiro projeto concluído no âmbito da iniciativa Rota das Catedrais. Trata-se de uma colaboração entre o Governo da República e a Conferência Episcopal Portuguesa, tendo em vista promover intervenções de recuperação e conservação dos valores patrimoniais de profundo significado histórico e cultural que as catedrais guardam dentro de si.

Portugal pode e deve orgulhar-se do notável legado patrimonial e cultural que recebeu da sua História de quase nove séculos.

As catedrais de Portugal são maravilhas do génio arquitetónico e testemunhos de confiança do homem no divino. Pontos de encontro seculares, centros de irradiação espiritual, nelas se manifesta de modo privilegiado o nexo íntimo que existe entre a devoção e a arte. Tesouros vivos dedicados ao culto divino, são um sinal do progresso cultural e artístico do homem ao longo dos séculos que temos o dever de preservar.

A sua recuperação e conservação, assim como a sua integração num projeto estruturado de promoção cultural e turística do nosso país, são passos muito positivos que saúdo e pelos quais felicito a Secretaria de Estado da Cultura e a Conferência Episcopal.

É importante que este desafio seja assumido por todas as Dioceses do país e que Portugal consiga aproveitar esta Rota das Catedrais como um ativo estratégico para o desenvolvimento local e regional, associando-a a uma programação cultural e a uma divulgação da identidade das gentes que ergueram esses templos.

Senhor Bispo de Santarém

Minhas Senhoras e meus Senhores

Termino com uma felicitação muito sincera e especial pelo dia de hoje e pela forma como a Diocese assinala esta ocasião.

A encomenda de uma peça musical – a *Cantata Mundi* – para assinalar esta inauguração mostra-nos de uma forma eficaz que, mais do que celebrar o passado, estamos hoje a promover aquilo que de melhor se faz em Portugal.

A produção cultural está viva. A arte continua a acontecer. E, mais do que o momento efémero desta cerimónia, na memória do dia de hoje deve ficar o nosso orgulho na mestria, no talento e na arte dos Portugueses.

Muito obrigado.

Sessão de Abertura da Conferência “O Futuro da Europa é a Ciência”

Lisboa, 6 de outubro de 2014

Gostaria de começar por agradecer ao Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, a iniciativa de escolher Portugal para realizar esta conferência de alto nível sobre o papel da ciência no futuro da Europa.

Saúdo, desde já, todos os distintos participantes, e, em particular, os membros do Conselho Consultivo do presidente Barroso para a Ciência e Tecnologia, cujo mais recente relatório inspira e estrutura os trabalhos desta Conferência.

O conhecimento, a tecnologia e a inovação são grandes forças transformadoras e geradoras de progresso nas economias e nas sociedades. Há muitos anos que a Comissão não olha a esforços para desenvolver e projetar a sua visão nesta matéria, sendo de resto apoiada pelo Parlamento Europeu, cujo papel devo destacar, bem como, permitam-me, referir a ação que nesta área teve a Professora Maria da Graça Carvalho.

O Programa Horizonte 2020, com os cerca de 80 mil milhões de euros que disponibiliza, é uma clara expressão do compromisso da União Europeia para com a ciência e a inovação e da sua aposta no imenso potencial transformador do conhecimento. A ciência é mais do que uma ferramenta para a melhoria do bem-estar social, ou um fator de inovação. A ciência, hoje, numa conjuntura marcada pela globalização e pela fortíssima concorrência entre nações e entre regiões mundiais, tornou-se um elemento crítico de crescimento e competitividade, assumindo um inegável alcance geopolítico.

A batalha pela ciência é, pois, a batalha pelo futuro da Europa e pela qualidade de vida dos cidadãos europeus. Pela continuação de cuidados médicos avançados, que se tornam possíveis pelas conquistas da ciência, pela competitividade das exportações europeias, assentes em produtos detentores de elevado conhecimento e tecnologia, pela inovação dos produtos, dos serviços, dos processos e mesmo da organização produtiva e social, que fazem, das nossas sociedades, sociedades evoluídas.

Mas esta batalha está longe de ser uma batalha ganha. Se medirmos a capacidade de gerar inovação, verificamos que, mesmo na Europa, é fora da União que se encontra o país líder: a Suíça. Também o Japão, os Estados Unidos e a Coreia do Sul continuam à frente da União Europeia em matéria de inovação.

A nomeação de um português, Engenheiro Carlos Moedas, para Comissário da pasta da Investigação, Ciência e Inovação, cria-nos a expectativa e a esperança de que a batalha europeia pela ciência irá prosseguir com renovado ímpeto e, bem assim, que Portugal e as suas comunidades científica, académica e empresarial irão posicionar-se, cada vez mais, de forma a intervir nesta frente de combate.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Como resulta do Índice de Inovação Europeu, publicado já este ano pela Comissão Europeia, Portugal está a avançar a um ritmo superior ao da média europeia nos fatores do processo de inovação. Um percurso positivo, marcado, sobretudo, por progressos nos indicadores relativos à ciência e à investigação, mas que, sendo embora motivo de orgulho, está longe de nos poder deixar satisfeitos.

De facto, somos relativamente bons a produzir ciência, mas ainda não somos tão bons a transformar essa ciência em inovação. É aqui, pois, que reside o grande desafio e é aqui que devemos concentrar o maior dos nossos esforços, até porque tenho a certeza de que podemos ser bem-sucedidos.

É certo que nem tudo correu bem no percurso realizado em Portugal no caminho da ciência. Desde logo, o setor privado não acompanhou, em idêntica medida, o setor público no esforço de investimento que era necessário fazer. As empresas, incluindo as grandes empresas, permaneceram aquém do que seria recomendável no que toca ao financiamento à investigação e desenvolvimento, o que não permitiu que o conhecimento científico irradiasse, tanto quanto se pretendia, para fora dos muros da academia, isto é, para a sociedade portuguesa no seu conjunto.

Sem prejuízo da necessidade de conseguirmos um maior equilíbrio entre o investimento público e o privado, devemos ser mais ambiciosos no que toca à eficiência e à excelência do nosso sistema científico e à sua competitividade internacional. Também com vista a elevar a nossa competitividade no domínio

da ciência, as unidades de investigação precisam de ganhar escala, organizando-se e cooperando mais intensamente a nível nacional para melhor poderem competir à escala europeia.

Há que saber tirar maior partido das possibilidades de acesso direto aos fundos internacionais e europeus orientados para a investigação e desenvolvimento, como é o caso, em especial, do Programa Horizonte 2020, de forma a que não se repita, entre nós, a experiência menos positiva do 7º Programa Quadro, onde apenas nos últimos dois anos revelámos capacidade e dinamismo na captação de financiamento.

Temos, ao mesmo tempo, um importante caminho a percorrer na aproximação entre as instituições do sistema universitário e científico e o nosso tecido económico e social, na valorização do conhecimento e da tecnologia produzidos nas universidades, e no desenho de incentivos destinados a aumentar o volume de parcerias entre as universidades, os seus centros de investigação e as empresas.

Não deixa de ser revelador que, em Portugal, menos de 5 por cento dos doutorados trabalhem na economia, em empresas, quando na Bélgica, na Holanda ou na Dinamarca esses números sobem acima de 33 por cento.

O propósito não é que as universidades se transformem em empresas, nem que as empresas se transformem em universidades, mas que os muros do desconhecimento entre umas e outras se desmoronem e que se gere uma atmosfera propiciadora de relações interativas e até de relações mais informais entre empresas e universidades. Essa atmosfera, que é parte integrante de uma verdadeira cultura de inovação, e que pude constatar, por exemplo, aquando da minha deslocação a Helsínquia, ainda está pouco presente em Portugal.

Ainda do lado das universidades, é necessário formar mais técnicos e não nos limitarmos a formar cientistas. Se olharmos, por exemplo, para o campo das ciências do mar, que tanto interessam a Portugal, verificamos que o número de cientistas, em relação ao número de técnicos que os assistem na operação de veículos, embarcações, máquinas e outros equipamentos tecnológicos, é muito superior à média dos países europeus mais inovadores no domínio do conhecimento e tecnologias do mar.

Sem pôr em causa a investigação de base, que é fundamental, importa com-

prender melhor quais as vantagens comparativas portuguesas e os próprios interesses nacionais, para as conjugarmos com áreas prioritárias de desenvolvimento científico. Se quisermos fazer tudo, podemos ter ciência, mas dificilmente essa ciência será de excelência mundial. Teremos, assim, de saber definir prioridades e de desenvolver áreas científicas predominantes.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Após muitas décadas do século XX em que esta esteve virtualmente arredada da sociedade portuguesa, Portugal começou a abrir-se à ciência e, nos últimos anos, percorremos um caminho notável de aproximação aos países mais evoluídos nesta matéria. Não obstante, a ciência ainda se encontra, em larga medida, confinada às paredes dos laboratórios e das bibliotecas das nossas universidades. Nos próximos anos, teremos que lutar para ultrapassar o estatuto de “inovadores moderados”, se quisermos conciliar os objetivos de crescimento económico sustentável e de criação de emprego com os requisitos de disciplina orçamental e financeira.

Porque estou bem ciente do elevado talento que temos disponível em Portugal, bem como do potencial dos nossos recursos humanos, acredito que a grande aposta do nosso país deve ser uma abordagem coerente e estruturada do processo de inovação.

Só assim poderemos tirar partido do conhecimento científico, não apenas para a imprescindível renovação da escala de valor do nosso tecido produtivo, mas também para o progresso do conjunto da sociedade.

Porque é exatamente disso que se trata: se apostarmos na inovação, temos de apostar nos nossos cientistas e valorizá-los, para que se sintam bem no nosso país. Mas não esquecemos os cientistas portugueses que investigam fora de Portugal e que o fazem com grande brilhantismo, honrando o nome do País e contribuindo para a evolução da ciência na Europa e no Mundo.

Se apostarmos na inovação, temos de apostar mais ainda na educação geral, obrigatória e de qualidade para todos, sem deixar ninguém para trás.

Se apostarmos na inovação, aceleramos o passo de recuperação e modernização da economia portuguesa, levando-a a reposicionar-se em patamares científica e tecnologicamente mais avançados e competitivos.

Todos – empresas, universidades, poderes públicos e a sociedade em geral – teremos de continuar a colocar o conhecimento e a inovação no topo das prioridades individuais e coletivas. Esta é, de facto, uma via incontornável para o crescimento da economia, para a própria sustentabilidade das finanças públicas e para os níveis de coesão social e de bem-estar que ambicionamos. Esta é a via em que assenta a nossa esperança e a nossa confiança no futuro. Muito obrigado pela vossa atenção.

Visita à Fundação de Serralves

Porto, 3 de dezembro de 2014

É com muito prazer que estou aqui hoje, na cidade do Porto, quando passam 25 anos sobre a criação da Fundação de Serralves e quinze sobre a abertura do Museu de Arte Contemporânea, um dos seus espaços emblemáticos.

Vim, antes de mais, pelo reconhecimento que merece aquilo que a Fundação fez, em tão pouco tempo, em prol do desenvolvimento cultural e económico e da própria projeção internacional da cidade, da região e do País.

Mas vim, também, devo confessá-lo, pelos laços que me ligam pessoalmente, quer ao aparecimento deste projeto, quer à instalação dos vários polos de atividade que integram hoje o conjunto arquitetónico e paisagístico em boa hora classificado como Património Nacional.

Estive aqui, a primeira vez, como Primeiro-Ministro, logo em 1987, no dia em que se abriu ao público a Casa e o Parque de Serralves, núcleo inicial do que viria a ser, dois anos mais tarde, a Fundação. Nessa altura, o Estado já tinha adquirido os terrenos e definido os objetivos que deveriam presidir à futura instituição, e que estão claros no decreto-lei por mim assinado, em junho de 1989.

Em primeiro lugar, era preciso criar um museu que acolhesse e conservasse o vasto acervo de arte moderna e contemporânea que o património nacional tinha vindo a acumular, mas que se encontrava disperso e, por esse motivo, inacessível aos cidadãos. Em segundo lugar, era preciso encontrar um modelo institucional suficientemente flexível para permitir quer o envolvimento da sociedade civil num projeto de dimensão nacional, quer o espírito de iniciativa que se exigia do novo museu, em particular no intercâmbio com instituições congéneres, em Portugal e no estrangeiro.

Foi à luz destes propósitos que a opção pelo Porto veio a impor-se. Bastariam, se outros motivos não houvesse, a história da cidade e o dinamismo económico da região. Havia, no entanto, um outro motivo, porventura ainda mais pertinente, que era o facto de a cidade ser, desde há muito, uma referência no domínio do ensino artístico em Portugal.

Foi na Escola de Belas Artes do Porto que se iniciaram muitos dos nossos pintores e escultores dos séculos XIX e XX. Graças a uma política de atribuição de bolsas no estrangeiro aos melhores alunos, em que a Escola foi pioneira, alguns desses artistas puderam depois prosseguir os seus estudos em Paris, ou em Roma, colocando assim a cultura portuguesa em contacto com as vanguardas europeias.

Foi também aqui, na Escola de Belas Artes, que nasceu e se desenvolveu aquela que é hoje conhecida, em todo o Mundo, como a “Escola do Porto”, uma das mais prestigiadas no domínio da arquitetura, a que pertencem, entre outros, nomes como Siza Vieira e Souto de Moura, qualquer deles já galardoado com o Prémio Pritzker, a mais alta distinção internacional para um arquiteto.

Por essas razões, o Porto era, de algum modo, o destino natural de um projeto como aquele em que pensávamos.

O que se pretendia, de facto, não era instalar mais uma instituição dependente do Estado, mas sim um polo a que se juntassem entidades e pessoas da sociedade civil, capazes de lhe imprimir uma dinâmica cultural e social que colocasse o País na rota dos movimentos artísticos e culturais mais avançados.

E o Porto apresentava todas as condições para responder a esse desafio.

Senhor Presidente do Conselho de Administração

Senhor Presidente do Conselho de Fundadores

Minhas Senhoras e meus Senhores

Volvido um quarto de século, é com enorme satisfação que olhamos para a forma como o projeto não apenas se concretizou, como alargou os seus horizontes.

Assente numa parceria que integra, além do Estado, várias empresas e particulares que se constituíram como fundadores, e cujo número tem vindo a crescer, a Fundação renovou os seus espaços iniciais, em particular o Parque de Serralves, que foi recuperado por alguns dos nossos melhores arquitetos paisagistas.

Além disso, construiu de raiz o edifício do museu, que tem a assinatura de Siza Vieira. E continua a desenvolver, com a desejável independência face ao poder político e aos interesses privados, todo um vasto e bem-sucedido programa de formação de públicos e de sensibilização para as questões da arte, da cultura e do ambiente.

Os resultados deste programa não podiam ser mais satisfatórios, se tivermos em conta a coleção de arte que a Fundação tem hoje no seu património; as memoráveis exposições que foram apresentadas e que transformaram Serralves num ponto obrigatório dos roteiros turísticos internacionais; os prémios que entretanto acumulou, designadamente em 2012 e 2013; e, acima de tudo, os milhões de visitantes que por aqui passaram ao longo destes 25 anos.

Mas a Fundação de Serralves, sendo inequivocamente uma das principais instituições portuguesas de cultura e, além disso, uma referência no meio artístico internacional, é também um caso de sucesso em termos de impacto económico, através da qualificação e do aumento global do turismo que tem vindo a gerar. A este propósito, gostaria de sublinhar a importância que Serralves atribuiu, desde o início, à questão da articulação da produção e divulgação da cultura com a sua inserção no tecido económico, trazendo com frequência essa matéria à reflexão pública e dando o exemplo de uma gestão dinâmica e equilibrada.

Foi aqui que se realizou, há precisamente dez anos, a I Conferência Internacional sobre Arte e Empresa. É aqui que está instalada, desde 2008, uma incubadora de projetos inovadores no domínio das indústrias criativas.

Faço votos para que o itinerário até aqui percorrido se prolongue por muitos anos, com a mesma lucidez na decisão, o mesmo empenho no projeto e cada vez mais sucesso nos resultados.

Num ato de reconhecimento do Estado à instituição, aos seus dirigentes e a todos quantos aqui trabalham, pelo inestimável contributo que têm dado à cultura e à sociedade portuguesas, decidi atribuir à Fundação de Serralves o título de Membro Honorário da Ordem de Sant'Iago da Espada e é com muito gosto que irei entregar as respetivas insígnias ao Presidente do Conselho de Administração.

Cerimónia de Agradecimento de Personalidades do Fado

Lisboa, 27 de janeiro de 2015

Passados três anos sobre a inscrição do fado na Lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade, relembramos hoje o justo reconhecimento desta forma tão singular de expressão da nossa cultura.

Além do orgulho que isso traz a todos nós, devemos salientar a renovação do nosso fado, patente na descoberta de novos talentos e de valores e vozes que se destacam no panorama musical português.

O fado nasceu entre o povo, mas desde cedo cativou toda a sociedade portuguesa. Alguns dizem que é expressão de portugalidade, síntese do nosso modo de estar no mundo. Mais do que discutir as suas origens e o seu sentido profundo, gostaria de salientar um facto simples, mas indiscutível: o fado está profundamente enraizado na nossa cultura, quer como arte, quer como tradição. E, acima de tudo, tem sabido renovar-se, conquistar perenidade, marcando presença viva para além de modas efémeras e passageiras.

Nas últimas décadas, o fado triunfou em todo o Mundo e impôs-se nos mais famosos palcos internacionais, sem deixar por isso de manter aquele cunho unicamente português, com o qual nos identificamos.

Além de uma genuína expressão de arte popular, o fado tornou-se uma das marcas emblemáticas da afirmação do País além-fronteiras. Temos de garantir que o seu reconhecimento por parte da UNESCO não se tratou apenas de um galardão simbólico, sem consequências visíveis.

É preciso continuar a trabalhar na promoção desta arte única, através da distinção dos seus intérpretes e criadores mais notáveis, para que o fado alcance o justo lugar a que tem direito no panorama da música universal.

Prosseguindo uma tradição de há quase dois séculos, temos hoje em Portugal uma geração de fadistas que trouxe para o fado uma alma nova, um timbre diferente. Graças ao seu talento, conquistaram-se novos públicos e o fado adquiriu um lugar indiscutível na vida cultural do País.

Mais do que nunca, assistimos a uma ligação cada vez mais estreita do fado com a literatura, na senda de uma linha aberta por Alain Oulman e pela voz eterna de Amália Rodrigues.

A capacidade de renovação do fado é visível no aumento vertiginoso do número de discos editados e vendidos, de espetáculos produzidos e esgotados, de prémios conquistados.

Tudo isto representa um contributo inestimável para a divulgação da nossa cultura e para a projeção de Portugal no exterior.

Mas, para além do seu inegável valor como expressão da nossa cultura, o fado possui também um potencial económico de elevada relevância para o País. O seu impacto positivo nas empresas ligadas ao audiovisual e à produção de espetáculos, e a criação de postos de trabalho, têm sido uma constante nesta trajetória de sucesso. Tudo isto foi conseguido graças ao talento, à visão e ao empenho de criadores, intérpretes, músicos e empresários.

Esta é, sem dúvida alguma, uma história de sucesso, uma história que merece ser preservada, investigada e divulgada, como tem vindo a ser feito aqui, neste museu que lhe é dedicado. No Museu do Fado cruzam-se as gerações que fizeram dele uma expressão da nossa identidade: músicos e cantores, poetas e compositores, técnicos e estudiosos.

A escola do Museu, a funcionar desde 2002, é essencial tanto para a salvaguarda como para a projeção futura desta tradição secular. Os cerca de 170 mil visitantes, muitos deles estrangeiros, que passaram pelo Museu no último ano são a melhor prova do papel que esta instituição tem vindo a desempenhar.

Nesta minha visita ao Museu do Fado, quero expressar o meu profundo reconhecimento e a minha admiração pelo trabalho que aqui tem sido feito em prol da nossa tradição e da nossa cultura.

E porque esta é uma casa dedicada aos fadistas, antes de tudo o mais, quero homenagear um conjunto de intérpretes e criadores de excelência, que deram nos últimos anos um contributo excepcional para o enorme êxito que o fado tem conhecido: Ana Moura, Carminho, Katia Guerreiro, Mário Pacheco e Ricardo Ribeiro.

A riqueza dos seus percursos individuais, a criatividade e dinamismo já demonstrados, o triunfo que alcançaram nas grandes salas de espetáculo dos quatro cantos do Mundo são merecedores de reconhecimento por parte de todos os Portugueses.

Pelo seu empenho e dedicação e pela autenticidade que conferem ao seu trabalho, decidi condecorá-los com o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique. É com especial satisfação que irei impor as respetivas insígnias aos artistas Ana Moura, Carminho, Katia Guerreiro, Mário Pacheco e Ricardo Ribeiro.

A todos agradeço o que têm feito por Portugal, na certeza de que irão continuar a honrar o País nas sete partidas do Mundo.

Obrigado.

Sessão de Encerramento da Conferência “José Medeiros Ferreira - o cidadão, o político, o historiador”

Lisboa, 20 de fevereiro de 2015

Durante dois dias, foram aqui evocadas a memória de José Medeiros Ferreira e a sua exemplar trajetória de vida. *O Longo Curso*, assim se chama o livro com que os seus colegas e discípulos decidiram homenageá-lo, num gesto de inteira justiça.

É também de inteira justiça a realização desta Conferência. Quero, por isso, saudar calorosamente a Comissão Organizadora, agradecendo o convite que me dirigiu, e, muito em especial, dirigir uma palavra de profundo apreço aos familiares de José Medeiros Ferreira.

Ao observarmos a sua vida, o longo curso da sua admirável existência, encontramos traços constantes e linhas de força que dão coerência a uma biografia em que o homem público convive com o intelectual, em que o académico e o pensador se harmonizam plenamente com o cidadão militante e interventivo. Duas características essenciais avultam, creio, na personalidade multifacetada de José Medeiros Ferreira.

Desde logo, o amor ao seu país, o seu patriotismo republicano, qualidade que lhe permitiu ser, em simultâneo, um português açoriano e um europeu atlantista. Em segundo lugar, o seu amor à liberdade. Espírito livre e independente, José Medeiros Ferreira amava as ideias e o seu debate, desde que feito com elevação e dignidade. Nunca recorreu a ataques pessoais ou à violência verbal para fazer valer os seus argumentos ou pontos de vista, pois estes assentavam no poder da razão e eram fruto de uma reflexão serena e amadurecida.

José Medeiros Ferreira cedo se notabilizou como um defensor da liberdade. Ativista estudantil durante a crise académica de 1962, combatente empenhado contra a ditadura, conheceria as agruras do exílio. De longe, continuou a observar Portugal e as suas sombras. Nesses anos, nunca desistiu de lutar pelo ideal de um país democrático, uma pátria europeia em que ninguém fosse perseguido por aquilo em que José Medeiros Ferreira mais acreditava: a força do pensamento.

Foi um homem de Abril, quer como adversário de todas as formas de autoritarismo, quer como intelectual que nos legou um ensaio histórico pioneiro sobre a revolução dos cravos.

Adquirira o gosto pela História durante a juventude, nos bancos do liceu de Ponta Delgada. Aí começou a construir a sólida e vasta cultura humanística que o iria distinguir durante toda a vida.

A sua ação política integrou o código genético do Estado democrático – o título de outra das suas obras – e José Medeiros Ferreira afirmou-se como um governante notável da jovem democracia, que serviu em momentos difíceis e de grande exigência.

No que respeita às suas qualidades de académico, a vastidão da sua obra e a gratidão dos seus inúmeros discípulos são as provas mais concludentes de que José Medeiros Ferreira foi um universitário que marcou gerações e mereceu o respeito unânime dos seus pares. Na universidade e fora dela, deu um contributo inestimável para a historiografia portuguesa contemporânea e para a reflexão sobre o posicionamento de Portugal no Mundo.

Quer como historiador, quer como especialista em questões internacionais, José Medeiros Ferreira conseguiu conciliar a teoria e a prática, aliando a sua experiência política e governativa a análises de impressionante lucidez.

José Medeiros Ferreira foi sempre um homem adverso a dogmas e a lugares-comuns. Num tempo tão dominado pelo acessório e pelo frívolo, escutávamos a sua palavra, mesmo que discordássemos dela, como o produto de uma reflexão própria e autónoma, jamais condicionada por interesses ocasionais ou objetivos políticos imediatistas. Foi essa frontalidade do pensar e essa liberdade de espírito que lhe permitiram escrever de forma tão brilhante e densa sobre Portugal, um país na balança da Europa.

Ao futuro da União Europeia, às encruzilhadas que por vezes a dilaceram, dedicaria um dos seus últimos textos. Pensou o projeto de uma Europa unida sem ceticismos nem ressentimentos, mas também sem ilusões ou falsas esperanças. Esse ensaio situa José Medeiros Ferreira no círculo muito restrito dos grandes intelectuais europeus.

Medeiros Ferreira afirmou-se no espaço público como um pensador realista, que rejeitava utopias fugazes mas não abdicava da capacidade de sonhar. Sonhou

com uma Europa mais coesa e unida, mais solidária e fraterna. Sonhou com um país livre e democrático, mas também com uma sociedade mais informada. Após a luta contra o autoritarismo, foi esse o seu grande combate em democracia. Nunca se cansou de pugnar por uma República construída no leal confronto das ideias e por uma cidadania mais participante e ativa.

Após um longo curso, a sua vida seria interrompida quando ainda tanto esperávamos dele.

Muitos dos seus sonhos viram a luz do dia e concretizaram-se. Outros permanecem por cumprir. Eram sonhos de um homem bom, de uma personalidade de caráter e de princípios, que sempre amou o seu país.

Portugal tem uma dívida de gratidão para com José Medeiros Ferreira.

No dia de hoje, devemos honrar a sua memória. Uma memória feliz, feita de independência e de liberdade.

Muito obrigado.

Portugal na Europa e no Mundo **V**





Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Singapura

Palácio Nacional da Ajuda, 5 de maio de 2014

É motivo de grande alegria, para mim e para minha Mulher, receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, a Senhora D. Mary Tan e a distinta comitiva que os acompanha nesta Visita de Estado a Portugal.

A visita de Vossa Excelência – a primeira Visita de Estado de um Presidente singapurense a Portugal – representa um novo marco no aprofundamento das relações bilaterais entre os nossos países. Este é, pois, um momento muito especial. Espero que esta Visita de Vossa Excelência permita, de alguma forma, retribuir a calorosa hospitalidade com que fomos acolhidos em Singapura, em 2012, naquela que constituiu, por sua vez, a primeira visita de um Chefe de Estado português ao seu país.

Senhor Presidente

Vivemos um novo capítulo nas relações entre Portugal e Singapura. A excelência da relação bilateral que hoje celebramos é fruto de um trabalho sólido e consistente. A abertura da Embaixada em Singapura, em 2009, simbolizou a clara aposta de Portugal no relacionamento com este país asiático. E foi uma aposta ganha, como pude constatar tanto em 2012, em Singapura, como hoje, em Portugal.

Ao nível político, os contactos nunca foram tão intensos e profícuos como atualmente. No plano multilateral, partilhamos um conjunto de visões comuns sobre grandes questões internacionais, como foi bem visível aquando da coincidência das nossas presidências da UE e da ASEAN, em 2007.

No campo económico, o dinamismo crescente das nossas relações comerciais é assinalável. Singapura é hoje, dentro do conjunto dos países da ASEAN, o principal mercado de destino das exportações portuguesas. Ao nível do investimento, Portugal tem-se revelado uma oportunidade para Singapura, em setores estratégicos como o portuário e o turístico. A presença de empresas portuguesas em Singapura tem vindo, igualmente, a crescer e a acentuar-se.

E, ao mesmo tempo, a excelência dos nossos recursos humanos tem vindo a beneficiar, em Singapura, de um amplo reconhecimento.

Senhor Presidente

Quero dar as boas-vindas à delegação empresarial que o acompanha. Faço votos para que os contactos que mantiverem em Portugal sejam proveitosos, tal como sucedeu, aquando da minha deslocação a Singapura, em 2012, com os contactos estabelecidos pela comitiva de empresários que me acompanhou. Espero que o Seminário Empresarial que amanhã terá lugar seja, nessa perspetiva, particularmente útil. O sucesso dos contactos empresariais motiva-nos, naturalmente, a encorajar outras iniciativas comerciais e de investimento entre os dois países. Portugal e Singapura têm sabido explorar a privilegiada geografia em que se encontram.

Portugal tem encarado Singapura como uma importante porta de entrada na Ásia. As empresas portuguesas em Singapura têm procurado, com sucesso, explorar as oportunidades de negócio no sudeste asiático, tirando partido da centralidade geográfica de Singapura e das virtualidades do seu modelo de desenvolvimento económico.

Por seu lado, Portugal, com o alargamento do Canal do Panamá, verá a sua posição geoestratégica ser catapultada para uma nova centralidade em relação à própria Ásia. Neste contexto, vale a pena sublinhar que Singapura cedo soube investir no potencial do nosso porto de águas profundas, em Sines.

Mister President

The contacts between our peoples are centuries old. It so happens that Portugal and Singapore have only come to rediscover each other in the last few years. Your Excellency's State Visit, for which I once again express my satisfaction, signals the political determination to strengthen the ties of friendship and cooperation that unite us.

It is in this spirit that I ask you all to join me in a toast to the health and prosperity of President Tony Tan and Mrs. Mary Tan, to our friends, the people of Singapore, and to the future of our relations.

Almoço Oferecido pelo Presidente do Município de Xangai

Xangai, 13 de maio de 2014

Quero agradecer a atenciosa hospitalidade com que a minha Mulher e eu, bem como a comitiva que nos acompanha, temos sido recebidos em Xangai. A Visita de Estado que hoje inicio inscreve-se nas comemorações dos 35 anos das relações diplomáticas entre a República Popular da China e Portugal. É auspicioso que, ao começar esta Visita, possa desfrutar já, em Xangai, de um programa tão rico em matéria política, económica, cultural e científica.

Esta fantástica cidade desempenha um papel crucial no objetivo comum de intensificação das relações bilaterais entre Portugal e a China. Neste processo, a abertura do Consulado-Geral em Xangai, em 2006, concretizou a clara aposta de Portugal nesta cidade e na sua área metropolitana.

É de assinalar, desde então, o crescimento da presença de empresas portuguesas, das trocas comerciais e dos fluxos de investimento. Uma melhor divulgação do Portugal do século XXI conduziu, sem dúvida, a uma maior cooperação a diversos níveis.

Hoje, a cooperação entre empresas portuguesas e centros de investigação de Xangai é significativa. Existe também um intenso intercâmbio de estudantes e investigadores e uma forte cooperação entre universidades. Tem surgido um interesse acrescido pela língua e pela cultura portuguesas, com um número cada vez maior de alunos. A população de Xangai tem revelado um crescente interesse por manifestações culturais portuguesas. A geminação de Xangai com a cidade do Porto, por seu turno, é um fator adicional de ligação a Portugal.

A realização da Expo 2010, em Xangai, sob o lema “Melhor cidade, Melhor Qualidade de Vida”, conferiu visibilidade global a Portugal enquanto exemplo de inovação e de boas práticas ambientais, áreas em que Portugal se tem destacado. O pavilhão de Portugal foi, inclusivamente, distinguido com o prémio de design e arquitetura atribuído pelo Bureau International des Exhibitions e pelos cerca de 5 milhões de pessoas que o visitaram.

Senhor Presidente

É com enorme gosto que regresso a Xangai. Esta é hoje uma cidade diferente da que conheci, há vinte anos, aquando da minha última visita, enquanto Primeiro-Ministro de Portugal. Hoje vejo erigido um projeto grandioso, que me foi apresentado “no papel” pelas autoridades de então. Processos desta dimensão exigem grande determinação e visão estratégica. Xangai demonstrou ter essas capacidades.

Perante o desejo comum de aprofundar os laços humanos, empresariais e institucionais entre Portugal e a China, tenho confiança na determinação das autoridades e no interesse da população de Xangai. Da parte portuguesa, tudo faremos nesse sentido.

É nesse espírito que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Presidente da Câmara, Yang Xiong, e ao papel central da cidade de Xangai no reforço do relacionamento entre os nossos dois países.

Sessão de Abertura do Seminário Empresarial China-Portugal

Xangai, 14 de maio de 2014

É com enorme prazer que participo na abertura deste seminário empresarial em Xangai. Tenho conhecimento de que diversos encontros bilaterais e atividades de âmbito setorial já se realizaram e que as expectativas geradas são muito positivas.

Quero, pois, dirigir um especial agradecimento à AICEP e ao CCPIT - China Council for the Promotion of International Trade, pela organização destes encontros, que são um importante espaço de diálogo, promoção e incentivo à realização de parcerias e investimento entre a China e Portugal.

Saúdo e agradeço a presença de todos os participantes.

Contamos cinco séculos de contactos entre Portugal e a China, sempre marcados por um entendimento construtivo. Dois países geograficamente distantes, mas que, ao longo da sua História, souberam encontrar pontes e estabelecer alianças de benefício mútuo.

A recente e muito positiva evolução das relações económicas, empresariais e de investimento entre os nossos dois países evidencia a complementaridade das nossas economias e a convergência dos respetivos interesses estratégicos nos mercados internacionais.

Portugal é hoje uma importante porta no Atlântico para a Europa. O porto de Sines é o primeiro porto europeu de águas profundas no eixo das rotas do Oriente, venham elas por África ou através do canal do Panamá.

Para além do espaço da União Europeia, de que é membro de pleno direito, e da proximidade e do bom relacionamento com os países do Norte de África, Portugal possui laços especiais com a África Subsariana – onde países como Angola e Moçambique falam português e mantêm ligações políticas, económicas e culturais fortes com o nosso País. Na América do Sul, por outro lado, são notórias as nossas ligações de amizade ao Brasil e as fáceis relações com os países do designado Eixo Atlântico.

O tecido produtivo português abarca hoje um vasto leque de atividades industriais e de serviços competitivos à escala global. Muitas das empresas portuguesas aqui presentes operam nos mercados internacionais, nos mais diversos setores. Pretendem expandir-se e aprofundar as suas atividades, seja para a China, seja, em parceria com congéneres locais, para terceiros países.

Note-se, também, que importantes investimentos chineses têm sido realizados em Portugal nos últimos anos, associados à privatização de alguns setores estruturais da economia portuguesa. Esses investimentos deram um impulso significativo ao relacionamento económico bilateral. Simultaneamente, permitiram aos investidores chineses um conhecimento direto da situação real da economia portuguesa, do ambiente empresarial que aí se vive e das potencialidades de novas parcerias. Com esses investimentos, abriu-se um novo capítulo na história do relacionamento entre os nossos países. Faço votos para que esta minha Visita de Estado à República Popular da China seja um estímulo redobrado para que continuem a investir, a diversificar atividades em Portugal e, nesse processo, a estabelecer parcerias com empresas portuguesas, apostando nas vantagens que Portugal oferece e nas oportunidades de exportação que se abrem.

Na sequência da crise financeira internacional de 2008, Portugal comprometeu-se com um ambicioso e abrangente programa de ajustamento económico, financeiro e orçamental. Passados exatamente três anos da sua aplicação e em fase de conclusão, existem dois aspetos que gostaria de salientar. Por um lado, os objetivos estabelecidos e as medidas previstas foram, na sua vasta maioria, cumpridos e implementados; e, por outro, o ajustamento orçamental e as alterações estruturais na economia portuguesa foram muito significativos. Portugal está à altura dos compromissos assumidos.

Os resultados da execução do programa começam agora a aparecer e a estimular a confiança interna, situação que tem sido muito valorizada pelos nossos parceiros e pelos mercados internacionais.

Os sinais dos últimos doze meses têm sido, de facto, animadores. Desde o 2º trimestre de 2013 que a economia portuguesa está a crescer. O desemprego tem baixado. Nos mercados externos, as empresas portuguesas têm mostrado uma notável capacidade de adaptação e continuado a conquistar quotas de mercado, sobretudo fora do espaço europeu. Atualmente, as exportações já representam

40 por cento do PIB, contra cerca de 30 por cento em 2010. O saldo das nossas contas externas foi positivo em 2013, tendência que se consolidará este ano.

Desde meados de 2013 que as taxas de juro da dívida pública portuguesa nos mercados internacionais têm vindo a descer de forma significativa. As taxas de juro da dívida a 10 anos situam-se, atualmente, em cerca de 3,5 por cento.

Estão em curso, entre outras, reformas na área das relações laborais, da justiça, do licenciamento e da tributação das empresas. Queremos proporcionar a quem investe em Portugal um ambiente empresarial estável e atrativo e estamos a trabalhar nesse sentido.

Portugal beneficia também de um novo e interessante programa europeu de apoio ao investimento, especialmente dirigido para as PME e para o reforço da inovação e da competitividade.

Existe hoje, em Portugal, toda uma nova geração de empresas com grande capacidade empreendedora, inovadora e tecnológica. Muitas estão a desenvolver produtos e serviços para novos segmentos de procura no mercado mundial.

As áreas das tecnologias de gestão, da requalificação ambiental, do ordenamento, da valorização urbanística e da gestão das cidades, assim como as da eficiência energética e das infraestruturas, bases essenciais para o desenvolvimento de novas atividades, são, todas elas, áreas onde as empresas portuguesas têm provas dadas mundo fora.

Também no setor das indústrias tradicionais, como o calçado, o mobiliário, a agroalimentar e os vinhos, as empresas portuguesas, que possuem enorme experiência acumulada e têm sabido reinventar-se, alcançaram uma posição comercial forte nos mercados internacionais.

Uma palavra é devida ao setor do turismo, onde Portugal é um destino de reconhecida qualidade. O sol e a luminosidade sempre presentes, o clima agradável, a hospitalidade e a segurança, a par de uma extensa costa marítima de rara beleza, são pontos fortes da nossa oferta turística.

A tudo isto acresce, ainda, uma grande capacidade instalada de alojamento, apoiada por uma rede de qualidade de apoio à saúde, uma boa gastronomia e excelentes campos de golfe, que valerá a pena conhecer e desfrutar. Neste particular, cabe referir que, nos últimos anos, muitos cidadãos chineses têm procurado visitar ou fixar-se em Portugal.

Portugal apresenta particulares condições para ser uma localização prioritária nas opções de investimento que se desenham no espaço europeu. Tenho muita esperança que os empresários chineses continuem, cada vez mais, a olhar Portugal como uma excelente oportunidade de investimento e de construção de parcerias.

Minhas Senhoras e meus Senhores

A delegação empresarial que me acompanha é representativa de todos os setores que referi. Temos entre nós muitas das melhores e mais modernas empresas portuguesas e todas elas manifestaram enorme empenho em encontrar parcerias neste mercado.

Num Mundo cada vez mais complexo e exigente, só com elevados padrões de gestão empresarial e emprego qualificado teremos condições para obter ganhos sustentáveis de competitividade e quota de mercado. E, em muitos casos, só através de parcerias de interesse mútuo podemos cumprir esses objetivos.

Estou muito satisfeito com o acolhimento que temos recebido, com o interesse que esta Visita de Estado à República Popular da China tem suscitado e com o cuidado com que as atividades empresariais foram preparadas e têm sido conduzidas.

Estou firmemente convicto de que as diversas iniciativas que foram realizadas irão trazer resultados positivos para ambas as partes, reforçando os laços económicos e de cooperação empresarial, mas também o bom entendimento e a amizade entre a China e Portugal.

Desejo-vos, pois, um bom trabalho!

Sessão Solene na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim

Pequim, 16 de maio de 2014

É, para mim, uma grande honra ser recebido na Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim. Gostaria, por isso, de agradecer o estimável convite que me foi dirigido pelo Reitor Peng Long.

Esta foi a primeira universidade de Estudos Estrangeiros na China e cedo foi aqui marcada a importância do conhecimento de outras línguas e culturas. Tem sido aliás uma tradição desta Academia a formação de Embaixadores chineses. Mais recentemente, tem desempenhado um papel dinamizador na divulgação de Portugal na China.

Sendo economista de formação, sou português de coração. É, por isso, com muito orgulho e emoção que vos venho falar do meu país. O cenário não podia ser mais apropriado para o efeito: a magnífica biblioteca desta prestigiada universidade. Acredito firmemente que é na educação e no conhecimento que assenta o futuro de qualquer nação. Quero hoje dar-vos a conhecer Portugal um pouco melhor. Portugal, que tantos novos mundos deu ao Mundo, é um país sobre o qual nem sempre a informação publicada é a mais correta e fidedigna.

Portugal tem oito séculos de uma História que, em muitos momentos, se confundiu com a História mundial.

Portugal foi pioneiro da globalização, aproximando e dando a conhecer culturas, tanto a Ocidente como a Oriente. O dicionário de português e chinês de 1580, cujo fac-símile tive a honra de oferecer ao Magnífico Reitor, é disso uma prova. Outros vestígios desse impacto estão hoje reconhecidos pela UNESCO. Existem 24 bens de origem portuguesa – construídos fora do território nacional – classificados como Património da Humanidade. Esta presença estende-se a três continentes: América, África e Ásia, incluindo a China, com o centro histórico de Macau.

A UNESCO classificou ainda o Fado como Património Imaterial da Humanidade, reconhecendo a importância desta manifestação cultural portuguesa e da nossa língua.

Durante séculos, o português serviu de língua franca em África e na Ásia. Hoje, a língua portuguesa é língua oficial de cerca de 250 milhões de pessoas, em oito países em quatro continentes. O português é um dos idiomas em maior expansão no mundo. É também a língua mais falado no hemisfério sul e uma das mais utilizadas na Internet e, sobretudo, nas redes sociais. Paralelamente, é língua oficial de várias organizações internacionais, incluindo a União Europeia, a União Africana e a Comunidade Ibero-Americana.

É, pois, sem surpresa, embora com muita satisfação, que constato o interesse que a língua portuguesa suscita na China e o elevadíssimo nível de empregabilidade que o conhecimento da língua portuguesa garante.

Uma característica que os Portugueses, ao longo desta História secular, sempre souberam manter, foi o desejo de progresso. Somos hoje, por isso, um país que não vive na nostalgia do passado, mas que encara o futuro com confiança e ambição. Nos últimos três anos, Portugal, como talvez saibam, atravessou um período muito exigente. A resposta foi coletiva e dada com enorme sentido de responsabilidade. Portugal realizou um grande esforço no sentido do equilíbrio das contas públicas e da concretização de reformas estruturais, visando o aumento da competitividade da economia. Os resultados têm-se revelado muito positivos, e o país continua a apostar firmemente na edificação de uma economia saudável, dinâmica, competitiva, e cada vez mais integrada na economia global.

A economia portuguesa é uma economia aberta, com um ambiente de negócios favorável à iniciativa empresarial e ao investimento estrangeiro. Tem empresas em excelentes condições de estabelecer parcerias com empresas chinesas para a entrada em mercados terceiros, em África ou na América Latina. O País dispõe, além disso, quer de recursos humanos quer de infraestruturas físicas e tecnológicas de grande qualidade.

Nos últimos anos, Portugal foi destino de avultados investimentos estrangeiros, designadamente chineses. Ao mesmo tempo, a balança externa alcançou um excedente, com um assinalável crescimento das exportações. As nossas empresas souberam diversificar mercados e apostar na diferenciação, assente na qualidade e na inovação, incorporando novas dimensões de valor.

A privilegiada localização geográfica de Portugal é outra das suas vantagens competitivas. A dimensão do mar português faz da nossa zona económica

exclusiva a maior da União Europeia. O seu peso geoestratégico advém ainda do facto de ser um ponto de confluência entre três continentes e de contar com relações particularmente boas com África, o Mediterrâneo e as Américas. Com o alargamento do Canal do Panamá e a importância do porto de águas profundas que o País tem em Sines, Portugal assumirá, por sua vez, uma nova centralidade, aproximando-se da Ásia.

Nos últimos anos, temos vindo a alcançar novos patamares de competitividade em diversas áreas científicas e tecnológicas, muitas delas com alcance global. O cartão pré-pago para os telemóveis e o sistema automático de portagens nasceram em Portugal. A aposta nas novas tecnologias de informação tornou Portugal líder europeu na disponibilização e qualidade de serviços públicos *online*.

Ao nível das estruturas de ciência e inovação, Portugal dispõe hoje de centros de excelência em áreas de grande potencial de crescimento, como a nanotecnologia, as telecomunicações móveis, as ciências médicas ou a biotecnologia. Nelas trabalham portugueses formados pelas nossas universidades e muitos cidadãos estrangeiros que escolhem Portugal para prosseguir a sua investigação. A produção científica em Portugal encontra-se inserida nas mais prestigiadas redes de conhecimento globais. A cooperação entre as universidades portuguesas e estrangeiras é hoje muito intensa, incluindo com as universidades chinesas. Faço-me acompanhar, nesta Visita de Estado à China, por Reitores das universidades portuguesas.

Portugal tem vindo a apostar fortemente na qualificação dos recursos humanos. Nos últimos vinte anos, o número de diplomados quintuplicou. Mais recentemente, o País registou um dos maiores crescimentos a nível europeu no número de novos doutorados. Como vos disse há pouco, acredito no valor fundamental da educação como via para o progresso. Por isso, acredito num futuro ambicioso para o meu país.

No estrangeiro, os quadros portugueses são reconhecidos e procurados. Tenho tido ocasião de o comprovar pelo Mundo fora. Há dois dias, em Xangai, num encontro que mantive com a nova comunidade portuguesa, encontrei muitos jovens quadros talentosos e empreendedores que aí vivem e trabalham com sucesso.

Vários portugueses têm sido chamados a desempenhar altos cargos em instituições internacionais. O atual Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados ou o Presidente da Comissão Europeia são portugueses, o que é significativo do prestígio que o país granjeia.

Desde a sua adesão à União Europeia, Portugal tem assumido um papel muito ativo no aprofundamento do projeto europeu, a mais ambiciosa experiência de integração da história. O exemplo mais recente desse protagonismo foi a assinatura, em Lisboa, do Tratado com o nome da nossa capital. Foi membro fundador da Zona Euro, componente central da integração europeia, a par com o mercado único europeu de cerca de 500 milhões de consumidores. Portugal acredita na Europa unida.

No plano externo, Portugal define-se ainda pelo especial relacionamento que mantém com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. As relações de amizade que Portugal construiu com os novos países emergidos da descolonização portuguesa na década de 70 do século passado são motivo de orgulho.

A fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996, juntando, ainda, o Brasil e, mais tarde, Timor-Leste, foi a confirmação de que esta era uma comunidade de afetos, unida por uma língua, por uma História e por valores comuns, que desejava assumir o compromisso formal de aprofundar a cooperação entre os seus membros.

Na América Latina, Portugal mantém, para além da especial relação com o Brasil, uma dinâmica de contactos frequente no quadro da Comunidade Ibero-Americana. Mais recentemente, a aproximação de Portugal à Aliança do Pacífico, como país observador, é reveladora do interesse com que encaramos esta região. No Atlântico Norte, as relações com os Estados Unidos e com o Canadá são antigas e de grande proximidade. Ainda no passado mês de março visitei estes dois países, nossos parceiros na Aliança Atlântica, onde vive e trabalha uma importante e dinâmica comunidade portuguesa.

No palco multilateral por excelência – as Nações Unidas –, Portugal é reconhecido pela sua capacidade para alcançar consensos e construir pontes entre países e culturas. Este cariz de universalidade reúne um capital de simpatia que terá sido, muito provavelmente, uma das chaves do sucesso das nossas candidaturas ao Conselho de Segurança.

Hoje, regresso à China. Os primeiros contactos entre os nossos povos remontam há cinco séculos. O fascínio que a China provocou nos portugueses foi imediato. Os relatos de uma civilização sofisticada e única chegaram a Portugal por diversos relatos e documentação, provocando curiosidade e animação. Dela consta referência no grande épico português, *Os Lusíadas*, de Luís de Camões.

Creio que Portugal e a China têm sabido valorizar, numa lógica de presente e de futuro, os profundos e multisseculares laços de amizade e de cooperação que nos unem. Constatei-o durante os meus mandatos como Primeiro-Ministro e, também agora, como Presidente da República de Portugal.

Este é um ano particularmente feliz, pois comemoram-se os 35 anos do restabelecimento das relações diplomáticas luso-chinesas e o 15º aniversário da Região Administrativa Especial de Macau, símbolo maior da nossa amizade. A negociação exemplar que Portugal e a China souberam levar a cabo, com confiança e respeito mútuos, culminou com a Declaração Conjunta, que, em representação de Portugal, tive a honra de assinar na presença do grande líder Deng Xiaoping. Hoje, os nossos dois países procuram explorar plenamente o enorme potencial que a Parceria Estratégica luso-chinesa encerra, em benefício dos dois povos. Foi neste espírito que tive a honra de receber em Portugal a Visita de Estado do Presidente Hu Jintao. Portugal conta com a China, e a China sabe que conta com Portugal, tanto de um ponto de vista bilateral, como nos contextos internacionais em que ambos os países se inserem.

O que vos vim desvendar sobre o Portugal de hoje traça os contornos de um país que se define, afinal, por uma continuidade: a abertura ao Mundo e a busca do conhecimento. Os Descobrimentos Portugueses, que deixaram marcas pelos quatro cantos do planeta, assentaram no desenvolvimento da ciência e de técnicas de vanguarda e estiveram na génese da economia global dos nossos dias. No passado, os meus antepassados foram impelidos a expandir o conhecimento através da viagem. Hoje, é ainda a força do conhecimento que continua a mover-nos, com uma ambição em que as universidades assumem um papel fundamental.

O poeta português Miguel Torga escreveu:

“E abre-se em mim a força deste abraço

Que abarca o mundo!”

Este é hoje, como sempre foi, o sentimento e a atitude dos Portugueses.

Está, pois, também nas vossas mãos, estimados alunos e professores, o reforço dos laços que unem Portugal e a China.

Na comitiva que me acompanha, encontram-se instituições portuguesas de ensino superior e de investigação. O interesse revelado pela comunidade académica portuguesa é também um claro indício de que o aprofundamento das relações entre Portugal e a China continuará a dar frutos duradouros ao nível do conhecimento, da Academia e do mundo empresarial.

Muito obrigado.

Sessão de Encerramento do Seminário Económico China-Portugal

Pequim, 16 de maio de 2014

Gostaria de começar por felicitar as agências de promoção do investimento e do comércio externo de Portugal (a AICEP) e da China (o CCPIT), pela organização desta excelente iniciativa, que veio permitir o encontro e o debate entre empresários, fomentando parcerias e dando a conhecer as realidades económicas e o ambiente empresarial de ambos os países.

Saúdo e agradeço a presença de todos os oradores, empresários e participantes. A China, país ancestral com fortes tradições e uma cultura milenar, tem um papel único na história do mundo. A China atual surpreende pela capacidade de conjugar as suas tradições multisseculares com um processo de mudança estrutural assente no desenvolvimento económico e empresarial e numa forte estratégia de internacionalização.

A China é hoje uma economia de sucesso. Tenho acompanhado, com grande interesse, os esforços feitos e as soluções encontradas para afirmar a China como parceiro de sucesso na economia global.

A China tem vindo a transformar-se muito rapidamente, pelo seu próprio mérito e vigor, num dos maiores expoentes de crescimento económico a nível mundial. A China está em voga. A sua energia e vitalidade, a sua dimensão, a audácia e perseverança do seu tecido empresarial atraem, naturalmente, a atenção do Mundo e, por certo, também de Portugal. É hoje um país de interesse estratégico para as empresas portuguesas.

O potencial de cooperação é enorme e gostaria que esta minha Visita contribuísse para o reforço do relacionamento económico e empresarial entre os dois países. Nesse sentido, não posso deixar de sublinhar a oportunidade que este Seminário e os Encontros Empresariais representam para o aumento do investimento e de novas parcerias. Desde logo, porque proporcionam um estreitamento dos contactos entre empresários e altos responsáveis portugueses e chineses. Contribuem, deste modo, para um melhor conhecimento do que se faz atualmente na China e em Portugal.

Os nossos países e as nossas economias têm dimensões muito diferentes e estão, geograficamente, muito distantes. Contudo, se soubermos criar um bom clima de confiança entre as nossas empresas, com respeito pelas nossas culturas e identidades, teremos condições para estabelecer verdadeiras parcerias de interesse mútuo, de âmbito não apenas bilateral mas também orientado para terceiros mercados.

Para além da sua condição de Estado-membro da União Europeia e da proximidade e do bom relacionamento com os países do Norte de África, Portugal sustenta ainda laços especiais com a África Subsaariana – onde países como Angola e Moçambique falam português e mantêm ligações políticas, económicas e culturais fortes com o nosso país. O mesmo se passa com a América do Sul, onde avultam as nossas particulares ligações de amizade com o Brasil e as fáceis relações com os países do Eixo Atlântico.

Portugal é hoje, também, uma importante porta no Atlântico para a Europa. O porto de Sines é o primeiro porto europeu de águas profundas no acesso pelas rotas do Oriente, venham elas por África ou através do canal do Panamá.

Na sequência da crise financeira mundial de 2008, Portugal comprometeu-se com um ambicioso e abrangente programa de ajustamento económico, financeiro e orçamental. Passados exatamente três anos da sua aplicação e em fase de conclusão, existem dois aspetos que gostaria de salientar. Por um lado, os objetivos estabelecidos e as medidas previstas foram, na sua grande maioria, cumpridos e implementados; e, por outro, o ajustamento orçamental e as alterações estruturais na economia portuguesa foram muito significativos.

Recuperámos a confiança dos nossos parceiros e dos mercados financeiros internacionais.

Os resultados da execução do programa de ajustamento começam agora a aparecer e a estimular a confiança interna, situação que tanto os nossos parceiros como os mercados têm reconhecido e valorizado.

Os sinais dos últimos doze meses têm sido, de facto, muito animadores. Desde o 2º trimestre de 2013 que a economia está a crescer. O desemprego tem baixado. Nos mercados externos, as empresas portuguesas têm mostrado uma notável capacidade de adaptação, continuando a conquistar quotas de mercados, sobretudo fora do espaço europeu. Atualmente, as exportações já representam 40 por cento do PIB, contra cerca de 30 por cento em 2010. O saldo das nossas contas

externas foi positivo em 2013, situação que deverá reforçar-se no ano em curso. Desde meados de 2013 que as taxas de juro da dívida pública portuguesa têm vindo a descer significativamente. O País tem vindo a retomar a emissão de dívida de médio e longo prazo nos mercados internacionais, valendo a pena sublinhar que as taxas de juro da dívida a 10 anos se situam, atualmente, em cerca de 3,5 por cento.

Sabemos que é essencial manter o ritmo das reformas estruturais em curso e que o crescimento económico terá de assentar fundamentalmente no investimento privado, nacional e estrangeiro, e nas exportações.

Estamos determinados a proporcionar a quem investe em Portugal um ambiente empresarial estável e atrativo. Nesse sentido, estão em curso reformas essenciais na área das relações laborais, da justiça, do licenciamento e da tributação das empresas. Portugal beneficia também de um novo e interessante programa europeu de apoio ao investimento, especialmente dirigido para as PME e para a inovação e competitividade.

As empresas que me acompanham nesta Visita de Estado à República Popular da China representam muito do melhor e mais dinâmico de Portugal e apresentam experiências bem-sucedidas de internacionalização em várias geografias. Poderia falar com gosto sobre a qualidade individual de cada uma das empresas aqui presentes, mas sei que os senhores líderes empresariais o terão feito ou o farão muito melhor do que eu.

Portugal tem hoje uma nova geração de empresas, com grande capacidade empreendedora, inovadora e tecnológica. Muitas estão a desenvolver produtos e serviços diferenciadores para novos segmentos de procura no mercado mundial: na eletrónica, nas tecnologias de informação, na área das energias renováveis, na indústria farmacêutica, no setor automóvel e aeronáutico, ou nas aplicações de *software* para processos de fabrico ou de gestão.

Destaco as áreas das tecnologias de gestão, da preservação e requalificação ambiental, do ordenamento, da valorização urbanística e da gestão das cidades, assim como da eficiência energética e das infraestruturas, áreas, todas elas, onde as empresas portuguesas já têm provas dadas mundo fora.

Também me acompanham algumas empresas das chamadas “indústrias tradicionais”, como o calçado, a têxtil e vestuário, o mobiliário, a agroalimentar e os

vinhos, entre outras. Com uma enorme experiência acumulada, souberam reinventar-se e ganharam uma posição comercial forte nos mercados internacionais. O setor do turismo merece uma particular referência. Portugal é um destino de reconhecida qualidade. O sol e a luminosidade sempre presentes, o agradável clima, a hospitalidade e a segurança, a par de uma extensa costa marítima de rara beleza, são pontos fortes da nossa oferta turística. As diferentes regiões, tanto na riqueza e diversidade do património construído como nas tradições, festas e romarias populares, fazem de Portugal um destino turístico único.

A tudo isto acresce, ainda, uma forte capacidade de alojamento, tanto ao nível hoteleiro como em apartamentos para estadias de longa duração ou residenciais, complementada por uma rede de qualidade de apoio à saúde, uma boa gastronomia e excelentes campos de golfe, que valerá a pena conhecer e fruir. Neste particular, devo sublinhar que, nos últimos anos, muitos cidadãos chineses têm procurado residência em Portugal.

Portugal situa-se hoje, em segmentos de mercado específicos, numa posição de vanguarda a nível mundial. A China, por seu lado, encontra-se numa imparável rota de desenvolvimento e pode encontrar em Portugal parcerias estratégicas que acrescentem massa crítica competitiva em terceiros mercados.

Embora afastados, cada um do seu lado do Mundo, juntos podemos criar valor, com benefício mútuo.

É com essa convicção que irei terminar. Mas não sem antes vos transmitir a fundada esperança de que os trabalhos deste Seminário e os encontros que proporciona deem um contributo determinante para que os empresários chineses e portugueses possam reforçar o bom entendimento e a amizade entre a China e Portugal.

Muito obrigado.

Inauguração da Exposição “Onde é a China?”

Pequim, 16 de maio de 2014

Em 2014, Portugal celebra 35 anos de relações diplomáticas com a República Popular da China. Torna-se, assim, especialmente oportuno promover uma exposição de artistas portugueses e chineses que têm desenvolvido o seu trabalho nestas últimas décadas. Eles representam o presente das nossas duas nações.

Decidi incluir no programa da Visita de Estado à República Popular da China, uma iniciativa que, pela primeira vez, reúne, em diálogo, trabalhos de artistas contemporâneos chineses e portugueses, procurando dar resposta a uma pergunta que é uma metáfora: “Onde é a China?”.

Encontramos aqui uma enorme riqueza artística, gerada por este contraponto Portugal/China através das obras de mais de vinte artistas. Os trabalhos de fotografia e vídeo que podemos admirar espelham as temáticas e os meios pelos quais a arte contemporânea se move e nos interroga. Descobrimos, através das obras destes artistas, que as relações culturais entre os dois países estão bem sedimentadas, e que existe um especial interesse pela contemporaneidade da China.

Felicito calorosamente esta iniciativa e o empenho dos seus comissários, bem como toda a equipa envolvida na produção da exposição, aqueles que deram corpo a este projeto e souberam enquadrá-lo com tanto sucesso.

Quero formular um especial agradecimento à EDP e à CWE International Corporation, que, em conjunto, abraçaram o financiamento deste projeto e tornaram possível a sua realização. São exemplo de que o apoio às artes e a promoção do diálogo cultural enriquece, de forma extraordinária, as relações entre povos e nações.

Finalmente, quero agradecer às entidades que generosamente acolheram este desafio, a CICA e o China Millenium Monument World Art Museum. A exposição ficará assim patente ao público em Pequim, dando a conhecer uma relevante mostra da atividade artística desenvolvida em Portugal e na China. Viajará em

seguida para Lisboa, para ser apresentada no Museu do Oriente, o que lhe irá conferir uma dimensão verdadeiramente bilateral, contribuindo para a repercussão desta Visita em Portugal.

Faço votos para que a exposição que hoje inauguramos seja um incentivo ao trabalho destes e de outros artistas que, neste mundo global, se dedicam à procura da identidade e da riqueza no diálogo entre culturas.

Muito obrigado.

Banquete Oferecido pelo Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau

Macau, 17 de maio de 2014

Gostaria de começar por agradecer a calorosa hospitalidade com que a minha Mulher e eu, bem como a comitiva que nos acompanha, temos sido recebidos em Macau. Regressar a Macau constitui para mim, antes de mais, uma grande honra. Trata-se de uma visita que me desperta, naturalmente, uma forte emoção, mas que não assenta em qualquer nostalgia do passado. Visito Macau para reafirmar inequivocamente que, para Portugal, a ligação à China e a este Território é uma prioridade estratégica.

A História de Portugal e de Macau cruzou-se ao longo de séculos. Em 1987, na primeira Visita Oficial de um Primeiro-Ministro português à China, tive a honra de subscrever, em nome de Portugal, a Declaração Conjunta Luso-Chinesa sobre a Questão de Macau. Os principais objetivos de ambos os países tinham sido concretizados, sendo reconhecida a natureza especial deste Território, quer do ponto de vista histórico e cultural, quer numa perspetiva política e administrativa.

É com grande orgulho que hoje posso constatar ter-se tratado de uma fórmula plena de êxito. No ano em que se cumprem 15 anos da transferência de soberania e do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, celebra-se também este sucesso: o desenvolvimento económico de Macau foi crescente, o estatuto dos residentes de Macau foi assegurado e a preservação da presença cultural portuguesa tem sido honrada e aprofundada.

O próprio processo negocial, até pela complexidade e sensibilidade da questão, foi considerado exemplar. Permitiu projetar mais alto no Oriente o nome de Portugal, como um país construtor de consensos e de pontes entre culturas. Permitiu, de igual modo, mostrar a abertura da China ao Mundo e o seu desejo de cooperação fraterna com Portugal.

A transição de Macau marcou igualmente o início de uma nova fase de relacionamento com a China, baseada na confiança e no respeito mútuos. Estes valores têm sido consubstanciados, desde 2005, numa Parceria Estratégica Global.

Macau insere-se numa região com um enorme potencial e pode assumir-se como uma plataforma privilegiada para uma maior proximidade de Portugal com a Ásia e, em particular, com a China.

Aliás, é a própria China a reconhecê-lo, conferindo-lhe um papel central como plataforma de intercâmbio e de cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa, através do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os países que nela se expressam, mais conhecido por “Fórum Macau”, cujo Secretariado Permanente se encontra aqui sedeadado.

Senhor Chefe do Executivo

Sempre depusitei grande confiança no potencial de Macau. Em 1992, durante a Presidência Portuguesa das Comunidades Europeias, quando me encontrava a exercer funções como Primeiro-Ministro, foi assinado o Acordo Comercial e de Cooperação entre Macau e a Comunidade Económica Europeia.

A visão estratégica sobre o potencial de Macau passa também, hoje em dia, pela valorização da língua portuguesa, um importante ativo partilhado por milhões de seres humanos. O seu valor económico e internacional é hoje inquestionável, bem como a sua afirmação como língua de cultura, de ciência e de empreendedorismo. O interesse crescente por estudos em língua portuguesa em Macau, como em toda a China, é um sinal expressivo do que acabo de afirmar.

Aprofundar a presença portuguesa nesta Região Administrativa Especial é um desejo de ambos os países. Importa, por isso, que exista, de parte a parte, um maior dinamismo dos contactos económicos e empresariais, das relações culturais, dos fluxos turísticos e do relacionamento entre os cidadãos.

Senhor Chefe do Executivo

A amizade entre os nossos povos conta já cinco séculos. Em Macau encontra-se um dos 24 bens de origem portuguesa fora do território nacional classificados como Património da Humanidade. Esta é uma Região que estará sempre ligada a Portugal de forma muito especial, honrando o sentimento de portugueses e macaenses.

Ao nível político, compete-nos apostar no reforço de todas as vertentes do relacionamento de Portugal com esta Região e com a China. Foi com este espírito

que procurámos incluir as dimensões política, económica, cultural, académica e científica no programa desta visita a Macau.

É com confiança que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde do Chefe do Executivo, Chui Sai On, e ao aprofundamento dos laços entre Portugal e a Região de Macau.

Encontro com as Comunidades Portuguesas de Macau e Hong Kong

Macau, 18 de maio de 2014

É com especial emoção que a minha Mulher e eu nos encontramos convosco em Macau. Permitam-me que comece por assinalar, muito sensibilizado, a magnífica hospitalidade com que fomos recebidos pelas autoridades macaenses, um sinal do apreço por Portugal e pelos portugueses que aqui vivem.

Agradeço a vossa presença, portugueses residentes em Macau e Hong Kong.

Estrategicamente situado na foz do Rio das Pérolas, Macau tem sido, ao longo dos séculos, um ponto privilegiado do encontro entre Ocidente e Oriente. Neste lugar de confluência, uma cultura única, singularíssima, emergiu do contacto harmonioso entre a cultura portuguesa e a cultura chinesa. Hoje, com renovado dinamismo, Macau honra esta herança histórica, feita de paz e de amizade.

Tive ocasião de constatar a dinâmica de Macau nos diversos contactos que aqui mantive, ao nível político, empresarial, universitário e cultural. Como sabem, enquanto Primeiro-Ministro, vivi intensamente o processo de negociação para o regresso de Macau à soberania chinesa. Tratou-se de um processo negocial complexo e delicado, mas exemplar nos resultados obtidos. Podemos hoje testemunhar o sucesso do modelo alcançado, bem patente no extraordinário desenvolvimento económico desta Região Administrativa Especial e na preservação da especificidade cultural de Macau pelas autoridades administrativas e pela sociedade civil.

Caros Compatriotas

Sei que as razões que vos levaram a permanecer em Macau ou que aqui vos trouxeram são as mais diversas. Mas sei também que, independentemente do percurso de cada um, existe em todos vós, além da vontade de triunfar, um forte amor à nossa Pátria, a Portugal.

Os portugueses que vivem e trabalham no estrangeiro são um ativo essencial que procuro valorizar de forma muito empenhada. Ao longo dos meus mandatos

como Presidente da República, tenho estado próximo das nossas Comunidades residentes no estrangeiro. Tenho levado esta mensagem de proximidade aos portugueses e lusodescendentes que vivem e trabalham nos mais diversos pontos do planeta e com os quais me tenho encontrado – Luxemburgo ou Estocolmo, Sydney ou Timor, São Francisco ou Newark, Toronto ou Bogotá, Luanda ou Joanesburgo e outras cidades do mundo.

Em Macau e Hong Kong, o desafio mais exigente é sermos capazes de olhar para o futuro e aí projetar as nossas ambições enquanto Portugueses.

Caros Amigos

Cada um de vós é um verdadeiro embaixador de Portugal, um testemunho vivo daquilo que é o nosso país. Agradeço-vos a visibilidade que, graças à vossa presença, o Portugal do século XXI tem adquirido neste território do Extremo Oriente. A nossa História é aqui bem conhecida. O Portugal atual é uma realidade nova, que a Diáspora tem, em larga medida, desvendado: um país que aposta no *cluster* do mar, que dispõe de infraestruturas físicas e tecnológicas de excecional qualidade, que tem vindo a alcançar novos patamares de competitividade em diversas áreas científicas e tecnológicas, que é líder europeu na disponibilização e qualidade de serviços públicos online, que dispõe de centros de excelência em áreas de grande potencial de crescimento, como a nanotecnologia, as telecomunicações móveis, as ciências médicas ou a biotecnologia, e cuja produção científica se encontra inserida nas mais prestigiadas redes de conhecimento globais.

O vosso sucesso aqui é um exemplo da excelência reconhecida internacionalmente aos recursos humanos portugueses. O vosso êxito é fator essencial para a valorização nas nossas relações com a China.

Durante esta minha visita, tive oportunidade de testemunhar, em diversas ocasiões, o enorme interesse pela língua portuguesa. O português é o terceiro idioma europeu mais falado no mundo, língua oficial de mais de 250 milhões de pessoas em quatro continentes, incluindo nesta Região Administrativa Especial chinesa. Apelo a que continuem a acarinhar a lusofonia e a divulgar a nossa cultura.

Caros Compatriotas

Ao terminar esta minha Visita de Estado, parto confiante de que as autoridades com que me encontrei atribuem, tal como nós, um claro valor estratégico às relações e à cooperação com Portugal. As Comunidades Portuguesas de Macau e de Hong Kong são agentes fundamentais neste relacionamento, que nos últimos anos se tem diversificado e intensificado.

Desejo a todos os maiores sucessos, profissionais, pessoais e familiares. Em Portugal, sabemos que podemos contar com cada um de vós.

Na esperança de que se sintam mais perto da nossa e da vossa terra, Katia Guerreiro traz-vos, através do Fado, um pouco de Portugal. Espero que apreciem o concerto que, daqui a pouco, terá lugar.

Antes, porém, queria deixar um particular agradecimento a alguns de entre vós que decidi condecorar, pela forma marcante como contribuíram para a transição exemplar para a soberania chinesa, mantendo a herança cultural específica de Macau.

Almoço Organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa

Macau, 18 de maio de 2014

Saúdo vivamente, nesta ocasião, a presença de membros do Executivo da Região Especial de Macau. Com esse gesto, que muito agradeço, quiseram demonstrar a atenção que dedicam às relações com Portugal, designadamente ao nível económico.

Quero agradecer, de igual modo, à Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa a organização deste encontro entre empresários macaenses e portugueses, num espaço repleto de tanta História e tão simbólico como é o Clube Militar de Macau.

Felicito a Câmara de Comércio pela assinatura do Acordo que acabou de firmar com a Associação Empresarial de Macau em benefício do aprofundamento da cooperação e das relações económicas entre Portugal e Macau.

Deve ser enaltecida a forma ativa e persistente como, desde 1978, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa tem vindo a promover as relações económicas, comerciais e de amizade entre Portugal e a República Popular da China. Todos sentimos e reconhecemos que existe um ainda grande potencial de crescimento nas relações económicas e na cooperação bilateral, nas mais diversas áreas de atividade. Estou certo de que esta minha visita contribuirá para trazer um novo impulso a esse relacionamento.

Estes encontros proporcionam um estreitamento dos contactos entre empresários e altos responsáveis políticos e contribuem, de forma decisiva, para um melhor conhecimento do que se faz atualmente, não apenas nesta Região Administrativa Especial, mas também em toda a China e, decerto, em Portugal.

A estrutura empresarial macaense conhece bem a realidade portuguesa e mantém contactos profundos com o nosso país.

Portugal, além da sua pertença ao espaço da União Europeia e da proximidade e do bom relacionamento que tem com os países do Mediterrâneo, possui ligações multisseculares a África. Em países como Angola e Moçambique, que

falam português, mantém ligações políticas, económicas e culturais extremamente fortes. Na América do Sul, são profundas as relações de amizade com o Brasil e muito próxima a ligação aos países do Eixo Atlântico.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O ajustamento macroeconómico e as alterações estruturais introduzidas na economia portuguesa nos últimos anos permitiram a Portugal reconquistar a confiança dos nossos parceiros internacionais e dos mercados financeiros e reforçar a competitividade da nossa economia.

Desde o 2º trimestre de 2013 que a atividade económica tem vindo a crescer consecutivamente. Nos mercados externos, as empresas portuguesas têm demonstrado uma notável capacidade de adaptação, continuando a conquistar quotas de mercado, sobretudo fora do espaço europeu.

Queremos que o investimento privado, nacional e estrangeiro, e as exportações sejam o grande motor de um crescimento económico sustentável e duradouro. Nesse sentido, procuramos proporcionar a quem investe um ambiente empresarial estável e atrativo. Creio que muitas das empresas chinesas estão hoje bem conscientes das potencialidades de Portugal. Estão em curso importantes reformas na área das relações laborais, do sistema judicial, do licenciamento e da tributação das empresas.

Portugal beneficia, igualmente, de um novo e interessante programa estrutural de apoio comunitário ao investimento, especialmente dirigido para as PME e para a inovação.

Vivemos, pois, o início de um ciclo de crescimento económico e de acrescidas oportunidades para as empresas que, estou certo, os empresários macaenses e portugueses aqui presentes saberão aproveitar. Contamos convosco.

Finally, let me thank you warmly, once again, Mister Secretary for Economy and Finance, for your personal efforts, and for the contribution of the authorities of Macao and the Macao entrepreneurs to enhance economic relations between Portugal and Macao.

Thank you very much. Muito obrigado.

Visita ao Instituto Politécnico de Macau

Macau, 18 de maio de 2014

É, para mim, um enorme gosto conhecer de perto o Instituto Politécnico de Macau. Gostaria de dizer quanto me honra e sensibiliza a fraternal hospitalidade com que esta comunidade académica me recebeu.

O dinamismo que o Instituto Politécnico de Macau imprime à sua ação em prol da língua portuguesa e da cooperação com universidades portuguesas ficou bem patente na apresentação a que acabámos de assistir.

O Instituto Politécnico de Macau, sob a feliz inspiração do seu lema “Conhecimento, Experiência, Universalidade”, honra a singularidade deste Território, uma singularidade que é fruto do encontro multissecular das culturas portuguesa e chinesa. Simultaneamente, os vários cursos de língua portuguesa, bem como os cursos que, abrangendo diversos campos, são ministrados em português, contribuem, de forma inequívoca, para que o Instituto seja uma das mais competitivas instituições de ensino da região. A língua portuguesa é aqui, indiscutivelmente, vista como um ativo em crescente afirmação no plano internacional, seja em domínios como a economia, o comércio ou a cultura, seja nos novos meios de informação e comunicação.

Nos últimos anos, a cooperação entre este Instituto e as instituições de ensino superior portuguesas tem vindo a ser dinamizada e aprofundada. Criaram-se importantes sinergias entre entidades situadas nos dois extremos do planeta, mas unidas por um desígnio comum: a vontade de cooperar, de trabalhar em conjunto e em diálogo na construção de uma sociedade baseada no conhecimento. A língua portuguesa, com os seus 250 milhões de falantes, em vários continentes, é uma língua global. Atualmente, na Ásia, desperta um interesse crescente, o que não causa qualquer surpresa. O Centro Pedagógico e Científico de Língua Portuguesa é uma aposta no valor estratégico da língua portuguesa e um projeto em que reconhecidamente se materializa a visão global deste Instituto.

Macau detém condições privilegiadas para se assumir como polo difusor de referência regional. O Instituto Politécnico de Macau tem sabido, em parcerias

mutuamente benéficas com instituições de ensino superior portuguesas, explorar este potencial. Por isso, na pessoa do seu Presidente, felicito este prestigiado Instituto e todos quanto nele trabalham, desejando os maiores sucessos na vasta ação pedagógica, científica e cultural que, diariamente, desenvolvem. Muito obrigado.

Banquete Oficial em Honra do Presidente dos Estados Unidos do México

Palácio Nacional da Ajuda, 5 de junho de 2014

É com grande satisfação que acolhemos em Portugal o Presidente Peña Nieto, a Senhora D. Angélica Rivera e a comitiva que os acompanha nesta Visita de Estado. Visita que se reveste, aliás, de um simbolismo muito particular, já que coincide com a celebração dos 150 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os nossos dois países.

Permitam-me também que dirija uma especial saudação ao México, na pessoa de Vossa Excelência, no momento em que preside à Conferência Ibero-Americana, referência incontornável do diálogo entre a América Latina e a Península Ibérica. Estou certo de que alcançaremos resultados muito profícuos na reunião de Vera Cruz da XXIV Cimeira de Chefes de Estado e de Governo.

Senhor Presidente

Os nossos laços históricos são seculares. As afinidades culturais, os valores que partilhamos, a convergência das nossas posições na cena internacional e a complementaridade das nossas economias fazem do México e de Portugal parceiros naturais. O aprofundamento do relacionamento bilateral entre os nossos dois países assume-se, pois, como uma prioridade, pelo potencial de oportunidades que encerra.

Congratulo-me pelo facto de, nos últimos anos, as nossas relações terem adquirido uma nova dinâmica, da qual resultou a assinatura de acordos bilaterais nas mais diversas áreas. Aproxima-me ainda sublinhar que, no decorrer da visita de Vossa Excelência, serão assinados vários acordos de cooperação institucional, além de outros entre empresas portuguesas e mexicanas.

Uma palavra particular para a Aliança do Pacífico, nova referência nas relações internacionais, da qual o México é membro fundador. Nesse Fórum, Portugal, enquanto país observador, estará à altura das suas responsabilidades e irá assumir plenamente os seus compromissos.

Senhor Presidente

Existe, no relacionamento entre o México e Portugal, um feliz encontro entre, por um lado, a dimensão e o dinamismo da economia e da sociedade mexicana e, por outro, a abertura da economia portuguesa ao investimento estrangeiro, e a preparação e a qualidade das empresas e dos agentes académicos e culturais portugueses. A convergência destes dois vetores gera oportunidades e sinergias que devemos estimular e apoiar. O México, reitero, apresenta-se como um parceiro de futuro, com o qual queremos consolidar as nossas relações.

Estou igualmente convicto de que o sucesso do ciclo de reformas que Vossa Excelência tem vindo a promover alargará ainda mais o leque de oportunidades daqueles que, como nós, apostam na abertura e na internacionalização da economia.

Saúdo a tão expressiva comitiva empresarial que acompanha Vossa Excelência. Faço votos para que o seminário empresarial, que amanhã terá lugar, proporcione bons e frutuosa contactos entre as empresas dos nossos dois países.

Registo com apreço que empresas portuguesas participam já nos grandes projetos em curso no México, em áreas tão diversas como a saúde, as infraestruturas, as energias renováveis ou as tecnologias de informação e comunicação. Temos o dever de consolidar as dinâmicas existentes e de criar as condições para o desenvolvimento de novas iniciativas de cooperação.

Na América Latina, o México é um parceiro estratégico da União Europeia, com um estatuto próprio e singular. Além de um intenso diálogo político, institucionalizado nas cimeiras bianuais, esta relação especial entre o México e a Europa estrutura-se ainda num Acordo de Comércio Livre. Portugal, membro empenhado da União Europeia, apoia indiscutivelmente o processo em curso para revisão daquele Acordo. Conte, Senhor Presidente, com o nosso firme apoio nesta matéria.

Senhor Presidente

É minha convicção de que estamos a caminhar na direção certa. Estamos a saber transpor para a sociedade civil, nas suas variadas dimensões, a excelência que caracteriza as nossas relações políticas. Este é o rumo que, com determinação, devemos continuar a seguir.

A Visita de Vossa Excelência a Portugal constitui um marco na história das nossas relações. No mundo globalizado em que vivemos, do qual os Portugueses foram precursores, este é o tempo favorável para nos empenharmos, de uma forma ativa e decidida, no aprofundamento da nossa cooperação.

Para Gabriel García Márquez, filho adotivo do México recentemente desaparecido e cuja memória gostaria aqui de, simbolicamente, evocar, “A vida não é mais do que uma contínua sucessão de oportunidades”. Comprometidos com o bem comum e com o interesse dos cidadãos dos nossos dois países, temos o dever de identificar e saber aproveitar as oportunidades que existem neste nosso relacionamento.

É neste espírito que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e prosperidade do Presidente Enrique Peña Nieto, da Senhora D. Angélica Rivera, do povo amigo do México e ao futuro do relacionamento entre os nossos países.

Sessão de Encerramento do Seminário Económico Portugal-México

Lisboa, 6 de junho de 2014

A excelência das relações políticas entre o México e Portugal – que, nos últimos anos, ganharam um novo impulso –, as nossas afinidades culturais e a complementaridade das nossas economias fazem dos nossos dois países parceiros naturais.

O México é um país que encerra grandes oportunidades. Para além da sua dimensão, é uma economia que detém forte capacidade industrial e revela uma crescente propensão ao investimento e a consumos de qualidade. Notamos com satisfação o importante processo em curso de liberalização dos setores da energia e das telecomunicações promovido pelo Governo mexicano e felicitamos o Presidente Peña Nieto pelas reformas estruturais em curso.

Portugal, por seu turno, é um país plenamente integrado no grande espaço da União Europeia e que tem uma presença marcante em todos os continentes. Desde África, quer seja no Magrebe, ou nos países lusófonos, em particular Angola e Moçambique, ao Oriente – na China, em Macau ou em Timor. Além disso, Portugal é, hoje em dia, uma importante porta do Atlântico para a Europa. O porto de Sines é o primeiro de águas profundas nas rotas de acesso a este continente, venham elas por África ou através do renovado Canal do Panamá.

Senhor Presidente

Minhas Senhoras e meus Senhores

Findo o programa de ajustamento, Portugal recuperou a credibilidade e o acesso aos mercados. A economia portuguesa é hoje mais competitiva, sustentável e mais integrada na economia global. Sem dúvida que Portugal oferece hoje excelentes condições para investidores de fora da Europa que queiram entrar no mercado europeu.

Deste processo de ajustamento têm vindo a emergir claros sinais de recuperação da atividade económica, com efeitos na redução do desemprego. Mas

o mais relevante é o facto de esta retoma ter sido sustentada no aumento das exportações, que subiram de 30 por cento do PIB em 2010 para 40 por cento em 2013. Este é o caminho que vamos continuar a trilhar. Sabemos bem que uma economia pequena e aberta ao exterior apenas pode ser sustentável a longo prazo com um setor exportador moderno e dinâmico.

Sabemos que é essencial manter o ritmo das reformas estruturais em curso e que o crescimento económico terá de assentar, fundamentalmente, no investimento privado, nacional e estrangeiro, e nas exportações.

Estamos determinados a proporcionar a quem investe em Portugal um ambiente empresarial estável e atrativo. Nesse sentido, estão em curso reformas essenciais na área das relações laborais, da justiça, do licenciamento e da tributação das empresas. Portugal beneficia também de um novo e interessante programa europeu de apoio ao investimento, especialmente dirigido para as PME e para a inovação e competitividade.

Estamos a promover uma maior interação entre as empresas, as universidades e os centros de conhecimento científico e tecnológico, bem como entre o investimento nacional e parceiros estrangeiros.

A maioria das empresas portuguesas presentes neste Seminário conhece esse caminho e caracteriza-se, de resto, pelas suas bem-sucedidas experiências de I&D e de introdução de processos de inovação e de internacionalização em várias geografias, nomeadamente na América Latina.

Temos em Portugal uma nova geração de empresas, com grande capacidade empreendedora, inovadora e tecnológica. Muitas estão a desenvolver produtos e serviços diferenciadores para novos segmentos de procura no mercado mundial: na eletrónica, nas tecnologias de informação, na área das energias renováveis, na indústria farmacêutica, no setor automóvel e aeronáutico, no desenvolvimento de aplicações de *software* para processos de fabrico ou de gestão, ou nas indústrias da cultura e da educação.

Também nas chamadas indústrias tradicionais, como o calçado, a têxtil e vestuário, o mobiliário, a agroalimentar ou os vinhos, a experiência acumulada e uma posição comercial forte nos mercados internacionais, conjugadas com uma aposta constante em inovação e criatividade, representam importantes mais-valias que as empresas portuguesas têm sabido capitalizar.

Destaco ainda as tecnologias de gestão, de preservação e requalificação ambiental, a eficiência energética, as redes de infraestruturas, o ordenamento, a valorização urbanística, a gestão das cidades e as atividades ligadas ao turismo, áreas, todas elas, onde as empresas portuguesas já têm provas dadas no mercado global.

Senhor Presidente

Minhas Senhoras e meus Senhores

O potencial de oportunidades no desenvolvimento de negócios e de parcerias entre os nossos países é, sem dúvida, enorme. A assinatura dos instrumentos de cooperação empresarial que acabamos de testemunhar é um sinal inequívoco de que estamos no bom caminho.

Registo ainda, com satisfação, que o Acordo existente entre os nossos dois países para evitar a dupla tributação tem tido uma implementação exemplar.

A presença portuguesa no mercado global torna-nos, estou convencido, parceiros qualificados para os empresários mexicanos. O México está, por seu lado, numa robusta rota de desenvolvimento e tem manifestado interesse em encontrar parcerias estratégicas visando terceiros mercados. Temos, portanto, objetivos estratégicos convergentes e oportunidades complementares, que podemos e devemos explorar.

É com essa convicção que irei terminar. Mas não sem antes vos transmitir a fundada expectativa de que os trabalhos deste Seminário e os encontros que se lhe seguirão sejam passos determinantes para que os empresários mexicanos e portugueses possam identificar interesses mútuos e tirar partido das oportunidades. Estou certo de que os laços económicos e de cooperação empresarial sairão daqui reforçados. Este será, sem dúvida, um contributo fundamental dos nossos empresários para o aprofundamento das relações entre o México e Portugal.

Muito obrigado.

Cerimónia de Atribuição dos Prémios Norte-Sul do Conselho da Europa

Lisboa, 12 de junho de 2014

O Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa distingue personalidades que, pela sua ação, se destacam por contribuírem para a proteção dos direitos humanos, para a defesa da democracia e do Estado de direito, e para a promoção da liberdade, do diálogo intercultural e da interdependência entre os povos. As individualidades galardoadas são exemplo de trabalho e de perseverança e, não raras vezes, de muitos sacrifícios.

Este Prémio tem, ao longo dos anos, contemplado entidades que provêm de contextos múltiplos e distintos, pondo, desta forma, também em evidência a diversidade e a pluralidade do Centro Norte-Sul.

Os laureados desta edição são disso um claro exemplo: Sua Alteza o Aga Khan, e a Rede Aga Khan para o Desenvolvimento, e a Senhora Dr.^a Suzanne Jabbour. Sua Alteza o Aga Khan e a Rede Aga Khan para o Desenvolvimento não necessitam de apresentações. A Rede Aga Khan, presente em 30 países, tem trabalhado desde há muito no sentido de melhorar as condições de vida das populações, valorizando, em particular, áreas como a saúde, a educação, o desenvolvimento rural, a cultura, a arquitetura e o empreendedorismo. Assenta num impressionante projeto, que desenvolve parcerias com diversas instituições públicas e privadas, desde governos a organizações internacionais, passando por empresas, fundações e universidades.

Gostaria que este Prémio pudesse também servir de estímulo à cooperação entre a Rede Aga Khan para o Desenvolvimento e o próprio Centro Norte-Sul.

Hoje prestamos igualmente homenagem a Suzanne Jabbour, médica com um desempenho destacado na promoção dos direitos humanos e, em especial, na luta contra a tortura em prisões e centros de detenção no Médio Oriente, em África e na América Latina. A sua ação enquadra-se no apoio à reabilitação das vítimas através de um conjunto de serviços de acompanhamento jurídico, médico e psicológico.

Para além da direção da ONG “Restart”, as funções que a Dr.^a Suzanne Jabbour desempenha como Presidente do Comité Executivo do Conselho Internacional de Reabilitação das Vítimas de Tortura são um testemunho adicional do seu valor e da sua dedicação.

Este ano, o Centro Norte-Sul destaca a vertente dos direitos humanos, questão consensual no plano das palavras, mas cuja materialização, infelizmente, permanece ainda por realizar. O trabalho de Suzanne Jabbour é bem ilustrativo desta situação. Realço ainda as perspetivas da educação e do desenvolvimento, subjacentes à ação da Rede Aga Khan, que cobre um vasto espetro de países e de situações sociais, incluindo, desde há vários anos, Portugal.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Quero saudar a presença, nesta cerimónia, do mais alto responsável do Conselho da Europa. Espero que esta presença possa contribuir para o empenhamento de todos no reforço do papel e da missão do Centro Norte-Sul.

Este ano, comemora-se o 25^o aniversário do Centro Norte-Sul. O Centro constituiu-se como uma plataforma de diálogo solidário, congregando participantes do espaço europeu e das regiões vizinhas em torno da promoção dos valores universais, contribuindo desta forma para o processo democrático, através da educação global para a cidadania e para o diálogo intercultural. Tem a particularidade de juntar, nas suas ações, representantes de governos, dos parlamentos, das autoridades regionais e locais e da sociedade civil.

O papel que o Centro tem desempenhado ao longo deste quarto de século, como espaço de diálogo, é hoje ainda mais relevante.

Refiro-me, particularmente, à “fronteira” sul, atendendo à dinâmica política desses Estados. É estimulante observar o interesse crescente dos países do sul do Mediterrâneo e de outras zonas de África pelas atividades do Centro. A edição de 2014 do Fórum Lisboa versará, justamente, sobre o processo eleitoral e a consolidação democrática no Mediterrâneo Sul.

O Centro tem atualmente, num conjunto muito alargado de países, redes de trabalho centradas nas questões da juventude e dos direitos das mulheres. Desenvolve, em particular, uma ação muito importante no processo de formação e capacitação dos jovens para o exercício da cidadania, preparando-os para

assumir um papel ativo no processo democrático e na vida política dos seus países. Contribui, desta forma, também para o combate ao crescente desencanto, alheamento e absentismo democrático, fenómeno que vem afetando as nossas sociedades.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O trabalho desenvolvido pelo Centro Norte-Sul e o seu impacto na vida diária das pessoas demonstram como, mesmo nas circunstâncias difíceis com que atualmente se defronta, o Centro continua a ser merecedor do apoio político e institucional do Conselho da Europa e de todos os países interessados em reforçar os laços entre as duas margens do Mediterrâneo.

Reitero a importância que Portugal confere ao papel do Centro Norte-Sul. A cerimónia de entrega do Prémio, que tem lugar anualmente em Lisboa, ao mais alto nível, é, só por si, bem reveladora do nosso reconhecimento.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República Federal da Alemanha

Palácio Nacional da Ajuda, 24 de junho de 2014

É com grande satisfação que acolhemos em Portugal o Presidente Joachim Gauck, a Senhora D. Daniela Schadt e a comitiva que os acompanha nesta Visita de Estado.

Espero, Senhor Presidente, que se sintam bem entre nós, naquela que é a primeira deslocação de Vossa Excelência ao nosso país, e que a visita seja um marco nas relações entre Portugal e a Alemanha.

Os nossos dois países conhecem-se bem. Estão ligados por laços seculares e de amizade, que se exprimem hoje no quadro de uma vasta e intensa cooperação bilateral. Nas décadas mais recentes, temos partilhado o projeto comum, e cada vez mais central, da União Europeia, com o qual estamos ambos firmemente comprometidos.

Portugal e a Alemanha mantêm excelentes relações políticas, com base numa cooperação estreita e numa forte confiança mútua. O nosso relacionamento bilateral vai, no entanto, muito além da dimensão política, estando também alicerçado nas vertentes económica, comercial, cultural, social e de ensino.

A Alemanha é, em simultâneo, o segundo maior cliente e fornecedor de bens de Portugal e um dos mais importantes investidores externos. Por seu lado, Portugal é um país que, pela sua presença internacional e pelos seus laços históricos e culturais, se configura como parceiro natural para iniciativas conjuntas em mercados terceiros, nomeadamente em África e na América do Sul.

Estou muito confiante, até pela experiência do passado, no contributo que as empresas alemãs podem trazer à economia portuguesa, em termos de investimento, emprego, trocas comerciais e turismo. Mas acredito, igualmente, no potencial de expansão das empresas e dos produtos portugueses junto da Alemanha.

O reforço dos laços entre os povos passa, igualmente, pelo conhecimento recíproco das respetivas culturas, do património, das artes. A Alemanha é um país de enorme estatura cultural e os alemães um povo aberto ao conhecimento e

a novas experiências. Espero que cada vez mais cidadãos alemães visitem o nosso país e conheçam melhor a cultura portuguesa, a gastronomia, os vinhos, a música, a literatura.

Reside na Alemanha uma vasta Comunidade de Portugueses. Esta Comunidade, bem integrada e respeitada, é, também ela, um fator inestimável na promoção das relações entre os nossos dois países.

Senhor Presidente

Estes últimos três anos foram, como é sabido, particularmente difíceis para o meu país. Mas hoje, cumprido que foi o exigente Programa de Assistência Económica e Financeira com que nos comprometemos, Portugal recuperou o acesso aos mercados financeiros internacionais e a economia portuguesa apresenta-se mais competitiva, sustentável e integrada na economia global. Deste processo de ajustamento têm vindo a emergir sinais de recuperação da atividade económica, já com efeitos na redução do desemprego, sendo de assinalar o importante contributo das exportações. Estamos conscientes de que é essencial manter o ritmo das reformas estruturais em curso e de que o crescimento económico tem de assentar, fundamentalmente, no investimento privado, nacional e estrangeiro, e nas exportações.

Senhor Presidente

Nos últimos anos, têm-se colocado grandes desafios à Europa. A crise financeira internacional veio expor fragilidades e desequilíbrios estruturais nas economias de vários Estados-membros e veio tornar evidente o elevado grau de interdependência económica e financeira entre os Estados-membros e, em particular, os da Zona Euro. É o resultado do nível de integração que alcançámos.

Ao longo deste tempo, tenho defendido a importância de, em paralelo com o reforço do processo de disciplina e supervisão orçamental, se avançar mais decididamente com uma agenda europeia orientada para o crescimento e para o emprego. Tenho igualmente chamado a atenção para a importância de garantir às nossas empresas, principalmente às de pequena e média dimensão, condições de financiamento comparáveis às das suas congéneres europeias. Daí, também, naturalmente, a importância que assume a célere operacionalização de uma verdadeira União Bancária.

As decisões tomadas nas Instituições europeias têm, cada vez mais, um impacto direto na vida das populações. É essencial que a voz dos povos, os seus legítimos anseios e aspirações, se faça ouvir. Este será, certamente, um elemento a ter em conta no exercício de reflexão que se impõe no seguimento das últimas eleições europeias.

Portugal e a Alemanha são parceiros na União Europeia, mas partilham igualmente objetivos e interesses em relação a múltiplos temas da agenda internacional, agenda essa que mantém um elevado grau de volatilidade e incerteza, como os recentes desenvolvimentos na Ucrânia têm demonstrado.

As transformações que se vêm operando nas relações de força a nível internacional exigem, de forma cada vez mais evidente, uma União Europeia coesa e determinada. Se a Europa mudou desde o final da Guerra Fria – e o alargamento e o euro são disso o corolário –, a Alemanha mudou também. A Alemanha, que em 1990 se lançou num processo de reunificação que marcou o nosso Continente e o próprio Mundo, assume um papel central no contexto do aprofundamento do processo de integração europeu, sendo não só o principal motor económico, mas também um ator político fundamental.

Senhor Presidente

A Visita de Vossa Excelência é a confirmação da vontade dos responsáveis políticos de aprofundar ainda mais a amizade e a cooperação entre Portugal e a Alemanha. É igualmente reveladora do nosso compromisso com um projeto europeu forte, ambicioso, coeso e solidário.

É neste espírito que peço que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade do Presidente Joachim Gauck e da Senhora D. Daniela Schadt, à prosperidade do povo amigo da Alemanha e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República de Moçambique

Palácio Nacional da Ajuda, 1 de julho de 2014

É motivo de grande alegria, para mim e minha Mulher, receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, e a Senhora Dr.^a Maria da Luz Guebuza, bem como a distinta comitiva que os acompanha nesta nova Visita a Portugal.

Alegria redobrada, naturalmente, pela oportunidade de revermos velhos amigos. Ao longo dos últimos anos, várias foram as vezes em que nos encontramos, em Portugal, em Moçambique ou noutros pontos do Mundo. Nessas ocasiões, foi sempre possível constatar os níveis ímpares de entendimento que partilhamos, bem como o desejo de aprofundamento e reforço da cooperação entre os nossos países.

Hoje, muito nos honra e sensibiliza, Senhor Presidente, que tenha decidido aceitar o convite que lhe dirigi, fazendo de Portugal o destino da última Visita bilateral do seu segundo mandato. Ao reencontrá-lo no meu país, não posso deixar de evocar, com gratidão, a generosidade com que minha Mulher e eu fomos sempre recebidos em Moçambique, país a que nos une uma profunda ligação afetiva.

Senhor Presidente

As relações entre Portugal e Moçambique atravessam um momento de particular dinamismo em diversos campos.

Ainda recentemente, a Segunda Cimeira entre Portugal e Moçambique, em Maputo, confirmou a excelência da nossa relação bilateral.

A Visita de Vossa Excelência constitui um importante passo no nosso compromisso de explorar perspectivas de cooperação que contribuam para reforçar as parcerias entre Portugal e Moçambique, ao nível político, cultural, económico e empresarial.

Importa também sublinhar a importância que atribuímos à eleição de Portugal para a presidência do G-19, no quadro da parceria de apoio programático ao Orçamento de Estado de Moçambique. O exercício deste mandato à frente do

G-19 sinaliza bem o aprofundamento qualitativo do nosso relacionamento bilateral, sendo certo que procuraremos contribuir para o fortalecimento da ação do Governo moçambicano em prol do desenvolvimento.

Do ponto de vista estritamente bilateral, Portugal permanece como um parceiro de Moçambique apostado no desenvolvimento sustentável do país. Apesar do exigente contexto orçamental, o Programa Indicativo de Cooperação Portugal-Moçambique 2011-2014 logrou manter um nível de envolvimento financeiro semelhante ao anterior.

Senhor Presidente

Quero expressar o meu apreço a Moçambique e ao povo moçambicano pela forma como têm defendido e enriquecido a língua portuguesa. Tanto nas ruas de Maputo ou da Beira, como nas obras de José Craveirinha, de Paulina Chiziane ou Ungulani Ba Ka Khosa, a língua portuguesa adquire, por via da cultura moçambicana, novas dimensões e acrescida projeção.

Quero, ainda, saudar Moçambique pela forma como tem conduzido a Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, imprimindo à organização, ao longo do seu mandato, uma capacidade de afirmação crescente.

Até à Cimeira de Díli, continuaremos a trabalhar, em conjunto, para que, no atual contexto de debate sobre os desafios futuros da nossa organização, a língua portuguesa e os valores que definem a nossa Comunidade sejam afirmados e projetados de forma ainda mais visível no plano internacional. Essa tem sido a chave do crescente reconhecimento da CPLP como uma entidade de referência no mundo atual, como bem o revelam a importância do papel da CPLP em Timor-Leste ou na questão da Guiné-Bissau e o próprio interesse estratégico que vem gerando junto de países como a Namíbia, a Geórgia e a Turquia, candidatos ao estatuto de Observador Associado.

Senhor Presidente

A relação entre os nossos dois países constitui um ativo singular, tanto na perspetiva política, como na do contacto entre os nossos cidadãos e empresas.

Estou certo de que o Seminário-Fórum de Negócios que integra o programa desta Visita contribuirá para encorajar mais parcerias comerciais e de investimento entre os dois países.

O dinamismo económico que se prevê continuar a verificar-se em Moçambique, ao longo da próxima década, abre grandes oportunidades de aprofundamento das relações entre os nossos dois países. Neste processo, as empresas portuguesas, pelo seu conhecimento tecnológico, bem como pela sua especialização em várias áreas relevantes, podem contribuir para a diversificação da economia moçambicana.

As empresas portuguesas presentes no mercado moçambicano estão, por seu turno, conscientes da sua responsabilidade social. Portugal continuará a envidar esforços no sentido de incentivá-las a atribuir bolsas de estudo a estudantes moçambicanos, complementando as bolsas concedidas pelo Estado, à semelhança, aliás, do que foi iniciado no passado ano letivo. Deste modo, Portugal deseja contribuir para a formação de quadros moçambicano e para a sua inserção no mercado de trabalho, numa lógica de parceria, a longo prazo, com benefícios mútuos.

Senhor Presidente

Saudamos os esforços de diálogo construtivo e de conciliação política que têm vindo a ser desenvolvidos pelo governo moçambicano para que o País, num quadro de inteira normalidade democrática, avance no caminho do progresso e da melhoria das condições de vida das populações.

Agradeço-lhe, uma vez mais, o contributo que tem dado e o empenho que tem colocado no aprofundamento da relação entre os nossos dois países. Pode contar, Senhor Presidente, também com o meu empenho pessoal no fortalecimento dos laços de amizade e cooperação que ligam os povos moçambicano e português. É neste espírito que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade pessoal do Presidente Armando Emílio Guebuza e da Senhora Dr.^a Maria da Luz Guebuza, à amizade entre Portugal e Moçambique e à prosperidade crescente dos nossos povos irmãos.

Almoço de Retribuição Oferecido pelo Presidente da República de Moçambique

Palácio da Cidadela, 2 de julho de 2014

Foi com profunda satisfação que Portugal o recebeu, Senhor Presidente, assim como à Senhora Dr.^a Maria da Luz e à delegação que vos acompanha. Esta sua Visita, que muito nos honra e sensibiliza, assume um significado especial.

Especial, desde logo, porque se trata da visita de um Amigo próximo, que acolhemos sempre com grande apreço e respeito. Esta Visita marca mais um encontro entre dois países ligados por laços culturais profundos, que souberam desenvolver uma amizade fraterna consubstanciada numa parceria estratégica, em benefício de ambos os povos.

Especial, também, pelo simbolismo que encerra, tanto para Portugal como para Moçambique, no quadro da dinâmica de aprofundamento do nosso relacionamento bilateral e do novo impulso conferido na II Cimeira Luso-Moçambicana. Especial, ainda, porque Vossa Excelência, Senhor Presidente, entendeu escolher Portugal como primeiro e último destino das visitas bilaterais do seu segundo mandato enquanto mais Alto Magistrado da Nação moçambicana, o que é revelador da robustez da parceria estratégica existente entre Portugal e Moçambique.

Senhor Presidente

Quero saudar os esforços e os sucessos obtidos pelo povo moçambicano na consolidação da sua democracia e na procura do progresso económico e social. Os progressos registados nas negociações entre o Governo moçambicano e a Renamo e os esforços de diálogo e conciliação são prova da determinação de Moçambique em prosseguir o caminho da paz e do desenvolvimento.

Não é de estranhar que a comunidade internacional reconheça, hoje, em Moçambique, um ator relevante face ao protagonismo que vem assumindo na busca de soluções para crises regionais ou ao empenho e dinamismo que tem depositado na condução da atual Presidência da CPLP.

De igual forma, o prestígio da comunidade literária e artística moçambicana, amplamente reconhecido, projeta internacionalmente Moçambique, ao mesmo tempo que enriquece e valoriza o nosso idioma comum e a Cultura do espaço de língua portuguesa.

Senhor Presidente

Acredito que um contínuo aprofundamento dos nossos laços de amizade e de cooperação será mutuamente benéfico para os nossos povos. É neste quadro que se inscreve a parceria estratégica entre Portugal e Moçambique. A Visita de Vossa Excelência veio dar, sem dúvida, um contributo importante para alcançarmos esse objetivo comum.

É com esta convicção que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde e bem-estar do Presidente Armando Guebuza e da Senhora Dr.^a Maria da Luz Guebuza, à prosperidade do povo moçambicano e aos laços de amizade fraternal que unem Portugal e Moçambique.

Muito obrigado.

Almoço Oficial em Honra dos Reis de Espanha

Palácio Nacional de Queluz, 7 de julho de 2014

É uma imensa satisfação e, simultaneamente, uma honra acolhermos Vossas Majestades em Portugal neste primeiro périplo de Visitas de Apresentação. Sede muito bem-vindos!

Vemos nesta Visita a renovada confirmação da firmeza e profundidade das relações entre os nossos dois países, vizinhos e amigos. Acresce, no entanto, que a presença de Vossas Majestades entre nós se reveste ainda de um significado muito particular, atendendo ao carinho e à simpatia que Portugal dedica à Família Real.

A proclamação de Vossa Majestade como Rei é um momento determinante para o seu país e constitui uma renovação geracional que marcará certamente a História de Espanha.

Vossas Majestades conhecem bem Portugal. Guardo excelentes recordações da Visita Oficial que aqui realizaram em Maio de 2012, tal como recordo a hospitalidade calorosa com que minha Mulher e eu sempre fomos recebidos em Espanha.

Portugal e Espanha conhecem hoje um relacionamento que se exprime no quadro de uma cooperação bilateral que nunca foi tão vasta e intensa e que vem ganhando crescente vitalidade em setores variadíssimos das nossas sociedades civis.

Há quatro décadas, os nossos países iniciaram processos de transição democrática e conheceram, desde então, grandes transformações. Há quase três décadas, embarcámos, em simultâneo, no projeto europeu. Estes caminhos marcaram profundamente aquilo que cada um dos nossos países é hoje, bem como o caráter do nosso relacionamento.

A aproximação e o impulso registados nos últimos anos a nível das nossas instituições, dos empresários, dos jovens, dos agentes culturais e científicos, das universidades e dos parceiros sociais é hoje uma realidade completamente adquirida.

Exemplos concretos desta cooperação não faltam e a XXVII Cimeira Luso-Espanhola do passado mês de junho demonstrou-o bem, pela diversidade dos temas e pela ambição dos debates.

As áreas de cooperação bilateral são cada vez mais numerosas, indo desde a investigação e ciência à cultura, aos transportes, à gestão de recursos hídricos e às questões energéticas. Registo, ainda, o nível de colaboração entre as nossas zonas fronteiriças, um vetor importante das relações entre vizinhos, que contribui para o desenvolvimento das regiões.

A intensidade e o peso estratégico do nosso relacionamento fazem com que poucos temas escapem hoje às relações luso-espanholas. Espanha, a nível comercial, constitui o primeiro cliente e fornecedor de bens de Portugal. Foi também, nos dois anos mais recentes, o primeiro investidor externo e um dos principais receptores do investimento português no exterior.

A nível do turismo, Espanha ocupa uma posição cimeira como mercado emissor de turistas para Portugal e é um destino de eleição para os portugueses. Estes dados são reveladores da grande conexão existente entre as nossas duas economias.

Majestades

Portugal e Espanha são Estados de vocação universalista. Além da Europa, partilhamos também outros espaços: o Atlântico, o Mediterrâneo, África e, naturalmente, a comunidade ibero-americana.

O papel que, nos últimos anos, Vossa Majestade tem desenvolvido no quadro do aprofundamento da relação ibero-americana e da dinamização das sociedades civis latino-americanas augura um reinado especialmente auspicioso, num momento em que a nossa Conferência está em processo de profunda renovação. O bom entendimento entre os nossos dois países, para além das óbvias vantagens bilaterais, deve ser aproveitado para reforçar a nossa posição e tirar partido das nossas potencialidades, quer no quadro da União Europeia, quer em outros tabuleiros e fóruns relevantes, pese embora a existência de diferenças de interesses em relação a algumas questões ou dossiês específicos.

A verdade é que hoje – e muito, também, graças ao legado deixado por Suas Majestades o Rei D. Juan Carlos e a Rainha D. Sofia – nos conhecemos melhor

e trabalhamos muito melhor em conjunto. Nem tudo, por certo, está feito. Podemos ir mais longe na nossa cooperação e na nossa coordenação. Manteremos, pela nossa parte, a ambição e o empenho na construção de um futuro de relações cada vez mais estreitas e frutuosas.

É neste espírito que peço que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade de Suas Majestades, ao bom sucesso do reinado que se inicia, à prosperidade do povo amigo da Espanha e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

Sessão de Abertura do Seminário Económico Coreia-Portugal

Seul, 21 de julho de 2014

É com enorme satisfação que me associo à abertura deste seminário empresarial realizado na vibrante cidade de Seul. A República da Coreia e Portugal são dois países geograficamente distantes mas que têm em comum heranças de muitos séculos de história, cultura e tradição.

Saúdo e agradeço a presença de todos os participantes, com uma especial palavra de reconhecimento aos que organizaram este encontro. Encontro que vejo como uma excelente oportunidade para dar a conhecer melhor a realidade económica de Portugal e da Coreia e para estimular o diálogo empresarial e a divulgação de oportunidades de parcerias e investimento entre os nossos países.

Portugal e a Coreia são hoje economias avançadas, cujo desenvolvimento assenta na capacitação de recursos humanos qualificados, em elevados padrões de qualidade da gestão empresarial e na capacidade de transformação de novas ideias, conhecimento e tecnologia em produtos e serviços.

Portugal é membro de pleno direito da União Europeia desde 1986 e país fundador da área do euro. O acordo de comércio livre entre a União Europeia e a Coreia abriu novas perspectivas e oportunidades para o reforço da cooperação e das trocas comerciais entre os dois espaços económicos.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Para além do espaço da União Europeia e da proximidade e bom relacionamento com os países do norte de África, Portugal tem relações especialmente próximas com a África subsaariana, mantendo fortes laços políticos, económicos e culturais com países como Angola e Moçambique.

Na América Latina, são notórias as nossas ligações de amizade ao Brasil e as cordiais relações com os países do designado Eixo Atlântico. Portugal é, ainda, Membro da Comunidade Ibero-Americana e observador da Aliança do Pacífico.

É de salientar que o português é o idioma mais falado no hemisfério sul e a língua oficial de países de forte potencial de crescimento.

Portugal é hoje uma importante porta no Atlântico para a Europa. O primeiro porto europeu de águas profundas no eixo das rotas do Oriente é o porto português de Sines. O País oferece serviços de logística de alta qualidade, fruto das modernas infraestruturas rodoviária, portuária e aeroportuária.

O nosso perfil geográfico confere-nos um posicionamento único e central. Mas Portugal apresenta, igualmente, outras vantagens que lhe podem conferir especial atratividade para as empresas coreanas que pretendam investir na Europa. Desde logo, a disponibilidade de uma base alargada de capital humano com elevada qualificação e preparação em domínios como as engenharias e a gestão.

Emergiu uma nova geração de empresas portuguesas com grande capacidade empreendedora, tecnológica e inovadora. Muitas estão a desenvolver produtos e serviços para novos segmentos de procura no mercado mundial. O País oferece ainda custos operativos muito competitivos no contexto europeu e enorme simplicidade nos procedimentos comerciais. É o país da Europa onde é mais simples e rápido constituir uma sociedade.

As empresas portuguesas aqui presentes operam já nos mercados internacionais e podem expandir e aprofundar a sua atividade, quer na Coreia, quer em países terceiros, em parceria com congéneres coreanas.

Algumas empresas coreanas têm realizado em Portugal investimentos industriais, com destaque para os domínios da fabricação avançada de moldes e das energias renováveis. No entanto, a economia portuguesa e as suas vantagens competitivas continuam a ser largamente desconhecidas da maioria das empresas coreanas, situação que importa alterar.

Devo ainda acrescentar que Portugal constitui um destino turístico de reconhecida qualidade. O sol e a luz sempre presentes, o clima agradável, a hospitalidade e a segurança, a par de uma extensa costa marítima de rara beleza, são pontos fortes da nossa oferta turística. A grande capacidade de alojamento, apoiada por uma rede de qualidade de apoio à saúde, a boa gastronomia e os excelentes campos de golfe constituem outros atrativos para quem procura destinos de excelência.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Nos últimos três anos, Portugal atravessou um período muito exigente. A resposta foi coletiva e dada com enorme sentido de responsabilidade. Portugal realizou um grande esforço no sentido do equilíbrio das contas públicas e da concretização de reformas estruturais, visando o aumento da competitividade. Foi neste contexto que Portugal concluiu, com sucesso, o programa de ajustamento económico e financeiro acordado com instituições internacionais.

Nesta minha primeira visita oficial à Coreia, procuro dar maior visibilidade à realidade económica de Portugal e ao seu potencial. É tempo de as instituições, associações e empresas dos nossos países se conhecerem melhor, estreitarem laços, trabalharem em conjunto, com a expectativa de colherem, num futuro próximo, os frutos de um relacionamento mais estreito e profícuo.

Espero que a minha presença no vosso país e este seminário constituam estímulos redobrados para que se intensifiquem as relações de investimento e comerciais com empresas portuguesas.

Muito obrigado.

Almoço Oferecido pela Presidente da República da Coreia

Seul, 21 de julho de 2014

Agradeço, Senhora Presidente, o honroso convite para efetuar esta deslocação à República da Coreia, a primeira Visita Oficial entre os dois países ao nível de Chefes de Estado. Estamos muito gratos, minha Mulher e eu, assim como a comitiva que nos acompanha, pela calorosa hospitalidade com que temos sido recebidos. Este acolhimento, para além da gentileza tão característica da cultura coreana, reflete bem os laços de amizade que nos unem e o desejo comum de aprofundamento do diálogo e da cooperação entre Portugal e a Coreia.

Guardo a mais grata recordação do nosso encontro, em Lisboa, em 2011, aquando da Visita de Vossa Excelência na qualidade de Enviada Especial do então Presidente Lee Myung-bak.

Os nossos contactos bilaterais remontam há mais de quatro séculos e as nossas relações diplomáticas contam mais de 50 anos.

Com esta visita, quero contribuir para reforçar a aproximação e conhecimento mútuo entre os nossos dois países, de modo a imprimir uma dinâmica renovada às relações políticas, económicas, culturais e académicas e reforçar os contactos entre os nossos povos.

Senhora Presidente

Portugal é hoje um país muito diferente daquele que perpassa nas aulas de História. Constante é, porém, a busca do conhecimento, a visão universalista, e a capacidade de vencer as dificuldades do povo português.

Hoje, a economia portuguesa é uma economia moderna e aberta, que beneficia de um ambiente de negócios favorável à iniciativa empresarial e ao investimento estrangeiro, e que dispõe, em múltiplas áreas, de empresas em excelentes condições de estabelecer parcerias internacionais, designadamente para operar em países terceiros com os quais Portugal mantém especiais laços históricos e culturais.

Por este motivo, quis manter um encontro com representantes de grandes empresas coreanas, para além de ter presidido à sessão de abertura de um Seminário Económico com empresas portuguesas e coreanas. Os contactos mantidos auguram sucesso.

Particpei, igualmente num Encontro com representantes das universidades portuguesas que integram a comitiva oficial e instituições coreanas. Pude constatar o dinamismo da cooperação entre os melhores centros de investigação e universidades, portugueses e coreanos.

Senhora Presidente

Esta Visita é um sinal claro da importância que os dois países atribuem à relação bilateral e da determinação firme em construir, em conjunto, uma parceria de futuro.

É com esta convicção que peço a todos que se juntem a mim num brinde à saúde da Presidente Park Geun-hye, ao povo amigo da República da Coreia e ao futuro das nossas relações.

Banquete Oficial em Honra do Presidente da República da Indonésia

Palácio Nacional da Ajuda, 19 de setembro de 2014

É com grande alegria que acolhemos em Portugal o Presidente da República da Indonésia, a Senhora D. Ani Bambang Yudhoyono e a distinta comitiva que os acompanha nesta Visita de Estado.

Visita que, tendo lugar cinquenta e quatro anos após a visita a Lisboa do primeiro Presidente indonésio e fundador da nação indonésia, constitui um momento muito especial no reforço do relacionamento entre Portugal e a Indonésia.

Espero que esta visita de Vossa Excelência permita também, de alguma forma, retribuir a calorosa hospitalidade com que fomos recebidos em Jacarta, em 2012, naquela que, por sua vez, constituiu a primeira visita de um Chefe de Estado português ao seu país. Recordo ainda, com grande emoção, o momento particularmente simbólico do nosso primeiro encontro em Díli, também em 2012, nas cerimónias do décimo aniversário da independência de Timor-Leste e da tomada de posse do Presidente da República Democrática de Timor-Leste.

Estes momentos representam, sem dúvida, um verdadeiro virar de página nas relações entre os nossos países.

Senhor Presidente

Fundado numa história de cinco séculos, o relacionamento entre Portugal e a Indonésia é hoje pautado por um novo dinamismo e por um empenho recíproco na construção de uma relação forte, ambiciosa e orientada para o futuro.

Os contactos políticos profícuos de que foi testemunho a visita do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, em Janeiro último, honram o nosso longo passado de amizade e o desejo de conhecimento mútuo entre os nossos países.

A Nação Indonésia tem feito da consolidação dos ideais democráticos, da tolerância e do pluralismo político e social o caminho que a tem levado a um

desenvolvimento assinalável e a um elevado ritmo de crescimento económico. A Indonésia é hoje a décima sexta maior economia mundial e a segunda economia com o mais rápido crescimento de entre os membros do G20.

Numa região de equilíbrios delicados, o empenho e a liderança indonésios no seio da ASEAN têm sido importantes para a edificação da estabilidade política e para o aprofundamento de um espírito de comunidade entre as nações. Aproveito para saudar Vossa Excelência pela forma como, ao longo de dez anos, soube liderar os processos internos de consolidação democrática e de progresso económico e afirmar internacionalmente o seu país.

Nesse capítulo da afirmação internacional, vemos com particular agrado a crescente aproximação da Indonésia à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Uma colaboração mais próxima entre a Indonésia e a CPLP, bem como o apoio que a Indonésia vem prestando à adesão de Timor-Leste à ASEAN, são exemplos claros dos interesses comuns que nos ligam.

Como pude constatar em 2012, Portugal e a Indonésia estão cada vez mais atentos à realidade de cada um dos países e das regiões em que se inserem. A entrada em vigor, em maio último, do Acordo de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e a Indonésia prestará, confio, um contributo significativo nesse domínio, facilitando a identificação de oportunidades para uma cooperação mutuamente vantajosa.

Existindo ainda um amplo potencial por explorar nas nossas relações económicas, têm-se verificado sinais claros de interesse recíproco dos empresários portugueses e indonésios no desenvolvimento de parcerias e na intensificação dos fluxos de comércio e investimento.

Diversas missões comerciais portuguesas lograram aumentar a visibilidade e reforçar o perfil do nosso país na Indonésia. Esta Visita de Estado contribuirá, seguramente, para que o mesmo suceda com o perfil da Indonésia em Portugal. Gostaria de dirigir uma palavra de boas-vindas às empresas que acompanham Vossa Excelência. Creio que os contactos que mantiveram em Portugal se revelarão proveitosos, tal como sucedeu aquando da minha deslocação a Jacarta, em 2012, com os contactos estabelecidos pela comitiva empresarial que me acompanhou. Espero que o Fórum Empresarial que hoje teve lugar tenha sido, nessa perspetiva, particularmente útil.

Senhor Presidente

O objetivo de reforçar a nossa cooperação em todos os campos vem já conhecendo resultados promissores. Da cultura e preservação do património às parcerias entre empresas, da boa coordenação em instâncias multilaterais à cooperação na área da energia e recursos naturais, vários são os exemplos que dão expressão ao novo dinamismo do nosso relacionamento.

Os contactos entre os nossos povos são multisseculares. Sucede, porém, que apenas nos últimos anos Portugal e a Indonésia têm vindo a redescobrir-se mutuamente, dando início a uma nova fase. A Visita de Estado de Vossa Excelência, com que mais uma vez me congratulo, espelha a determinação política em reforçar os laços de amizade e cooperação que nos unem.

É neste espírito que peço que se juntem a mim num brinde à saúde e felicidade do Presidente Susilo Bambang Yudhoyono e da Senhora D. Ani Bambang Yudhoyono, à prosperidade do povo amigo da Indonésia e ao futuro das relações entre os nossos dois países.

Primeira Sessão Plenária da XXIV Cimeira Ibero-Americana

Veracruz, 8 de dezembro de 2014

As minhas primeiras palavras são para felicitar o Presidente Peña Nieto pela excelente organização dos trabalhos desta XXIV Cimeira Ibero-americana. Quero agradecer-lhe, ainda, Presidente Peña Nieto, a simpatia com que fomos recebidos pelas suas autoridades.

Este ano, é com particular emoção que aqui me encontro. Simbolicamente, encerro aqui, no México, em Veracruz, o ciclo de participações na Comunidade Ibero-americana que se abriu em 1991, em Guadalajara, em que estive presente naquele que foi o momento fundador do projeto ibero-americano.

Como em 1991, continuo a acreditar firmemente no espírito de Guadalajara e nos pilares que serviram de base à criação da nossa Comunidade: a defesa dos valores democráticos e a promoção do bem-estar e do desenvolvimento económico e social das nossas populações.

Minhas Senhoras e meus Senhores

Hoje, vivemos tempos de incerteza e de mudança que obrigam os Estados a implementar políticas inovadoras de desenvolvimento, com vista, em particular, à promoção e criação de emprego. Saúdo, pois, o México pela escolha do tema desta Cimeira Ibero-americana: Educação, Inovação e Cultura na Ibero-América. Permitam que partilhe convosco algumas reflexões sobre este tema.

Nas próximas décadas, a chamada “economia do conhecimento”, caracterizada pelo papel central da inovação na oferta de bens e serviços, nos modelos de gestão e nos processos de organização do trabalho, dominará o espaço ibero-americano.

No mundo global em que vivemos, é, cada vez mais, a educação que habilita os cidadãos com as qualificações e as competências que estimulam a produtividade e a capacidade de inovação e que lhes permitem afirmar-se num contexto altamente competitivo.

A educação tem pois um impacto decisivo no progresso económico, ao mesmo tempo que assume um papel crucial no combate à pobreza, às desigualdades sociais e na promoção da coesão social.

As universidades assumem um lugar central, não só na esfera tradicional de ensino e investigação, mas também na interação com outros centros de produção de conhecimento e na transferência de *know-how* para as empresas e para o conjunto da sociedade.

O processo de inovação passará necessariamente, nas próximas décadas, a incorporar a visão estratégica de qualquer empresa. A inovação será, com efeito, a sua principal ferramenta competitiva.

Por isso mesmo, o sistema educativo, incluindo a formação ao longo da vida, tem que ser capaz de dotar os nossos cidadãos de competências necessárias aos novos desafios do mercado laboral, e, cada vez mais, de incutir nos jovens uma cultura de ambição, de exposição ao risco e de empreendedorismo.

Colocar o conhecimento e a inovação no topo das prioridades individuais e coletivas é uma ambição que requer grande convergência de esforços. Tem que envolver escolas, empresas, universidades, poderes públicos e a sociedade em geral.

Acredito firmemente que é na educação e no conhecimento que assenta o futuro de qualquer nação. Isto mesmo está hoje amplamente reconhecido ao nível europeu e, como o sugere o tema da XXIV Cimeira Ibero-Americana, deverá constituir também uma das linhas de força do processo ibero-americano.

Neste capítulo, estou convicto da importância de consolidar o Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, o Espaço Cultural Ibero-Americano e o Espaço Ibero-Americano da Coesão Social e de promover uma “Aliança para a Mobilidade Académica”, que permita promover a mobilidade de estudantes, professores e investigadores. Neste contexto, o reconhecimento recíproco de graus e títulos académicos assume particular importância.

O mesmo digo em relação às políticas que, dentro do espaço ibero-americano, fomentem a realização de estágios de estudo e de estágios de gestores e de trabalhadores em empresas.

Portugal tem vindo a apostar fortemente na qualificação dos seus recursos humanos. Foi feito, ao longo de décadas, um grande investimento, que incluiu

a extensão da rede do ensino pré-escolar e o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 12 anos de escolaridade, além de políticas ativas de combate ao abandono escolar precoce e ao insucesso escolar.

Nos últimos vinte anos, o número de licenciados quintuplicou e, mais recentemente, o País registou um dos maiores crescimentos a nível europeu no número de novos doutorados.

É através do saber e do conhecimento, assim como do reconhecimento do mérito e do talento, que se combate a tendência para perpetuar desigualdades fundadas nas origens sociais de cada um.

Convirá também ter presente que, cada vez mais, o progresso e a difusão tecnológica requerem uma capacidade científica só alcançável pela inserção em redes de cooperação internacional.

Na área da nanotecnologia, por exemplo, Portugal e Espanha têm desenvolvido uma rede de cooperação bilateral da qual resultou um prestigiado centro de investigação conjunta, operado pelos dois países: o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, hoje com quase uma década de existência.

Minhas Senhoras e meus Senhores

É fundamental que a inovação, a par da educação, se constitua como instrumento para a redução das assimetrias sociais. Creio que da articulação entre educação, investigação e inovação, poderão surgir novos motores de crescimento económico que estimulem a criação de riqueza ao mesmo tempo que promovem a inclusão social e a sustentabilidade ambiental.

É este o desafio do futuro, um desafio que já começou e que nos impele a agir de acordo com a agenda para o Século XXI que nos propõe esta Cimeira Ibero-Americana e que quisemos fazer refletir na Declaração de Veracruz. Muito obrigado a todos.

Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo pelo Corpo Diplomático

Palácio Nacional de Queluz, 21 de janeiro de 2015

Agradeço calorosamente a vossa presença e desejo a todos um Bom Ano Novo. Peço a todos que façam chegar aos vossos Chefes de Estado os meus sinceros votos de um ano de 2015 marcado pela paz e prosperidade. Formulo votos de rápidas melhoras a Sua Excelência Reverendíssima o Núncio Apostólico, que não pode estar hoje entre nós.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Se é fácil o gesto de deitar fora o calendário de 2014, o mesmo não poderemos fazer à complexa combinação de fatores extremamente preocupantes, de impasses e de alguns sinais de esperança que marcaram o ano transato. O recrudescimento do terrorismo, as ameaças à paz, a instabilidade em diferentes regiões, os efeitos geopolíticos da queda do preço do petróleo, a epidemia do vírus Ébola, o drama dos emigrantes que, vindos de África e do Médio Oriente, procuram alcançar as costas da Europa, ou o continuado martírio das populações civis em zonas de conflito, são motivos para que não nos apressemos a arquivar o ano que passou e para refletirmos naquilo que, enquanto responsáveis políticos ou enquanto representantes dos Estados, poderemos fazer para que 2015 venha a terminar com um balanço mais positivo.

O ano de 2014 lembrou-nos que o Mundo está a mudar, que a interdependência e a natureza global dos desafios do nosso tempo não são mera retórica. As respostas aos problemas que conjuntamente enfrentamos só podem ser conseguidas pelo diálogo, pela cooperação e, nalguns casos, pela coordenação de esforços: é um caminho exigente e desgastante, mas é o único que permite encontrar verdadeiras soluções e não uma mera reconfiguração dos problemas. Herdámos, do ano que findou, várias situações de enorme gravidade e, com elas, a responsabilidade de aprender com erros passados e de não desistir na procura de novas possibilidades para a sua resolução.

Ao longo de 2014, Portugal acompanhou com grande preocupação a crise na Ucrânia e participou ativamente na definição de uma resposta, quer a nível da União Europeia, quer a nível da NATO.

Por outro lado, apoiámos os esforços internacionais de combate ao grupo terrorista ISIS. Está em causa a defesa de valores civilizacionais básicos, que a todos deve mobilizar.

Os ataques terroristas em Paris lembram-nos que o combate aos fanatismos bárbaros a todas as democracias diz respeito e que é urgente o aperfeiçoamento e o aprofundamento dos mecanismos europeus de coordenação na área da segurança. O povo francês, símbolo maior do valor da liberdade e que acolhe tantos milhares de cidadãos portugueses, conta com toda a nossa solidariedade.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Em Portugal, como terão podido constatar, 2014 trouxe sinais de esperança. Cumprimos as obrigações assumidas em maio de 2011 perante as entidades internacionais e concluímos o Programa de Assistência Económica e Financeira, sem necessidade de ajuda adicional.

Após três anos muito difíceis, verificou-se uma quebra significativa do desemprego; a economia está a crescer; os juros da dívida soberana baixaram para valores que são mínimos históricos; corrigiu-se o desequilíbrio das contas externas. 2014 foi um ano positivo na captação de investimento e no crescimento das exportações. Tratou-se, pois, de um ano importante para Portugal. O País recuperou a credibilidade e o acesso pleno aos mercados de financiamento. A economia portuguesa apresenta-se mais competitiva, mais sustentável e mais integrada na economia global. Prosseguimos uma agenda ambiciosa de reformas.

A consolidação dos sinais de recuperação económica, que se foi verificando ao longo do ano, permite-nos encarar 2015 com confiança, mas ainda assim com prudência. Persistem desafios importantes por ultrapassar e a evolução da economia global está marcada por incertezas.

Estes foram – e continuam a ser – tempos de grandes decisões também para a Europa. Se é justo salientar que estamos hoje perante alguns desenvolvimentos positivos na economia europeia, a verdade é que se esperaria uma retoma mais expressiva e, sobretudo, mais visível no dia-a-dia dos cidadãos.

Seria essencial que os nossos esforços de reforma e consolidação orçamental fossem acompanhados por uma agenda europeia mais orientada para o crescimento e para o emprego. Que fossem proporcionadas às empresas portuguesas, principalmente às pequenas e médias, condições de financiamento comparáveis às das suas congéneres europeias.

Apoiamos o Plano de Investimento apresentado pela Comissão Europeia, convictos de que abrirá novas oportunidades em áreas decisivas, como as infraestruturas transeuropeias de transportes, energia e digital, mas também nas áreas da investigação e da inovação e no apoio ao tecido empresarial. Urge agora pô-lo em prática e acordar os seus detalhes, de modo a garantir a sua eficácia.

Paralelamente, é crucial desenvolverem-se, em especial na Península Ibérica, e entre esta e o resto da Europa, as infraestruturas de interligação energética, quer de eletricidade, quer de gás natural. Esta é uma questão de topo na agenda europeia, tendo em vista a concretização de um verdadeiro mercado interno de energia. É um assunto prioritário, que ganhou relevância acrescida no quadro do debate relativo à diversificação das fontes de abastecimento numa Europa com uma forte dependência energética.

Senhoras e Senhores Embaixadores

O ano de 2014 ficou marcado por um facto político que merece ser destacado, até pelas consequências que terá na região e no Mundo: o início do processo de restabelecimento de relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba. Gostaria de aproveitar a oportunidade para saudar os responsáveis políticos norte-americanos e cubanos por este corajoso passo. Mas creio também que devemos uma palavra de reconhecimento à diplomacia da Santa Sé e à perseverança de Sua Santidade o Papa, cuja ação tem merecido justo louvor de crentes e não crentes, em Portugal e no Mundo inteiro.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Fazendo jus ao que entendo ser um desígnio nacional, participei no ano que terminou em várias iniciativas na área do mar. Desloquei-me a São Francisco, onde encerrei a “Cimeira Mundial dos Oceanos”. Este ano, a Cimeira realizar-se-á em Portugal.

Em outubro, teve lugar em Cascais a quinta edição da “BioMarine Business Convention”. Recebi, nesse contexto, Sua Alteza o Príncipe do Mónaco, que nela participou ativamente.

Para Portugal, bem como para muitos outros países, a economia do mar será um fator preponderante de desenvolvimento económico-social no desenrolar deste século XXI. Para discutir o futuro das modernas economias do mar, o Governo português organizará em Lisboa, na primeira semana de junho de 2015, uma “Semana Azul”. Espero que os vossos Governos possam participar ao mais alto nível nesta reunião mundial sobre o mar.

No quadro da minha agenda externa, tive oportunidade, no ano que passou, de me deslocar a alguns dos países aqui representados. Foi um ano de grande intensidade no que toca às visitas que efetuei e recebi. Foram celebrados instrumentos bilaterais que reforçam o nosso relacionamento em diferentes áreas, e impulsionados contactos e parcerias entre os empresários dos nossos países. Pude constatar que Portugal reúne condições de atratividade e competitividade em diferentes domínios, despertando o interesse de importantes investidores estrangeiros, assim como pude comprovar a apetência e a capacidade de internacionalização das empresas portuguesas.

O patamar de relacionamento político, económico e empresarial entre Portugal e a China recebeu novo impulso na Visita de Estado que ali tive oportunidade de realizar. Queremos dar continuidade, no presente ano, à dinâmica recíproca de interesse pelos respetivos mercados e destinos de investimento.

Ainda no que se refere à Ásia, e procurando prosseguir o aprofundamento da cooperação bilateral com os países daquela região, efetuei também aquela que foi a primeira Visita Oficial de um Chefe de Estado português à República da Coreia, conciliando a preservação da memória secular do nosso relacionamento com os nossos interesses atuais.

Recordo, com muito apreço, a minha recente deslocação aos Emirados Árabes Unidos. Tratou-se, também neste caso, da primeira Visita Oficial de um Chefe de Estado português àquele país, onde existem registos da presença portuguesa desde o século XV. Com um forte significado político, pretendi com esta visita contribuir para o novo ciclo de reforço do relacionamento bilateral entre Portugal e os países do Golfo Pérsico.

O continente americano mereceu igualmente a minha atenção. Estive em São Francisco e em Toronto, onde me encontrei com a Diáspora Portuguesa. Nestas, como em todas as deslocações que realizei ao estrangeiro, constatei com apreço o dinamismo das nossas comunidades, bem como a sua capacidade de integração nos países onde residem, consequência, estou certo, do bom acolhimento que as vossas sociedades lhes oferecem. Encontrei jovens empreendedores, investigadores, quadros de empresas internacionais, pequenos e médios empresários dos mais diversos setores, pilotos aviadores, profissionais de saúde e um sem número de outras profissões. O sucesso destes portugueses, reconhecido no estrangeiro, é mostra da qualidade do seu trabalho e da excelência das suas qualificações. A Diáspora Portuguesa projeta o Portugal moderno, positivo, inovador e empreendedor que as Senhoras e os Senhores Embaixadores bem conhecem. Desloquei-me ao México, em dezembro último, para participar na XXIV Cimeira Ibero-Americana. O tema deste ano permitiu uma reflexão conjunta sobre três vetores fundamentais da cooperação ibero-americana: Educação, Cultura e Inovação. O processo de renovação que teve lugar, e que contou com o apoio de Portugal, contribuirá, estou convicto, para o reforço da importância e dinamismo da Comunidade Ibero-Americana.

A par do Brasil, com quem, por razões históricas, temos uma relação singular, queremos ser um parceiro importante para os demais países da América Latina. É também nosso desejo que a América Latina olhe para Portugal como um aliado de referência na Europa.

Fruto dos intensos laços históricos de amizade e cooperação, as relações entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa assumem um caráter compreensivelmente especial. O ano que passou foi marcado por diversos bons exemplos dessa intensa cooperação.

Foi com particular satisfação que, em 2014, pudemos assistir ao renascer da esperança na Guiné-Bissau, com o regresso à ordem constitucional através da realização de eleições livres e democráticas. A comunidade internacional deverá corresponder ao assinalável esforço das novas autoridades guineenses, prestando-lhes o apoio indispensável para que as ainda frágeis conquistas de 2014 possam converter-se em passos sólidos para a estabilidade e para o desenvolvimento.

Portugal estará na primeira linha do apoio à Guiné-Bissau. A Guiné-Bissau contará também, estou certo disso, com o apoio de Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde a presença angolana é motivo de congratulação para todos nós.

Em junho deste ano, Portugal assumirá a presidência do G19, o Grupo de doadores de apoio programático ao orçamento de Moçambique, país onde me desloquei, na passada semana, para a tomada de posse do Presidente Filipe Nyusi. Será outra instância em que nos empenharemos no reforço do diálogo produtivo entre os parceiros de cooperação e as autoridades moçambicanas, tendo em vista o desenvolvimento económico e social do país.

Senhoras e Senhores Embaixadores

No plano multilateral, o ano que terminou foi o ano da eleição de Portugal para o Conselho dos Direitos Humanos. No discurso que pronunciei, perante vós, em janeiro de 2014, apelei ao apoio dos vossos países à nossa candidatura. Quero, hoje, agradecer a prova de confiança que nos foi dada. Procuraremos estar à altura das responsabilidades que agora assumimos.

Ainda no plano multilateral, 2014 foi o ano em que, pela primeira vez, a Cimeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa chegou à Ásia, ao jovem Estado de Timor-Leste, e em que a organização se alargou com a entrada da Guiné Equatorial. A Cimeira de Díli veio comprovar o dinamismo da CPLP e o interesse que a mesma suscita junto de um crescente número de Estados.

Permitam-me ainda que sublinhe o Encontro dos Chefes de Estado de países europeus que fazem parte do Grupo de Arraiolos, que teve lugar em Braga, em setembro passado. Durante esse Encontro, tivemos oportunidade de abordar, em particular, três temas de grande importância relacionados com o atual contexto e agenda europeia: a energia, a imigração e o papel da investigação e inovação na promoção do crescimento, da competitividade e da criação de emprego. Não quero, naturalmente, deixar de referir as visitas a Portugal dos Chefes de Estado de Moçambique, Singapura, Indonésia, Alemanha, Espanha, Itália, México e Colômbia, todas elas testemunho de um estreito relacionamento bilateral.

Senhoras e Senhores Embaixadores

Este será para Portugal um ano de escolhas, um ano de esperança na consolidação da recuperação económica e, ainda, um ano de exigentes desafios. E o mesmo vale para a situação global.

Em 2015, o Mundo ver-se-á confrontado com importantes opções a variados níveis – e faço votos para que algumas se revelem evidentes aos olhos dos líderes políticos, como a rejeição dos fundamentalismos e da sua cobertura a atos de terrorismo ou o reconhecimento da urgência de uma ação concertada a nível global no domínio das alterações climáticas.

Na Europa, onde temos um novo Parlamento, uma nova Comissão, um novo Presidente do Conselho Europeu e uma nova Alta Representante para a Política Externa, deveremos manter o empenho numa União Europeia ambiciosa, mas também coesa e solidária. Além dos avanços na governação económica, o futuro próximo da União deverá ser marcado por uma atuação e por um rumo que contribuam para reconquistar a confiança e mobilizar os cidadãos para o projeto europeu.

Será, ainda, um ano de muitos e difíceis desafios que vão exigir de nós – e em particular de vós, diplomatas – perseverança, criatividade e firmeza na abertura ao diálogo e à cooperação.

Temos, assim, a responsabilidade de trabalharmos em conjunto com o propósito e a esperança de podermos, daqui a um ano, recordar 2015 com satisfação.

Termino reiterando os meus sinceros votos de um ano de 2015 com paz, saúde e prosperidade para todos.

Muito obrigado.

Anexos



Comunicado da Presidência da República sobre a não promulgação do diploma do Governo que altera o valor dos descontos para a ADSE, SAD e ADM

13 de março de 2014

O Presidente da República devolveu no passado dia 11 de março, ao Governo, sem promulgação, o diploma que modifica o valor dos descontos a efetuar para a ADSE, SAD e ADM pelos beneficiários dos referidos subsistemas de saúde, fixando-o em 3,5%.

Divulgam-se, seguidamente, os fundamentos da decisão presidencial:

De acordo com o preâmbulo do diploma, a medida visa a autossustentabilidade dos sistemas em causa. Suscita, porém, sérias dúvidas que seja necessário aumentar as contribuições dos 2,5% para 3,5%, para conseguir o objetivo pretendido. Numa altura em que se exigem pesados sacrifícios aos trabalhadores do Estado e pensionistas, com reduções nos salários e nas pensões, tem de ser demonstrada a adequação estrita deste aumento ao objetivo de autossustentabilidade dos respetivos sistemas de saúde.

A Nota Informativa fornecida pelo Governo no âmbito do pedido de esclarecimento desta matéria revela que o valor de 3,5% proporcionará uma receita que excede significativamente a despesa prevista no orçamento da ADSE. Verifica-se até que, mesmo que o aumento pretendido fosse apenas de metade, ou seja, de 0,5 pontos percentuais, ainda assim haveria um saldo de gerência positivo não despreciando.

Sendo indiscutível que as contribuições para a ADSE, ADM e SAD visam financiar os encargos com esses sistemas de saúde, não parece adequado que o aumento das mesmas vise sobretudo consolidar as contas públicas.

Acresce que o montante previsto de 60 milhões de euros de transferência do orçamento da ADSE para o SNS, a título de pagamento das participações devidas com a aquisição de medicamentos por parte dos beneficiários, não pode deixar de suscitar as mesmas dúvidas, uma vez que tais participações são igualmente devidas pelo SNS a quem não seja beneficiário destes subsistemas.

Por outro lado, desde a Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, a inscrição na ADSE passou a ser voluntária, mesmo para todos os antigos beneficiários, pelo que há que considerar que uma eventual insustentabilidade futura do sistema estará porventura associada a esta faculdade de escolha, mais do que ao montante das contribuições. Para esse efeito alertaram as Forças Armadas e as Forças de Segurança, prevendo que tal levaria à saída ou à não-inscrição dos mais novos, ou dos que auferem salários mais elevados, conduzindo a que a sustentabilidade do sistema ficasse seriamente comprometida.

Neste contexto, o risco de insustentabilidade do sistema será tanto maior quanto mais desproporcionada for a contribuição em relação ao custo dos serviços prestados ou ao peso das contribuições nos salários e pensões, sobretudo num quadro de fortes reduções do rendimento disponível dos trabalhadores do Estado.

Mensagem a propósito das eleições para o Parlamento Europeu

Palácio de Belém, 24 de maio de 2014

Amanhã, os Portugueses serão chamados a escolher os deputados ao Parlamento Europeu.

É uma eleição muito importante para Portugal.

A União Europeia é vital para o desenvolvimento económico e social do País e para a nossa projeção e influência internacional. As decisões tomadas nas instituições europeias têm um impacto muito direto no dia-a-dia dos Portugueses. Por isso, apelo a todos os eleitores para que, amanhã, não deixem de exercer o seu direito de voto.

Estou bem ciente de que, no passado, já se registaram elevados níveis de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu e que as previsões indicam que tal pode voltar a acontecer amanhã.

São diversas e relevantes as razões pelas quais devemos votar.

O Parlamento Europeu é a única instituição europeia com representantes diretamente eleitos. A União Europeia, esta união de democracias de que fazemos parte, só se realiza verdadeiramente com a participação dos cidadãos.

Ao longo de quatro dias, cerca de 380 milhões de eleitores dos 28 países da União elegem os seus deputados europeus, naquela que constitui uma eleição única no Mundo.

Nos últimos sessenta anos, a Comunidade Europeia contribuiu de forma decisiva para a paz e para o desenvolvimento na Europa. A paz é um bem precioso que nunca deve ser descurado nem tomado como adquirido.

Por outro lado, países como Portugal beneficiaram, nas últimas décadas, de programas europeus que em muito contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações e para o progresso do País nos mais diversos domínios – como a educação e a qualificação dos Portugueses ou a modernização das atividades económicas e das infraestruturas nacionais e locais.

Por isso, a eleição dos deputados para um parlamento onde estão representados cerca de 500 milhões de cidadãos europeus constitui um aspeto fundamental da nossa participação na construção europeia e da própria defesa do interesse nacional.

É essencial que a voz dos povos europeus, com a sua diversidade, as suas diferentes culturas e realidades sociais, mas também com os seus legítimos anseios e ambições comuns, seja ouvida na assembleia onde se reúnem os representantes dos 28 Estados-membros.

A Europa tem cada vez mais impacto no quotidiano dos Portugueses e o Parlamento Europeu, sublinhe-se, tem cada vez mais poderes na União Europeia. O papel a desempenhar e o trabalho a desenvolver pelos deputados assumem particular relevância.

É fundamental, insisto, participarmos ativamente na escolha dos nossos representantes e fazermos ouvir a nossa voz em prol da Europa e de Portugal.

Há quarenta anos, com o 25 de Abril, os Portugueses conquistaram o direito de votar em eleições livres e democráticas. Sonhámos viver num país mais próximo da Europa, dos seus padrões de bem-estar, dos seus valores de democracia e liberdade. Temos de cumprir esse desígnio.

A campanha eleitoral chegou ao fim. Como vos transmiti na minha mensagem de 19 de março, esse foi o tempo em que as diferentes forças políticas tiveram a oportunidade de esclarecer os Portugueses, de forma serena e elevada, com sentido de responsabilidade, sobre os desafios que a Europa irá enfrentar nos próximos anos e sobre o papel que terá o Parlamento Europeu neste momento histórico de enorme importância para todos nós.

Não votar amanhã é abdicar de um direito, do direito fundamental de participar nas escolhas que influenciam o futuro da Europa.

Apelo a todos os Portugueses para que amanhã, através do seu voto, participem na escolha dos deputados para o Parlamento Europeu.

Desejo a todos uma boa noite e um bom exercício do direito de voto.

Mensagem por ocasião da apresentação do Relatório da Comissão Global dos Oceanos

Os Portugueses saúdam o trabalho da Comissão Global dos Oceanos e o Relatório ora apresentado.

O estado ambiental dos oceanos continua a deteriorar-se. Infelizmente, não existem grandes perspectivas de mudança desta situação nos próximos anos. Por um lado, não foram cumpridas as metas sobre conservação dos oceanos que a comunidade internacional reiteradamente estabeleceu em cimeiras mundiais. Por outro, a crise económica mundial que se vive, e que teve especial impacto no hemisfério Norte, tem contribuído para adiar respostas aos grandes problemas que os oceanos e mares enfrentam.

A este propósito, permitam-me que recorde as palavras que proferi, ainda este ano, em São Francisco, aquando da Cimeira Mundial dos Oceanos, organizada pela revista *The Economist*:

“Quero ser claro: temos vindo a discutir as ameaças e as soluções para os problemas dos nossos oceanos há pelo menos 25 anos, desde a Cimeira do Rio e da Agenda 21 e, no entanto, a comunidade internacional até agora falhou rotundamente, por não ter conseguido apresentar uma resposta eficaz aos desafios-chave dos oceanos”.

Este quadro conjuntural conjuga-se com um quadro evolutivo de longo prazo igualmente muito exigente: se passámos os últimos 200 anos – desde a Revolução Industrial – a explorar intensamente todos os recursos naturais terrestres a que pudemos lançar a mão, vamos seguramente passar os próximos 200 anos a explorar também os recursos naturais dos oceanos, agora que começamos a dominar a tecnologia para o efeito e que os recursos terrestres dão sinais de exaustão.

Neste cenário, com realismo e sem catastrofismos, afigura-se fundamental o trabalho da Comissão Global dos Oceanos e o presente Relatório.

Estou certo de que a clareza deste Relatório e a capacidade de influência dos distintos membros da Comissão Global dos Oceanos irão também contribuir,

de forma decisiva, para combater aquele que julgo ser a raiz do problema dos oceanos: o desinteresse de muitos agentes e decisores políticos relativamente a esta temática.

Temos de pugnar, desde já, para que os oceanos sejam uma prioridade indiscutível no contexto dos Objetivos sobre Desenvolvimento Sustentável que estão em fase de definição nas Nações Unidas.

A finalizar, quero igualmente enaltecer o trabalho de excecional qualidade que a Comissão Europeia desenvolveu em prol da questão dos oceanos e mares. Portugal reconhece o impulso que foi dado para a sustentabilidade do mar com a reforma da Política Comum das Pescas, bem como pelo desenvolvimento da Política Marítima Integrada da União Europeia. Faço votos para que a próxima Comissão continue a encarar como uma prioridade a Política Marítima Integrada, cada vez mais importante no contexto da sustentabilidade, do crescimento azul e da segurança marítima da Europa.

Palácio de Belém, 27 de junho de 2014

Aníbal Cavaco Silva

Mensagem à Assembleia da República a propósito do diploma relativo ao Regime do Segredo de Estado

Tendo promulgado, para ser publicado como lei orgânica, o Decreto n.º 241/XII da Assembleia da República, que aprova o Regime do Segredo de Estado, procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal e à trigésima primeira alteração ao Código Penal e revoga a Lei n.º 4/84, de 7 de abril, entendi dirigir a essa Assembleia, no uso da faculdade prevista na alínea d) do artigo 133º da Constituição, a seguinte mensagem:

1 – O regime do Segredo de Estado reveste-se, no nosso ordenamento jurídico, de importância fundamental pelos valores e interesses do Estado que visa proteger. Não por acaso, a Constituição dedica-lhe especial atenção, sujeitando a sua aprovação ao regime da lei orgânica.

2 – Entendo que a aprovação do regime do Segredo de Estado deve não apenas assentar num amplo consenso, como garantir a estabilidade e a segurança jurídica da sua aplicação futura. Manifestei de forma clara este entendimento em diversas ocasiões, designadamente na mensagem que enviei à Assembleia da República em 5 de julho de 2009, que acompanhava a devolução, sem promulgação, do Decreto que alterou o regime do Segredo de Estado.

3 – O Decreto agora submetido a promulgação dispõe, no n.º 2 do artigo 6º do anexo, no que respeita à desclassificação, o seguinte: “Apenas tem competência para desclassificar matérias, documentos ou informações sujeitos ao regime do Segredo de Estado a entidade que procedeu à respetiva classificação definitiva ou o Primeiro-Ministro”.

4 – A norma citada pode ser interpretada no sentido da atribuição ao Primeiro-Ministro da competência para desclassificar matérias que tenham sido classificadas por outras entidades, incluindo o Presidente da República e o Presidente da Assembleia da República. Esta interpretação não mereceria o meu acordo, na medida em que agravaria as dificuldades assinaladas anteriormente, em especial no que respeita ao relacionamento entre órgãos de soberania.

5 – Deve sustentar-se, é certo, uma interpretação diversa, limitando-se a competência do Primeiro-Ministro à desclassificação de documentos que tenham sido classificados pelos Vice-Primeiros-Ministros e pelos Ministros. Só esta interpretação permitiu a minha promulgação do diploma.

6 – Todavia, numa matéria com a importância do regime do Segredo de Estado, não devem subsistir dúvidas ou equívocos interpretativos, pelo que esta interpretação deve resultar da lei de modo absolutamente claro, sendo certamente possível encontrar uma formulação que o assegure, como aliás bem demonstra a disposição do n.º 2 do artigo 9º do diploma sob promulgação.

7 – Seria ainda desejável garantir que a tipificação do crime de violação de Segredo de Estado, constante da alteração introduzida pelo Decreto ao artigo 316º do Código Penal, transmitisse a segurança jurídica que inequivocamente deve resultar da previsão de um ilícito criminal, em especial face à nova e abrangente formulação do n.º 6 do mesmo artigo quanto ao conceito de “interesses fundamentais do Estado”.

8 – Assim, considero que esta incriminação se revelaria menos problemática, em termos de legalidade penal e de segurança jurídica, se a mesma, evoluindo face à atual redação do artigo 316º do Código Penal, tornasse inequívoco – porventura mediante remissão para o regime legal do Segredo de Estado – que a criminalização incide sobre condutas que envolvam a perigosa revelação de informações, factos ou documentos, planos ou objetos previamente classificados como Segredo de Estado.

Tendo decidido promulgar este diploma, por constituir uma alteração ao regime do Segredo de Estado que corresponde a uma intenção expressa do legislador, assente num significativo consenso e cuja oportunidade não se contesta, considero, em todo o caso, que os pontos em apreço devem ser objeto de uma reponderação por parte dos Senhores Deputados, assim eliminando as dúvidas ou equívocos interpretativos que possam subsistir numa matéria de tão elevada sensibilidade.

Palácio de Belém, 28 de julho de 2014

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

Mensagem dirigida ao X Congresso dos Juizes Portugueses

É com o maior gosto que saúdo os Juizes portugueses na abertura do seu X Congresso, para o qual foi escolhido um tema da maior relevância: “Estatuto e Diálogo com a Sociedade – Defesa da Cidadania no Estado de Direito”.

A oportunidade do tema decorre de uma necessidade nacional. Como é reconhecido por todos os operadores judiciários – e pelos cidadãos –, Portugal necessita com urgência de um sistema de justiça mais célere e mais equitativo, mais próximo dos cidadãos e que sirva igualmente o desenvolvimento económico e social do País.

Como já havia sublinhado na mensagem que dirigi ao IX Congresso dos Juizes Portugueses, reunido em Ponta Delgada, considero que esta é uma oportunidade única para que os juizes aqui presentes debatam, na perspetiva da execução do conjunto das reformas aprovadas, a situação atual da Justiça portuguesa na defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos, na afirmação de uma Justiça mais fortalecida no quadro de um Estado de direito democrático e de um sistema judicial dotado de instrumentos legislativos e organizativos mais adequados às novas realidades socioeconómicas do País.

Espera-se, por um lado, que a revisão do estatuto dos magistrados judiciais tome em particular atenção os valores essenciais da independência, da imparcialidade, da isenção e da subordinação à lei.

O respeito pelos princípios constitucionalmente protegidos é a garantia fundamental de realização de uma justiça que não diferencia os cidadãos entre si, favorecendo a coesão social e a dignidade da pessoa humana.

As reformas no domínio da justiça só adquirem credibilidade e densidade se servirem também para prestigiar a função de julgar, dependendo a dignidade dos juizes do modo como souberem encarar, com serenidade, discrição e competência, os desafios que o nosso tempo coloca.

Portugal enfrenta exigências em diversos domínios da sua vida coletiva, que não se esgotam na necessidade de salvaguardar equilíbrios financeiros e económicos.

Num tempo em que são adotadas reformas estruturais visando um novo projeto de desenvolvimento e sustentabilidade das políticas sociais, a própria jurisprudência sentirá a necessidade de se adaptar a novos parâmetros e critérios de aplicação do Direito.

A realização deste Congresso e a sua agenda constituem um sinal claro de que os juízes portugueses se encontram sintonizados com os desafios do novo tempo e as exigências de cidadania que dele decorrem.

É salutar que, neste período de profundas mudanças, os magistrados judiciais desejem refletir em conjunto sobre o papel que lhes cabe desempenhar na consolidação de uma democracia política, económica e social que sirva os anseios de justiça dos cidadãos.

Manifesto, pois, aos participantes neste Congresso, os meus votos de um trabalho profícuo, confiando que, com a sua dedicação e empenho, os juízes portugueses saberão encontrar as soluções adequadas para a construção de um Portugal mais desenvolvido e também mais justo.

Desejo a todos um bom trabalho, na certeza de que este Congresso será um momento fundamental de reflexão sobre os desafios que a Justiça portuguesa enfrenta no nosso tempo.

Palácio de Belém, 1 de outubro de 2014

Aníbal Cavaco Silva

Entrevista concedida ao semanário EXPRESSO

8 de novembro de 2014

– A questão do ponto em que estamos do ciclo político ganhou muita importância. É o Presidente da República quem marca as eleições. Vai manter o calendário eleitoral ou convocar eleições antecipadas?

– A lei portuguesa é muito clara. As eleições para início de uma nova legislatura têm de ocorrer entre 14 de setembro e 14 de outubro. A fixação desta data ocorreu na alteração da lei eleitoral que teve lugar em junho de 1999. A proposta do artigo respetivo foi apresentada pelo Partido Socialista e votada favoravelmente pelo PS, PCP e Verdes, e contra pelo PSD e CDS. O legislador quis deixar de forma muito clara que a data das eleições é entre meados de setembro e de outubro. O Presidente da República (PR) tem de respeitar essa lei. Além disso, o PR, antes de fixar a data precisa, no intervalo que a lei menciona, tem de ouvir os partidos políticos, o que significa que a sua opinião deve contar para a fixação da data exata. O que isto sugere é que o PR não pode manipular a seu bel-prazer a data precisa das eleições para favorecer o partido A ou B. Se a Assembleia da República (AR) do ano 2014 pensa de forma diferente da de 1999, então deve mudar a lei e o PR respeita essa decisão. Isto quer dizer que se a Assembleia da República não mudar a Lei Eleitoral que aprovou em 1999, se não acontecer uma grave crise política que ponha em causa a governabilidade, então as próximas eleições legislativas terão lugar em 2015, entre 14 de setembro e 14 de outubro. Ponto final.

– O que vale, pois, é o argumento constitucional?

– Não vale a pena as forças políticas estarem a beliscar-se sobre este assunto. O melhor é concentrar esforços na resolução dos problemas do país, em particular no combate ao desemprego e no crescimento económico. Surpreende-me imenso que haja políticos e articulistas que entendam que o PR deve dissolver a Assembleia da República para antecipar a data das eleições. Seria contra a Constituição. O instituto da dissolução só pode ser utilizado em caso de crise política muito grave, como a que enfrentei em março de 2011, quando todos os partidos

políticos me comunicaram formalmente que não havia hipótese de qualquer outro Governo que se tentasse fazer passar na AR, na sequência da demissão do primeiro-ministro de então. Por isso se chama bomba atômica. Aí não há divergência entre os constitucionalistas. Mas utilizar o instituto da dissolução para alterar a data das eleições seria uma violação do espírito da Constituição. Há ainda outra razão. O artigo 133 da Constituição diz que o PR fixa a data das eleições de harmonia com a lei eleitoral. Portanto, não contem com o Presidente para ir contra a lei e a Constituição. E, se os senhores deputados agora pensarem de forma diferente, façam o favor de mudar a lei, não tenho objeções. Recordo que, enquanto Primeiro-Ministro, fui eleito em outubro duas vezes (outra em julho, mas em resultado da dissolução). Guterres foi eleito em outubro, o anterior Primeiro-Ministro José Sócrates também.

– Mas há um grande desfasamento entre as regras europeias e a data das eleições, que pode provocar problemas orçamentais. Isso não o convence?

– Também se fala das questões europeias. Recordo que as últimas eleições na Alemanha, na Holanda e na Dinamarca foram em setembro. As regras europeias não podem deixar de se adaptar às especificidades eleitorais dos diferentes países. Quando existe uma comunidade de 28 países, quase não há mês em que não possa ocorrer alguma eleição. E não se está à espera, com certeza, que a Alemanha vá alterar a data das eleições, que normalmente são em setembro, nem a Holanda, nem a Dinamarca, para apresentarem um orçamento já elaborado até 30 de setembro. O semestre europeu não está à espera disso.

– Quando ocorrerem as eleições e começarem as negociações para um novo Governo – se não houver maioria absoluta –, o papel do PR é muito importante. Se as eleições só forem a partir de setembro, já estaremos numa fase em que os seus poderes estão limitados, por estar em fim de mandato. Não seria mais importante para Portugal ter um PR com todos os poderes para ajudar num momento tão importante?

– Quando tivermos em Portugal uma verdadeira cultura de compromisso, que considero da maior importância, teremos de nos habituar aos longos períodos negociais entre os partidos políticos para chegarem a entendimentos.

A negociação para um novo Governo na Alemanha demorou 86 dias, na Finlândia 66 dias, na Holanda, 54. É muito melhor que, numa eventual negociação, os partidos políticos façam uma negociação aprofundada, indo mesmo aos detalhes, do que depois levarem os conflitos e as lutas partidárias para dentro do Governo. Por isso, devemos estar preparados para, no futuro, termos negociações longas entre as forças políticas, quando for necessário fazer uma coligação de Governo. E isto é positivo e não negativo, contrariamente ao que se diz.

– Para si, o argumento de que um futuro Governo não deveria governar com um orçamento elaborado pelo Governo anterior não colhe?

– Portugal continua com um orçamento em vigor – o do ano anterior por duodécimos – e, se calhar, até é positivo para um Governo que surja das eleições se acalmar e ainda se manter algum tempo com as limitações de despesa que venham do passado. Mas isso não colhe absolutamente nada, porque o legislador de 1999 sabia muito bem disso. E se, agora, o legislador é diferente e quer outra coisa, faça favor de mudar a lei.

– Não é previsível...

– Se não é previsível, é porque estão de acordo com a legislação que fizeram. Repito, é a lei 1/99 de 22 de junho, proposta pelo PS, votada favoravelmente por ele, PCP e Verdes, e contra pelo PSD e o CDS.

– Isso quer dizer que a lei foi aprovada durante o primeiro Governo de António Guterres, quando o atual líder do PS era ministro dos Assuntos Parlamentares. O PS não tinha então maioria absoluta, na prática foi uma lei negociada no Parlamento com o PCP e os Verdes, por António Costa...

– Eu não quero entrar por aí. Respeito a decisão que este Parlamento venha a tomar sobre essa matéria, mas o PR só deve fixar eleições de acordo com a lei eleitoral, porque é isso que está escrito na Constituição. Então utiliza-se a bomba atômica para ajustar a data das eleições? Não há nenhum constitucionalista que não diga que esse instituto só pode ser utilizado em caso de grave crise política. Quanto a essa matéria, é como disse: ponto final.

– No ano passado, lançou um repto aos partidos e apelou a um compromisso. Nesse quadro, levantou a possibilidade de ele englobar uma antecipação de eleições. Esse cenário hoje já não faz sentido?

– Então, estivemos perante uma grave crise política. Estava em causa ultrapassá-la através de um compromisso de salvação nacional. As eleições, a realizarem-se, como se escreve no artigo 19 da lei eleitoral, não seriam para nova legislatura, . E as eleições a que nos estamos a referir são por fim de legislatura. Então, as condições eram bem diferentes de agora. Naquela altura havia uma grave crise política.

– O que seria para si hoje uma grave crise política?

– Que a governabilidade do país e a estabilidade política estivessem seriamente em causa.

– Mas se o PSD e o CDS dissessem que cumpririam a legislatura mas não estariam dispostos a ir coligados a eleições, não seria um sinal ao eleitorado de que a coligação estava exausta, não seria melhor rever a situação?

– A nossa vida política precisa de um pouco mais de serenidade e de não atingir esses graus de esquizofrenia que, de vez em quando, surgem. Lembro quatro casos: o Primeiro-Ministro da Polónia foi-se embora, foi substituído, e não houve uma grave crise no país; o Primeiro-Ministro francês foi substituído; com um bocadinho mais de barulho, o Primeiro-Ministro de Itália foi-se embora e veio outro; o Primeiro-Ministro da Finlândia saiu para ir para comissário europeu – não houve problema. Em Portugal, ainda hoje há manifestações de histeria política pelo facto de Durão Barroso ter ido para Presidente da Comissão Europeia. Devíamos ter orgulho.

– Só em Portugal é que essa cultura não existe?

– Criam-se, às vezes, histerias políticas à volta de matérias que, na Europa, são consideradas com normalidade. Portugal, comparado com o que se passa por essa Europa fora, é um dos países com uma imagem muito positiva. Estive recentemente com vários Presidentes europeus, e ouvi os maiores elogios. Acabo de receber um grande investidor norte-americano e diz o mesmo. A nossa imagem externa é muito boa. É diferente internamente, eu sei. Precisamos de muito mais serenidade. E tenho procurado incuti-la.

– **Nestes últimos dias, pela voz do Governo, foi evocada a possibilidade de um segundo resgate, disse-o a Ministra das Finanças.**

– Já lhe disse, se não alterarem a data eleitoral, se não ocorrer uma grave crise política, as eleições terão lugar na data fixada na lei eleitoral. Não comento o que dizem ministros.

– **Disse que não temos tradição de negociações. Ainda espera algum tipo de compromisso antes das eleições, ou só para uma fase posterior?**

– Em Portugal, existe uma grande resistência da parte das forças partidárias ao estabelecimento de compromissos políticos. Nessa matéria, somos um caso quase único na Europa nos países com a nossa dimensão. É por isso que é necessário insistir – e tenho vindo a fazê-lo. Há uma coisa com que me congratulo: o aumento substancial do número de personalidades e instituições, entre elas o Conselho Económico e Social, que têm defendido publicamente a necessidade do entendimento interpartidário de médio prazo. Penso que podemos levar anos a conseguir mudar as atitudes dos principais protagonistas partidários até alcançarmos uma verdadeira cultura de compromisso, como encontramos na Noruega, Finlândia, Suécia, Dinamarca, Holanda. Nem menciono o caso da Bélgica, porque bateram o recorde do tempo de negociações.

– **E como se faz para atingir esse objetivo?**

– É preciso criar uma atmosfera que, vindo da base, chegue às estruturas partidárias e seus dirigentes, em que as pessoas lhes façam sentir que o país perde muito se não existir uma cultura de compromisso. Isso é tanto mais importante quanto temos um sistema eleitoral proporcional, em que é extremamente difícil que um só partido tenha apoio maioritário na AR. Um sistema proporcional como o nosso normalmente exige entendimentos para assegurar a governabilidade. O que me preocupa é que, hoje, o diálogo em Portugal entre as forças políticas é muito mais difícil do que quando fui Primeiro-Ministro. Passei horas a negociar com o líder do PS de então [Vitor Constâncio] e com outros dirigentes para a revisão constitucional de 1989: acabar com a irreversibilidade das nacionalizações, o fim do monopólio estatal da televisão, a liberalização da comunicação social. Um grande número de reformas estruturais foi aprovado

por larga maioria: a lei da autonomia universitária, da segurança interna e outras. As coisas mudaram muito e começaram a mudar fundamentalmente no último Governo; agravaram-se as dificuldades, e mantêm-se, ainda.

– Uma cultura de não negociação?

– Penso que os debates quinzenais começaram a ser a expressão da crispação, da agressividade e até da má educação, que, depois, tornam difícil o diálogo. Os diálogos que eu mantinha quando era Primeiro-Ministro com os líderes dos partidos da oposição eram civilizadíssimos, cordiais, com grande à-vontade, mesmo com o líder do PC. E, hoje, a informação que tenho é que é extremamente difícil.

– No seu discurso de 10 de junho, falou mais uma vez do compromisso, mas colocou uma meta – até ao Orçamento do Estado. Isso não se verificou. Ainda há tempo para um compromisso?

– Nesta fase em que estamos, a menos de um ano do próximo ato eleitoral, o que é fundamental é conseguir baixar o nível de crispação e agressividade dos debates entre as forças políticas, por forma a criar condições mais favoráveis para um diálogo interpartidário, que pode ser necessário, depois do próximo ato eleitoral. O próximo Governo, seja qual for a sua composição, não pode deixar de ter o apoio maioritário da AR, mas, além disso, tem de assegurar uma solução governativa coerente e consistente. Tem de dar uma garantia: de governabilidade e de estabilidade política. É algo decisivo para o país, não é só da minha preferência. E as pessoas têm de ter consciência de que forçar um partido a fazer um entendimento de Governo com outro que o não queira fazer é um erro trágico. É trazer para dentro do Governo os conflitos partidários, o combate político e as guerras entre personalidades, e isso é o pior que pode acontecer.

– É por isso que pede contenção?

– Se não houver contenção de crispação, se não acabarem os insultos nos debates, o diálogo pós-eleitoral pode ser quase impossível, desde logo pelos ressentimentos acumulados. Eu sei o que me disseram os dirigentes da oposição quando o Eng. Sócrates pediu a demissão e discuti com eles a possibilidade de fazer um novo Governo: todos falaram da total impossibilidade, invocando o que tinha

acontecido no passado! Pensa-se que, independentemente das tensões de agora, das crispações, insultos e más-educações, eles vão entender-se? A minha experiência diz-me que as coisas podem não ser assim. Portanto, neste momento, é fundamental conseguir baixar o nível de tensão e de crispação partidária. E chegamos à parte do orçamento. Existe uma nova liderança no principal partido da oposição. É da maior importância restabelecer pontes de diálogo.

– Mas pontes de diálogo sobre o quê?

– Relativamente a matérias setoriais que sejam importantes para o futuro do país. Não é o que tentei fazer em julho passado e que – por razões que devem imaginar (mas que um dia hei de contar na íntegra, tudo está documentado) – não se concretizou. São matérias como as questões europeias, os fundos estruturais, a descentralização de competências para as autarquias locais, a reforma fiscal. Já se fez no passado em relação ao IRC. Não se anda a mudar os códigos de cada vez que chega um novo Governo! O IRS que está agora foi uma reforma feita quando eu era Primeiro-Ministro, em 1989. É lógico que haja esforço de entendimento em relação a uma reforma fiscal. A instabilidade fiscal é uma das coisas de que os investidores estrangeiros se queixam. A Saúde também não pode deixar de ser encarada por qualquer Governo que venha depois do próximo ato eleitoral. Isto é, devem ser estabelecidas pontes de diálogo e aproveitadas as matérias setoriais que os partidos do arco do governo reconhecem como importantes para o futuro.

– É aí que entra a questão orçamental?

– Portugal é um dos países da Europa que mais dependem do exterior, basta ter presente que a nossa dívida pública é 128 por cento do produto. O endividamento líquido para com o estrangeiro é mais de 100 por cento. É muito importante, por isso, que haja uma perceção no exterior de que, qualquer que seja o Governo português, agora ou no futuro, há determinadas orientações estratégicas que são respeitadas. Por exemplo, a trajetória de sustentabilidade da dívida pública, o controlo do endividamento externo, a competitividade da economia, o respeito pelos compromissos internacionalmente assumidos. É fundamental que, no exterior, se pense que, com este ou outro Governo, os políticos portugueses aceitam que é preciso manter essas orientações. Ora, a discussão à volta deste

Orçamento não pode levar a que, no exterior, se perca essa percepção. Isto é, que quem vier a seguir faça um orçamento de rutura em relação a estas orientações fundamentais. O exterior não pode ter a percepção de que o Orçamento para 2016 já não considera que é importante a sustentabilidade da dívida pública ou a competitividade...

– E como é que isso se consegue, tendo em conta a situação atual e as tomadas de posição das forças em presença?

– Penso que não é preciso nenhum documento escrito. Basta existir um entendimento implícito que leve a uma convergência de linguagem em relação a estas orientações estratégicas. Por terem estudado a matéria, debatido e analisado com cuidado, aqueles que pensam ser Governo concluem que Portugal não pode deixar de se apresentar, agora e no futuro, como um país que vai atuar orçamentalmente de forma a assegurar a sustentabilidade da dívida pública, a controlar o endividamento externo, que não vai fazer opções orçamentais que ponham em causa a competitividade da economia portuguesa, não vai dizer que não cumpre as obrigações internacionais. Aquilo que o Sr. Hollande, em França, ou o Sr. Renzi, em Itália, foram obrigados a fazer é uma indicação para que todos vão percebendo que as questões são mais complicadas do que se imagina. Portanto, os entendimentos nem sempre precisam de ser explícitos. Mas, se for possível fazer alguns entendimentos em áreas setoriais, isso facilita. Isto é da maior importância para que se chegue à campanha eleitoral de 2015 e o tom não venha a pôr em causa as possibilidades de entendimento se ele se revelar necessário depois do ato eleitoral. Uma simples frase do Primeiro-Ministro da Grécia sobre a sua vontade de sair do programa de ajustamento fez com que os juros, que estavam perto de 5 por cento, passassem para 8 por cento! Levou pouco mais de 24 horas, e ele teve de vir corrigir, dizendo que iam negociar um programa cautelar. Se, no nosso caso, passar uma percepção errada, a herança do próximo Governo, qualquer que ele seja, será mais complicada.

– Mas foi o primeiro a dizer que o calendário dos entendimentos se esgota quando nos aproximamos dos atos eleitorais...

– Por isso o referi. É preciso que a discussão do orçamento – e espero-o sinceramente – não leve a que no exterior se pense que Portugal abandona, no futuro, estas orientações estratégicas, que são acompanhadas em pormenor no exterior. Todos os dias recebo aqui relatórios internacionais sobre estas matérias. Repito que não é preciso um documento escrito neste momento.

– Pode patrocinar esse entendimento?

– O contributo que o Presidente pode dar é, desde logo, não acicatar os conflitos e as linguagens excessivas entre as forças políticas. E estimulá-los ao diálogo. É isso que sempre tenho feito. Mas repito: só quem não conhece os partidos é que pode imaginar que qualquer que seja o Presidente da República pode forçar o que não querem fazer. É um desconhecimento total da realidade político-partidária em Portugal. Tenho alguma esperança de que haja um abrandamento da agressividade nos debates parlamentares entre as diferentes forças. Já foi um sinal positivo a forma como o PS acabou por apresentar o seu documento sobre a dívida pública. Penso que alguma boa informação de Bruxelas deve ter chegado a algumas pessoas que tinham dito coisas contrárias àquelas que o bom senso aconselhava e que o Partido Socialista, na sua declaração, acolheu. Temos de ter esperança. Um dia chegará a Portugal uma verdadeira cultura de compromisso, exceto se aparecerem líderes fortemente carismáticos que consigam assegurar maiorias absolutas. Mas diz-se que isso parece difícil...

– Provavelmente terá discutido esse assunto com o novo líder socialista. Parece-lhe que o PS de António Costa estará interessado nesse compromisso?

– O Presidente da República nunca pode fazer comentários sobre vidas partidárias. Já houve um líder partidário que se demitiu dizendo expressamente que o fazia por interferências do Presidente da República na vida do partido – foi o Dr. Vítor Constâncio. Isso nunca acontecerá comigo.

– Mas espera pelo menos essa atitude da parte do PS?

– Com certeza que espero. É um partido responsável e também considero responsável o seu líder. Não quero estar aqui a fazer apreciações. Mas não posso deixar de esperar.

– António Costa saiu aqui de Belém dizendo que falta muito diálogo em Portugal, mas que os consensos não são em abstrato.

– Com certeza. Podem ser, por exemplo, à volta das competências para as autarquias locais, a educação, a segurança social e outras matérias.

– E acha que essa disponibilidade também existe da parte do Governo, que já está em funções há três anos?

– Não se pode atribuir as culpas apenas a um lado. Espero que sim. Não estou a tentar manifestar um otimismo sem qualquer fundamento, mas sim a apontar aquilo de que o País precisa.

– Portanto, mantém a esperança de que, apesar de entrarmos no ano que vem em atos eleitorais e da contaminação do ambiente político que daí decorrerá, estes partidos que já parecem ter entrado em campanha eleitoral vão entender-se?

– Como Presidente da República não posso dizer outra coisa, é uma função institucional.

Mensagem à Assembleia da República a propósito do diploma relativo ao Regime Jurídico do Referendo Regional na Região Autónoma dos Açores

Tendo promulgado, para ser publicado como lei orgânica, o Decreto n.º 295/XII da Assembleia da República, que aprova o Regime Jurídico do Referendo Regional na Região Autónoma dos Açores, entendi dirigir a essa Assembleia, no uso da faculdade prevista na alínea d) do artigo 133º da Constituição, a seguinte mensagem:

1 – O Regime Jurídico do Referendo Regional na Região Autónoma dos Açores encontra consagração constitucional específica, sendo-lhe também aplicável, com as devidas adaptações, o regime constitucional do referendo nacional.

2 – Não por acaso, o Regime agora promulgado encontra amplos pontos de contacto com o regime legal vigente para o referendo nacional.

3 – Um destes aspetos, em cumprimento de determinação constitucional, é o da submissão obrigatória da proposta de referendo pelo Presidente da República ao Tribunal Constitucional, para fiscalização preventiva da constitucionalidade e da legalidade.

4 – Todavia, no artigo 22º do referido Regime, estabelece-se que no “prazo de dois dias a contar da data do conhecimento da decisão do Tribunal Constitucional, o Presidente da República comunica-a ao Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que por sua vez a transmite aos grupos e representações parlamentares, ao Governo Regional e, sendo caso disso, aos mandatários do grupo de cidadãos subscritores da iniciativa popular”.

5 – A imposição ao Presidente da República, por lei ordinária, de um prazo de atuação, para mais tão curto, só deve justificar-se por razões substantivas. Não parece ser o caso da norma em apreciação que, além de versar sobre questões de expediente, não acrescenta qualquer efeito útil ao ato praticado.

6 – Na verdade, sem prejuízo do dever de comunicação imediata da decisão do Tribunal Constitucional que impende sobre o seu Presidente ao Presidente da República, previsto no artigo 27º do Regime, a mesma disposição determina o

seu envio para publicação.

7 – Ora, nos termos do artigo 119º da Constituição, as decisões do Tribunal Constitucional são objeto de publicação obrigatória no Diário da República, sem a qual não possuem eficácia jurídica.

8 – Acresce que, nos termos do artigo 28º do mesmo Regime, o “Presidente da República decide sobre a convocação do referendo no prazo de vinte dias após a publicação da decisão do Tribunal Constitucional que verifique a constitucionalidade e a legalidade proposta”.

9 – A notificação imediata da decisão do Tribunal Constitucional à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não parece acrescentar, pois, qualquer efeito útil: não só a sua eficácia é condicionada à publicação como, em caso de decisão de não inconstitucionalidade, deve ser ainda preservado o espaço de decisão constitucional e legal atribuído ao Presidente da República.

10 – Na circunstância de uma decisão de inconstitucionalidade ou de ilegalidade, nos termos do artigo 23º, o Presidente da República devolve a proposta de referendo à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Ora, não se afigura que tal tenha de ocorrer no prazo de dois dias, nem a lei o impõe – o que, de resto, cria uma contradição entre a obrigação de comunicação da decisão e o dever de devolução da proposta, dependendo este da publicação da decisão do Tribunal Constitucional no jornal oficial.

11 – Tratando-se de um expediente sem utilidade visível, de uma imposição desproporcionada de prazo muito curto por lei ordinária ao Presidente da República e podendo gerar contradições normativas, julga-se que esta solução deveria ser objeto de ponderação pelos Senhores Deputados.

12 – Finalmente, sugere-se que a redação do n.º 2 do artigo 31º, na parte em que se refere a “cidadãos de outros países” seja mais claramente harmonizada com o disposto no artigo 15º da Constituição e com o artigo 38º do Regime Jurídico do Referendo Nacional, concretizando a sua aplicação a cidadãos de países de Língua Portuguesa.

Tendo decidido promulgar este diploma por constituir uma intenção expressa do legislador, assente num amplo consenso e cuja oportunidade não se contesta, considero, em todo o caso, que os pontos em apreço deveriam ser objeto de uma

reponderação por parte dos Senhores Deputados, assim eliminando as dúvidas ou equívocos interpretativos que possam subsistir nesta matéria.

Palácio de Belém, 20 de janeiro de 2015

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Aníbal Cavaco Silva

Comunicado da Presidência da República a propósito da dissolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

28 de janeiro de 2015

No passado dia 12 de janeiro, o Presidente do Governo Regional da Madeira apresentou ao Representante da República o pedido para a sua exoneração, o que, nos termos legais, implica a demissão do Governo Regional.

Na sequência desta demissão, o Representante da República estabeleceu contactos com as forças políticas da Região, tendo concluído, em relatório transmitido ao Presidente da República, pela impossibilidade de formação de um novo Governo. Nos termos constitucionais e legais, o Presidente da República auscultou a opinião dos partidos representados na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Todas as forças políticas se pronunciaram a favor da dissolução da Assembleia Legislativa e da realização de eleições antecipadas.

Posteriormente, o Presidente da República convocou o Conselho de Estado, o qual se pronunciou, por unanimidade, favoravelmente à dissolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira.

Tendo analisado a situação política decorrente da demissão do Governo Regional e face à inviabilidade de formação de um novo Governo no atual quadro parlamentar, decidiu o Presidente da República proceder à dissolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e marcar a realização de eleições para o próximo dia 29 de março.

O atual Governo Regional mantém-se em funções até à tomada de posse do novo Governo, ficando, no entanto, por imperativos constitucionais e legais, limitado à prática dos atos estritamente necessários para assegurar a gestão dos negócios públicos da Região.

O Presidente da República apela a que este ato eleitoral, bem como a campanha que o precederá, decorram com serenidade e elevação, e a que o debate democrático entre as diversas forças políticas constitua um exemplo de pluralismo e uma oportunidade para o esclarecimento de todos os Madeirenses quanto ao seu futuro.

Homenagem a Personalidades da Vitivinicultura

Porto, 18 de fevereiro de 2015

A vinha e o vinho estão ligados de forma particularmente profunda à história da nossa terra, à sua cultura e tradições. É uma herança patrimonial que se enriquece a cada dia, um modo de ser e de estar do nosso povo, um traço da nossa identidade coletiva.

Hoje, a produção vitivinícola nacional é também sinónimo de inovação, de aperfeiçoamento técnico, de seleção e de requinte.

É um exemplo de conjugação equilibrada de recursos financeiros e físicos, humanos e tecnológicos. É um testemunho de empreendedorismo e criatividade, contribuindo para uma imagem de prestígio além-fronteiras.

Os vitivinicultores portugueses produzem uma admirável panóplia de cores, aromas e sabores, numa diversidade que se alia à melhor qualidade. Não são apenas os solos e o clima do nosso País. O conhecimento e a inovação são indispensáveis para a criação de um vinho diferente, que incorpore e transmita todo o talento do seu produtor, que coloca em cada novo vinho a sua alma, tornando-o único.

Internacionalmente, os vinhos portugueses têm-se afirmado como propostas diferenciadoras, apoiadas na diversidade e na singularidade das suas castas, a que se associa uma qualidade muito consistente e uma excelente relação qualidade-preço.

Temos atualmente 47 regiões vitivinícolas em Portugal, e estão reconhecidas e protegidas 33 Denominações de Origem e oito Indicações Geográficas.

Os vinhos do nosso país são, cada vez mais, objeto de atenção e de prémios internacionais.

A prestigiada revista *Wine Spectator* inclui, este ano, seis vinhos portugueses entre os 100 melhores do Mundo – dois Vinhos do Porto, três do Douro e um do Alentejo –, o que, só por si, coloca Portugal entre os mais destacados produtores do planeta.

Minhas Senhoras e meus Senhores

O vinho nunca foi apenas um produto agrícola. Muito mais que um bem da terra, o vinho tem sido, desde tempos imemoriais, um valor cultural revestido de uma simbologia ímpar.

Narrado em textos, cantado em poemas, idolatrado na mitologia, reproduzido em telas, esculturas, tapeçarias e vitrais, o vinho serve para brindar ao amor, à família, a contratos de sucesso, a tratados de paz ou a outros momentos de felicidade. Além desta presença na sociedade como elemento cultural e intemporal, o vinho cada vez mais se evidencia pela sua importância económica, com o seu peso nas nossas exportações a ser consistentemente reforçado.

Na estratégia de internacionalização dos nossos vinhos, são fundamentais a consolidação de novos mercados e o reforço da imagem de elevada qualidade.

A atração da vitivinicultura, enquanto área de negócio, tem vindo a reforçar-se de modo natural. Tive oportunidade de constatar isso mesmo num encontro com jovens enólogos, nos meus encontros sobre os jovens e o futuro da economia, assim como nas visitas que faço pelo país.

A paixão com que se dedicam à criação dos seus vinhos, aliada ao reforço das suas competências e conhecimentos, é garantia de sucesso futuro.

Nesta cerimónia, no Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, homenageamos o setor vitivinícola português, nas pessoas de um grupo de vitivinicultores, não apenas desta região, mas de toda a região Norte, que, entre outros, se distinguiram pelo seu contributo para fazer do nosso país um Portugal maior.

E é com grande satisfação que lhes irei impor as insígnias da Ordem do Mérito Empresarial na Classe do Mérito Agrícola, em reconhecimento público do contributo que dão à economia nacional e à imagem do País.

Passos da Agenda

MARÇO 2014

Dia 10 • O Presidente da República visita a fábrica da Nestlé, em Estarreja, por ocasião das comemorações do 90º aniversário da presença da empresa em Portugal.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Tribunal de Contas Europeu, Dr. Vítor Caldeira.

- O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Federação Portuguesa de Andebol.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Sindical dos Juízes Portugueses.

Dia 13 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Dia 14 • O Presidente da República assiste às Exéquias do Patriarca Emérito de Lisboa, Cardeal D. José da Cruz Policarpo.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, os representantes dos partidos políticos com assento parlamentar, com vista à marcação da data das eleições para o Parlamento Europeu.

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Ordem dos Arquitetos.

Dia 19 • Comunicação ao País a respeito das eleições para o Parlamento Europeu.

- O Presidente da República visita a Companhia das Lezírias por ocasião do Dia Internacional das Florestas.

Dia 24 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, os Presidentes e Diretores da Vodafone Group PLC e da Vodafone Portugal.

Dia 28 • Visita do Presidente da República aos concelhos de Campo Maior e Arronches.

19 de março de 2014. Visita à Companhia das Lezírias.



ABRIL 2014

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do grupo de responsáveis pelo projeto “Missão Crescimento – Uma década para mudar Portugal”.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Câmara Municipal de Paredes, Dr. Celso Ferreira, que apresenta o prémio Regiostars 2014, atribuído pela Comissão Europeia ao projeto “Art on Chairs”, promovido pelo município.

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Dia 10 • O Presidente da República promove um Encontro com a Comunidade Portuguesa do Global Shapers.

Dia 11 • O Presidente da República participa na Sessão de Abertura

da Conferência “Portugal: rumo ao crescimento e emprego. Fundos e Programas Europeus: solidariedade e ao serviço da economia portuguesa”.

Dia 14 • O Presidente da República recebe, em audiência, o CEO da Pharma Merck, Stefan Oschmann.

Dia 15 • O Presidente da República recebe, em audiência, os Presidentes da COTEC, Prof. Doutor João Bento, e da Fundação Calouste Gulbenkian, Dr. Artur Santos Silva.

Dia 16 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Reabertura da Charola do Convento de Cristo em Tomar.

Dia 17 • O Presidente da República inaugura, em Brejos de Azeitão, o Complexo Porto Salus.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Turismo.

• O Presidente da República recebe,

16 de abril de 2014. Reabertura da Charola do Convento de Cristo, Tomar.







17 de abril de 2014. Complexo Porto Salus, Azeitão.

22 de abril de 2014. Visita à Indasa, Aveiro.

em audiência, o Provedor da Misericórdia do Porto, Dr. António Tavares.

Dia 22 • Jornada de visitas a empresas industriais de forte componente exportadora, no âmbito do Roteiro para uma Economia Dinâmica.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Embaixador de França, Jean-François Blarel, e Conselheiros do Comércio Exterior da França (CCEF).

- O Presidente da República recebe, em audiência, o núcleo fundador da plataforma de difusão de informação económica e financeira “Portugal Economy Probe”.



À esquerda: 16 de abril de 2014. Reabertura da Charola do Convento de Cristo, Tomar.

22 de abril de 2014. Visita à Potisport Plásticos.



Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Dia 25 • Sessão Solene Comemorativa do 40º Aniversário do 25 de Abril.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Dr. Vasco Rato.

Dia 30 • O Presidente da República condecora personalidades que se destacaram na Internacionalização da Economia Portuguesa.

25 de abril de 2014. Celebrações na Assembleia da República.



5 de maio de 2014. Visita de Estado do Presidente de Singapura.



9 de maio de 2014. Abertura da Conferência "Portugal – Rotas de Abril".



MAIO 2014

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro japonês, Shinzo Abe.

Dia 05 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República de Singapura, Tony Tan Keng Yam.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Bispo de Santarém, D. Manuel Pelino Domingues.

• O Presidente da República recebe, em audiência, a direção do Conselho Nacional das Ordens Profissionais.

Dia 08 • O Presidente da República agracia o General Luís Evangelista Esteves de Araújo e o Almirante José Carlos Torrado Saldanha Lopes com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

Dia 09 • O Presidente da República preside à abertura da Conferência Internacional "Portugal – Rotas de Abril: Democracia, Compromisso

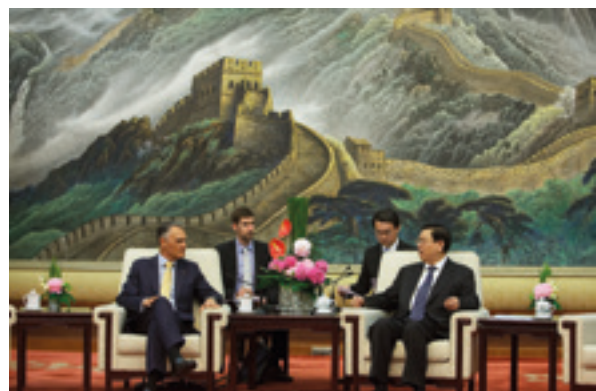
e Desenvolvimento", integrada no ciclo de conferências dos Roteiros do Futuro e destinada a assinalar os 40 Anos do 25 de Abril.

Dia 10 • O Presidente da República preside à sessão de encerramento da Conferência "Portugal – Rotas de Abril: Democracia, Compromisso e Desenvolvimento".

Dias 12 a 18 • Visita de Estado do Presidente da República à República Popular da China (Xangai e Pequim) e à Região Administrativa Especial de Macau.

24 de maio de 2014. Final da Liga dos Campeões da UEFA, Lisboa.





Dia 21 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Ministro da Defesa Nacional da Tunísia, Ghazi Jeribi.

Dia 24 • O Presidente da República dirige aos Portugueses uma mensagem a propósito da realização, no dia 25 de maio de 2014, das eleições para o Parlamento Europeu.

• O Presidente da República assiste, com os Reis de Espanha, à Final da Liga dos Campeões da UEFA em futebol, disputada em Lisboa.

Dia 25 • O Presidente da República exerce o direito de voto nas eleições para o Parlamento Europeu.

Dia 26 • O Presidente da República recebe, em audiência, os Ministros

da Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), Dr. Miguel Frasquilho.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Secretária-Geral da Conferência Ibero-Americana, Rebeca Grynspan.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Empresarial de Portugal (CIP).

• O Presidente da República recebe, em audiência, o ex-Presidente dos Estados Unidos da América, Bill Clinton.

16 de maio de 2014. Encontro com grandes empresários chineses, Pequim.



JUNHO 2014

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Seleção Nacional de Futebol, antes da partida para a Fase Final do Campeonato do Mundo, Brasil 2014.

• O Presidente da República preside à Cerimónia de Entrega do Prémio Pessoa 2013 à investigadora Maria Manuel Mota.

Dia 03 • O Presidente da República

assiste, na Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, à Última Lição do Prof. Doutor João Lobo Antunes.

Dia 04 • O Presidente da República condecora várias Instituições Particulares de Solidariedade Social que se têm distinguido na luta contra a exclusão social.

• O Presidente da República recebe,



2 de junho de 2014. Entrega do Prémio Pessoa 2013.



6 de junho de 2014. Entrega dos Prémios FAZ da COTEC-Portugal.



10 de junho de 2014. Cerimónias Militares do Dia de Portugal, Guarda.



5 de junho de 2014. Visita de Estado do Presidente do México.



9 de junho de 2014. Celebrações do Dia de Portugal, Guarda.



8 de junho de 2014. Visita ao Concelho de Manteigas.

em audiência, a Direção do Conselho Nacional da Juventude.

Dia 05 • Visita de Estado a Portugal do Presidente dos Estados Unidos do México, Enrique Peña Nieto.

Dia 06 • O Presidente da República e o Presidente mexicano

Enrique Peña Nieto presidem à Sessão de Encerramento do Seminário Económico “Oportunidades de Negócios México-Portugal”, em Lisboa.

• O Presidente da República preside à Cerimónia de Entrega dos Prémios FAZ – Prémio Empreendedorismo Inovador na Diáspora Portuguesa e Prémio Ideias de Origem Portuguesa – e à Assembleia Geral da COTEC-Portugal.

Dia 08 • Visita do Presidente da República ao concelho de Manteigas.

Dias 09 e 10 • Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, na Guarda.



Dia 12 • O Presidente da República preside à XIX Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa a Sua Alteza o Aga Khan e à médica Suzanne Jabbour.

Dia 16 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Partido Comunista Português (PCP).

Dia 18 • O Presidente da República recebe, em audiência, Liu Yunshan, membro do Comité Permanente do Bureau Político do Comité Central do Partido Comunista Chinês.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República de São Tomé e Príncipe, Manuel Pinto da Costa.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente eleito da Guiné-Bissau, Dr. José Mário Vaz.

• O Presidente da República inaugura, em Alijó, as Caves Gran Cruz Porto.

Dia 20 • O Presidente da República inaugura o Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto.

Dia 24 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República Federal da Alemanha, Joachim Gauck.

Dia 25 • O Presidente da República e o Presidente da República Federal da Alemanha presidem à sessão de encerramento oficial da Conferência dos 60 anos da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã.



24 de junho de 2014. Visita de Estado do Presidente da Alemanha.



19 de junho de 2014. Caves Gran Cruz Porto, Alijó.



25 de junho de 2014. Visita à Autoeuropa, Palmela.

JULHO 2014

Dia 01 • Visita a Portugal do Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza.

Dia 02 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Concessão de Honras de Panteão Nacional a Sophia de Mello Breyner Andresen.

Dia 03 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado.



4 de julho de 2014. Apresentação do Projeto Vocações de Futuro, Belém.



2 de julho de 2014. Cerimónia no Panteão Nacional.



1 de Julho de 2014. Visita do Presidente da República de Moçambique.

7 de julho de 2014. Visita a Portugal dos Reis de Espanha, D. Filipe VI e D. Letizia.



Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação dos Empresários pela Inclusão Social (EPIS) e encontra-se

com alunos participantes no Projeto Vocações de Futuro.

Dia 07 • Visita a Portugal dos Reis de Espanha, D. Filipe VI e D. Letizia.



21 de julho de 2014. Visita Oficial à República da Coreia.



24 de julho de 2014. Visita à Escola de Referência de Liquiçá, Timor-Leste.

19 a 21 de julho de 2014. Visita Oficial à República da Coreia, Seul.



Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral da OCDE, Angel Gurría.

- O Presidente da República confere posse a novos Vogais do Conselho das Ordens Nacionais e do Conselho das Ordens de Mérito Civil.

Dia 09 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente mundial do Grupo Repsol, António Brufau.

- O Presidente da República recebe a Presidente e os Vice-Presidentes da Assembleia da República, bem como os líderes dos Grupos Parlamentares, por ocasião do final da Sessão Legislativa.

Dias 20 e 21 • Visita Oficial do Presidente

da República à República da Coreia.

Dias 22 a 24 • Visita do Presidente da República à República de Timor-Leste, por ocasião da X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP.

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

Dia 30 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 31 • O Presidente da República requer ao Tribunal Constitucional a fiscalização preventiva da constitucionalidade de normas dos Decretos n.º 262/XII e n.º 264/XII da Assembleia da República.



23 de julho de 2014. X Cimeira da CPLP, Díli.

AGOSTO 2014

Dia 18 • O Presidente da República devolve à Assembleia da República, sem promulgação, os Decretos n.º 262/XII e n.º 264/XII, uma vez que o Tribunal Constitucional se pronuncia pela inconstitucionalidade de normas daqueles Decretos.



10 de setembro de 2014. Prémio Champalimaud de Visão.



7 de setembro de 2014. Dia do Município, Arganil.



12 de setembro de 2014. Museu Diocesano de Santarém.



30 de setembro de 2014. X Encontro Informal de Chefes de Estado Europeus do Grupo de Arraiolos, Braga.



19 de setembro de 2014. Visita de Estado do Presidente da Indonésia.

SETEMBRO 2014

Dia 07 • O Presidente da República preside à Sessão Comemorativa do Dia do Município de Arganil e dos 900 Anos do Foral de Arganil.

Dia 10 • O Presidente da República preside à cerimónia de entrega do Prémio António Champalimaud de Visão 2014.

Dia 12 • O Presidente da República preside à Sessão de Inauguração do Museu Diocesano de Santarém.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE).

Dias 19 e 20 • Visita de Estado a Portugal do Presidente da República da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyon.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Administração da Fundação Gulbenkian, para apresentação do relatório “Um Futuro para a Saúde”, elaborado por uma comissão de peritos internacionais e nacionais.

Dia 26 • Visita do Presidente da República aos concelhos de Oliveira de Azeméis e Figueira da Foz.

Dias 29 e 30 • X Encontro Informal de Chefes de Estado Europeus do Grupo de Arraiolos, no Mosteiro de Tibães, em Braga.

OUTUBRO 2014

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação do Partido Social Democrata (PSD) para apresentação do relatório “Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade”.

Dia 04 • O Presidente da República preside à celebração do 10º Aniversário do Museu da Presidência.

Dia 05 • Comemorações do 104º aniversário da Implantação da República, na Câmara Municipal de Lisboa, e apresentação da iniciativa “Portugal Sou Eu” no Palácio de Belém, aberto à população.

Dia 06 • O Presidente da República preside, em Lisboa, à Sessão de Abertura da Conferência “O Futuro da Europa é a Ciência”, organizada pela Comissão Europeia.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Dr. António Costa, candidato do Partido Socialista a Primeiro-Ministro.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Conselho Económico e Social Europeu, Henri Malosse.

Dia 13 • 2ª jornada do Roteiro para uma Economia Dinâmica.

Dia 18 • O Presidente da República preside à Cerimónia de Homenagem

Nacional aos Mortos da Grande Guerra, no âmbito da evocação do Centenário da I Guerra Mundial.

Dia 21 • O Presidente da República confere posse ao novo Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, Prof. Doutor Fernando José Egídio Reis.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, o representante especial do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas para a Guiné-Bissau, Dr. Miguel Trovoada.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação para a Competitividade das Indústrias da Fileira Florestal (AIFF).

Dia 28 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Nacional das Associações de Pais.

Dia 29 • O Presidente da República recebe, em audiência, o CEO da China Three Gorges, Lu Chun.

• O Presidente da República recebe o Príncipe Alberto II do Mónaco, por ocasião da Convenção da BioMarine, oferecendo uma receção aos participantes.

Dia 30 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República da Guiné-Bissau, Dr. José Mário Vaz.



5 de outubro de 2014. Comemorações do aniversário da Implantação da República no Palácio de Belém (esq.) e na Câmara Municipal de Lisboa (dir.).



6 de outubro de 2014. Conferência "O Futuro da Europa é a Ciência".



13 de outubro de 2014. Roteiro para uma Economia Dinâmica, São João da Madeira.



29 de outubro de 2014. Encontro com o Príncipe Alberto II do Mónaco, Palácio da Cidadela.



14 de novembro de 2014. Jornada dedicada à indústria do calçado.

NOVEMBRO 2014

Dia 03 • O Presidente da República agracia o Dr. José Manuel Durão Barroso com o Grande-Colar da Ordem do Infante D. Henrique.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção do Movimento para a Cidadania Sénior.

Dia 05 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Administração da BorgWarner Emissions Systems.

Dia 06 • Visita de Trabalho a Portugal do Presidente da República da Colômbia, Juan Manuel Santos.

Dia 07 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Chefe do Estado-Maior-General

das Forças Armadas, General Artur Neves Pina Monteiro.

Dia 10 • Visita do Presidente da República aos concelhos de Borba e de Estremoz.

Dia 11 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP), Dr. Miguel Frasquilho.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Comissão de Acompanhamento do estudo “Transforma Talento Portugal”, que apresenta os seus resultados.

Dia 14 • 3ª Jornada do Roteiro

para uma Economia Dinâmica, dedicada à indústria do calçado.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da União Geral de Trabalhadores (UGT).

Dia 19 • O Presidente da República preside à Sessão de Abertura do 24º Congresso da APDC – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações.

- O Presidente da República confere posse à nova Ministra da Administração Interna, Prof.ª Doutora Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues, ao Secretário de Estado Adjunto da Ministra da Administração Interna, Prof. Doutor Fernando Manuel de Almeida Alexandre, e ao Secretário de Estado da Administração Interna, Dr. João Pinho de Almeida.

- O Presidente da República recebe, em audiência, a Ministra da Agricultura e do Mar, Prof. Dr.ª Maria da Assunção Cristas.

Dia 20 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Comissário Europeu para a Investigação, Ciência e Inovação, Eng. Carlos Moedas.

Dias 26 e 27 • Visita Oficial do Presidente da República aos Emirados Árabes Unidos.

Dia 29 • Visita do Presidente da República ao concelho de Castelo de Vide.



6 de novembro de 2014. Visita do Presidente da Colômbia.



10 de novembro de 2014. Regimento de Cavalaria n.º 3, Estremoz.



10 de novembro de 2014. Visita ao concelho de Borba.



19 de novembro de 2014. Abertura do 24º Congresso das Comunicações da APDC.





DEZEMBRO 2014

Dia 01 • O Presidente da República agracia a seleção nacional de Ténis de Mesa, sagrada Campeã da Europa.

Dia 03 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento da Reunião do Conselho de Fundadores da Fundação de Serralves e visita a Fundação da Juventude, por ocasião do seu 25º aniversário.

Dias 08 e 09 • Participação do Presidente da República na XXIV Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, em Veracruz, México.

Dia 16 • O Presidente da República preside à reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional.

Dia 17 • O Presidente da República recebe a Presidente, os Vice-Presidentes e os Líderes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, que lhe apresentam cumprimentos de Boas-Festas.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Secretário-Geral do Partido

Socialista, Dr. António Costa, e uma delegação do PS.

• O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves.

Dia 18 • O Presidente da República recebe Artur Alves, Horácio Costa e José Pinheiro, trabalhadores da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, que devolveram uma elevada quantia em dinheiro e valores, encontrada na separação de resíduos num ecocentro.

Dia 22 • O Presidente da República recebe a Ministra da Justiça para apreciação anual dos processos de indulto.

• O Presidente da República preside, no Palácio da Cidadela, à Sessão de Encerramento do Encontro Anual do Conselho da Diáspora Portuguesa.

• O Presidente da República recebe o Primeiro-Ministro e os membros do Governo, que lhe apresentam cumprimentos de Boas-Festas.



22 de dezembro de 2014. Encontro do Conselho da Diáspora Portuguesa, Cascais.



22 de dezembro de 2014. Apreciação dos processos de indulto.

JANEIRO 2015

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da Fundação Centro Cultural de Belém, Prof. António Lamas.

Dia 07 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação de Energias Renováveis (APREN).

• O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo dos Embaixadores de Portugal acreditados junto de vários Estados e organizações internacionais.

Dia 08 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

• O Presidente da República agracia Jorge Listopad com o grau de Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Dia 09 • O Presidente da República visita o Instituto Hidrográfico.

Dia 12 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Diretor do Mecanismo Europeu de Estabilidade, Klaus Regling.

Dias 14 a 16 • Deslocação do Presidente da República à República de Moçambique, por ocasião da investidura do Presidente Filipe Nyusi.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Representante da República para a Região Autónoma

da Madeira, Juiz Conselheiro Ireneu Cabral Barreto.

Dia 19 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Dr. Vasco Cordeiro.

Dia 20 • O Presidente da República recebe cumprimentos de Ano Novo do Presidente e dos Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, do Presidente e dos Juizes do Tribunal Constitucional, e do Presidente do Supremo Tribunal Administrativo.

Dia 21 • O Presidente da República recebe, no Palácio de Queluz, os cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

• O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo do Presidente do Tribunal de Contas e da Procuradora-Geral da República.

Dia 22 • O Presidente da República recebe, em audiência, os representantes dos partidos políticos com assento parlamentar na Assembleia Legislativa da Madeira, na sequência da demissão do Governo Regional e com vista à convocação de futuras eleições legislativas regionais.

Dia 23 • O Presidente da República confere posse ao Conselheiro de Estado Dr. Vítor Augusto Brinquete Bento.



9 de janeiro de 2015. Visita ao Instituto Hidrográfico, Lisboa.



14 de janeiro de 2015. Visita a empresa têxtil luso-moçambicana, Marracuene.



15 de janeiro de 2015. Cerimónias de investidura do Presidente Filipe Nyusi, Maputo.



16 de janeiro de 2015. Encontro com o Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi.

15 de janeiro de 2015. Visita ao Instituto do Coração, Maputo.



Dia 25 • O Presidente da República assiste, no Centro Cultural de Belém, ao Concerto de Homenagem ao Cante Alentejano “Cantar o Alentejo”.

Dia 26 • O Presidente da República recebe os cumprimentos de Ano Novo dos Chefes dos Estados-Maiores das Forças Armadas.

• O Presidente da República preside à reunião do Conselho de Estado.

Dia 27 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente do Governo Regional da Madeira, Dr. Alberto João Jardim.

• O Presidente da República agracia os fadistas Ana Moura, Carminho, Katia Guerreiro e Ricardo Ribeiro e o guitarrista e compositor Mário Pacheco com a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique.

Dia 28 • O Presidente da República decide proceder à dissolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira e marcar a realização de eleições para o dia 29 de março.

• O Presidente da República recebe, em audiência, os subscritores do Manifesto “Por uma democracia de qualidade”.

Dia 30 • O Presidente da República preside, na Gare Marítima de Alcântara, às comemorações do 30º aniversário da Transinsular e visita o navio NM Monte Brasil.



25 de janeiro de 2015. Concerto “Cantar o Alentejo”, Lisboa.



27 de janeiro de 2015. Agraciamento no Museu do Fado.



30 de janeiro de 2015. Aniversário da Transinsular, Gare Marítima de Alcântara.

FEVEREIRO 2015

Dia 02 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Presidente da República de Cabo Verde, Dr. Jorge Carlos Fonseca.

Dia 04 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO).

Dia 05 • O Presidente da República assiste ao Concerto Comemorativo dos 40 Anos da Universidade do Minho.

Dia 06 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Direção da Confederação Nacional da Agricultura.

Dia 10 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Embaixador de França, Jean-François Blarel, o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa, Bernard Chantrell, e o Presidente dos Conselheiros do Comércio Exterior da França, Pierre Debourdeau.

Dia 11 • O Presidente da República preside à Sessão de Abertura do X Congresso Nacional do Milho.

Dia 13 • O Presidente da República agracia, com o Grau de Comendador da Ordem do Mérito, um conjunto de antigos Presidentes de Câmara Municipal.

Dia 17 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Alta Representante da União Europeia para os Negócios

Estrangeiros e Política de Segurança, e Vice-Presidente da Comissão Europeia, Federica Mogherini.

Dia 18 • Visita do Presidente da República aos concelhos de Anadia e de Arouca.

• O Presidente da República homenageia, no Porto, um conjunto de personalidades da Vitivinicultura.



18 de fevereiro de 2015. Visita ao Centro de Alto Rendimento desportivo, Anadia.



19 de fevereiro de 2015. Deslocação à cidade da Corunha, Galiza.



20 de fevereiro de 2015. Homenagem a José Medeiros Ferreira.



Dia 19 • Deslocação do Presidente da República à Corunha, onde preside, juntamente com o Rei de Espanha, à Cerimónia de Entrega das Medalhas de Ouro do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular 2015.

Dia 20 • O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento da Conferência “José Medeiros Ferreira - o cidadão, o político, o historiador”.

Dia 23 • O Presidente da República recebe, em audiência, uma delegação da União das Mutualidades Portuguesas.

Dia 24 • O Presidente da República recebe, em audiência, a Administração da Fundação Calouste Gulbenkian.

Dia 26 • O Presidente da República confere posse ao Conselheiro de Estado Prof. Doutor Alfredo Bruto da Costa.

• O Presidente da República preside à Sessão de Encerramento do 11º Encontro Nacional de Inovação COTEC.

26 de fevereiro de 2015. Entrega dos Prémios Inovação da COTEC-Portugal.



MARÇO 2015

Dia 03 • O Presidente da República recebe, em audiência, o Primeiro-Ministro da Turquia, Ahmet Davutoglu.

Dia 06 • O Presidente da República recebe o Presidente da República da Hungria, János Áder, em visita privada a Portugal.

Dia 07 • O Presidente da República participa, em Leça do Balio, nas cerimónias comemorativas dos 125 Anos da Unicer.

• O Presidente da República preside, em Esposende, à inauguração da obra de requalificação da Frente Marítima de S. Bartolomeu do Mar.



7 de março de 2015. Em cima: Aniversário da Unicer, Leça do Balio. Em baixo: Frente Marítima de S. Bartolomeu do Mar, Esposende.





Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Fotografias
Luís Filipe Catarino

Acompanhamento de edição
João van Zeller

*Da presente edição
fez-se uma tiragem de 2.000 exemplares
em papel Munken Lynx certificado pelo
"Forest Stewardship Council",
(papel produzido por métodos
respeitadores do ambiente)*

*Acabou de imprimir-se em Abril de 2015
nas Oficinas Gráficas da Imprensa Nacional-Casa da Moeda*

ISBN
978-972-27-1853-0

Depósito Legal
257 726/07

“ Os Portugueses desejam que o seu País
nunca mais venha a encontrar-se
numa situação semelhante àquela
a que chegou em maio de 2011.
Há que ter muita prudência. ”

Aníbal Cavaco Silva

10 DE JUNHO DE 2014